

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Da pluma à prensa: trajetória documental e autoria nos panegíricos de João de
Barros**

Fernando Altoé

Niterói
2019

Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História

Fernando Altoé

Da pluma à prensa: trajetória documental e autoria nos panegíricos de João de Barros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Niterói
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A469p Altoé, Fernando
Da pluma à prensa : Trajetória documental e autoria nos panegíricos de João de Barros / Fernando Altoé ; Rodrigo Bentes Monteiro, orientador. Niterói, 2019.
171 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.13638201767>

1. História social da cultura escrita. 2. Trajetória e circulação de manuscritos e impressos. 3. Processos de edição. 4. Autoria. 5. Produção intelectual. I. Monteiro, Rodrigo Bentes, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Dissertação defendida e aprovada em novembro de 2019.
Pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. André de Melo Araújo (UnB)
Universidade Nacional de Brasília – UnB

Prof^a. Dr^a. Iris Kantor (USP)
Universidade de São Paulo – USP

Agradecimentos

Expresso, em primeiro lugar, meu profundo agradecimento a Rodrigo Bentes Monteiro. Desde o primeiro contato ele tem demonstrado pronta disposição, paciência e compreensão. O seu profissionalismo, somado a suas generosidade e humanidade, são exemplos que levarei para a vida. Agradeço por todos os diálogos, pelas cuidadosas correções e pela proximidade amiga.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), agradeço pelas inúmeras contribuições dadas não apenas a este trabalho, mas também a minha formação acadêmica.

Aos professores André de Melo Araújo (UnB) e Federico Palomo del Barrio (UCM), pelas atentas leituras e importantes observações por ocasião do exame de qualificação.

Às professoras Márcia Almada (UFMG) e Alícia Duha Lose (UFBa), por terem auxiliado em diferentes momentos com as análises documentais.

A Rubens Leonardo Panegassi (UFV), por ter me aproximado da obra de João de Barros ainda na graduação. Esta dissertação é a continuação de um trabalho iniciado com a monografia, sob sua orientação.

A Luciene da Penha Altoé, diretora da Escola Irmã Tereza Altoé (ES), onde sou professor, pela prontidão em atender a todas as minhas demandas ao longo deste mestrado.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional de sempre.

Resumo

O objetivo desta dissertação é investigar a trajetória documental de dois panegíricos atribuídos ao letrado português João de Barros (1496-1570). Elaborados no século XVI, esses textos foram publicados séculos depois de escritos. Enquanto o *Panegírico da infanta D. Maria* foi impresso em 1655 por Manuel Severim de Faria, o *Panegírico de D. João III* foi publicado apenas no século XVIII por José Barbosa. Voltamos assim nossa atenção para os diferentes contextos e temporalidades envolvendo a produção e a transmissão desses objetos culturais, bem como para os diferentes agentes envolvidos no processo de composição e publicação dos textos, como autores, editores, livreiros e impressores. Ao mesmo tempo, discutem-se questões relacionadas à autoria, por se tratarem de dois textos publicados muito depois de escritos e que, na condição de manuscritos, estavam abertos a correções, eliminações ou adições. Problematizam-se os diversos autores intelectuais envolvidos e as evidências que permitem vincular os panegíricos ao nome de João de Barros.

Palavras-chave: João de Barros, panegíricos, trajetória documental, autoria, história social da cultura escrita.

Abstract

This dissertation aims to investigate the documented trajectory of two panegyrics attributed to the Portuguese intellectual João de Barros (1496-1570). Written in the 16th century, these texts were published centuries after it. While the *Panegírico da infanta D. Maria* was printed in 1655 by Manuel Severim de Faria, the *Panegírico de D. João III* was published only in the 18th century by José Barbosa. We turn our attention to the different contexts and temporalities involving the production and transmission of these cultural objects, as well as to the different agents involved in the process of composition and publication of texts such as authors, publishers, booksellers and printers. At the same time, issues related to authorship are discussed as they are two manuscripts published long after they were written and were open to corrections, deletions or additions. The intellectual authors involved and the evidences that allow the panegyrics to be linked to the name of João de Barros are also discussed.

Keywords: João de Barros, panegyrics, documented trajectory, authorship, social history of written culture.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: Na pena do editor José Barbosa.....	15
Contexto de publicação do <i>Panegírico de D. João III</i>	15
As gentes do livro	22
Por dentro dos dispositivos formais dos textos	29
Capítulo 2: No tempo de Severim de Faria	40
O biógrafo de João de Barros	40
A “Vida de João de Barros”	44
Saem as Notícias de Portugal	54
Publica-se o <i>Panegírico da infanta D. Maria</i>	60
Capítulo 3: Análise textual dos panegíricos	73
Correntes de recepção da obra de João de Barros	73
Textura dos panegíricos	85
Erasmus e Maquiavel nas fontes	93
A questão da autoria nos panegíricos de Barros.....	109
Conclusão	123
Bibliografia.....	128
Anexo: Crítica textual do <i>Panegírico da infanta D. Maria</i>	141

Introdução

Esta dissertação investiga a trajetória documental de dois panegíricos atribuídos ao letrado português João de Barros (1496-1570). Elaborados no século XVI, o *Panegírico de D. João III* e o *Panegírico da infanta D. Maria* foram publicados séculos mais tarde: o primeiro no século XVIII por José Barbosa, o segundo no XVII por Manuel Severim de Faria. A considerar o longo intervalo que separa os momentos de composição e impressão, busca-se recuperar procedimentos que conduziram à materialidade desses textos, entendendo que eles resultam de um trabalho cruzado por diversos agentes, como autores, editores, livreiros e impressores, e de uma série de operações relativas à produção de seus sentidos enquanto objetos.

A história social da cultura escrita tem sido um campo privilegiado de debate acadêmico, especialmente a partir da década de 1990. De lá para cá inúmeros estudiosos procuraram investigar a produção, a circulação e os usos de manuscritos e impressos da Época Moderna, ao tomarem a escrita como objeto de análise e colocar a materialidade em diálogo com a informação que abriga. Roger Chartier e Donald McKenzie exerceram profunda influência no âmbito da cultura escrita, ao prestarem atenção aos diferentes significados atribuídos aos artefatos produzidos por distintos grupos ao longo da história. Outros nomes, como o norte-americano Robert Darnton, sobre a importância de se compreender a circulação de ideias pela história do livro e da leitura; os espanhóis Antonio Castillo Gómez e Fernando Bouza, ao voltarem-se para os impactos da produção e da recepção de impressos e manuscritos; e o português Diogo Ramada Curto, também contribuíram para enriquecer esse campo de estudos por variadas perspectivas.

Uma das vertentes, a história dos livros ou “história social e cultural da comunicação impressa” visa entender como as ideias são transmitidas por vias impressas e como o contato com os caracteres tipográficos afetou o pensamento e o comportamento dos homens nos últimos séculos. Robert Darnton assinala que a história dos livros começou a ser levada a sério no século XIX, com o desenvolvimento da bibliografia analítica na Inglaterra pelo estudo dos livros enquanto objetos materiais. Uma nova corrente desenvolveu-se na França nos anos 1960, onde se enraizou em instituições como a *École Pratique de Hautes Études*. Publicações como *L'apparition du livre* (1958),

encomendada por Lucien Febvre e escrita por Henri-Jean Martin, logo seriam um marco para o novo campo de estudos que despontava no horizonte intelectual à época¹.

Escrevendo em 1989, Darnton revela que no curto período de 20 anos a história dos livros havia se tornado um campo de estudos rico e diversificado. Rico pela quantidade de estudos publicados e diversificado pelo entrecruzamento de variadas disciplinas, como a bibliografia analítica, a sociologia do conhecimento, a história e a literatura comparada. Embora reconheça as dificuldades impostas ao historiador do livro em razão das inúmeras disciplinas dispostas, Darnton apresenta um esquema que permite analisar como os livros surgem e se difundem numa sociedade. Esse “circuito de comunicação” ou de transmissão dos textos contempla um conjunto de agentes como autores, editores, impressores, livreiros e leitores².

A bibliografia analítica é uma das disciplinas que estuda os processos de composição, transmissão e distribuição dos textos. Nesse campo de estudos, os trabalhos de Donald McKenzie são indispensáveis para se entender a relação entre forma, função e significado simbólico de um dado texto. Em livro publicado originalmente em 1999 – resultado de um conjunto de palestras ministradas pelo autor em 1986 sobre a situação da bibliografia à época –, McKenzie desenvolveu reflexões que renovariam a disciplina³. Ao apagar as antigas divisões de uma ciência voltada apenas para a descrição dos aspectos formais do texto – e que negligenciava por outro lado o valor simbólico dos signos e materialidades –, McKenzie passou a conceber a bibliografia física como bibliografia histórica, conferindo à disciplina uma posição central no estudo das práticas simbólicas, ao considerá-la uma sociologia dos textos. Em contraposição aos limites de um trabalho voltado para a comparação de manuscritos e/ou versões impressas, o bibliógrafo incorporou a sua prática o desafio de encarar o texto como uma “forma tencionada pelo autor”, e as versões como “evidências de um grupo de significâncias em momentos sucessivos da história”⁴. Assim McKenzie não apenas ampliou a noção de texto e a estendeu além de suas acepções habituais, bem como conferiu importância à relação entre forma e sentido. Para o autor, todo texto encontra-se inscrito em uma materialidade, a do objeto escrito que o porta, da voz que o lê ou da representação que o dá a ouvir. Essas

¹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1989], p. 110.

² Idem, 111-112.

³ MCKENZIE, Donald Francia. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1999].

⁴ Idem, p. 56.

formas são organizadas segundo estruturas próprias e desempenham um papel importante na produção do sentido. No caso do livro impresso, essas estruturas são, por exemplo, o formato do livro, a paginação, os modos de recorte do texto e as convenções tipográficas. Esses dispositivos formais são organizados segundo intenções, do autor e/ou do editor, e contribuem para as recepção, leitura e qualificação do objeto textual.

A proposta de relacionar forma e sentido, já presente em McKenzie, deu título a um livro publicado por Roger Chartier nos anos 1990 – *Forms and meanings*. Nele, Chartier se opõe a uma história literária clássica que tomava o texto como unidade autônoma, cujas formas tipográficas não importavam. Contra essa “abstração dos textos”, o historiador francês dirige seu olhar para os suportes nos quais eles se fazem ler, ouvir ou ver, por entender que esses são fundamentais na produção de sentido⁵. A ideia de que autores não produzem livros, mas textos, uma vez que o processo de criação do livro envolve colaborações de editores, impressores e livreiros, passou a ser tida como fundamental, pois todos esses agentes envolvidos no processo de criação de um livro interferem, cada qual a sua maneira, na construção de seu sentido. O tipo de letra, a introdução de notas explicativas, a encadernação ou a disposição diagramática, contribuem para intervir nas formas materiais assumidas pelo texto convertido em livro. Daí a impossibilidade de se negligenciar tais operações, pois cada uma das decisões tomadas interferirá na leitura a ser feita do escrito⁶.

Entre os acadêmicos ibéricos, os historiadores Fernando Bouza e Antonio Castillo Gómez deram importantes contributos para o campo da cultura escrita. Bouza concedeu atenção às formas de expressão e aos procedimentos orais e icônicos aplicados à circulação social de manuscritos e impressos nos séculos XVI e XVII. Revelou como os espaços de comunicação foram fundamentais para a própria instituição monárquica, a partir da mobilização massiva de manuscritos, impressos e imagens pelas autoridades ibéricas do Antigo Regime. O triunfo do impresso não significou o declínio do manuscrito. Pelo contrário, o manuscrito passou a cumprir determinadas funções ao

⁵ CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003 [1995].

⁶ A bibliografia de Roger Chartier é extensa. Destacamos aqui alguns estudos fundamentais: CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. “O livro: uma mudança de perspectiva”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974 [1972]. _____. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002 [1988]. _____. (org.) *Práticas da leitura*. 2ª ed. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998 [1994]. _____. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

singularizar grupos, burlar a censura, disseminar críticas políticas ou heterodoxias confessionais. A relação entre manuscrito e impresso evidenciada pelo autor em seus trabalhos também contribuiu para problematizar a noção de autoria individual, ante o papel outorgado aos leitores. Como no sistema de cópia manuscrita as possibilidades de reescrita eram enormes, os leitores interferiam nos textos que liam, e transformavam-se, eles próprios, em autores. Desse modo, seus estudos incentivaram reflexões em torno do reconhecimento de autorias plurais⁷.

Antonio Castillo Gómez também direcionou seus esforços para compreender as práticas de escrita e leitura no âmbito da sociedade hispânica dos séculos XVI e XVII. Entre suas indagações estão as práticas de leitura na sociedade castelhana, com ênfase em suas diferentes modalidades e experiências, seja a leitura erudita ou a praticada por pessoas comuns que mantinham contato esporádico com a cultura escrita, fosse por uma gazeta, um panfleto ou mesmo cartazes fixados nas portas das igrejas. Para o autor, os textos podem revelar, além do seu conteúdo expreso, os valores e condutas de uma época. Ao fundir duas vertentes, a história social da escrita e a história do livro e da leitura, Gómez avançou no estudo da escrita e da leitura na sociedade hispânica ao revelar que tais práticas não se deram apenas nos espaços régios e nos círculos cortesãos, mas também estavam presentes nas oficinas de artesãos e nas ruas, sinalizando assim a abrangência social da leitura⁸.

A historiografia brasileira dedicada ao assunto tem buscado manter um diálogo crítico com os estudos estrangeiros, ao mesmo tempo que realiza trabalhos nesse campo de investigação, ao problematizar a cultura escrita, manuscrita e impressa, no mundo luso-

⁷ Ver, entre outros, BOUZA, Fernando. *Imagen y propaganda*. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998. _____. *Portugal no tempo dos Filipes*. Política, cultura, representações (1580- 1668). Lisboa: Cosmos, 2000. _____. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Sociedad española de Historia del Libro y Sociedad de Estudios Medievales y Renascentistas, 1999. _____. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro e Palabra e imagen en la corte. Madrid: Marcial Pons, 2001. _____. *Cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro*. Abada Editores, 2003. _____. *Palabra e imagen en la corte*. Cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro. Madrid: Abada Editores, 2003.

⁸ Ver, entre outros, GÓMEZ, Antonio Castillo. “Hablen cartas y callen barbas”. Escritura y sociedad en el siglo de oro. *Historiar*: Revista Cuadristral de Historia. Alcalá de Henares, n. 4, 2000. _____.; SÁEZ, Carlos (dirs.). *Historia de la cultura escrita*. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedade informatizada. Gijón: Ediciones Trea, 2002. _____. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal, 2006. _____. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. Trad. Claudio Giordano. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2014. _____. *Culturas del escrito en el mundo occidental: del renacimiento a la contemporaneidade*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015.

brasileiro do Antigo Regime. Três coletâneas lançadas nas últimas décadas, por exemplo, evidenciam os estudos produzidos⁹.

Segundo Chartier, o processo pelo qual as obras adquirem sentido exige considerar a relação entre três instâncias: o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera. Para o autor, esse triângulo é indissociável e interdependente: os textos só existem enquanto realidades físicas quando inscritos, por exemplo, sobre as páginas de um livro. Investidos de significados plurais e móveis, os textos terão seus sentidos construídos ao serem recepcionados. Esses sentidos, atribuídos às formas assumidas por uma obra, dependem das competências ou expectativas dos diferentes públicos que dela se apropriam. O papel do historiador consiste em “reconstruir as variações que diferenciam os ‘espaços legíveis’ – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua ‘efetuação’ – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”¹⁰. Esses três polos (texto, livro, leitura) não podem – ou não deveriam – estar separados. Se a análise do texto implica em decifrar suas estruturas, objetivos e pretensões, a história do livro permite aprofundar sobre as formas assumidas pelo escrito. Já o tema da recepção lança luz sobre práticas pertinentes a esses objetos, responsáveis pelos usos e pela produção de significados diferenciados¹¹.

Atentos às variações nos dispositivos textuais, formais e de leitura, pretendemos restituir os significados possíveis dos textos em análise, sem perder de vista a tensão entre o escrito e o universo significante. A matéria tipográfica, de responsabilidade do editor, não pode ser negligenciada, se entendemos que ela favorece certa extensão da leitura ao caracterizar o “leitor ideal”. No caso de nossos textos, esse leitor modelo não se assemelha

⁹ Em *Leitura, história e história da leitura*, os textos são frutos de um congresso realizado na Universidade de São Paulo em 1998. Os estudos abordam a temática sob diferentes ângulos, tempos e espaços, mostrando como a materialidade da cultura escrita e as regras que a orientavam permitem explorar as tensões sociais e culturais do mundo Atlântico, anteriormente a 1822. Já *O império por escrito* resultou de um colóquio também realizado na Universidade de São Paulo em 2006, contemplando temas em torno da história da leitura e os significados da comunicação escrita no mundo ibérico, em especial no império português. Nesse circuito a manuscritura exerceu papel importante, mesmo com a presença crescente da imprensa. Por fim, *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América (séculos XVI a XIX)* reúne textos que problematizam as relações da história do mundo ibérico colonial com a cultura escrita moderna, pela análise da produção, da circulação, do uso e da conservação de manuscritos e impressos. Cf. ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. ALGRANTI, Leila Mezan. MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Paco, 2018.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura...* op. cit., p. 12.

¹¹ Idem, *ibidem*.

ao originalmente suposto pelo autor, João de Barros. Se por um lado a bibliografia analítica mostra que a disposição tipográfica de um dado texto pode indicar a maneira como ele teria sido lido, por outro lado a história social ajuda a revelar a variedade de um texto em relação aos códigos culturais disponíveis no tempo e no espaço. Em vista disso, o contexto é fundamental para se entender *como* ou *porquê* os textos foram escritos, lidos, editados ou reeditados. Quais são os seus usos históricos? Quais os significados adquiridos por eles no tempo? O objetivo, assim, será reconstituir os procedimentos que conduziram à materialidade dos textos em análise, o *Panegírico de D. João III* e o *Panegírico da infanta D. Maria*, bem como as possibilidades históricas e culturais a eles relacionadas.

A dissertação encontra-se dividida em 3 capítulos. No Capítulo 1 analisa-se o contexto de publicação do *Panegírico de D. João III*. Impresso em 1740, o texto foi editado por um membro da Academia Real da História Portuguesa, José Barbosa, e incluído na reedição das *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria. Destaca-se o campo de atuação da Academia Real e os diversos atores envolvidos na publicação do *Panegírico de D. João III*: o editor José Barbosa, o livreiro Manoel da Conceição e o tipógrafo António Isidoro da Fonseca. Finaliza-se com a análise dos aspectos formais do texto manuscrito e das edições impressas: o manuscrito do *Panegírico* sob guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), a edição de 1740 e a reedição do texto realizada em 1791 por Francisco Monteiro.

No Capítulo 2 se objetiva compreender o contexto de publicação do *Panegírico da infanta D. Maria*. Manuel Severim de Faria foi responsável não apenas pela publicação do texto, mas também pela primeira biografia do letrado português. Serão estudados o ambiente de atuação do letrado e as razões dele não ter citado os panegíricos atribuídos ao escritor quinhentista, além dos aspectos formais do manuscrito do *Panegírico da infanta D. Maria*, sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e da edição do texto realizada por Severim de Faria em 1655.

Por fim, no Capítulo 3 a atenção se volta para o conteúdo dos textos, por meio da análise da estrutura dos panegíricos e das possíveis apropriações feitas por João de Barros de escritos a ele coevos, como os de Erasmo e Maquiavel. Questões relacionadas à autoria também serão discutidas, por se tratarem de dois textos publicados muito depois de escritos e que, na condição de manuscritos, estavam abertos a correções, eliminações ou adições. Os textos compostos por João de Barros podem ter sofrido alterações no decurso das cópias manuais – o que de fato ocorreu, conforme as evidências apresentadas –, o que

leva a problematizar os diversos autores intelectuais envolvidos, não só o responsável pela composição original do texto, mas também os profissionais da edição e da impressão. Portanto, tornam-se mais complexas as evidências que permitem vincular os panegíricos ao nome de João de Barros.

Capítulo 1

Na pena do editor José Barbosa

Contexto de publicação do *Panegírico de D. João III*

João de Barros (1496-1570) foi um representante expressivo da cultura letrada portuguesa do século XVI. Escreveu um conjunto de textos cuja marca está na diversidade de temas abordados e na variedade dos gêneros cultivados. Discorreu sobre a língua portuguesa, o ideal pedagógico, a expansão ultramarina, a polêmica antijudaica e o poder régio, em diálogos morais, panegíricos, obras pedagógicas, gramaticais e historiográficas.

Os estudiosos, ao se voltarem para seus escritos, comumente não problematizam as edições de suas obras. Talvez porque a maioria dos textos tenha sido publicada pelo autor ainda em vida, o que teria permitido a Barros controlar de perto o processo de edição e assim evitar as possíveis corrupções causadas pela passagem do manuscrito ao impresso. Todavia, alguns de seus textos foram impressos postumamente, como o *Panegírico da infanta D. Maria* e o *Panegírico de D. João III*: enquanto o primeiro foi publicado em 1655, o segundo conheceu prensa somente em 1740.

Ao analisar um dado texto, costuma-se negligenciar a trajetória histórica do (s) manuscrito (s), bem como as circunstâncias de edição e publicação do documento. Com isso, uma série de informações importantes para a construção de seu sentido de elaboração são deixadas de lado, como a data de impressão, a estratégia editorial envolvida, as diferenças entre edições (no caso de existir mais de uma), o uso comum do texto e o público alvo – para citar alguns exemplos do que se deve levar em consideração ao se analisar um dado texto. Neste capítulo pretende-se analisar as circunstâncias de edição do *Panegírico de D. João III*, sem perder de vista as operações realizadas em torno do escrito. O documento será considerado em sua realidade material, como resultado da projeção de um trabalho cruzado por diferentes tipos de agentes: do próprio autor do texto, mas também de editores, livreiros e impressores. Cientes de que o *Panegírico de D. João III* foi dado a conhecer em sua versão impressa apenas no Setecentos, devemos buscar aí os elementos que conduziram às formas por ele assumidas.

Ao discorrer sobre os gêneros discursivos, Luís de Sousa Rebelo mapeia, em seu verbete dedicado ao “panegírico”, a evolução desse gênero em Portugal. Começa definindo-o como uma “composição literária, em prosa ou verso, em que se exaltam as

ações e as virtudes de alguma personagem ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal”¹². Lembra Rebelo que os panegíricos radicam no gênero oratório e destinavam-se inicialmente a serem lidos perante uma assembleia pública. Se na Grécia antiga as olimpíadas eram o evento ideal para a leitura de panegíricos com temas de interesse coletivo, visto que em torno do evento reunia-se larga multidão, em Roma o gênero assume uma função mais especializada, ligando-se por vezes à instituição da *laudatio funebris* ou ao senado. O panegírico latino volta-se para o louvor individual do cidadão distinguido na comunidade, cujas qualidades deviam ser apresentadas como ideal de conduta e exemplo a ser seguido pelos demais.

No caso específico de Portugal, Rebelo identifica o surgimento do que chama “panegírico histórico”, associando-o ao processo de consolidação do poder real. À medida que a ideologia oficial tem necessidade de se impor, com vistas não apenas a defender a política de expansão, mas também justificar certos atos do comportamento individual, os cronistas empenham-se em apagar ou suavizar em suas obras determinados pormenores dos monarcas e os feitos de certas casas nobres. As crônicas portuguesas seriam cada vez mais investidas de uma intenção panegírica e apologética, a exemplo da *Crónica dos feitos de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara. A história, para os cronistas portugueses dos séculos XV e XVI, era entendida como um exemplário de qualidades morais e exigia de seu escritor um estilo dotado de adornos retóricos. Referindo-se particularmente aos exemplos do *Panegírico de D. João III* e do *Panegírico da infanta D. Maria*, Rebelo afirma que nesses textos Barros “procura acentuar apenas as qualidades do monarca e da infanta e trata de fazer realçar nesses retratos a vivência de altos valores éticos, que imprimem cunho de nobreza àqueles que são capazes de os aceitar como norma de conduta”¹³.

Com a ocupação filipina em Portugal (1580-1640), o panegírico ganha ainda mais popularidade e granjeia foros de validade historiográfica. Rebelo destaca a importância do cronista Fr. Bernardo de Brito (1569-1617), quem, sob pressão dos acontecimentos políticos do reino e por sua ligação com a casa de Bragança, teria empreendido a crônica histórica portuguesa. Por esse prisma a *Monarquia lusitana*, cujas primeiras partes saíram em 1597 e 1609, pode ser traduzida como uma longa apologia patriótica em torno dos

¹² REBELO, Luís de Souza. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte. 1982, p. 133.

¹³ Idem, p. 134.

feitos portugueses¹⁴. Já no avançar do século XVIII, o panegírico começa a acusar sinais de declínio à medida que ganha força o movimento iluminista em Portugal. Nesse momento, ganham destaque a monografia e a biografia históricas. O rigorismo erudito instaura-se como método no campo da investigação e o panegírico é relegado ao gênero oratório. Contudo, no interior das academias ele encontra ainda alguma recepção, ao atender o encômio mecenático de algum protetor, quer das artes ou das letras¹⁵.

Interessa-nos o século XVIII sobretudo por ser de 1740 a publicação do *Panegírico de D. João III*. A historiografia portuguesa desse período é marcada pela atividade fecunda da Academia Real da História Portuguesa, instituição fundada por D. João V em 1720. O labor dos acadêmicos que integram esta academia também é marcado por uma renovação em termos de método, cujas bases se assentavam na ideia de que, para bem averiguar o passado, era necessário desenterrar os tesouros que guardavam o segredo de outras épocas. A história, dentro dessa visão, devia contribuir para valorizar o próprio tempo e para tornar os homens mais doutos e felizes – daí o esforço de tornar mais acessíveis os arquivos régio e particulares. Ao contarem com a nobre tarefa de transformar os documentos silenciosos em fonte de novos conhecimentos, os historiadores revelaram um terreno fértil e promissor à historiografia, à medida que os milhares de textos descobertos passaram a oferecer uma nova visão da história pátria e a desvendar aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos e linguísticos do reino¹⁶.

O esforço dos letrados eruditos desse período é também o de deixar monumentos do presente que promovam sua passagem à história, a exemplo do pretendido por Diogo Barbosa Machado. A *Bibliotheca lusitana* é descrita por António Camões Gouveia como “um dos monumentos mais impressionantes do labor de sistematização da primeira metade de Setecentos. Recolher as biografias de centenas e centenas de escritores é obra digna de ser dedicada ao rei D. João V como uma das obras de majestade ao lado do real edifício de Mafra”¹⁷. O mesmo Barbosa Machado empenhou-se em reunir durante a vida

¹⁴ Nesse ponto, Rebelo reproduz uma análise bastante convencional. Estudos recentes repensam essa visão historiográfica tradicional de que Fr. Bernardo de Brito encontrava-se em oposição aos reis da casa de Habsburgo e indicam uma proximidade do cronista com a corte. Cf. GLOËL, Matthias. “Bernardo de Brito: a misunderstood portuguese chronicler”. In: *e-JPH*, Vol. 15, nº2, dez. 2017. Disponível em: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue30/pdf/v15n2a02.pdf. Acesso em 02/02/2019.

¹⁵ REBELO, Luís de Souza. *A tradição clássica...* p. 136-138.

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*. III Volume. Século XVIII. Lisboa: Verbo, 1974, p. 9-10.

¹⁷ GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Quarto Volume. Coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 423.

milhares de folhetos produzidos ao longo de séculos, e os classificou, recortou e reduziu a um único formato, para serem encadernados em grossos volumes. Os estudos de Rodrigo Bentes Monteiro sobre a coleção Barbosa Machado são reveladores do cuidado com que o abade de Sever escolhia e depurava o que era digno de ser adquirido para sobreviver, sem o qual aqueles impressos efêmeros estariam fadados ao desaparecimento. Homens como Barbosa Machado estavam preocupados com o passado e também com o presente português, que um dia se tornaria progresso. E ao dispor os documentos em coleção, Machado permitia que a memória de eventos e homens continuasse viva¹⁸.

Joaquim Veríssimo Serrão foi quem, com um grau de pioneirismo, estudou a criação da Academia Real da História, instituição que representa um dos maiores títulos de glória na obra cultural de D. João V. A historiografia desenvolvida no interior desta instituição assume a tarefa de elevar a grandeza da coroa portuguesa, a partir de um plano de trabalho alcançando todo o país e mesmo o ultramar. Segundo o historiador português, a academia buscava satisfazer algumas medidas que o monarca considerava urgentes, como a preservação imediata de qualquer edifício ou restos monumentais do passado, a conservação de medalhas e moedas que mostrassem ser de tempos anteriores e o pronto anúncio de quaisquer documentos desconhecidos aos superiores da instituição. Sua missão não era propriamente formar historiadores, mas recolher fontes e buscar um método para a elaboração das histórias eclesiástica e secular do reino¹⁹. No decreto de 8 de dezembro de 1720, em que D. João V institui a Academia Real da História Portuguesa, evidencia-se o objetivo central que a nova instituição devia perseguir:

Tenho resoluto que se estabeleça uma Academia, em que se escreva a História Eclesiástica destes reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a história deles, e de suas conquistas; e porque as notícias necessárias não se acharão só nos livros impressos, e manuscritos, mas estarão nos arquivos: ordenarei por cartas firmadas da minha real mão se participem à Academia todos os papeis, que deles se pedirem, comunicando-lhe os catálogos dos mesmos arquivos, e cartórios às pessoas, a cujo cargo estão, e os acadêmicos farão alguns estatutos para facilitar o seu progresso, e me proporão, para que eu como protetor da mesma Academia os examine, e aprove, para que possam ter sua devia execução, e vigor²⁰.

¹⁸ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 202-218.

¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa...* op. cit., 53-73.

²⁰ *Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa, que neste ano de 1721, se compuseram e se imprimiram por ordem dos seus censores, dedicada a el rei nosso senhor, seu augustíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia*. Lisboa Ocidental, na oficina de Pascoal da Sylva, Impresso de S. Majestade real. MDCCXXI, s/p.

O objetivo da academia era, portanto, compor a história eclesiástica e secular do reino e recuperar os nomes daqueles cuja memória e opinião estivessem sepultadas por esquecimento ou descuido. D. Manoel Caetano de Sousa, clérigo regular e membro da Academia Real, testemunhou a importância do papel assumido pelo monarca português ao protagonizar a criação de uma instituição como aquela:

[...] vence o rei nosso senhor nesta ação toda a generosidade de seus reais predecessores, que nunca pagaram tão abundantemente aos seus vassallos, e dá à justiça distributiva o melhor, e mais adequado exercício com premiar aos passados beneméritos, segurando-lhes a estimação na perpetuidade da memória, e aos vindouros seus semelhantes, facilitando-lhes nos exemplos a estimação, o que só se consegue por meio da história, e pela conservação dos verdadeiros documentos, irrefragáveis testemunhos da verdade, que não sendo conservados, e reproduzidos pela impressão, ordinariamente se perdem, e facilmente caducam, o que também tem prevenido a singular providência de Sua Majestade²¹.

Para alcançar os meios de se escrever a história eclesiástica e secular do reino, D. Manoel Caetano de Sousa, no discurso de abertura da academia, afirma ter apresentado ao monarca um largo papel no qual expôs todos os meios que lhe pareciam adequados para conseguir brevemente este fim, o de ajuntar manuscritos e convocar escritores: “Acrescentando eu que para uma e outra coisa era necessário o poder real, porque sem ele não se abrem os arquivos, nem se descobre o que neles está não só recolhido, mas sepultado. E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos e compor uma só obra, e que para isto se poder conseguir era necessário formar uma Academia”²².

A Academia Real fomentou a publicitação da memória histórica nacional, e para esta tarefa mobilizou inúmeros agentes com a incumbência de inventariar as livrarias particulares em busca de manuscritos e obras raras. Ao partilharem o gosto pelos arquivos e bibliotecas, os letrados transformaram o passado em saber competente, ao submetê-lo a regras de controle e verificação coletiva. A criação da Academia Real da História não foi um empreendimento surgido do vazio. Desde o século XVII erigiram-se academias portuguesas dedicadas à valorização da literatura nacional, sob a iniciativa dos principais nobres do reino. É de 1647, por exemplo, a Academia dos Generosos, cujos membros, entre outros, eram o guarda-mor da Torre do Tombo, Antônio Álvares da Cunha, o teatino Rafael Bluteau e os condes da Ericeira. Os Generosos mantiveram-se ativos até o século

²¹ Idem, s/p.

²² Idem.

XVIII (embora com alguns períodos de interrupção), quando se reorganizaram na Academia Portuguesa em 1717. Três anos depois, foram incorporados à Academia Real da História. A nova instituição criada por D. João V levou a efeito o programa oficial de construção coletiva da história nacional, o que, segundo Iris Kantor, apresenta-se como experiência peculiar no âmbito das formações acadêmicas europeias, devido a sua exclusividade às investigações históricas²³.

Para compreender melhor o momento de publicação do *Panegírico de D. João III*, não podemos perder de vista o esforço de reunir manuscritos, então no horizonte dos membros da Academia Real da História. A proposta de registrar os feitos gloriosos dos portugueses e de escrever a história ultramarina eclesiástica e secular exigia que notícias e documentos fluíssem dos lugares mais remotos do reino. Para isso, formou-se uma rede de contatos institucionais, na qual o secretário da academia solicitava aos agentes espalhados pelos quatro cantos do império o inventário de bibliotecas, bem como a remessa de cópias manuscritas de toda a documentação existente nos arquivos públicos e particulares²⁴.

O *Panegírico de D. João III* não foi publicado como texto isolado, mas incluído na reedição das *Notícias de Portugal*, obra escrita por Manuel Severim de Faria e impressa originalmente em 1655. Não há informações sobre a origem do manuscrito, embora algumas referências tangenciem a situação de nossa fonte à época em que foi encontrada. Uma dessas referências pode ser encontrada na parte intitulada “aos leitores”, logo no início da segunda edição das *Notícias de Portugal*:

[...] E como o Elogio de João de Barros ao mesmo rei D. João III é obra em que se vê a grande erudição, e delicadíssimos pensamentos de um homem tão excelente, se imprime agora, ainda que com alguns erros, que senão puderam emendar na falta do original, e de cópia exatíssima; e como estes Elogios não tinham ordem, se lhes deu a que pedia a sua matéria²⁵.

²³ Em seu estudo, Iris Kantor analisa as peculiaridades de que se revestiu a Academia Real da História Portuguesa em relação a congêneres europeias e, a partir daí, aprofunda-se nas singularidades que marcaram as academias da América portuguesa, com destaque para a dos *Esquecidos* e a dos *Renascidos*. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo-Salvador: Hucitec, 2004. Sobre a Academia Real da História, cf. também o importante estudo de MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

²⁴ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História...* op. cit., p. 54.

²⁵ FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal / escritas por Manoel Severim de Faria...* - 2ª Impressão / acrescentadas pelo padre D. José Barbosa. Lisboa Occidental: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, s/p.

Chama atenção na passagem acima as condições precárias do manuscrito a que se teve acesso e a intervenção do editor sobre o texto consultado. Na falta do manuscrito original ou de “cópia exatíssima”, seguiu o editor intervindo no texto à maneira como lhe convinha. Se esses dados revelam certa preocupação com o rigor científico – o que não surpreende, pois o responsável pelas adições à obra de Severim de Faria foi o erudito e membro da Academia Real da História, D. José Barbosa –, a mesma passagem indica o desejo de reabilitar a memória de alguém ilustre e que muito teria contribuído, no passado, para glorificar a pátria.

Outros dois testemunhos vêm dos qualificadores do Santo Ofício D. Caetano de Gouveia e D. António Caetano de Sousa, ambos também membros da Academia Real da História. Ao autorizar a publicação daquela nova edição das *Notícias de Portugal*, D. Caetano de Gouveia afirma: “Li as Notícias de Portugal de Manuel Severim de Faria com as adições, que de novo se lhe acrescentam, e com o excelente Panegírico, que o grande João de Barros fez ao rei D. João III e nenhuma coisa encontrei oposta à pureza da fé [...]”²⁶. D. António Caetano de Sousa também menciona o nome de João de Barros e o novo panegírico em vias de publicação:

Esta obra, que agora se pretende juntamente reimprimir, se ia fazendo tão rara, que dificultosamente poderia chegar às mãos daqueles que se aplicam com curiosidade a ler, assim é de louvar o zelo de novo se imprimir com adições, que a fazem mais estimável por serem notícias, que instruem, e põem a obra depois de quase um século no nosso tempo. No fim se lhe ajunta aquele célebre Panegírico feito no ano de 1533 ao rei D. João III por aquele insigne varão o grande João de Barros, cujo nome é o maior Elogio, para a recomendação da obra²⁷.

João de Barros não era considerado um autor pequeno. Escreveu um conjunto expressivo de textos e contribuiu para ilustrar a “pátria” e deixar de seus naturais gloriosa memória, como já registrara Severim de Faria²⁸. Publicar um de seus textos, até então esquecido, significava não só reabilitar sua figura, mas trazer para o presente a memória de um passado histórico glorioso. O *Panegírico de D. João III* situava-se assim como expressão de um tempo marcado pela euforia dos portugueses com as conquistas do ultramar e pela

²⁶ Idem. s/p.

²⁷ Idem.

²⁸ Sobre as convenções intelectuais que nortearam a escrita do retrato heroico do humanista João de Barros por Manuel Severim de Faria cf. PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Os artificios da perfeição: João de Barros por Manuel Severim de Faria”. In: *Revista de História*. (São Paulo) n. 171, v. 1, p. 175-212, jul-dez 2014. Cf. também PANEGASSI, Rubens Leonardo. *O pasto dos brutos: contexto de João de Barros, horizonte histórico e política nas “Décadas da Ásia”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. (Sobretudo o capítulo 1).

projeção daquele pequeno reino aos olhos da Europa. E o nome de seu autor, João de Barros, contribuía para valorizar ainda mais as *Notícias de Portugal* e conferir reputação à obra.

Se a origem do manuscrito é desconhecida, somos levados a crer que o texto teve circulação reduzida ou mesmo não contou com nenhuma circulação, vindo a ser descoberto somente no século XVIII. Tal hipótese se deve ao fato de que, no século anterior, ao escrever e publicar a primeira biografia de João de Barros, em 1624, Manuel Severim de Faria não fez qualquer menção aos panegíricos de Barros, embora tenha discorrido sobre as demais obras do autor, naquela altura publicadas. Ao publicar suas *Notícias de Portugal* em 1655, Faria incluiu naquela obra o *Panegírico da infanta D. Maria*, o que não ocorreu com o *Panegírico de D. João III*, provavelmente porque este panegírico permanecia desconhecido de Severim e do público em geral. É possível que o manuscrito tenha sido descoberto pelos membros da Academia Real da História, no âmbito dos esforços empreendidos de inventariar e catalogar bibliotecas e arquivos. Uma vez encontrado, foi incluído na reedição das *Notícias de Portugal*, obra que já trazia outro panegírico de Barros.

As gentes do livro

Cientes de que os autores não escrevem livros, mas textos, pois os livros são produzidos a partir do trabalho de inúmeros agentes como editores, impressores e livreiros, não podemos perder de vista que todo texto encontra-se inscrito numa materialidade, num suporte que o dá a ler. Daí ser necessário, segundo Roger Chartier, fazer uma distinção entre dois conjuntos de dispositivos: os que envolvem, por um lado, as estratégias textuais e intenções do autor, e por outro as decisões de editores e as limitações impostas por oficinas impressoras²⁹.

Em estudo que leva o título deste tópico, Diogo Ramada Curto e outros estudiosos desenvolveram um trabalho que buscou identificar os diversos agentes envolvidos no mundo do livro na Lisboa setecentista, como os impressores, aprendizes, mercadores, vendedores e contratadores. O trabalho em questão se apresenta como uma contribuição importante para a renovação dos estudos sobre a história do livro em Portugal, em função dos inventário e recolha empreendidos, que revelam a existência de um numeroso grupo

²⁹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros...* op. cit., p. 17.

de profissionais envolvidos no processo de produção e comércio do livro no reino luso³⁰. Outros estudos de natureza mais monográfica também testemunham sobre os mecanismos e os protagonistas do comércio de livros em Portugal no século XVIII, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Fernando Guedes e Manuela Domingos. Ambos os estudiosos procuram reconstituir as redes comerciais estabelecidas por um conjunto de livreiros de origem francesa sediados em Lisboa e outras localidades do reino, como os Bertrand, Férin e Chardron, estudados por Guedes, e os livreiros João Baptista Reycend e Jorge Rey, por Domingos³¹. Apesar do protagonismo desses livreiros estrangeiros estabelecidos em Portugal, eles não estavam sozinhos na atividade. Havia inúmeros outros profissionais de condição menor que também atuaram no comércio do livro no Portugal setecentista, como o livreiro Manoel da Conceição.

No frontispício das *Notícias de Portugal*, encontramos o nome de Manoel da Conceição e, na dedicatória dirigida a José Caldeira, é possível constatar que a reedição das *Notícias* foi iniciativa desse livreiro. O período de atividade de Manoel da Conceição em Portugal durou 25 anos. No estudo conduzido por Ramada Curto, encontramos a informação de que ele começou a atuar no reino em 1735, suspendeu suas atividades no ano seguinte e voltou a vender livros em 1737, atuando até 1751. Retomou suas atividades em 1753, atuou ainda entre 1755 e 1759 e nos anos de 1761, 1762 e 1767. Vendeu livros em sua loja na Rua Direita do Loreto, junto ao Conde de Santiago até o terremoto de 1755. Após a catástrofe, aparece na rua Direita da Boa Esperança, junto ao Poço dos Negros³².

Conforme mencionado, a dedicatória é dirigida a José Caldeira, presbítero do hábito de São Pedro. Na *Bibliotheca lusitana*, Diogo Barbosa Machado apresenta uma curta biografia do presbítero Caldeira e informa de suas obras publicadas³³. Apesar de não

³⁰ CURTO, Diogo Ramada [et all]. *As gentes do livro*: Lisboa, século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

³¹ GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal*: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX. Lisboa: Verbo, 1987. DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

³² CURTO, Diogo Ramada [et all]. *As gentes do livro...* op. cit., p. 146.

³³ Nascido em Lisboa em 1701, foi “protohonorário apostólico”, beneficiado na igreja de Nossa Senhora da Purificação em Sacavém, frei professo na Ordem de Cristo e ouvidor da Real Igreja da Conceição da mesma ordem, além de juiz conservador dos religiosos arrábidos do convento da serra de Cintra.. Diogo Barbosa Machado informa sobre três obras deixadas impressas por José Caldeira, ao menos até a altura em que aquele volume da *Bibliotheca lusitana* é publicado, em 1747: *Oração fúnebre nas solenes exéquias, que se fizeram na Igreja Matriz da Villa de Belas à sereníssima senhora infanta, D. Francisca no dia 30 de julho de 1736* (impressa por Miguel Rodrigues em 1736); *Sermão do invictíssimo mártir S. Justino pregado na solenidade, que se lhe consagra na Igreja de Nossa Senhora do Loreto da nação italiana no primeiro domingo de setembro neste presente ano de 1736* (impressa por Miguel Rodrigues em 1737); *Exercício devoto para celebrar os onze dias em que a insigne virgem, singular mártir, e prodigiosa doutora*

ter sido um autor de muito prestígio – a julgar pelo pouco espaço por ele desfrutado na *Bibliotheca* e pelas poucas obras publicadas – ele certamente era alguém com recursos suficientes para patrocinar a publicação de uma obra como as *Notícias de Portugal*. Sigamos Manoel da Conceição em sua dedicatória: “Fora acerto a não ser eleição dedicar a v.m. as Notícias de Portugal, que escreveu Manoel Severim de Faria, porque além de não poderem buscar mais seguro asilo contra a malevolência dos críticos modernos, tem nele também manifesto o motivo para o patrocínio”. No passo seguinte, Manoel da Conceição compara as qualidades intelectuais de Manuel Severim de Faria com as de José Caldeira: “Porque sendo esta obra escrita pela elegante pena de um homem consagrado ao culto divino, e a quem todo o gênero de erudição e doutrina fez conhecidamente grande, com bem fundada razão devia aparecer novamente no teatro do mundo debaixo da proteção de quem lhe fosse semelhante no estado, e na ciência”. Após destacar as qualidades do orador José Caldeira, Conceição afirma ter encontrado aí as razões para buscar seu patrocínio: “Finalmente o mesmo Túlio para formar a ideia adequada de um orador, diz se requer nele o ornato de quase todas as ciências e artes liberais, e como em v.m. admiramos esta notável grandeza, por isso o busco para protetor de Manoel Severim”³⁴.

O livreiro enfatiza as qualidades intelectuais de seu protetor, destacando que só a sabedoria e o cultivo às letras podiam tornar possíveis o patrocínio daquele empreendimento: “Confesso que sim me ocorreu procurar o patrocínio de algum grande, mas arrependido logo da ignorância, tomei a firme resolução de implorar o de v.m. porque só um sábio pode tomar debaixo do seu amparo outro sábio, pois só na semelhança se encontra o amor, sem o qual se faz muitas vezes desagradável este obséquio”. E conclui não ser justo que a memória de Manuel Severim de Faria “ficasse exposta aos perigos, que podia achar na grossaria, de quem não conhece a estimação, que lhe é devida”³⁵. Apesar de demonstrar o desejo de reabilitar a obra de um homem ilustre tal como foi Manuel Severim de Faria, não podemos desconsiderar o interesse comercial que conduziu as ações do livreiro Manoel da Conceição. Como qualquer livreiro interessado em tornar uma obra vendável, Manoel da Conceição também foi movido por interesses econômicos ao reeditar as *Notícias de Portugal*.

Santa Catarina esteve no seu cárcere por ordem do imperador Maximiano (impressa por Pedro Ferreira em 1732). Cf. *Bibliotheca lusitana*, vol. 2, p. 836-837.

³⁴ Citações retiradas da dedicatória escrita por Manoel da Conceição a José Caldeira. In: FARIA, Manuel Severim. *Notícias de Portugal...* op. cit., 1740, s/p.

³⁵ Idem.

Uma forma bastante comum utilizada pelos livreiros portugueses no século XVIII para divulgar a venda de livros foi a de anunciar os títulos na *Gazeta de Lisboa*. André Belo estudou a circulação de livros na primeira metade de Setecentos a partir desses anúncios. No recorte temporal de seu estudo (1715 a 1760), o autor verificou tanto o crescimento na divulgação de obras impressas quanto o caráter não especializado da literatura anunciada, a dirigir-se a um mercado estreito e em formação. Esses anúncios acompanharam a publicação da *Gazeta* desde seu início e contavam com um espaço definido no periódico: na última página, sob o título “advertências” ou apenas separados do restante das notícias por um filete, eram anunciadas em itálico as obras publicadas ou em publicação no momento em que a *Gazeta* saía à luz. Esses anúncios obedeciam a dois aspectos formais: a identificação clara da obra (com o título e/ou o assunto de que tratava) e o local onde se vendia. Segundo André Belo, a presença constante do local de venda das obras indica a vocação comercial dos anúncios, já que se anunciavam livros disponíveis para venda em local específico como meio de informar o público da existência de uma obra nesse sítio e, assim, vendê-la. Entre 1715 e 1760, foram anunciados cerca de 2.500 títulos de obras impressas. Os vendedores recorreram à *Gazeta de Lisboa* para anunciar novidades editoriais e, por vezes, outros títulos à venda em sua loja. Belo destaca que o recurso ao anúncio foi feito sobretudo por aqueles que não tinham outros meios de publicitar suas vendas, como os pequenos livreiros e impressores lisboetas e os autores de livros que procuravam escoar seus exemplares e assim obter pagamento pelas suas obras³⁶.

Recorremos à *Gazeta de Lisboa* para verificar as possíveis relações do livreiro Manoel da Conceição com o periódico. A partir de nossa consulta aos anúncios, no período em que o livreiro se manteve ativo em Lisboa, ao longo de 25 anos, encontramos exatos 120 anúncios de livros³⁷. O número chega mesmo a superar a contabilidade realizada por André Belo em relação a outros livreiros que também recorreram ao periódico com sistematicidade, como é o caso de Bento Soares (90 títulos anunciados

³⁶ BELO, André. *As gazetas e os livros: a “Gazeta” e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

³⁷ Em relação ao período de atividade de Manoel da Conceição em Portugal, seguimos os dados apresentados por Diogo Ramada Curto atrás referido, que vai de 1735 e 1767. Vale lembrar que o livreiro não atuou em todos esses anos. Dessa forma, recorremos apenas aos periódicos correspondentes aos anos em que Conceição atuou em Portugal. Consultamos a versão digitalizada das gazetas, disponível no site: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>. As gazetas referentes aos anos de 1753 e 1755 estão em falta na coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa. No ano de 1762, a publicação das gazetas aconteceu apenas no primeiro semestre, tendo sido suspensa entre 16 de junho de 1762 e 3 de agosto de 1778.

entre 1723 e 1759) e João Rodrigues (80 títulos anunciados entre 1721 e 1758). Os anúncios de Manoel da Conceição só não superam em quantidade os de Manuel e Guilherme Diniz, os vendedores de gazetas: entre 1715 e 1752, anunciaram cerca de 150 títulos, entre livros e folhetos³⁸. O que chama atenção em relação aos anúncios de Conceição é a divulgação de obras cujos autores pertenciam aos quadros da Academia Real da História. Para citarmos alguns exemplos, no número 7 da *Gazeta*, de 13 de fevereiro de 1738, é anunciada a *História do senhor de Matozinhos e da sua nova transladação*, cujo autor, António Cerqueira Pinto, era acadêmico supranumerário da Academia Real. A obra foi anunciada novamente em outubro do mesmo ano (*Gazeta de Lisboa*, nº 40, 2 de outubro de 1738). Em 1740, Manoel da Conceição recorre à *Gazeta* para anunciar a *Epopéia ao herói D. João de Castro*, composta por D. Tomás Caetano do Bem (*Gazeta de Lisboa*, nº 4, 28 de janeiro de 1740). Outra obra de Caetano do Bem é anunciada em novembro de 1749. Desta vez, a *Oração fúnebre dirigida a D. Jayme de Melo, terceiro duque do Cadaval* (*Suplemento à Gazeta de Lisboa*, nº 46, 20 de novembro de 1749).

Outros autores de renome, como Francisco Xavier de Meneses (4º conde da Ericeira) e os teatinos Caetano de Gouveia, António Caetano de Sousa e Jerónimo Contador de Argote tiveram suas obras anunciadas na *Gazeta de Lisboa* e vendidas na loja de Manoel da Conceição. Mas, dos membros da Academia Real, o autor que mais se destaca pela quantidade de obras anunciadas é, sem dúvidas, o teatino José Barbosa. No período aqui considerado, Barbosa teve oito obras divulgadas: quatro sermões, dois elogios, um epítome e uma oração. Por ocasião da morte do clérigo, Manoel da Conceição recorreu à *Gazeta* para anunciar o *Elogio fúnebre do reverendíssimo P. D. José Barbosa...*, composto e recitado na Academia em 13 de agosto de 1751 pelo conde de Vila Maior, Manoel Teles da Silva³⁹.

Esses dados, reveladores de uma proximidade do livreiro Manoel da Conceição com os membros da Academia Real da História, em particular com D. José Barbosa, podem explicar as razões deste último ter sido o responsável pelas atualizações das *Notícias de Portugal*. Como já era previsível, no número 22 da *Gazeta*, de 2 de junho de

³⁸ Cf. BELO, André. *As gazetas e os livros...* op. cit., p. 87-88. Belo não contabiliza os anúncios de Manoel da Conceição, limitando-se a alguns livreiros e impressores lisboetas, embora o próprio autor reconheça não ter feito uma contabilidade sistemática que envolvesse todos os livreiros e impressores indicados nos anúncios.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*, nº 51, 21 de dezembro de 1751. A obra é anunciada novamente no *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, nº 52, de 1 de janeiro de 1752.

1740, encontramos o anúncio referente à publicação das *Notícias de Portugal*, com a seguinte descrição: “Imprimiram-se segunda vez in folio as *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria acrescentadas nesta segunda impressão pelo Padre D. José Barbosa Clérigo Regular da Divina Providência com um Elogio a ElRey D. João III por João de Barros*”⁴⁰. É curioso observar no anúncio a referência ao nome de D. José Barbosa e ao novo panegírico de João de Barros, que acompanhava aquela edição. Tanto um quanto outro podem ser indicativos da estratégia utilizada pelo livreiro de chamar a atenção do público, seja pela reputação que o nome de Barbosa conferia à obra, seja pela boa recepção que os panegíricos tinham entre os leitores. No ano seguinte, outro anúncio foi feito em relação à venda das *Notícias de Portugal*, como forma de lembrar ao público daquela obra:

Imprimiu-se a vida do venerável Padre Bartholomeu do Quental, fundador da Congregação do Oratório no Reino de Portugal. Vende-se na loja de Manoel da Conceição, livreiro na rua direita do Loreto, onde se achará também o livro intitulado *Notícias de Portugal*, escritas por Manoel Severim de Faria e adicionadas pelo Reverendo P. D. José Barbosa”⁴¹.

Desta vez, omitiu-se a referência ao panegírico de Barros, mas preservou-se a de D. José Barbosa, certamente porque seu nome dava peso e conferia reputação à obra.

A relação entre o livreiro Manoel da Conceição e o acadêmico Barbosa ilustra uma situação maior de associação entre a própria *Gazeta de Lisboa* e a Academia Real da História, como mostra André Belo em seu estudo. Segundo o autor, entre 1721 e 1726 o impressor da *Gazeta* era também o da Academia, o que revela uma proximidade entre a instituição e o periódico. A *Gazeta* também veiculava notícias do mundo acadêmico, bem como as atividades de outras academias menores, de Lisboa ou da província. No posfácio de seu livro, Belo narra um episódio curioso, em que o então redator da *Gazeta*, José Freire de Montarroio Mascarenhas, tentou, sem sucesso, tornar-se um dos membros da Academia Real, em 1721. Montarroio teria enviado uma carta ao conde da Ericeira, defendendo suas capacidades e proezas históricas. Mas as referências que deu de si não foram suficientes para lhe assegurar um lugar no interior da seleta república das letras portuguesas. Além do mais, as ocupações que ele desempenhava na *Gazeta* foram utilizadas como argumento para contrariar a sua entrada. De acordo com Belo, o episódio envolvendo Montarroio é indicativo da forma como se construía uma carreira no mundo

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 22, 2 de junho de 1740.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa*, nº 30, 27 de julho de 1741.

das letras e das academias no século XVIII, cuja tensão apontava para os diferentes papéis desempenhados pelo impresso e pelo manuscrito: “por um lado [há] uma cultura do manuscrito que está associada à troca de textos e informação entre um número seletivo de eruditos e acadêmicos; por outro [há] uma cultura do impresso associada à publicação (e venda) de folhetos para um público mais alargado, em que a reputação do autor parece estar sujeita à desvalorização”⁴². Nos vários textos escritos por Mantorroio e noticiados na *Gazeta*, seu nome quase nunca aparece. Não se trata de uma exceção, já que em muitos casos era comum o nome do autor não aparecer na descrição feita da obra. No entanto, reforça André Belo, “quando esses nomes contribuem para conferir reputação a uma obra, [...] a referência é bem marcada”⁴³. Lembremos novamente do nome de José Barbosa, que aparece nos dois anúncios aqui transcritos.

D. José Barbosa (1674-1750) foi, a seu tempo, um erudito de enorme projeção. Era o mais velho dos irmãos Barbosa (referimo-nos a Inácio e Diogo Barbosa Machado). Abraçou a religião dos teatinos ainda jovem, onde fez carreira e notabilizou-se como orador. Em Portugal, os teatinos sempre tiveram ligações fáceis com a nobreza e com a casa real, seja pelo constante reafirmar dos valores religiosos ou pelo elevado nível cultural que procuravam manter entre si. Entre os portugueses, alguns dos nomes de maior vulto da cultura erudita do século XVIII vieram da ordem, como é o caso de Rafael Bluteau, Manuel Caetano de Sousa, António Caetano de Sousa, Jerónimo Contador de Argote e Tomás Caetano do Bem. Além, é claro, do próprio José Barbosa. Todos os aqui citados foram incorporados à Academia Real da História com a sua fundação, em 1720⁴⁴.

Em 1713 Barbosa passou a desempenhar o cargo de cronista da casa de Bragança, o que lhe valeu a entrada para a Academia Real. Nesta instituição recebeu o encargo de compor as *Memórias históricas* do conde D. Henrique e de seu filho. Ao longo de sua vida, escreveu e publicou epítomes, panegíricos, elogios e sermões, de que seu irmão Diogo Barbosa Machado dá notícia detalhada⁴⁵. Joaquim Veríssimo Serrão aponta como sua obra mais valiosa o *Catálogo cronológico, histórico, genealógico e crítico das rainhas de Portugal e de seus filhos*. Conforme o historiador, a obra em questão, publicada em 1727, pode ser considerada a primeira da historiografia portuguesa a colocar

⁴² BELO, André. *As gazetas e os livros...* op. cit., p. 115.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Para a história dos teatinos em Portugal, pertencentes ao clero regular, cf. GOUVEIA, António Camões. “Teatinos”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 271-274.

⁴⁵ Para a biografia do autor e a relação de suas obras, ver *Bibliotheca lusitana*, vol. 2, p. 825-829.

as rainhas no centro de estudo. Serrão chama atenção ainda para a reedição dos *Elogios dos reis de Portugal*, de Frei Bernardo de Brito, a que Barbosa quis ligar seu nome com notícias adicionais ao texto. Barbosa escreveu os elogios referentes a Filipe III e Filipe IV e os respeitantes aos primeiros monarcas de Bragança, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V (monarca reinante). Mesmo vivendo um século depois de Brito, Barbosa procurou imitar-lhe o estilo e respeitar o plano geral da obra, como se buscasse preservar o espírito histórico que guiou a feitura dos *Elogios* – embora não se encontre na reedição qualquer prólogo ou advertência da parte do editor. Há apenas a dedicatória ao príncipe D. José (depois rei) e a epístola ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real – ambos escritos por Manuel Lopes Ferreira, proprietário da Oficina Ferreiriana –, o que leva Serrão a concluir que a edição foi encomendada a Barbosa para satisfazer vantagens de ordem editorial⁴⁶. Este caso, conforme se verá a seguir, não difere em nada da forma como foi conduzida a reedição das *Notícias de Portugal*.

Por dentro dos dispositivos formais dos textos

A reimpressão das *Notícias de Portugal* ficou a cargo de António Isidoro da Fonseca, que atuou em Portugal nas funções de impressor e livreiro entre os anos de 1728 e 1747⁴⁷. Embora sejam poucas as informações sobre sua vida, é possível afirmar que o impressor alcançou certo êxito em seu ofício, pelas inúmeras obras que saíram de sua oficina tipográfica. Imprimiu-as até ao menos 1745, embora sem contar com o privilégio de impressão, pelo qual se garantia o monopólio na produção de documentos. Das obras mais conhecidas saídas de sua oficina está o primeiro volume da *Bibliotheca lusitana*, cujo autor, Diogo Barbosa Machado, a fez imprimir em 1741. Em 1746, a Inquisição exigiu que todos os impressores da corte assinassem um termo de compromisso, por meio do qual se comprometiam a não imprimir sem as devidas licenças do Santo Ofício. O termo não foi assinado por Isidoro da Fonseca, indicando que naquela altura ele não mais comandava uma oficina no reino. O impressor se estabeleceu então no Rio de Janeiro, onde conduziu a sua chamada “segunda” oficina a partir de 1747. Na colônia produziu ao menos – do que se conhece – alguns folhetos, teses jesuíticas e um livro de compromisso de irmandade, até se ver forçado a retornar a Portugal, em 1749. No reino, chega a solicitar

⁴⁶ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa...* op. cit., p. 123-128.

⁴⁷ Cf. CURTO, Diogo [et all]. *As gentes do livro...* op. cit., p. 69.

ao Conselho Ultramarino uma permissão para retomar suas atividades no Rio de Janeiro, o que lhe é negado em 1750⁴⁸.

No levantamento de Jair Norberto Rattner sobre as obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Portugal, pode-se observar a ligação do impressor com alguns membros da Academia Real da História. Dos teatinos, Isidoro imprimiu obras de Jerónimo Contador de Argote (duas), Tomás Caetano do Bem (duas), Caetano de Gouveia (três), António Caetano de Sousa (duas) e José Barbosa (vinte). De todos esses, José Barbosa teve de longe o maior número de obras impressas por aquele tipógrafo. Embora o estudo de Rattner não contemple a totalidade das obras impressas por Fonseca, apenas as existentes na Biblioteca Nacional de Portugal (115 obras publicadas entre 1735 e 1748), os números apresentados revelam uma ligação do impressor com os teatinos, em particular com José Barbosa. O levantamento revela ainda uma relação entre Isidoro e o livreiro Manoel da Conceição: em pelo menos sete obras, o nome de Conceição aparece como o livreiro responsável pelas suas vendas⁴⁹. Logo, se até aqui havia sido evidenciada a relação entre o livreiro Manoel da Conceição e os membros da Academia Real da História, em particular José Barbosa, pode-se apontar também uma ligação do livreiro com o impressor Isidoro da Fonseca e deste com José Barbosa.

A exemplo do ocorrido com os *Elogios dos reis de Portugal*, de Frei Bernardo de Brito, a reedição das *Notícias de Portugal* também esteve a cargo de José Barbosa, que atualizou a obra outrora escrita por Manuel Severim de Faria. Quando comparamos as duas edições das *Notícias*, a de 1655 e a de 1740, as intervenções na segunda mostram-se evidentes. O editor interferiu no texto em vários momentos, fazendo acréscimos e atualizações.

Barbosa agrupou as matérias num volumoso *in-folio* e teve o cuidado de preservar a forma e o conteúdo da edição de 1655. Em relação aos aspectos formais manteve a pontuação, a ortografia, as citações latinas e também as estampas das moedas que acompanham o texto. No que respeita ao conteúdo, as intervenções já se mostram visíveis

⁴⁸ Sobre o período de atividade de António Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, cf. o estudo desenvolvido por BARROS, Jerónimo Duque Estrada de. *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012.

⁴⁹ RATTNER, Jair Norberto. *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990. Outro levantamento mais detalhado foi conduzido por Jerónimo Duque Estrada de Barros. O pesquisador partiu do levantamento realizado por Rattner e atualizou-o, localizando outras obras impressas por Isidoro da Fonseca não apenas no Brasil e em Portugal, mas também em acervos espalhados pelo mundo. Cf. BARROS, J. D. E. *Na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca: Levantamento e análise das obras produzidas pelo primeiro tipógrafo da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Artigo publicado on-line no site da Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/en/node/1936>. Acesso em 02/02/2019.

desde o início da obra, quando o editor apresenta uma pequena biografia de Manuel Severim de Faria. No Discurso IV, sobre as moedas nacionais, continuou o inventário iniciado por Severim de Faria, apresentando as moedas dos reinados de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V. Na seção “memorial de alguns cardeais portugueses”, acrescentou as biografias dos cardeais de finais do século XVII e da primeira metade do XVIII, a saber, Veríssimo de Lancastre, Luís de Sousa, Nuno da Cunha Ataíde, José Pereira de Lacerda, João da Motta e Silva e Tomás de Almeida. Ao final dessa seção, encontra-se escrito com o próprio punho o nome de outros seis cardeais, certamente os prelados portugueses da época⁵⁰. Já na parte dedicada aos elogios, a edição de 1655 traz, nessa ordem, o *Elogio* de Frei Bernardo de Brito, o *Elogio de Évora*, o *Elogio do rei D. João de Portugal III do nome*, de António de Castilho, e o *Panegírico a mui alta e esclarecida princesa infanta D. Maria nossa senhora*, de João de Barros. Já na edição de 1740, a grande novidade editorial é apresentada, sob o título *Ao muito alto e muito poderoso rei de Portugal D. João III deste nome. Panegírico de João de Barros*. Os demais elogios são transcritos na sequência desse novo panegírico de Barros, naquela altura publicado pela primeira vez.

Como já tivemos a ocasião de assinalar, o *Panegírico de D. João III* foi apresentado nesta nova edição como, de fato, uma grande novidade editorial. Uma das referências a ele encontra-se na seção “aos leitores”, outras duas são feitas também na própria obra, pelos qualificadores do Santo Ofício e uma quarta no anúncio da *Gazeta de Lisboa*. O ineditismo do texto, somado a sua importância histórica, conferiram à reedição das *Notícias de Portugal* um valor singular, como mais um episódio importante da história secular do reino, embora os fabulosos panegíricos por vezes fossem desacreditados nesse tempo. Na dedicatória à tradução do *Sermão que pregou em dia de santa Luzia o cardeal Cassini*, obra impressa em 1739, Caetano de Gouveia Pacheco teria escrito: “Os panegíricos [...] passam hoje por documentos de pouca fé. Deixem vossas excelências os seus louvores por conta da história, porque só ela, sem lhe serem necessárias as cores da eloquência, os saberá retratar com toda a perfeição”⁵¹. De todo

⁵⁰ O exercício de comparação entre as duas edições também pode ser encontrado em SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1962, p. 107-108. Francisco Lourenço Vaz chama atenção para o conceito de livro da época, em que “completar e acrescentar um original eram objetivos presentes nas reedições e [...] transmit[iam] a ideia de tentar fixar ou sistematizar os fatos e conhecimentos entretanto ocorridos”. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

⁵¹ Cf. a passagem em MARTINS, António Coimbra. “Luzes”. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 843 e REBELO, Luís de Souza. A

modo, se é verdade que os panegíricos começam a sofrer um descrédito nos círculos eruditos do século XVIII, o público leitor mais alargado não devia compartilhar do mesmo senso crítico. Conforme atesta Isabel Ferreira da Mota, os panegíricos eram vendáveis e bem aceitos entre os leitores, assim como os discursos e as obras de história, principalmente se trouxessem a chancela da Academia Real⁵².

Mas é preciso não perder de vista que o *Panegírico de D. João III* estava sendo impresso pela primeira vez: tratava-se de um documento raro, depositado em algum arquivo e cuja existência era desconhecida, pois o próprio Severim de Faria – em biografia dedicada a João de Barros no século anterior – não fez qualquer menção a esse texto. No esforço empreendido pelos membros da Academia Real da História de inventariar os arquivos do reino e reunir o maior número possível de documentos, muitos manuscritos até então desconhecidos passaram a ser publicados. Ainda de acordo com Ferreira da Mota, os teatinos, entre os quais figura D. José Barbosa, constituíam um grupo que realizava um trabalho de erudição e crítica bem elaborado e estruturado, cujas marcas estavam em sua procura por fontes, na crítica bibliográfica e no rigor com a escrita. Sua livraria era riquíssima em livros raros, manuscritos antigos, medalhas, gravuras e coleções de documentos, que os clérigos adquiriram ao longo dos anos com a ajuda financeira da coroa⁵³.

Há de se levar em conta também que José Barbosa era leitor e admirador da obra de João de Barros, conforme testemunha Tomás Caetano do Bem na biografia dedicada a seu companheiro de ordem. Segundo o também teatino, José Barbosa era um exímio orador, ao falar com propriedade e pureza a língua materna, com o cuidado de evitar a sua corrupção. Embora compreendesse o castelhano, o francês e o italiano, valeu-se dessas línguas apenas para a erudição. Nas composições que deixou registradas em português, não se acha termos de idiomas estrangeiros. E continua Tomás Caetano do Bem:

Esta abundância e pureza de vozes adquiriu o padre Barbosa na contínua lição e grande reflexão, com que lia as obras de Barros, Lucena, Vieira, e outros; e principalmente de Jacinto Freire de Andrade, na vida de D. João de Castro, cuja obra leu vinte e oito vezes, porque no seu conceito e no de todos os mais

tradição clássica... op. cit., p. 137. Nas obras aqui citadas, os autores discorrem sobre os sinais de declínio dos panegíricos no avançar do século XVIII.

⁵² MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História...* op. cit., p. 86.

⁵³ Idem, p. 68-70.

inteligentes é este escritor um dos primeiros mestres da eloquência portuguesa⁵⁴.

João de Barros era, para José Barbosa, uma autoridade intelectual cujo nome era digno de ser lembrado e eternizado, dadas as inestimáveis contribuições que legou à posteridade, de modo particular no campo linguístico. Não custa lembrar que é de João de Barros a segunda gramática da língua portuguesa, obra na qual o autor realiza um grande trabalho de normatização e reflexão sobre a língua materna. Imprimir um manuscrito da sua lavra, até então desconhecido, era uma forma modesta de José Barbosa – um cultor da língua portuguesa – reabilitar a memória de um homem ilustre e que muito contribuiu, no passado, para elevar a dignidade do vernáculo português.

Nada se sabe a respeito do *Panegírico de D. João III* antes de sua publicação, nem mesmo como foi encontrado. As únicas informações sobre o texto encontram-se na seção “aos leitores” das *Notícias de Portugal*, provavelmente escritas por José Barbosa⁵⁵. Embora sejam poucas as palavras – as únicas que testemunham sobre as fontes consultadas –, o excerto traz algumas implicações. Barbosa afirma imprimir o panegírico com “alguns erros”, já que não encontrou outra fonte mais segura que pudesse lhe dar um retrato mais fiel sobre o texto originalmente composto. Essas preocupações ilustram bem o perfil dos membros da Academia Real da História, para quem o rigor documental era regra fundamental⁵⁶. Fica claro, nas palavras de José Barbosa, que ele não teve acesso a um texto acabado, bem ordenado e estruturado. Pelo contrário, deparou-se com fragmentos, podemos dizer, aleatórios e sem qualquer ordenação. Decorre daí ter ele procedido a sua maneira.

O único manuscrito do *Panegírico de D. João III* do qual se tem conhecimento está sob guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Ao consultarmos o texto a partir de cópia digitalizada, fica evidente que ele não pode ter sido aquele a que Barbosa se refere, pois o documento não apresenta as características descritas pelo editor. É um texto enumerado do início ao fim, totalizando 78 folhas escritas em frente e verso, apresenta uma grafia regular, como resultado do trabalho de um único copista e encontra-

⁵⁴ D. Thomaz Caetano de Bem. *Memórias Historicas e Chronologicas da Sagrada Religiao dos Clerigos Regulares em Portugal e suas conquistas na India Oriental*. Tomo II, Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1794. p. 170.

⁵⁵ “[...] E como o Elogio de João de Barros ao mesmo rei D. João III é obra em que se vê a grande erudição, e delicadíssimos pensamentos de um homem tão excelente, se imprime agora, ainda que com alguns erros, que senão puderam emendar na falta do original, e de cópia exatíssima; e como estes Elogios não tinham ordem, se lhes deu a que pedia a sua matéria”. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal...* op. cit., 1740, s/p.

⁵⁶ Cf. MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História...* op. cit., p. 70.

se bem ordenado. Não é um texto fragmentado, como indica o padre José Barbosa, mas um documento que configura uma unidade. Com isso somos levados a pensar nas seguintes hipóteses:

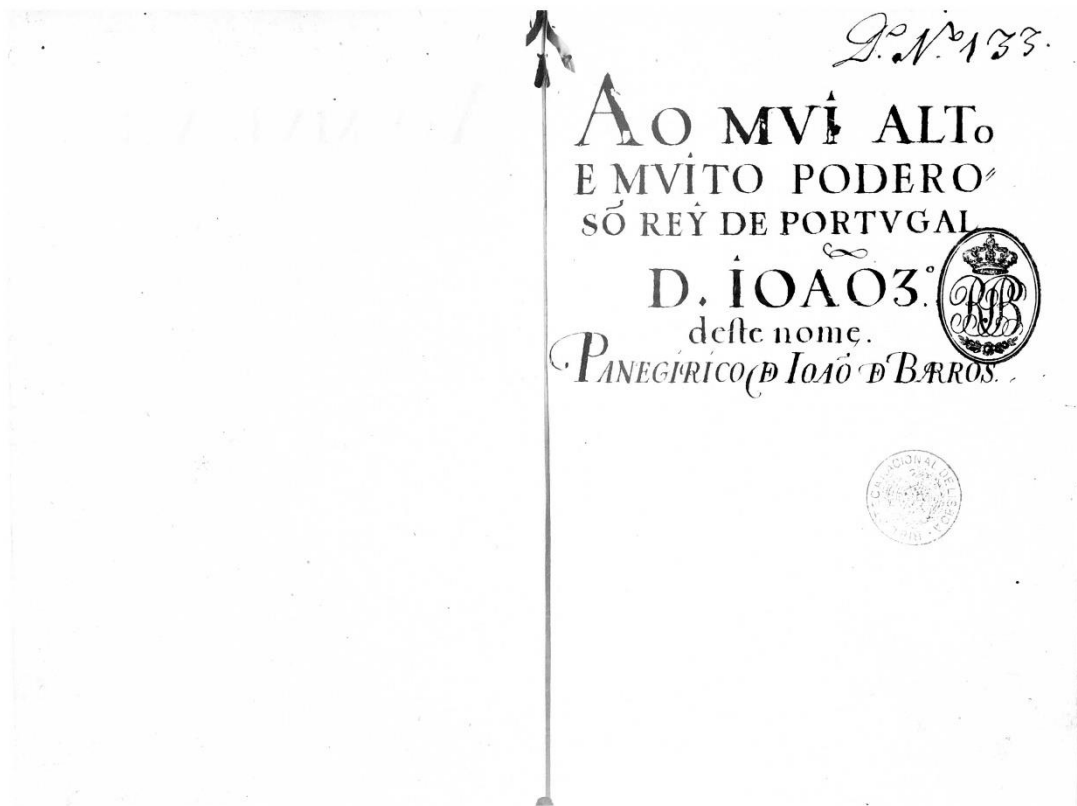
- Se o manuscrito depositado na BNP já existia antes da edição de 1740, José Barbosa muito provavelmente não o consultou. Suas palavras não apontam para isso⁵⁷;
- Se o manuscrito da BNP já existia antes da edição de 1740 e José Barbosa não o consultou, a edição empreendida por ele permaneceu praticamente idêntica ao manuscrito, o que é muita coincidência;
- Se esse manuscrito e a edição de 1740 são muito semelhantes e José Barbosa não consultou aquela fonte, ela pode ter sido copiada posteriormente a partir da edição empreendida por Barbosa;
- Ou – um último caso a ser considerado e que nos parece mais evidente –, se o manuscrito hoje existente na BNP e a edição de 1740 são praticamente idênticos, esse manuscrito pode ter saído das mãos do próprio José Barbosa ou de um copista, tendo sido elaborado com base nos papéis que ele diz ter encontrado – e foi esse o manuscrito que serviu de base ao impressor;

A partir da análise do documento⁵⁸, identificamos as características a seguir. O manuscrito traz na folha de rosto o título *Ao mui alto e muito poderosõ Rey de Portugal D. João 3o. deste nome. Panegirico de João de Barros*. Ao que parece, esse título foi desenhado. Junto a ele encontra-se um *ex-libris* da biblioteca régia. No verso do fólio que leva o título inicia-se o texto, disposto em duas colunas. Ao longo de seus 78 fólhos, há apenas dois únicos parágrafos. O documento apresenta uma escrita caligráfica elegante, pausada, leve e com poucos nexos, isto é, a maioria das letras é independente e não lançada num jato único, num movimento contínuo como as cursivas aligeiradas.

⁵⁷ Giuseppe Marcocci afirma ser o manuscrito do início do século XVII, embora não apresente as evidências que o levaram a tal conclusão: “Data dos inícios de Seiscentos uma alegada versão manuscrita do texto, a única encontrada até hoje. Não se sabe quando é que o códice, manifestamente manuseado (talvez na época da edição setecentista), tenha entrado na biblioteca régia”. Cf. MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império*. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 254.

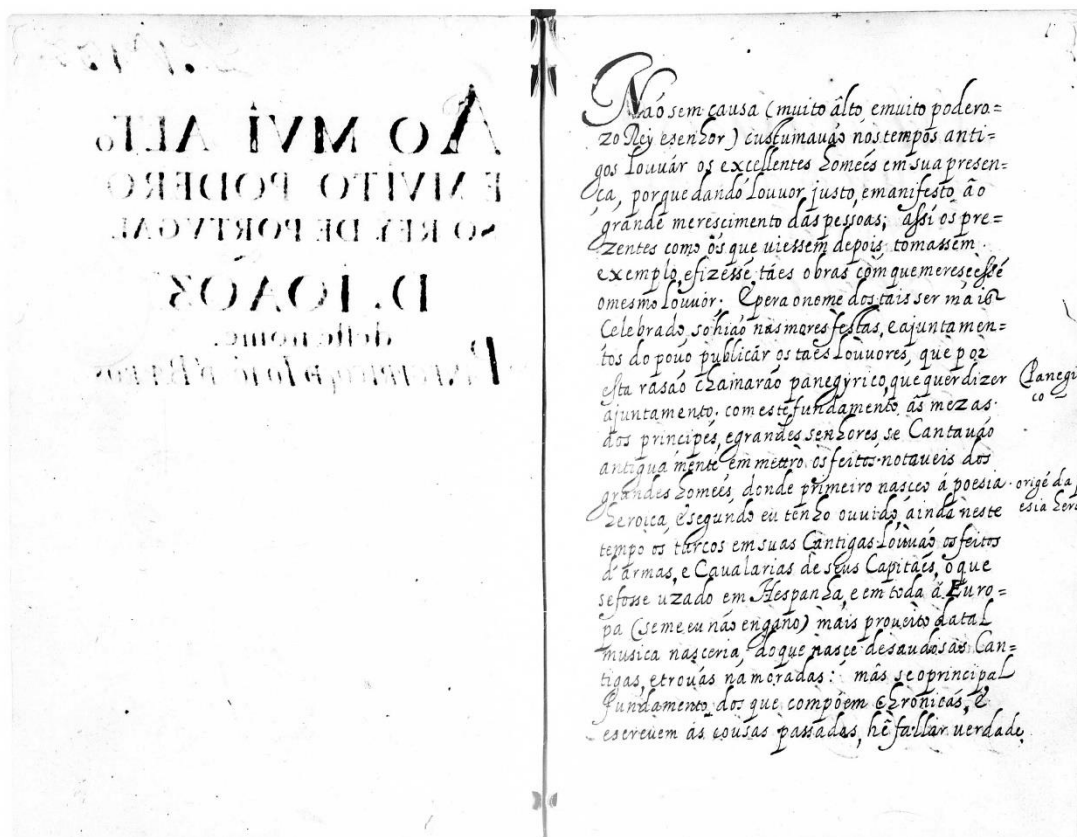
⁵⁸ Ressaltamos novamente que nosso acesso ao texto se deu a partir de uma cópia digitalizada e reconhecemos as limitações impostas pelo não contato com o documento físico.

Provavelmente situada entre os séculos XVII e XVIII, a escrita pode ser classificada como humanística cursiva, feita por um *scriptor* com bom domínio da arte de escrever⁵⁹.



Folha de rosto do panegírico. Documento disponibilizado pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) através de microfilmagem.

⁵⁹ Deixamos aqui registrado o nosso agradecimento a Márcia Almada, professora da Escola de Belas Artes da UFMG, e Alcía Duha Lose, docente do Instituto de Letras da UFBA, por terem auxiliado em diferentes momentos com a análise do documento.



Texto inicial do panegírico. Documento disponibilizado pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) através de microfilmagem.

O documento apresenta espaçamento em suas margens laterais e inúmeras notas, o que indica que o corpo do texto foi preparado para receber tais notas. Encontramos ao menos dez rasuras⁶⁰ e quatro trechos grifados⁶¹. No fim do documento, encontra-se possivelmente uma nota de posse: “Antonio Moreira de Souza”⁶².

A edição impressa contém o título idêntico ao do manuscrito da BNP. A única diferença nessa parte é que ela traz o ano de composição (1533) logo abaixo do título, enquanto no manuscrito da BNP o ano de composição aparece só ao final do texto.

⁶⁰ As rasuras no manuscrito encontram-se nas páginas 9, 11, 41, 48, 54, 110, 131, 132, 143 e 150. Em alguns casos, elas acontecem pelo fato do copista ter cometido algum erro na escrita de uma palavra. Em outros, a rasura se dá a partir do borrão da tinta.

⁶¹ Os trechos grifados no manuscrito são os seguintes: “no povo dos judeus não se acharia nenhum profeta, nem sacerdote que faltasse verdade, e que os judeus seriam lançados por todo o mundo”, p. 46. “sacrificar porcos [...] carne de porco [...] a circuncisão”, p. 49. “Mal se pode conservar o reino, em que os vassallos não têm medo ao príncipe e não lhe querem bem”, p. 54. “com perigo que desistir dela com vergonha”, p. 114. É curioso observar os trechos grifados que fazem referência aos judeus. Estaria o copista procurando identificar pontos de ligação entre esse panegírico com outras obras de Barros? Não custa lembrar que na *Ropicapnefma* (1532) Barros discutiu longamente sobre a questão judaica.

⁶² Essa referência à suposta nota de posse encontra-se em MARCOCCI, Giuseppe. op. cit., p. 254, nota 551. Diogo Barbosa Machado informa que Antonio Moreira de Sousa foi cavaleiro da Ordem de Cristo, estudou filosofia no colégio dos jesuítas e ao longo da vida reuniu uma seleta livreria de livros impressos e manuscritos. Cf. *Bibliotheca lusitana*, Vol. 4, p. 48-49.

Diferentemente desse manuscrito, que contém dois únicos parágrafos, o texto impresso encontra-se organizado em 128 parágrafos. Quando comparados, os dois textos não apresentam tantas diferenças entre si, apenas alguns erros e variantes. O responsável pela edição contemporânea do panegírico, Manuel Rodrigues Lapa, notou que as variantes encontradas nas edições impressas podem ser legítimas, sendo obra do próprio autor⁶³. Para citar dois exemplos, em grande parte dos casos essas alterações se dão porque o responsável pelo texto impresso trocou de ordem as palavras de uma sentença: onde se lê “de mim verdadeiramente digo”⁶⁴ e “de poderosos reis”⁶⁵, no manuscrito da BNP, lê-se “de mim digo verdadeiramente”⁶⁶ e “de reis poderosos”⁶⁷, no impresso. Há inúmeros outros casos desse tipo. Observamos apenas um único grande corte (não sabemos se deliberado ou não) entre as duas versões. Trata-se da supressão de 14 linhas no texto impresso, não editadas do manuscrito⁶⁸. Fora isso, o texto segue praticamente idêntico: até mesmo os parênteses encontrados ao longo do texto manuscrito se reproduzem no impresso. Por fim, uma última observação importante, a edição impressa de 1740 suprimiu todas as notas de margem presentes no manuscrito.

Diante do exercício de cotejamento, pode-se supor que o texto manuscrito depositado na BNP serviu de modelo para a edição impressa de 1740, ou essa impressão foi a base da cópia manuscrita existente. Nossa hipótese, como sustentamos, é a de que esse manuscrito foi elaborado por José Barbosa a partir dos papéis que ele afirma ter encontrado, e foi esse o texto que serviu de base ao impressor.

Ainda no século XVIII, tanto as *Notícias de Portugal* quanto o *Panegírico de D. João III* conheceram uma nova edição. Em 1791, as *Notícias* foram editadas novamente, desta vez aumentadas por Joaquim Francisco Monteiro. O editor agrupou as matérias em dois volumes, atualizou a ortografia e a pontuação e seguiu com a atualização da obra, completando o quadro das moedas nacionais até o reinado de D. Maria I e as biografias dos cardeais portugueses. Mas algo chama atenção nesta nova edição: o desmembramento da obra por parte do editor. Monteiro dispôs as *Notícias* em dois volumes *in-oitavo* e, num terceiro volume, também *in-oitavo*, agrupou os elogios que acompanhavam o

⁶³ Cf. LAPA, Manuel Rodrigues. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria)*, ed. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, p. XXXI.

⁶⁴ Ver *Panegírico...* (manuscrito), p. 28.

⁶⁵ Ver *Panegírico...* (manuscrito), p. 32.

⁶⁶ Ver ed. impressa, *Notícias de Portugal*, p. 305.

⁶⁷ Ver ed. impressa, *Notícias de Portugal*, p. 308.

⁶⁸ Ver *Panegírico...* (manuscrito) p. 150. O trecho omitido na ed. Impressa estaria entre as páginas 378 e 379.

restante da obra, na seguinte ordem: *Panegírico de João de Barros ao rei D. João III*; *Panegírico do mesmo autor à senhora princesa, infanta D. Maria*; *Elogio de António de Castilho ao rei D. João III*; *Elogio do doutor fr. Bernardo de Brito*; *Elogio de Évora*. Como título, esse terceiro volume apresenta: *Panegyricos do grande João de Barros. Fielmente reimpressos conforme sua antiga Linguagem = ano de 1533*⁶⁹.

Pode-se supor que o editor fosse movido por algum grau de oportunismo ao resolver transformar a obra original *in-folio* e de volume único em três volumes *in-oitavo*. Certo, o novo formato indicava portabilidade e daria aos leitores uma comodidade maior à leitura. Mas a nova edição também estaria agora mais acessível ao público em termos comerciais. Innocencio Francisco da Silva informa que o preço dos exemplares da segunda edição das *Notícias* (1740) teria variado entre 1:200 e 1:600 réis⁷⁰. Já o volume da edição de 1791 que contém os panegíricos traz a informação, logo abaixo do índice, de que a obra foi taxada em 400 réis. Os demais volumes, embora não tragam o seu preço fixado, podem ter se situado na mesma faixa de preço. Portanto, a edição empreendida por Francisco Monteiro também pode ter sido guiada por interesses comerciais, sobretudo face à divisão da obra em três pequenos volumes. Quando consultamos as duas versões do *Panegírico de D. João III* (1740 e 1791), fica claro que Monteiro se apoiou exclusivamente no texto da edição de 1740 e não se valeu de nenhuma outra fonte, por exemplo do manuscrito indicado ou dos papéis que Barbosa Machado afirma ter encontrado. Essa constatação decorre do fato de que o texto da edição de 1791 segue idêntico ao da edição de 1740, também sem as linhas suprimidas naquela edição em relação à versão manuscrita encontrada na BNP.

*

Face ao exposto neste capítulo, em conclusivo afirma-se que o livreiro Manoel da Conceição, responsável pela iniciativa de reimprimir as *Notícias de Portugal*, embora manifestasse o desejo de reabilitar a obra e a memória de um homem ilustre como Manuel Severim de Faria, teve suas ações guiadas também por interesses comerciais, como qualquer livreiro desejoso de tornar uma obra vendável. A análise das fontes e da

⁶⁹ *Panegyricos do grande João de Barros. Fielmente reimpressos conforme sua antiga Linguagem = ano de 1533. Por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho, e Soiza, Lisboa, Na Oficina de António Gomes, 1791.*

⁷⁰ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico...* op. cit., p. 107.

bibliografia revela ainda uma relação de proximidade entre o livreiro, o acadêmico José Barbosa e o tipógrafo António Isidoro da Fonseca. O teatino Barbosa, ao ser convidado a atualizar a obra, realizou esse intento conforme a concepção de livro à época. Nesse sentido, completar e acrescentar o original era um exercício frequente nas reedições. Tendo acesso irrestrito aos arquivos do reino por sua condição de cronista régio e acadêmico real, o teatino deparou-se com um manuscrito até então desconhecido – o *Panegírico de D. João III* – que foi incluído naquela reedição e apresentado como uma grande novidade editorial. A inclusão daquele panegírico na reedição das *Notícias de Portugal* pode ser entendida por seu valor histórico – ao tratar-se de um documento raro e saído da pena de um letrado quinhentista português de enorme projeção – e pela aceitação que o gênero panegírico gozava ante o público leitor, sendo assim uma forma textual mais vendável. Uma terceira edição das *Notícias* foi feita ainda no século XVIII. Desta vez o editor responsável dividiu a obra em três volumes *in-oitavo* e, num deles, agrupou todos os elogios que acompanhavam as edições anteriores, entre eles os panegíricos de João Barros, que, ademais, deram título a esse último volume. Mais uma vez, o editor foi guiado por interesses comerciais ao interferir nos dispositivos formais do texto matricial: ao dispor a nova publicação em três pequenos volumes, permitiu o barateamento de cada um deles e interferiu na forma de sua leitura.

Capítulo 2: No tempo de Severim de Faria

O biógrafo de João de Barros

Não se pode tratar da vida e obra de João de Barros sem o reporte a Manuel Severim de Faria, autor da primeira biografia do letrado quinhentista. Severim também compôs a trajetória de vida de outros grandes nomes da cultura letrada portuguesa do século XVI, como o poeta Luís de Camões e o cronista e guarda-mor da Torre do Tombo Diogo do Couto.

Manuel Severim de Faria nasceu em Lisboa em 1584 e morreu em 1655. Educou-se e viveu a maior parte de sua vida na cidade de Évora, onde frequentou a universidade jesuítica local e obteve o mestrado em artes e o doutoramento em teologia. Foi assistido pelo tio, Balthazar de Faria Severim, cônego e chantre da catedral de Évora, de quem herdou estes cargos após o mesmo renunciar em favor do sobrinho, que tomou posse da conezia em 1608 e do chantrado em 1609. Anos mais tarde, o próprio Manuel Severim de Faria repetiria o gesto do tio, renunciando a estes mesmos cargos em favor de um sobrinho seu, Manuel de Faria Severim⁷¹.

Como se mostra evidente, foi no contexto da união das coroas ibéricas que Severim de Faria viveu quase toda a sua vida. O chantre veio ao mundo poucos anos após os acontecimentos que marcaram a crise dinástica de 1580 – em consequência da trágica morte do monarca português D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir – resultando na integração de Portugal à monarquia filipina, cuja duração se estendeu até 1640⁷². Assim, no contexto político a trajetória de vida de Severim relaciona-se a esse período, com um ambiente refletido em suas ideias, atitudes e escritos⁷³.

A historiografia portuguesa dedicada ao tema da união das coroas ibéricas foi, até a segunda metade do século XX, marcada por uma leitura nacionalista e romântica do período. Os estudos produzidos sejam no século XIX (comprometidos com o liberalismo

⁷¹ Para a biografia de Manuel Severim de Faria, ver MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. 3, p. 368-374.

⁷² Sobre o assunto, ver SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes*. Política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

⁷³ Entre os que defendem tal posição, ver SILVA, Joaquim Palminha. *Manuel Severim de Faria: o mais douto português do seu tempo*. Ensaio biográfico. Évora: Gráfica Eborense, 2003.

e o romantismo) ou em grande parte do século XX (sob a égide do republicanismo e do Estado Novo), analisaram o período em termos de perda e posterior recuperação da soberania nacional portuguesa. Em revisão a essa leitura tradicional, uma historiografia mais recente tem apresentado interpretações, evitando referir-se a divisões estabelecidas a partir de ideais ou interesses nacionais. Por esse prisma, a ideia de “nação” não era o elemento de pertença mais valorizado, apenas mais um a conviver com outras formas de vínculo e inserção, como a religião e a fidelidade dinástica.

Historiadores como Jean-Frédéric Schaub e Fernando Bouza Álvarez deram importantes contribuições a esse campo de estudos, ao indicarem uma relação mais de reciprocidade que de rivalidade envolvendo o âmbito da união das coroas. Essa reciprocidade pode ser identificada nas alianças matrimoniais entre as famílias de Portugal e Espanha, nos elos clientelares fortalecidos com a ida de portugueses para a corte madrilena e na circulação de obras literárias. A resistência à subida de Filipe II (Filipe I de Portugal) ao trono português, se houve, deve ser interpretada não em termos de um forte sentimento de nacionalismo, mas pela apreensão com a ausência do monarca em território português, cujas consequências se fariam sentir nas dificuldades da nobreza portuguesa de estabelecer laços diretos com seu monarca. Schaub ressalta que a junção dos reinos foi vantajosa para ambas as partes, em razão do grau de autonomia com que reino português foi mantido, a partir do contrato estabelecido entre os estados de Portugal e o novo monarca por ocasião das Cortes de Tomar (1581). Esse contrato definiu o lugar a ser ocupado por Portugal no conjunto das possessões de Filipe II, e conferiu aos portugueses uma série de garantias, como o impedimento aos estrangeiros de ocuparem os cargos locais e o respeito à organização administrativa já existente⁷⁴.

Fernando Bouza também defende que a união das duas coroas trouxe vantagens a ambas as partes, e sustenta que o Portugal dos Filipes foi construído com base numa estreita ligação entre a coroa e a nobreza portuguesa, enquanto elite territorial⁷⁵. A monarquia hispânica dos Habsburgos não apenas reconhecia a diferença jurisdicional de cada um dos seus componentes através da conservação das instituições particulares, como se expressava com os inúmeros povos por meio de imagens de majestade (de propaganda visual ou escrita), para cuja difusão recorreu Filipe II à tipografia. Apoiado numa história

⁷⁴ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁷⁵ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la monarquia hispánica (1580-1640)*. Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico. 2v. Tesis (Doctoral). Universidade Complutense de Madrid, 1987.

cultural, Bouza identificou que, num império de grandes proporções como o de Filipe II, a tipografia foi de fundamental importância para dar a conhecer não apenas as decisões, mas a própria imagem régia, espalhada aos quatro cantos pelas gravuras de fácil reprodução. O autor, assim, aproximou-se do Portugal dos Filipes a partir das representações, sejam elas tópicos, imagens ou ficções, com as quais se procurou expressar uma nova realidade para a comunidade política portuguesa⁷⁶.

Ante esses e outros estudos⁷⁷, é preciso ler com ressalvas certas interpretações mais tradicionais que identificam um forte nacionalismo nas posições assumidas por letrados seiscentistas, entre eles Manuel Severim de Faria. É o caso de historiadores como Maria Leonor Vieira e Joaquim Veríssimo Serrão. Para Vieira, a transição entre o período de domínio espanhol e a restauração da independência portuguesa revela certa ambiguidade de sentimentos e atitudes em relação à ocupação estrangeira. Se por um lado um grande número de letrados à época aceitava a inevitabilidade histórica da monarquia dual, outros nutriam um sentimento de resistência ao domínio estrangeiro, ao afirmar a autonomia cultural portuguesa. Segundo a autora, essa teria sido a postura de Manuel Severim de Faria, em sua valorização de um passado glorioso, no culto a grandes figuras pátrias ou na defesa da língua portuguesa, de acordo com sua leitura dos *Discursos vários políticos*⁷⁸.

Para Joaquim Veríssimo Serrão, a historiografia desenvolvida entre os anos de 1600 e 1640 pode ser dividida em variadas correntes e em torno de alguns nomes mais significativos, como a história geral para a elevação do passado, a corrente localista, a corrente regional e a tradição cronística. Além dessas havia a tendência antiquária, de base humanística, na qual se encontra Manuel Severim de Faria, que se destacou como historiador, numismata, economista e epistológrafo, demonstrando grande erudição em matéria arqueológica, heráldica e genealógica, bem como em história eclesiástica e política do reino. Em suma, comportou-se como verdadeiro polígrafo, nada lhe sendo estranho como domínio de estudo⁷⁹.

⁷⁶ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

⁷⁷ Veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991. CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

⁷⁸ Cf. VIEIRA, Maria Leonor S. Albergaria. "Introdução". In: FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

⁷⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. II Volume. Século XVII. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 79-83.

A par de suas obrigações com o cabido da Sé, a vida sacerdotal e o cargo de chantre, Severim de Faria nutriu ainda grande curiosidade pela antiguidade da cidade de Évora, desenvolvendo um colecionismo de cariz científico a cujo nome se liga o primeiro museu da cidade. Durante anos catalogou estátuas, medalhas, moedas e outras antiguidades, às quais se juntou a coleção de produtos naturais e curiosidades da região. Além de colecionar antiguidades, Severim formou ainda uma das mais importantes bibliotecas portuguesas do século XVII, cujo valor é atestado não só pela qualidade, mas também pela quantidade de volumes reunidos, a qual recorriam com frequência os eruditos e estudiosos que dela queriam tomar lição. Na livraria era possível encontrar, entre tantos títulos, os incunáveis do infante D. Pedro (filho de D. João I), o original da *Crônica de D. Afonso Henriques*, escrita por André de Resende, as obras de Fr. Luís de Granada em língua japonesa e um volume escrito no antigo papiro do Egito⁸⁰.

Após a morte de Severim de Faria em 1655, sua livraria migrou para Lisboa, em razão de uma descendente do chantre ter se casado com D. Diogo de Faro, conde do Vimieiro, que acabou por incorporar a volumosa soma de manuscritos reunidos pelo eborense a sua própria livraria. Já no século XVIII, o 4º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, então membro da Academia Real da História, ao ser encarregado de fazer o levantamento das bibliotecas e arquivos existentes no reino, apresentou à academia a relação de obras existentes na livraria do conde do Vimieiro, com o seguinte testemunho: “compunha-se de 400 manuscritos e livros raros; a maior parte havia sido pertença do erudito e ilustre chantre de Évora, Manuel Severim de Faria”⁸¹.

Além de ter reunido uma das maiores livrarias do século XVII, Severim de Faria dedicou-se ainda ao labor literário. Diogo Barbosa Machado apresenta uma relação de 55 obras compostas pelo chantre, entre as quais oito foram impressas e 47 permaneceram manuscritas. Segundo o bibliófilo setecentista, Severim de Faria “Investigou com indefeso trabalho diversos arquivos, e cartórios, donde extraiu irrefragáveis documentos para estabelecer fundamentalmente as opiniões que seguia merecendo ser venerado como o mais célebre antiquário do seu tempo não somente pela erudição histórica, mas pela judiciosa crítica de que usava [...]”⁸². Como mostram os estudos de Ana Paula Megiani, o chantre criou em torno de si um ambiente letrado formado por uma vasta rede de informantes, localizados em Portugal e em várias partes do império. As conexões escritas

⁸⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. 3, p. 368-374.

⁸¹ SILVA, Joaquim Palminha. *Manuel Severim de Faria...* op. cit., p. 17.

⁸² MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. 3, p. 368-374.

mantidas por Severim com seus interlocutores resultaram numa malha de correspondências proveniente não apenas de Portugal e da Espanha, mas também da Índia, África e América. Essa rede de informações tornou possível a acumulação de um considerável volume de documentos manuscritos, centralizado em Évora. Vários autores do século XVII colaboraram nas relações de notícias e receberam, em contrapartida, contribuições da livraria de Évora para comporem suas obras⁸³.

Das obras deixadas impressas por Severim de Faria duas merecem destaque, não apenas por lhe terem consagrado enquanto autor, mas sobretudo por suas relações com uma personagem que aqui nos interessa. Em primeiro lugar, é de sua autoria a primeira biografia de João de Barros, publicada em 1624. Nela, Severim fixou pioneiramente a trajetória pessoal e literária do letrado quinhentista, fonte que se tornou indispensável para as posteriores biografias que dele se fizeram. Também foi Severim de Faria quem trouxe à luz um texto até então desconhecido, atribuindo-o a João de Barros, o *Panegírico da infanta D. Maria*, impresso em 1655. Enquanto a “Vida de João de Barros” foi editada junto aos *Discursos vários políticos*, o panegírico saiu junto às *Notícias de Portugal*.

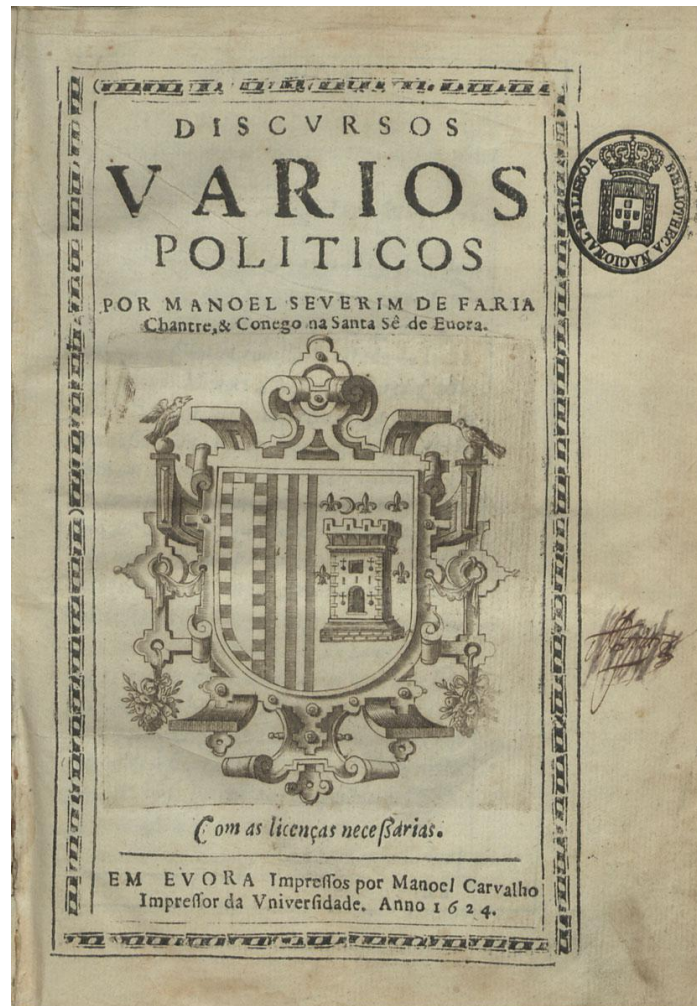
A “Vida de João de Barros”

Manuel Severim de Faria escreveu e publicou obras sobre a história da igreja, e voltou-se para o tema da economia em suas *Notícias de Portugal*. Em alguns manuscritos discorreu sobre a linguística, destacou-se nos domínios de temas históricos e no campo da genealogia, publicando em 1615 a *Árvore genealógica da sereníssima casa de Bragança*. Notabilizou-se ainda na literatura política com a publicação dos *Discursos vários políticos*.

Publicados em Évora por Manuel Carvalho em 1624, os *Discursos vários políticos* compõem-se de quatro discursos e três biografias, dispostos na seguinte ordem: 1) “Do muito que importará para a conservação e aumento da Monarquia de Espanha assistir sua Majestade com sua Corte em Lisboa” (fl. 1); 2) “Vida de João de Barros, em que discorre sobre os preceitos da História e perfeição com que escreveu as suas *Décadas da Ásia*” (fl. 22); 3) “Das partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita e como a portuguesa as tem todas e algumas com eminência de outras línguas” (fl. 62); 4) “Vida de Luís de Camões, com um particular juízo sobre as partes que há-de ter o poema heroico, e como

⁸³ MEGIANI, Ana Paula Torres. “Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria”. In: *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48.

o poeta as guardou todas no seus ‘Lusiadas’” (fl. 88); 5) “Com que condições seja louvável o exercício da caça” (fl. 136); 6) “Vida de Diogo do Couto, cronista da Índia, com a relação de todas as suas obras” (fl. 148); 7) “Da origem e grande antiguidade das vestes que usa por hábito eclesiástico o clero de Portugal” (fl. 158).



Publicado em Évora em 1624, os *Discursos vários políticos* trazem, de forma pioneira, as biografias de três letrados portugueses do século XVI: João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto. Foto da folha de rosto com escudo de armas. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal (<http://purl.pt/966>). Acesso em 20/06/2019.

A obra traz consigo duas gravuras com os retratos de João de Barros e Luís de Camões – os primeiros retratos conhecidos destes autores – e que serviram de modelo para os posteriormente gravados. Uma segunda edição dos *Discursos* foi feita em 1791 por iniciativa de Joaquim Francisco Monteiro – o mesmo editor responsável por conduzir a reedição das *Notícias de Portugal*. Assim como aconteceu com as *Notícias*, Monteiro também alterou a disposição original dos textos, além de ter deixado de fora os retratos

da primeira edição. Segundo Inocêncio da Silva os exemplares da primeira edição teriam sido vendidos por 1:200 réis⁸⁴.



Retrato de João de Barros, publicado nos *Discursos vários políticos*. Esse retrato serviu de modelo para os que posteriormente se gravaram do letrado quinhentista. Foto do detalhe do fólio 21. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal (<http://purl.pt/966>). Acesso em 20/06/2019.

À primeira vista, os discursos que compõem a obra parecem debruçar-se sobre uma temática diversa e com pouco nexos entre si, ao reunirem dados biográficos de três autores e discorrer sobre a perfeição da língua portuguesa, o exercício da caça ou a indumentária eclesiástica portuguesa. No entanto, Maria Leonor Vieira defende haver um sentido na reunião dos temas que compõem a obra. Ela sugere que, para melhor compreender essa escolha, é necessário levar em consideração o contexto político da época, marcado pelo domínio político castelhano, fundamental tanto para a compreensão das ideias e atitudes políticas de Severim de Faria quanto para a análise de sua obra e das preocupações e interesses que a motivaram. Acentuar a imagem de um passado glorioso constituía, assim, um estímulo à confiança no presente e no futuro de Portugal. Nesse ponto estaria o fio condutor que teria orientado a feitura dos *Discursos vários políticos*. Para Vieira, “A escolha dos temas não é fortuita e reflete uma preocupação. A mesma preocupação que caracteriza esta literatura autonomista, ou seja,

⁸⁴ Ver SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo sexto. Lisboa: Na Imprensa Nacional, MDCCCLXII, p. 106-107.

a de tratar temas nacionais, exaltar as figuras da nossa história, defender os interesses pátrios, a língua portuguesa e os costumes e usos próprios de Portugal”⁸⁵.

Como se nota, a interpretação de Maria Leonor Vieira é marcada por uma leitura nacionalista das supostas posições assumidas por Manuel Severim de Faria, ademais incluído no campo da chamada “literatura autonomista”. Esta expressão, cunhada por Hernani Cidade, diz respeito à literatura produzida no período da união das coroas cujo ponto em comum se traduziria no sentimento de autonomia da nação⁸⁶. Além de Manuel Severim de Faria, outros letrados da época foram, por essa leitura, considerados representantes da literatura autonomista, entre eles Francisco Rodrigues Lobo⁸⁷.

Joaquim Veríssimo Serrão também defende que os temas evocados nos *Discursos vários políticos* se inscrevem no campo da literatura autonomista. Enquanto os discursos versam sobre temas da maior atualidade no tempo, as biografias exaltam três notáveis escritores do período áureo da expansão portuguesa, como se as “vidas” formassem o conteúdo histórico da obra e os discursos revelassem o interesse de Severim de Faria pelos problemas de seu tempo. E completa: “os apontamentos biográficos de Camões, João de Barros e Diogo do Couto – seguindo o exemplo dos grandes escritores antigos – constituem vidas de memória inapagável e que convinha divulgar, por se tratar de figuras ainda pouco conhecidas”⁸⁸.

Entre os biografados está João de Barros. Na abertura de sua biografia, Manuel Severim de Faria apresenta o exemplo da cidade de Atenas, a primeira entre os antigos “que ensinou a honrar com prêmios públicos as virtudes excelentes dos cidadãos”⁸⁹. Os atenienses retribuía com prêmios não apenas os capitães, dedicados às atividades militares, mas também os escritores e o fruto de sua atividade:

Moviam-se, parece, os atenienses a premiar tão largamente o trabalho da escritura, não só por ele ser espiritual, e o da milícia corporal pela maior parte, mas por ainda nesta parte lhe levarem os escritores muita vantagem, porque na milícia não pode um capitão alcançar vitória sem o valor dos soldados, a quem deve grande parte de sua glória; mas os escritores acabam não menores

⁸⁵ VIEIRA, Maria Leonor S. Albergaria. “Introdução”. In: FARIA, Manuel Severim de. op. cit., p. XLII.

⁸⁶ Cf. CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, sd.

⁸⁷ Para Ana Paula Megiani, não é possível sustentar, em textos de Francisco Rodrigues Lobo, críticas à hegemonia espanhola, como se o autor se colocasse em posição de resistência e insatisfação contra os Filipes, como defenderam os historiadores comprometidos com a ideia de nacionalismo. Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 67-68.

⁸⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa...* op. cit., p. 85.

⁸⁹ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e indice geral das quatro décadas da sua Ásia*. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777-1788, [1624], p. III. A ortografia foi atualizada.

empresas na composição de suas obras, sem se valerem nelas mais que de seu trabalho, e valor próprio⁹⁰.

Entre os atenienses, os escritores eram ainda mais premiados que os capitães, de modo que “só a Demetrio Falereo, discípulo de Teofrasto, dedicaram mais de 300 [monumentos] em seu louvor; e muito maior cuidado puseram em escrever as vidas dos seus filósofos e oradores, que as dos príncipes e capitães da mesma república”⁹¹. Ao colocar em perspectiva a oposição entre milícia e escrita, Manuel Severim de Faria parece evocar uma tópica comum da literatura portuguesa: a antinomia entre armas e letras. Considerada por Luís de Sousa Rebelo como uma das linhas estruturais do humanismo português, essa tópica ganharia importância na Península Ibérica entre os séculos XVI e XVII e se traduziria na simbiose entre a vida ativa e a contemplativa, entre a ação e o pensamento do homem de intelecto, do humanista, ao mesmo tempo um homem de ação e um soldado⁹².

Na passagem acima, ao especular sobre os motivos que teriam levado os atenienses a premiar com mais generosidade os escritores em vez dos capitães, Severim de Faria enfatiza o talento e o esforço individual do escritor, em cujo empreendimento não pode se valer mais que de seu trabalho e valor próprio; por outro lado, o capitão, para alcançar a glória, tem necessariamente de contar com a determinação de seus soldados, por ser a guerra uma atividade coletiva. E continua:

[...] do mesmo modo na milícia trabalham muitos pela conservação de um só príncipe, ou governador, que muitas vezes é um tirano da república; e na escritura um só trabalha pela conservação de todos, e faz com ela viver na lembrança dos homens aqueles, que pela pátria entregaram liberalmente as vidas, e conservando a memória das coisas passadas, dá regra para acertar nas futuras⁹³.

Severim de Faria queixa-se de ter cessado o costume dos atenienses – que com “muito maior cuidado puseram em escrever as vidas dos seus filósofos, e oradores” – e assim ele próprio se lança na tarefa de promover e conservar o nome daqueles que teriam

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 39, 196-214. Cf. o estudo de Rubens L. Panegassi sobre o retrato heroico de João de Barros traçado por Manuel Severim de Faria. PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Os artificios da perfeição: João de Barros por Manuel Severim de Faria”. In: *Revista de História*, n. 171, v. 1, p. 175-212, jul-dez 2014.

⁹³ FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. IV.

contribuído para elevar as glórias da nação, entre eles João de Barros, em cuja vida trabalhou para “ilustrar a pátria, e deixar de seus naturais gloriosa memória”. Para Diogo Ramada Curto, ao incluir nos *Discursos vários políticos* as biografias de João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto, acompanhadas dos respectivos retratos, Severim de Faria reconhece não apenas a figura do autor, como também estabelece um cânone das letras portuguesas que privilegia os discursos sobre o império⁹⁴. Para compor a biografia de Barros, Severim informa ter recorrido a testemunhos orais e às próprias referências deixadas pelo autor quinhentista em suas obras:

Pelo que por não parecer de todo com o tempo a que dele ainda se conserva, e por satisfazer em parte a obrigação em que todos os portugueses lhe estamos, direi o que dele pude alcançar, assim por informações de pessoas graves, que dele tinham notícia, como do que ele mesmo de si refere em seus livros, e de outras escrituras que pertencem a suas coisas⁹⁵.

Severim de Faria procedeu de modo parecido ao compor as demais biografias, como a de Luís de Camões. Recorreu aos próprios escritos do poeta português para extrair deles informações sobre sua vida. Para Rubens Leonardo Panegassi, tais biografias podem ser entendidas como produção literária destinada a selecionar e impor sentidos ao passado português. O autor observa, em relação à biografia de João de Barros, o empenho de Severim em transmitir a imagem de exemplaridade e singularidade do biografado, fazendo dele referência e modelo para os demais. Essa exemplaridade o associa ainda ao desempenho de papéis políticos e a sua experiência social concreta vivida em corte: “a invenção de uma tradição e a construção de uma memória impõem-se no âmbito de uma ‘racionalidade cortês’, a partir da estabilização da figura de personagens relevantes e que possam ser recuperados como fonte de exemplo moral aos súditos de todo o reino”⁹⁶.

Ao comparar a biografia de Luís de Camões traçada por Severim de Faria com a de Pedro de Mariz – o primeiro biógrafo do poeta português –, nota-se diferenças na forma como cada um construiu a figura dos biografados. Separadas por apenas onze anos, a biografia de Mariz acompanhou a edição de 1613 d’*Os lusíadas*. É bem mais sucinta e apresenta com mais evidência as misérias e os infortúnios sofridos pelo poeta. Num trecho específico os biógrafos narram a passagem de Camões pela Índia e pela China, onde teria

⁹⁴ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 331.

⁹⁵ Cf. FÁRIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. IV-V.

⁹⁶ PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Os artificios da perfeição...”, op. cit., p. 178.

conseguido juntar rendas consideráveis. No entanto, esses bens não teriam durado muito. Segundo Pedro de Mariz, “como era grande gastador, muito liberal e magnífico, não lhe duraram os bens temporais, mais que em quanto ele não via ocasião de os despender a seu bel prazer”⁹⁷. Já Manuel Severim de Faria se refere ao episódio com mais cuidado, destacando que a pobreza a que tornara o poeta não era por sua imprudência, mas porque espíritos generosos como o dele só se importavam com sublimes engenhos, como em escrever obras – a única riqueza que de fato lhe interessava⁹⁸. Esse tratamento evidencia o compromisso maior de idealização da parte de Severim e seu esforço de construir retratos heroicos de seus biografados, a partir da reabilitação de figuras importantes do passado português e da construção de modelos de representação.

A biografia de João de Barros escrita por Manuel Severim de Faria é a principal fonte para o estudo da vida e da obra do letrado quinhentista. No século XVIII, ao formular seu verbete sobre João de Barros, Diogo Barbosa Machado apoiou-se nas informações levantadas por Severim e reproduziu os dados biográficos integralmente. Apenas no século passado o historiador português António Baião realizaria um levantamento documental sobre a vida de Barros, permitindo-lhe “autenticar certas afirmações de Severim de Faria, aditar e precisar outras e até retificar algumas”⁹⁹. Todas as sínteses biográficas posteriores são fruto das informações levantadas pelo biógrafo seiscentista e das ratificações de António Baião¹⁰⁰. Vejamos, pois, o que nos conta Manuel Severim de Faria a respeito do biografado.

⁹⁷ MARIS, Pedro de. “Ao estudioso da liçam poética: feito por o licenciado Pedro de Maris sacerdote canonista em que conta a vida de Luis de Camões”. In: CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Comentários de Manuel Correia. Lisboa: Pedro Craesbeek, 1613, s/p.

⁹⁸ “Quão estimado andava o nosso poeta de toda a fidalguia da Índia, e não com novas moléstias. Aqui gastou liberalmente o que trouxe do Sul, e lhe deram seus amigos, e foi nisto tão largo que em breve tempo tornou à pobreza com que começara; o que lhe aconteceu por vezes, com alguma nota dos que por isto o tinham em conta de mal considerado, não atentando que os generosos espíritos padeceram muitas vezes esta falta, porque não lhe fosse a grandeza do ânimo aplicar-se às coisas inferiores, e de interesse; assim lemos de Homero, Sócrates, Crates, Marcial, Valerio Flaco, e outros sublimes engenhos, que nunca curaram de ser ricos, mas de enriquecer a todos com suas obras”. FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos...* op. cit, fol. 103. Vale ressaltar que Severim de Faria consultou a biografia de Mariz para a composição da sua, como provam as referências feitas a ele.

⁹⁹ Cf. BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998). A série de documentos intitulada *Documentos inéditos sobre João de Barros* foi publicada em 1917 pela Academia das Ciências de Lisboa. Cf. BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. XL, 1917. p. 202-355.

¹⁰⁰ Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980. BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

Nascido em 1496, provavelmente na província de Beira, em Viseu¹⁰¹, João de Barros teve por pai Lopo de Barros, vereador de Viseu, corregedor de Entre Tejo e Odiana e escudeiro do rei a partir de 1499. Neto de Álvaro de Barros, “senhor do morgado de Moreira, junto a Braga, que dizem ser fundador do Mosteiro de Requião da Congregação de S. João Evangelista, cujo avô foi Martim de Barros, um dos mais antigos Fidalgos que se acham desta linhagem”¹⁰², João de Barros, pela proximidade de que gozou junto ao príncipe D. João, futuro D. João III, como moço de guarda-roupa, foi nomeado por esse monarca durante seu reinado em destacados ofícios públicos. Em relação a sua entrada para o Paço, António Baião assegura que à hora de sua morte Lopo de Barros teria recomendado seu filho a um nobre – D. João de Menezes, camareiro-mor do príncipe D. João, para mediar sua entrada na Corte¹⁰³. Com isso, “Entrou João de Barros no serviço do rei D. Manuel de tão poucos anos, que ele mesmo confessa que da idade do jogo de pião começara a servir no paço”¹⁰⁴. Segundo Manuel Severim de Faria, os reis de Portugal tinham o costume de “mandar doutrinar os moços fidalgos e os da câmara, de que se serviam, em toda boa disciplina. E tinham para isso mestres no Paço que lhes ensinavam as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas e outros virtuosos exercícios”¹⁰⁵. Foi, portanto, na escola do Paço que Barros educou-se juntamente com outros moços fidalgos e adquiriu sólida formação erudita, tendo em vista que “aprendeu a língua latina e grega, e as ciências matemáticas e letras humanas com grande perfeição”¹⁰⁶.

Com efeito, em 1522, diz-nos Severim de Faria, “despachou o rei D. João III neste princípio de seu governo alguns criados, que o tinham servido sendo Príncipe, entre eles foi dos primeiros João de Barros, que havia pouco que casara em Leiria, e deu-lhe a capitania da Mina”¹⁰⁷. Segundo António Baião, na documentação por ele compulsada não

COELHO, António Borges. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

¹⁰¹ Sobre o local de seu nascimento há algumas controvérsias. Severim de Faria refere vários locais, como Braga, Vila Real e Pombal, e por nenhum deles se decide: “Uns afirmam que é de Braga, confundindo (pode ser) seu nome com o do doutor João de Barros autor da Descrição dentre Douro, e Minho, que dela foi natural; outros o fazem de Viseu, onde seu pai foi morador, e ainda tem parentes, e alguns de Villa Real, e finalmente muitos o tem por natural do Pombal, porque ali teve sua fazenda, e ali se retirou muitas vezes a uma quinta sua, e esta escolheu por vivenda na última velhice”. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. V.

¹⁰² Idem, p. V-VI.

¹⁰³ BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. op. cit., p. VI.

¹⁰⁴ FARIA, Manuel Severim. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. VII.

¹⁰⁵ Idem, p. VII-VIII.

¹⁰⁶ Idem, p. VIII.

¹⁰⁷ Idem, p. X.

há qualquer referência à situação oficial de Barros como capitão de S. Jorge da Mina. Como demonstra o historiador, quem foi nomeado para aquela capitania após D. João III ascender ao trono foi Afonso de Albuquerque. No prólogo da *Ásia*, Barros também contradiz seu biógrafo ao escrever que durante a vida foi provido com os ofícios de tesoureiro da Casa da Índia e Mina e depois feitor das mesmas casas, e em momento algum menciona ter sido capitão de S. Jorge da Mina¹⁰⁸.

Se é incerto que Barros comandou aquela capitania, provado está que entre os anos de 1525 e 1528 ele exerceu o ofício de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, conforme anota Severim de Faria. Em virtude da peste que se abateu em Lisboa entre os anos de 1529 e 1533, Barros ficou retirado durante esse período em sua quinta de Ribeira de Alitém, nas proximidades de Pombal. De regresso a Lisboa, foi nomeado feitor da Casa da Índia e Mina em 1533, “cargos [...] de grande cuidado e importância, assim pelo muito que então rendia o comércio de Ásia e África, como por tudo pender da indústria do mesmo feitor que o administrava”¹⁰⁹, e desempenhou esse cargo até 1567, vindo a morrer três anos depois, em 1570. Barros, portanto, ocupou altos cargos da administração portuguesa e, ante tão grande ocupação, nunca deixou de lado o labor literário. De acordo com Severim de Faria, “Para acudir a ambas estas obrigações partiu o tempo dando os dias aos negócios públicos, e as noites aos seus próprios, que eram os livros, como o diz em muitas partes de suas obras”¹¹⁰.

Enquanto homem de letras, Barros produziu uma obra significativa. Seu primeiro escrito foi a *Crônica do imperador Clarimundo*, uma novela de cavalaria. Escreveu-a durante o ano de 1520, quando então tinha pouco mais de 21 anos de idade. Com ela buscou afinar o estilo e assegurar proteção régia para o projeto maior de narrar os feitos portugueses na África, Ásia e América. O rei D. Manuel, satisfeito com o trabalho que Barros desenvolvia na crônica, manifestava o desejo de que ele se encarregasse de narrar a gesta dos portugueses no além-mar. No entanto, com a morte deste monarca em 1521, o projeto de Barros foi interrompido, ao menos de imediato¹¹¹.

¹⁰⁸ BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. op. cit., p. IX-XI.

¹⁰⁹ FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. XV.

¹¹⁰ Idem, p. XVI.

¹¹¹ Conferir, entre outros, BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 51-64, jul/set, 1996, p. 11. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. VIII-IX. A *Crônica do imperador Clarimundo* foi publicada em 1522.

A segunda obra do autor foi a *Ropicapnefma*. Escrita durante o tempo em que ficou afastado das pressões da Corte, quando esteve retirado em sua quinta de Ribeira de Alitém, veio à prensa em 1532. Com o significado de “mercadoria espiritual”, Barros preparou um diálogo protagonizado por quatro entidades alegóricas – o Tempo, a Vontade, o Entendimento e a Razão. Em linhas gerais, o texto “integra uma sátira por vezes contundente a todas as classes da sociedade e uma crítica dos vícios morais, embora com um travejamento medievalizante”¹¹². O texto revelaria, acima de tudo, uma das mais explícitas manifestações do erasmismo em Portugal, com críticas incisivas à corrupção que então marcava a Igreja.

Na viragem para a década de 1540, Barros publica um conjunto de textos de caráter pedagógico-didático. Conforme lemos com Maria Leonor Buescu, tais obras foram impressas num espaço de apenas um mês, entre dezembro de 1539 e janeiro de 1540. Conheceu prensa, primeiro, a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, uma espécie de iniciação à leitura e à escrita, a ela seguindo-se a *Gramática*, que seria a segunda parte desse “*corpus* pedagógico-didático”. Por fim, publicou-se o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, como textos complementares de leitura¹¹³. Na década de 1550 são impressos os primeiros volumes da obra magna de João de Barros, as *Décadas da Ásia*. Seus quatro volumes foram publicados, respectivamente, em 1552, 1553, 1563 e 1615¹¹⁴.

É curioso notar, na biografia, que Manuel Severim de Faria não faz qualquer menção ao *Panegírico de D. João III* e ao *Panegírico da infanta D. Maria*. É certo que esses dois panegíricos, atribuídos a João de Barros, não conheceram prensa à época em que foram escritos. Talvez por isso o biógrafo prefira citar apenas as obras publicadas, como as listadas acima. Na *Vida de João de Barros* notamos também a ausência de outro escrito, só publicado em 1950: o *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Portanto, na altura em que escreve a biografia de João de Barros, essas três obras ainda permaneciam manuscritas e, por algum motivo, não foram citadas por Severim. Se no capítulo anterior analisamos a trajetória documental do *Panegírico de D. João III*, interessa-nos aqui acompanhar o processo de publicação do *Panegírico da*

¹¹² BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”... op. cit., p. 12. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. XII-XIV.

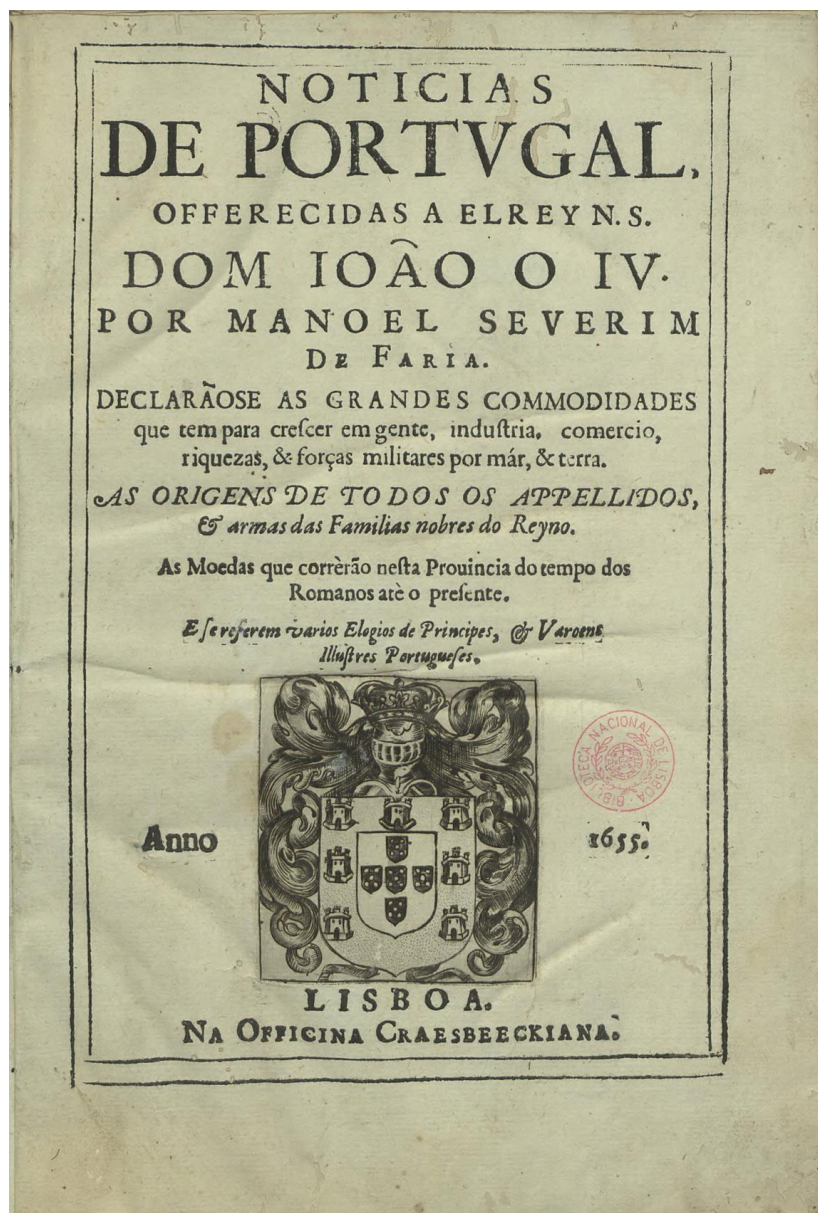
¹¹³ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. “A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 27, p. 51-64, jul/set, 1996, p. 52. Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. XXI-XXVI.

¹¹⁴ Cf. FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., p. XXIX-XL.

infanta D. Maria. Teria Severim de Faria omitido esse panegírico na biografia de João de Barros por desconhecer a existência do texto? Qual a trajetória documental desse panegírico até ser publicado pelo próprio Severim, em 1655? Quais evidências permitem vincular esse escrito ao nome de João de Barros? Essas são questões que buscaremos responder nas próximas páginas.

Saem as Notícias de Portugal

As *Notícias de Portugal* foram publicadas em Lisboa, na Oficina Craesbeeck, em 1655. A obra traz oito discursos: 1) “Dos meios com que Portugal pode crescer em grande número de gente para aumento da milícia, agricultura e navegação” (fl. 1); 2) “Sobre a ordem da milícia que havia antigamente em Portugal e das forças militares que hoje tem para se conservar e ficar superior a seus contrários” (fl. 34); 3) “Da nobreza das famílias de Portugal com a notícia da sua antiguidade, origem dos apelidos, e razão dos brasões das armas de cada uma” (fl.85); 4) “Sobre as moedas de Portugal” (fl. 150); 5) “Sobre as universidades de Espanha” (fl. 202); 6) “Sobre a propagação do Evangelho nas províncias de Guiné” (fl. 224); 7) “Sobre as causas de muitos naufrágios que fazem as naus da Carreira da Índia pela grandeza delas” (fl. 241); 8) “Sobre a peregrinação onde se vê a notícia de alguns cardeais portugueses e elogios de alguns portugueses infames” (fl. 248). Além desses discursos, a obra traz também alguns elogios, os dois primeiros de autoria do próprio Severim – o “Elogio de Frei Bernardo de Brito” (fl. 278) e o “Elogio de Évora” (fl. 289) – além do “Elogio d’el rei Dom João de Portugal III do nome” (fl. 291), de António de Castilho, e o “Panegírico a mui alta e esclarecida princesa infanta Dona Maria nossa Senhora” (fl. 306), atribuído a João de Barros.



Publicado em Lisboa em 1655, as *Notícias de Portugal* trazem um panegírico dedicado à infanta D. Maria, texto até então desconhecido do grande público e atribuído a João de Barros. Foto da folha de rosto com o escudo de armas reais de Portugal. Disponível em Biblioteca Nacional de Portugal (<http://purl.pt/28506>). Acesso em 20/06/2019.

Além de escrever sobre temas como a povoação do reino, a milícia, a pregação do Evangelho nas províncias de Guiné e os naufrágios, Faria publicou alguns textos numa seção intitulada “Elogios” e referiu-se da seguinte forma ao “Elogio de D. João III”, de António Castilho:

O Elogio do Rei D. João III é feito por António de Castilho, cronista mor que foi deste reino, e do conselho do rei D. Sebastião, e seu embaixador na Inglaterra, e um dos homens que melhor falaram a língua portuguesa, a juízo de todos os doutos: e assim por esta causa, como por ser de um rei, que governou com maior acerto, e felicidade a Portugal, me pareceu muito

conveniente tirá-lo das trevas do esquecimento em que estava sepultado; pois é digníssimo sair à luz, e andar nas mãos de todos [...]¹¹⁵.

Na sequência, refere-se ao *Panegírico da infanta D. Maria*:

No mesmo estado passava esquecido o Panegírico da Senhora Infanta D. Maria [...]. Foi composição do nosso grande João de Barros, o qual como seu pai era moderador de Viseu, celebrou com este Panegírico a boa sorte daquela cidade, quando o rei D. João a deu à senhora infanta com título de duquesa dela¹¹⁶.

Em primeiro lugar, chama atenção nessas passagens a forma como Manuel Severim de Faria referencia a condição manuscrita dos textos em vias de publicação. Publicá-los significaria tirá-los das “trevas do esquecimento” e fazê-los circular nas mãos de todos. Essas palavras são bastante sugestivas de como Severim enxergava o manuscrito e o impresso e como ele hierarquizava essas duas formas de comunicação.

Ao menos desde o século XV, foi se construindo na Europa uma civilização escrita marcada pelo desenvolvimento do método de reprodução tipográfica. Fernando Bouza ressalta esse processo de consolidação progressiva da escritura e destaca o papel exercido pela imprensa, de fundamental importância para a reprodução e melhor conservação dos textos. A partir do desenvolvimento dos tipos móveis, as cópias de um mesmo original passaram a ser reproduzidas com mais rapidez, o que permitiu colocar em circulação um número maior de textos reproduzidos. Enquanto as obras saídas das prensas se destinavam a um número grande de possíveis leitores, as manuscritas ficariam restritas aos que tivessem acesso a elas. Segundo Bouza não se trata de uma oposição, pois ambas as modalidades – impresso e manuscrito – constituíam duas possibilidades de escritura, dois usos distintos que cumpriam funções diferentes. Portanto, se “andar impresso” significava “andar nas mãos de todos” – para usar as palavras de Severim –, o manuscrito podia converter-se num instrumento de privacidade e segredo, algo só conseguido caso o texto não fosse dado à prensa¹¹⁷.

¹¹⁵ FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal*: oferecidas a El Rey N.S. Dom João o IV. / por Manoel Severim de Faria : declaose as grandes commodidades que tem para crescer em gente, industria, comercio, riquezas, & forças militares por már, 6 terra : as origens de todos os appellidos, & as armas das familias nobres do Reyno : as Moedas que corrêrão nesta Provincia do tempo dos Romanos até o presente : e se referem varios Elogios de Príncipes, & Varoens Illustres Portugueses. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1655, s/p, grifos nossos.

¹¹⁶ Idem, grifos nossos.

¹¹⁷ ALVAREZ, Fernando Bouza. *Del escribano a la biblioteca*. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII), Madrid: Síntesis, 1997, p. 10-12, 45.

Além de associar-se a uma circulação mais limitada e a uma maior privacidade, o manuscrito podia ainda manter em aberto a sua estrutura. Logo, ao não estar fixado de forma definitiva, estava sujeito à reescrita e à reelaboração contínua¹¹⁸. Daí ser comum uma obra ser lida em diferentes versões, cada qual correspondendo a um momento diferente de redação. Assim, as cópias feitas num primeiro momento, quando o autor ainda trabalhava o texto, podiam conviver, no tempo, com o texto impresso ou mesmo com o manuscrito que o autor considerava, enfim, aperfeiçoado. Sheila Hue cita alguns exemplos para o século XVI, como o *Soldado prático* de Diogo do Couto, que podia ser encontrado em diferentes versões manuscritas, e a tragédia *Castro*, publicada anonimamente em 1587 e novamente em 1598 com texto bastante diferente do primeiro. Outro exemplo é o tratado escrito por Pero Magalhães Gândavo sobre o Brasil. Após ter sido aperfeiçoado e aumentado ao longo dos anos, o tratado ganhou quatro versões, três manuscritas e uma impressa. Essas diferentes redações ocorreram pelo constante aperfeiçoamento do texto pelo autor, que ganhou vários adendos até ser finalmente publicado em 1576¹¹⁹.

Embora a tipografia permitisse fixar o texto em melhores condições e torná-lo mais barato, fazendo o livro impresso alcançar grande difusão, foram muitos os textos que permaneceram manuscritos durante largo tempo, ou que nunca vieram a ser publicados. Ana Paula Megiani cita três textos produzidos no ambiente de Severim de Faria, relacionados à sua ação: o *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrito em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão e publicado apenas no século XIX; a *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador, concluída em 1627 e também publicada somente no século XIX; e *Histórias dos animais e árvores do Maranhão*, escrito possivelmente entre 1624

¹¹⁸ Roger Chartier aponta algumas razões que levaram a cópia manuscrita a continuar presente, mesmo quando o desenvolvimento da imprensa parecia anunciar o seu desaparecimento. Em primeiro lugar, o manuscrito permitia uma difusão mais restrita e controlada, escapando assim da censura prévia. O manuscrito também podia circular clandestinamente e com mais facilidade que obras impressas, necessariamente sujeitas à ação dos órgãos censores. O texto manuscrito tinha a condição ainda de ser aberto a correções, eliminações e adições em todos os estágios de sua fabricação: desde a composição até a copiagem ou da cópia terminada até a encadernação, era possível se escrever nele. Era muito frequente, por exemplo, os leitores acrescentarem aos seus textos favoritos novas passagens, especialmente quando se tratava de poemas. Cf. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 1-2.

¹¹⁹ HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: das variantes textuais e das atribuições autorais”. In: *Revista de Estudos Literários*, Vitória, a. 5, n. 5, 2009.

e 1627 por Frei Cristóvão de Lisboa, irmão de Manuel Severim de Faria, e publicado posteriormente¹²⁰.

Alguns estudiosos questionam as razões de tais obras terem permanecido manuscritas, fato que retardou o aparecimento de uma primeira história impressa do Brasil. Um dos motivos talvez tenha sido o fluxo de envio de textos a Évora, com Severim possivelmente não dando conta de lê-los e organizá-los. Em sua casa se concentrava o maior volume de informações narrativas e descritivas sobre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, vindas de todas as partes do reino e do império. O fato de não terem sido impressas, contudo, não significa que não foram conhecidas e reproduzidas em forma manuscrita. Megiani destaca que muitos textos do próprio Severim de Faria não chegaram a ser impressos, o que pode demonstrar seu apego ao manuscrito¹²¹.

No entanto, as palavras do chantre no prólogo das *Notícias de Portugal* nos fazem crer que ele manifestava grande apreço ao texto impresso em detrimento do manuscrito. Apesar de muitos de seus textos não terem sido publicados e de muitos manuscritos circularem no âmbito de seu ambiente letrado, Severim de Faria empenhou-se na tarefa de publicar textos até então desconhecidos de António de Castilho e João de Barros, o que reforça o peso desses autores quinhentistas para o chantre de Évora. Como é possível notar, tanto o *Elogio do rei D. João III* quanto o *Panegírico da infanta D. Maria* permaneciam “esquecidos” dos círculos literários, razão pela qual Severim de Faria empreendeu a tarefa de publicá-los. Fica difícil saber, contudo, se Faria já tinha conhecimento da versão manuscrita do *Panegírico da infanta D. Maria* na altura em que publicou a *Vida de João de Barros*, em 1624, ou se tomou conhecimento da versão manuscrita após essa data, pois nas poucas palavras que dedica ao panegírico, ele não comenta como ou quando adquiriu o texto.

Por outro lado, a questão parece iluminar-se um pouco mais quando lemos a seção intitulada “Aos leitores” das *Notícias de Portugal*, na qual Faria informa que, na altura em que publica os *Discursos vários políticos*, em 1624¹²², ele já contava com a obra *Notícias de Portugal* praticamente acabada e pronta para publicar:

¹²⁰ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Cultura escrita e memória política no mundo ibérico. Séculos XV-XVII*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Livre-Docente. São Paulo, agosto de 2014, p. 70.

¹²¹ Idem, p. 74-75.

¹²² Não sabemos se, por um lapso, Faria afirma ter sido 1625 o ano da publicação dos *Discursos vários políticos*, e não 1624, como vem estampado na folha de rosto dos *Discursos*.

No ano de 1625, dei a estampa alguns Discursos e Elogios para instrução política das Artes, em que hão de ser doutrinados os mancebos nobres da República, conforme os preceitos do filósofo: e tendo eu naquele tempo uma obra grande, que intitulava *Notícias de Portugal e suas conquistas*, já quase em estado para se poder imprimir, como testificam os doutores Fr. António Brandão, Geral que foi de Alcobaça, e António de Sousa de Macedo, que então a viram; contudo como as coisas daqueles anos para cá tiveram tão grande mudança, recresceram tais inconvenientes, que me sobrestive na execução deste intento. Porém entendendo eu, que não seria de menor serviço do bem público alguns Discursos dos muitos, que nesta obra se continha sobre diversas matérias, assim políticas, como de vária lição, me pareceu comunica-lo a todos, e pelo que participaram de seu primeiro original, dar-lhe o título de *Notícias de Portugal*¹²³.

Os *Discursos vários políticos* foram, na verdade, uma preparação do autor para aquilo que seria sua obra maior, as *Notícias de Portugal*: “Costumam os arquitetos quando intentam levantar alguma fábrica, desenhar primeiro em uma pequena traça, para depois se acertar melhor o edifício”¹²⁴. Severim de Faria, com isso, parece valer-se dos *Discursos* para trabalhar seu estilo e assim preparar-se para obras maiores, como ele mesmo indica na dedicatória.

A passagem acima também faz pensar no seguinte: se em 1624, quando Severim de Faria publica os *Discursos vários políticos*, ele já contava com as *Notícias de Portugal* praticamente acabadas, é possível que os textos destinados à seção “Elogios” (entre eles o *Panegírico da infanta D. Maria*) já estivessem em suas mãos. Mas o mais provável é que não estivessem, pois, ademais, esses textos formam uma espécie de apêndice ao restante da obra. Acrescente-se a isso o fato do próprio Severim afirmar no prólogo das *Notícias* que tanto o *Panegírico da infanta D. Maria* quanto o *Elogio do rei D. João III* permaneciam “esquecidos”, decorrendo daí seu propósito de publicá-los. Se, de fato, na altura de 1624 ele já estivesse de posse daquele panegírico de Barros, não haveria razão para não citá-lo na sua biografia sobre o humanista. Assim, o mais provável é que ele tenha tomado conhecimento desse texto posteriormente.

Outro ponto a reforçar a ideia de Manuel Severim de Faria não ter conhecimento prévio do *Panegírico da infanta D. Maria* é que, na *Vida de João de Barros*, o biógrafo dá testemunho não apenas das obras publicadas, mas também referencia aquelas que João de Barros deixou começadas ou que intentou escrever: “Porém quanto mais são estimadas as obras com que saiu à luz, tanto maior pena nos podem causar as que deixou começadas, e intentadas, que sem dúvida seriam de grande ornamento para este reino”, escreve ele,

¹²³ FARIA, Manuel Severim de. “Aos leitores”. In: *Noticias de Portugal...* op. cit., s/p.

¹²⁴ Idem.

afirmando ainda que, apesar de não se poder “lograr a excelência destes volumes, apontarei aqui, ao menos, a traça, a disposição deles, para ainda assim serem de proveito (como já foram) aos curiosos”. E cita, na sequência, obras como *Europa, Africa e Santa Cruz; Tratado de causas ou problemas morais; Abusões do tempo; Geografia universal; Sphera da instructura das cousas*. Severim de Faria cita esses escritos a partir das próprias referências feitas por João de Barros sobre eles em suas obras publicadas, e confirma a existência de tais composições a partir do testemunho de pessoas que teriam tido contato com os manuscritos¹²⁵. Apesar de citar todos esses textos de João de Barros que não chegaram a ser publicados, nenhuma referência foi feita aos panegíricos manuscritos atribuídos ao mesmo autor, entre esses o *Panegírico da infanta D. Maria*.

Publica-se o *Panegírico da infanta D. Maria*

Pretende-se, a partir daqui, analisar a trajetória documental do *Panegírico da infanta D. Maria* e as circunstâncias de publicação do texto. A única informação sobre o escrito dada por Manuel Severim de Faria encontra-se na seção “Aos Leitores” das *Notícias de Portugal*, em que se lê o seguinte: “No mesmo estado passava esquecido o Panegírico da Senhora Infanta D. Maria [...]. Foi composição do nosso grande João de Barros, o qual como seu pai era morador de Viseu, celebrou com este Panegírico a boa sorte daquela cidade, quando o rei D. João a deu à senhora infanta com título de duquesa dela”¹²⁶.

O *Panegírico da infanta D. Maria* foi impresso pela primeira vez em 1655, por Manuel Severim de Faria, junto às *Notícias de Portugal*. Esse texto não foi citado pelo biógrafo na *Vida de João de Barros*, o que nos leva a concluir que naquela altura ele desconhecia a oração e só veio a ter conhecimento e contato com o texto após 1624. Embora não tenha citado esse panegírico na biografia sobre João de Barros, Severim de Faria propôs naquele ensaio biográfico uma naturalidade para o letrado quinhentista – Viseu – e voltou a confirmar esse dado nas *Notícias*, ao afirmar ter Barros celebrado a indicação da infanta D. Maria como duquesa daquela cidade, cujo pai era morador.

António Baião havia considerado a cidade de Viseu “como possível e até provável” berço de João de Barros. Depois dele, Alexandre de Lucena e Vale fez da possibilidade uma certeza, ao extrair do próprio texto a confissão de naturalidade do autor,

¹²⁵ Cf. FÁRIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros...* op. cit., citações à página XLI.

¹²⁶ Idem, grifos nossos.

possível de se reconhecer, segundo Lucena, na seguinte passagem: “Que dias há, que este vosso povo, derramado pelos desertos desabitados da razão, espera por V. Alteza! Grandes caminhos se me abriam aqui de seu louvor, mas dirão que não guardo o decoro que devo à pátria em publicar seus defeitos, por ser mãe, que me gerou”¹²⁷.

O panegírico teria sido escrito para celebrar o contrato firmado entre D. João III e a irmã, cumprindo uma das cláusulas do casamento de D. Manuel com D. Leonor, infanta de Castela e mãe de D. Maria. O contrato do último casamento de D. Manuel previa que a filha mais velha, no caso de não haver filho varão, recebesse a partir dos 16 anos um montante de 400.000 dobras de ouro castelhanas. A doação da cidade de Viseu à irmã, bem como a vila de Torres Vedras, teria sido feita por D. João III para satisfazer parte desta importância. Alexandre de Lucena e Vale localizou no ANTT a minuta do contrato, datado de 1544. António de Oliveira, por sua vez, afirma não ter sido esse o ano em que formalmente se realizou o contrato, mas 1545, conforme encontra-se registrado no livro de *Chancelaria* de D. João III¹²⁸. De todo modo, considerando as duas possibilidades, o *Panegírico da infanta D. Maria* teria sido escrito ou em 1544 ou em 1545 e, no texto, o autor – identificado por Severim como João de Barros – teria feito referência à sua cidade de nascimento, corroborando assim sua naturalidade visiense, tal como postulou Alexandre de Lucena e Vale.

Do panegírico em tela há uma cópia manuscrita no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Até onde pudemos constatar, esse é o único manuscrito do panegírico do qual se tem conhecimento. O texto encontra-se na *Colecção S. Vicente*, livro 15, título 1, fls. 86-94. Graças ao trabalho de digitalização do arquivo, a coleção encontra-se disponível no endereço eletrônico da instituição¹²⁹.

¹²⁷ BARROS, João de. “Panegírico a mui alta e esclarecida princesa infanta dona Maria nossa Senhora”. In: FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal...* op. cit., p. 322. Cf. VALE, Alexandre de Lucena e. *No quarto centenário de João de Barros*. Da verdadeira interpretação do “Panegírico da infanta” à naturalidade visiense do grande historiador. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1970.

¹²⁸ Cf. OLIVEIRA, António de. “A infanta D. Maria e o Senhorio de Viseu: uma precisão cronológica”. In: *Revista Portuguesa de História*, nº 27, 1992, p. 215-220.

¹²⁹ A *Colecção São Vicente* abrange uma cronologia que vai de 1499 a 1712 e é formada por inúmeros tomos, entre eles o “Livro 15”. Este tomo é composto pelos seguintes documentos: “Livro da verdadeira nobreza, composto por Frei Francisco Barreiros”; “Das primeiras coisas que se acham do sr. D. Álvaro e de sua vida”; “Genealogia dos duques de Bragança e de todas as casas que deles descendem. Por Manuel Severim de Faria”; “De algumas gerações de Castela apontadas somente por o doutor Rades (?) de Andrade dos Lunas”; “Notações tiradas das Décadas de João de Barros sobre as províncias da parte do Norte”; “Outras sobre a nobreza de Andaluzia de Gonçalo Argote de Molina e outras sobre as ordens militares”; “Vida do bem-aventurado São Teotónio tiradas do latim bem e fielmente”; “Carta de um cavaleiro de Inglaterra escrita a seu filho que está em um dos seminários com o propósito de ser sacerdote”; “Dos santos de Portugal recolhidos de alguns autores e informações por alguns padres da Companhia de Jesus”; “Relações de bispos de Coimbra”; “Relações de muitas cousas extraordinárias”; “Declaração de algumas terras, conforme a disposição delas, por Nicolau do Delfinado, senhor de Arfevilla, camareiro e geógrafo

Quando comparado à edição impressa, o manuscrito apresenta várias lacunas. Chama atenção, em primeiro lugar, a disposição do texto. Ao transcrevê-lo, o copista iniciou sua redação na mesma folha que trazia outro texto – o *Livro da verdadeira nobreza*, de Frei Francisco Barreiros, um sobrinho de João de Barros –, de modo que a parte final do texto de Barreiros não foi redigida e encontra-se substituída pelo panegírico. O *Livro da verdadeira nobreza* está numerado de 1 a 86 e o panegírico ocupa as folhas 86 a 94. Entre as folhas 89 e 90 há uma advertência, possivelmente feita pelos responsáveis da digitalização, com os seguintes dizeres: “Falta o fim da obra de Frei Francisco Barreiros que continuava na folha 88, da numeração riscada, e que se devia estender até a 94. Pela numeração em vigor vê-se que já faltava quando o livro foi encadernado no séc. XVIII”.



Na imagem acima é possível visualizar a folha em que se inicia a transcrição do *Panegirico. A mui alta & excelente princessa a iff. dona Maria* (segunda coluna). Na primeira coluna, encontra-se a última parte disponível do *Livro da verdadeira nobreza*, de Frei Francisco Barreiros, cujo final não integra a

do rei de França na viagem que fez a Constantinopla”; “Breve narração de algumas cidades e províncias do mundo em forma de itinerário”; “Roteiro e descrição da tava da cidade de Goa a Nova”. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4166309>. Acesso em 18/05/2019.

encadernação original. Foto do fólio 86. Disponível em: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Colecção S. Vicente*, livro 15, fol. 100 do arquivo digital (<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4166309>). Acesso em 20/06/2019.

A partir da análise do documento¹³⁰, é possível concluir ser os dois textos (o tratado e o panegírico) do mesmo punho, da mesma mão, do mesmo *scriptor*, e imputados tanto ao século XVI quanto ao XVII, já que a letra, chamada por alguns paleógrafos de gótica cursiva, gótica tardia ou humanística, e pela Escola de Coimbra de “semicursiva”, é uma caligrafia de transição. A diferença mais evidente entre os dois textos é o cuidado na escrita: enquanto o tratado apresenta uma escrita mais aligeirada, a escrita do panegírico é mais pausada, feita com mais cuidado e vagar. A dificuldade de diferenciação entre ambas é justamente o fato delas serem muito padronizadas e apresentarem todas as características mais comuns desse estilo caligráfico: as abreviaturas mais recorrentes: q’, cõ, hũ, o módulo, o ductus, o peso, a inclinação e, inclusive, os nexos. Para ambas, tudo estaria dentro do “padrão” comum. Em relação à estilística e à “ortografia” – palavra aqui utilizada com todas as ressalvas necessárias para o período –, não se constata diferenças marcantes que possam caracterizar punhos diferentes.

Já em relação ao cotejamento realizado entre o manuscrito e o texto impresso, identificamos dezenas de passagens existentes naquele e faltantes neste. Dessas passagens, cinco são citações em latim, só existentes na publicação. Em contrapartida, identificamos apenas nove trechos no manuscrito que não aparecem no texto editado. Notamos também trechos que tratam do mesmo assunto – na versão manuscrita e na impressa – mas escritos de maneira diferente. Há ainda algumas pequenas variantes entre uma sentença e outra – na comparação do manuscrito com o impresso – como a troca das palavras de lugar, para atender a uma questão de estilo da parte do editor do texto, supomos. Tudo isso será detalhado no próximo capítulo com a crítica textual, a ser apresentada em anexo.

Uma questão no entanto permanece: o texto impresso foi baseado neste manuscrito em particular? Se a resposta for afirmativa, evidentemente o editor Manuel Severim de Faria “aperfeiçoou” o texto e acrescentou ao original inúmeras passagens, bem em sintonia com a prática de escrita da época, principalmente ao considerarmos a condição “aberta” do manuscrito. Das passagens exclusivas do texto impresso por nós identificadas, algumas são pequenas, outras apresentam extensão considerável, de modo

¹³⁰ Deixamos aqui registrado o nosso agradecimento à Alícia Duhá Lose, docente do Instituto de Letras da UFBA, por ter-nos auxiliado com a análise do documento.

que o texto editado é bem maior que o manuscrito. Embora o texto manuscrito não esteja dividido em parágrafos, ele traz uma notação singular ao longo de suas páginas – dois pontos (:). No texto impresso, muitas das marcações de parágrafos coincidem com essa notação.

Por outro lado, não se pode desconsiderar a possibilidade de Manuel Severim de Faria ter utilizado outro texto manuscrito para a edição empreendida. Como já indicado anteriormente, após sua morte sua livraria migrou para Lisboa e passou a integrar a do conde de Vimieiro. No século XVIII, D. Francisco Xavier de Meneses apresentou à Academia Real da História a relação de documentos e impressos que pertenceram a Severim, a partir do levantamento realizado da livraria do conde. Esse levantamento – o mais completo para quem deseja conhecer os títulos originalmente reunidos pelo eborense – fazia parte dos esforços dos membros da Academia de conhecer toda a produção impressa e manuscrita existente no reino:

Por ordem da Academia tenho examinado algumas Livrarias, e como reduzi os papeis da minha debaixo dos títulos impressos dos Coletâneos, que brevemente entregarei na Secretaria, darei conta quando se me permita, nesta, e nas conferências seguintes do que se me tem encarregado, reconhecendo que por falta deste exame se fazem com razão as repetidas queixas, que ouvimos da falta de notícias, porque ainda são muitas as que se acham divididas entre os autores impressos, muitos destes são raros, não há livrarias públicas, e os Acadêmicos, que as não podem ter numerosas, padecem da falta, não sendo todos tão fáceis de emprestar livros [...]. Os Arquivos ainda que contém os monumentos mais certos, ou por descuido, ou por avareza, ou por ignorância dos que as examinam estão já cerrados, exceto a Torre do Tombo, e poucos mais; e como em todos costuma faltar a individual narração dos sucessos, só servem de provas para corroborar o que se acha por extenso nas Livrarias manuscritas, que são mais copiosas do que se imagina; e em quanto senão destinarem Acadêmicos principalmente supranumerários para estes felizes descobrimentos, serão só desejos o que haviam de ser execuções ao soberano preceito do nosso Real Protetor¹³¹.

Na passagem acima, D. Francisco Xavier de Meneses queixa-se da falta de conhecimento sobre as livrarias manuscritas do reino e convoca os acadêmicos para a tarefa de levantar os títulos produzidos. E começa ele próprio com o levantamento da livraria do conde de Vimieiro:

A Livraria do Conde do Vimieiro será a primeira, de que se dê conta; compõem-se de quatrocentos manuscritos, e livros raros, a maior parte do Erudito, e Ilustre Chantre de Évora, Manoel Severim de Faria, alguns de parentes seus muito cientes, outros do preclaro varão Martim Afonso de Sousa,

¹³¹ SYLVA, Manoel Telles da. *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 27 de abril de 1724*. Num XIII, p. 2-3.

que este título lhe dá seu sutilíssimo mestre o grande Pedro Nunes no princípio das suas obras matemáticas, e o juízo que faço da boa fé, e da erudição dos que formaram, e conservaram as Livrarias, me serve muito para o crédito, que dou aos manuscritos. O Conde de Vimieiro está retirado nesta vila, Diogo Coelho seu criado que vive em umas casas junto às suas em S. Francisco, conserva estes livros cuidadosamente, e a mostra com aviso meu¹³².

A partir da consulta aos títulos relatados, deparamo-nos com vários documentos raros, entre os quais merecem destaque originais e cópias de despachos, cartas, instruções e regimentos para o Brasil no tempo do governador Tomé de Sousa; crônicas escritas por Rui de Pina a D. João II; papéis originais pertencentes ao reinado de D. João IV referentes às rendas reais; uma crônica escrita por Duarte Galvão a D. Afonso Henriques e um diálogo composto por Diogo do Couto entre um soldado e um fidalgo da Índia.

Já nas notícias apresentadas à Academia em primeiro de junho de 1724, é possível ler a seguinte descrição: “Panegírico à infanta D. Maria filha do rei D. Manuel. É o panegírico de João de Barros que corre impresso, mas tem umas advertências de D. Jeronimo Mascarenhas, e muitas na dedicatória, que pertencem ao governo da Duquesa de Mântua em 1638”¹³³. Na mesma relação apresentada pelo conde da Ericeira à Academia Real da História encontram-se ainda algumas advertências críticas sobre as *Décadas* de João de Barros, relacionadas principalmente a erros de impressão e de utilidade para novas impressões a serem feitas daqueles livros¹³⁴. No levantamento realizado pelo conde da Ericeira não se encontra, por outro lado, qualquer menção ao *Panegírico de D. João III*, razão pela qual Severim de Faria nunca publicou esse texto, pois sequer teve conhecimento dele.

Como é possível constatar, uma cópia manuscrita do panegírico dedicado à infanta D. Maria integrou a livraria de Manuel Severim de Faria e foi possivelmente adquirida após o ano de 1624, depois de publicada a biografia do letrado quinhentista (a citação acima faz referência ao ano de 1638). É significativa a descrição feita pelo conde da Ericeira desse manuscrito, sobretudo em relação às advertências existentes no documento e à referência a uma dedicatória. Por essas informações, é possível concluir que o

¹³² Idem, p. 4.

¹³³ SYLVA, Manoel Telles da. *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 1 de junho de 1724*. Num XV, p. 4.

¹³⁴ SYLVA, Manoel Telles da. *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 20 de setembro de 1724*. Num XXVI, p. 7. Outras duas referências a João de Barros encontram-se no número XXX, de 2 de novembro de 1724, das mesmas *Notícias da Conferencia...* “Em nome do grande João de Barros está neste livro uma descrição da Antiga Lusitania, que não é sua, mas de Gaspar Barreiros, como se vê por alguns lugares, em que alegra a sua Chrolographia impressa [...]”. p. 2. Também se lê à página 4 a referência a “Huma carta de João de Barros a Duarte de Resende, pedindo-lhe uns livros emprestados para a tradução dos tratados de Cícero [...]”.

manuscrito do panegírico outrora pertencente a Manuel Severim de Faria não pode ter sido aquele transcrito junto ao *Livro da verdadeira nobreza*, de Frei Francisco Barreiros, pois aquele documento não contém nem as tais advertências, muito menos uma dedicatória.

Ademais, levando-se em conta que o texto manuscrito do panegírico disponível no ANTT encontra-se junto a outra obra e não é um texto independente, esse manuscrito específico também pode não ter sido aquele que integrou a livraria de Manuel Severim de Faria; caso contrário, o conde da Ericeira teria relatado o *Livro da verdadeira nobreza* e não o panegírico, que aparece ao fim daquela obra (em seu levantamento o conde da Ericeira não cita nenhum *Livro da verdadeira nobreza*). Por outro lado, é possível que o texto do panegírico pertencente a Severim tenha sido copiado desse manuscrito particular – dadas as similaridades entre os textos manuscrito e impresso – e o chantre acrescentou ao original, para imprimir, passagens de sua própria lavra. De todo modo, na falta de qualquer outro manuscrito que possa iluminar essas questões, resta-nos esse documento específico, ao que parece o único sobrevivente. Portanto, sobre ele devemos levantar nossas indagações, por exemplo sobre a autoria.

Nada no documento manuscrito identifica João de Barros como autor do texto. Nem no início, nem no final aparece o nome ou qualquer outra referência ao letrado quinhentista. Pelas condições em que o texto se encontra, transcrito na sequência de outro, houve quem atribuisse a autoria do panegírico a Frei Francisco Barreiros, autor do *Livro da verdadeira nobreza*. Foi o caso de Maria do Rosário Cruz, em seu estudo sobre as regências na menoridade de D. Sebastião¹³⁵.

No contexto de sucessão ao trono português em decorrência da morte do monarca D. Sebastião, a infanta D. Maria foi apontada como possível candidata. A filha do terceiro casamento de D. Manuel era uma das figuras de reserva política da corte portuguesa dos Avis e, uma vez comprometida a descendência real, avivou-se o debate em torno de seu nome que, por fim, não logrou êxito. Apesar disso, a lembrança de seus direitos e a defesa de sua pessoa não foram esquecidas. D. Maria representava uma esperança para muitos, como possível continuadora do cardeal D. Henrique. Era ainda uma personalidade no campo cultural e um modelo de nobreza, qualidades pinçadas do “Panegirico a mui alta, e excellente princesa a iff. dona Maria”, por Maria do Rosário Cruz. Ao chamar atenção para o fato do autor do panegírico expor o debate renascentista sobre o valor e o

¹³⁵ CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo. *As regências na menoridade de D. Sebastião*. Elementos para uma história estrutural. Vol. 1. Lisboa: INCM, 1993.

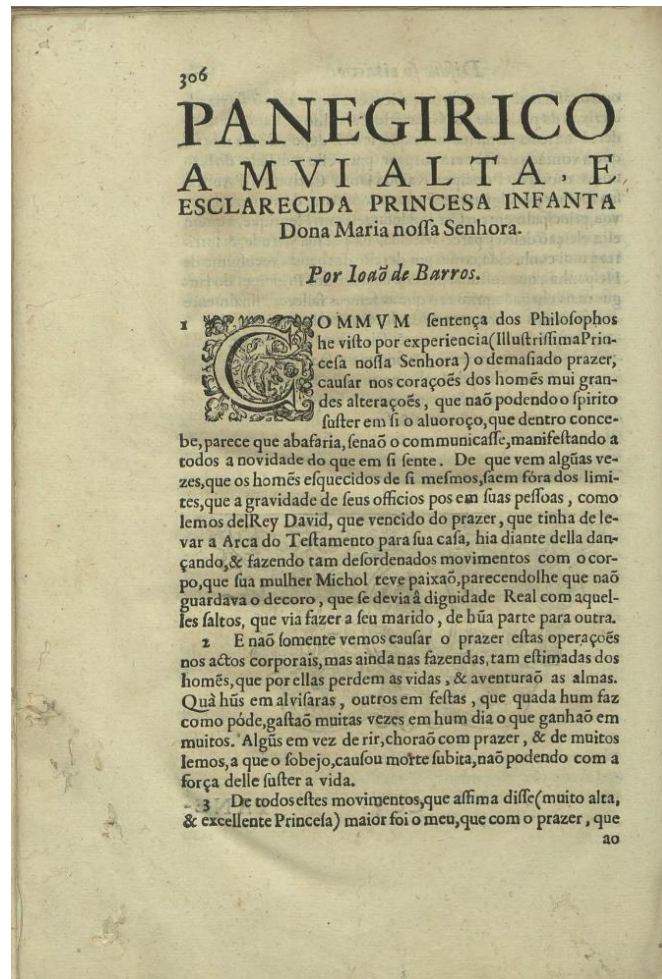
significado da nobreza e o que se esperava da fidalguia de sangue, a historiadora atribuiu o panegírico a Frei Francisco Barreiros, autor que já debatera esse tema não só no *Livro da verdadeira nobreza*, mas também em dedicatórias endereçadas a D. Maria. O panegírico, em suma, apresentava-se como uma peça de apologia à posição política da infanta¹³⁶.

Ora, é bastante plausível a conclusão de Maria do Rosário Cruz, principalmente pelas condições em que o texto se encontra, transcrito na sequência do *Livro da verdadeira nobreza* e com discussões consonantes às de Frei Francisco Barreiros. Como no texto não há nenhum indício a revelar sua autoria, bem podemos estar na presença de um escrito de Barreiros. Manuel Severim de Faria teria atribuído incorretamente a autoria do *Panegírico da infanta D. Maria* a João de Barros?

Vale notar que Severim de Faria também escreveu sobre a nobreza e dedicou um discurso de suas *Notícias de Portugal* ao assunto. No Discurso III, o autor trata da nobreza das famílias de Portugal com a notícia de sua antiguidade e da origem dos apelidos e brasões das linhagens nobres, e cita Frei Francisco Barreiros como um dos encarregados de escrever sobre o tema em Portugal. Segundo informa Severim, Barreiros teria se dedicado ao assunto ao escrever o *Livro da verdadeira nobreza* que, por fim, não chegou a concluir. A obra teria sido composta por ordem do cardeal D. Henrique, e um sobrinho do autor, Manoel de Azevedo de Barros, conservava-a em seu poder¹³⁷.

¹³⁶ Idem, p. 273-275. Vale destacar que Frei Francisco Barreiros escreveu uma “Egloga pastoril em louvor da Infanta D. Maria”, conforme testemunha Diogo Barbosa Machado. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, p. 336. António de Oliveira, por sua vez, defende que o autor do panegírico devia ser um leigo e não um frade franciscano e mantém a autoria que tem sido seguida – João de Barros. Cf. OLIVEIRA, António de. “A infanta D. Maria e o Senhorio de Viseu...” op. cit., p. 217, nota 1.

¹³⁷ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. II, p. 336. Ver FÁRIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal...* op. cit., p. 120.



Folha inicial do “Panegirico a mui alta e esclarecida princesa infanta dona Maria nossa Senhora”, atribuído a João de Barros por Manuel Severim de Faria e impresso em suas *Notícias de Portugal* (1655). O título do panegírico não corresponde ao encontrado no manuscrito sob guarda do ANTT, que traz: “Panegirico. A mui alta & excellente princesa a iff. dona Maria”. Foto do fólio 306. Disponível em Biblioteca Nacional de Portugal (<http://purl.pt/28506>). Acesso em 20/06/2019.

Ora, o próprio Manuel Severim de Faria cita a obra de Frei Francisco Barreiros com a informação de quem a conservava, o que indica a possibilidade do chantre ter tido contato com aquela obra e com o panegírico que a acompanhava – em se tratando do mesmo manuscrito sob guarda do ANTT. De acordo com Severim a obra não foi concluída, como fica claro no documento do ANTT. Se Severim de Faria realmente se baseou nesse manuscrito para a edição que empreendeu, a autoria foi atribuída a João de Barros sem o documento trazer qualquer dado objetivo sobre essa imputação.

Após fixada a autoria do panegírico por Manuel Severim de Faria, nenhum outro autor que lidou com o texto posteriormente problematizou esse dado. Em sua *História genealógica da casa real portuguesa*, ao escrever sobre D. Maria e sobre o que dela havia sido produzido, D. António Caetano de Sousa cita o panegírico atribuído a João de Barros como um excelente elogio dedicado à infanta:

[...] louvam com elogios não só os nossos escritores, mas muitos dos estrangeiros, como mais largamente escreveu Fr. Miguel Pacheco na sua Vida, que se imprimiu em Lisboa no ano de 1675 na língua castelhana com excelente estilo, de que formamos este breve Elogio. O insigne escritor João de Barros, escreveu em seu louvor um excelente Panegírico, que o chantre Manoel Severim de Faria imprimiu no fim do seu livro das Notícias de Portugal, no ano de 1655¹³⁸.

Na *Bibliotheca lusitana*, Diogo Barbosa Machado também cita esse panegírico em seu verbete a João de Barros e relaciona as edições do texto até a altura em que escreve: a de 1655 por Manuel Severim de Faria, a de 1675 por Fr. Miguel Pacheco e a de 1740 por José Barbosa¹³⁹. Fr. Miguel Pacheco, autor de uma biografia da infanta D. Maria, reproduziu integralmente o texto do panegírico editado por Manuel Severim de Faria e dedicou as seguintes palavras à obra:

Guardamos para o prosterno lugar destes Elogios, o que merecia o primeiro, por ser do insigne historiador João de Barros, que citamos há pouco, e pela elegância e grave estilo, com que escreveu; mas como este panegírico, que fez à senhora infanta em português, é tão difuso, reservamo-lo para aqui, como separado dos demais, sem versão em outra língua, por respeito que se deve ao autor; [...]. O curioso que quiser lê-lo, o achará do mesmo modo que em seu original. [...]. Escreveu Barros esta obra com tanta erudição e lugares da escritura divina e humana, que havendo muitas, em suas Décadas, tão célebres na Europa, a presente em seu gênero vence todas, e a igualam alguns ao Panegírico que escreveu Plínio a Trajano¹⁴⁰.

Como se observa nas passagens acima, manteve-se a autoria do panegírico fixada por Severim de Faria, o responsável pela primeira impressão do texto. Todos os autores que posteriormente se voltaram para a oração fizeram remissão à edição de 1655.

No século passado, dois historiadores buscaram dar respostas às incertezas levantadas por Manuel Severim de Faria em relação ao local de nascimento de João de Barros. Na biografia que dedicou ao letrado quinhentista, o chantre havia escrito:

Nasceu João de Barros pelo ano de 1496. Sobre o lugar da pátria há várias opiniões; porque como o nascimento dos bons, segundo Santo Ambrósio, seja bem comum, pretendem muitos ser dele participantes. Uns afirmam que é de

¹³⁸ SOUSA, António Caetano de. *Historia genealogica da casa real portugueza : desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança : justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé : e offerecida a El Rey D. João V*, tomo I. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1737, p. 477.

¹³⁹ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. 2, p. 608.

¹⁴⁰ PACHECO, Miguel. *Vida de la serenissima infanta doña Maria hija del Rey D. Manoel, fundador de la insigne capilla mayor del Còvento de N. Señora de la Luz, y de su hospital, y otras muchas casas dedicadas al culto divino*. Lisboa: en la Officina de Juan de la Costa : a costa de Miguel Manescal Libreiro [sic] de S. Alteza, 1675, p. 143-144. O panegírico ocupa as páginas 144 a 164 da obra de Fr. Miguel Pacheco.

Braga, confundindo (pode ser) seu nome com o doutor João de Barros, autor da descrição de Entre Douro e Minho que dele foi natural; outros o fazem de Viseu onde seu pai foi morador e ainda tem parentes; alguns de Vila Real. E finalmente muitos o têm por natural de Pombal, porque aí teve sua fazenda e ali se retirou muitas vezes a uma quinta sua e esta escolheu para vivenda da última velhice que é o tempo que os homens tornam com natural desejo a buscar a pátria para acabar, parece, o círculo da vida onde começaram.

O primeiro deles, António Baião, quem documentadamente estudou a vida e obra de João de Barros, afirmou não ter encontrado nenhum indício objetivo sobre o local de seu nascimento. Após refutar as hipóteses de Braga, Vila Real e Pombal, o historiador concluiu: “Fica apenas de pé como possível e até provável o nascimento em Viseu”¹⁴¹. Alexandre de Lucena e Vale avançou mais nessa questão ao se concentrar no texto do *Panegírico da infanta D. Maria*. Para o historiador visense, João de Barros teria afirmado indiscutivelmente em seu panegírico ser natural de Viseu. Ao propor uma nova interpretação ao texto – “a sua única e exata interpretação” – Lucena extraiu do panegírico várias passagens que, segundo ele, comprovariam duas coisas: 1) o panegírico fora escrito para celebrar a circunstância em que D. João III fez da irmã, a infanta D. Maria, duquesa de Viseu; 2) o autor, João de Barros, manifestara no texto sua naturalidade visense ao se colocar como um vassalo da nova titular do senhorio de Viseu. Frases como “De todos estes movimentos, mui alta e excelente princesa, maior foi o meu, que com o prazer que ao presente tenho ou temos todos os seus vassalos, em el rei nos dar a vós por Senhora [...]” ou “[...] o prazer que temos os seus vassalos de ser o dia de hoje mui contentes [...]” indicariam a atualidade dos eventos, isto é, a nomeação da infanta D. Maria como duquesa de Viseu. O autor do panegírico estaria desse modo a se referir não à condição da princesa como tal, como membro da família real, mas como titular do senhorio. Outras expressões encontradas no panegírico, tais como “Senhora nossa”, “nós vossos vassalos”, “este vosso povo” teriam sido usadas não no sentido genérico, lato, em referência à princesa como tal, mas em referência à nova duquesa de Viseu. Para Alexandre de Lucena e Vale, essas frases por si só já indicariam a naturalidade de João de Barros, pois ele escreve como filho de Viseu, como vassalo da nova senhora e duquesa.

Além dessas passagens, Lucena e Vale destaca uma outra que, no seu entendimento, é decisiva da revelação da naturalidade visense de João de Barros:

¹⁴¹ BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998), p. VII-VIII.

Aqui poderia eu dizer, prudentíssima princesa, que nela se pode mostrar este grande homem sabedor, que meteu aos outros no caminho da verdade. Que dias há, que este vosso povo, derramado pelos desertos desabitados da razão, espera por V. Alteza! Grandes caminhos se me abriam aqui de seu louvor, mas dirão que não guardo o decoro que devo à pátria em publicar seus defeitos, por ser mãe, que me gerou. Oh! Grandíssima prudência d’el-rei nosso senhor entregar neste tempo um povo a quem o havia de restituir a estado de maior quietação e repouso! Grandíssima clemência de V. Alteza, aceitar a governança dele pelo salvar! [...].
Muito devemos ao rei, que nos deu a tão alta princesa, muito devemos a V. Alteza, que nos aceitou por seus¹⁴².

Para o historiador, tais passagens se mostrariam ininteligíveis fora da interpretação por ele proposta, e conclui: “O *Panegírico*, na sua concepção (o elogio da nova donatária do Senhorio e Ducado de Viseu) na sua urdidura e finalidade (o sentido de remissão do pecado de Viseu e sua conciliação com el rei), na sua generalidade do contexto e no pormenor de todas as frases e passos referidos – é a confirmação, a prova de ser Viseu a naturalidade de João de Barros”¹⁴³.

Toda a argumentação desenvolvida por Alexandre de Lucena e Vale faz bastante sentido dentro da interpretação por ele proposta – a de que o panegírico foi escrito para celebrar a ocasião em que a infanta D. Maria foi feita duquesa de Viseu. As passagens por ele extraídas são elucidativas a esse respeito. No entanto, ao tomar naturalmente João de Barros como autor do panegírico, sem problematizar a imputação conferida por Manuel Severim de Faria, suas conclusões acabam se mostrando frágeis. Em primeiro lugar, os excertos extraídos do panegírico também poderiam ser aplicados a Frei Francisco Barreiros, cuja naturalidade visiense não é colocada em dúvida¹⁴⁴. Em segundo lugar, a passagem mais reveladora da indicação de João de Barros – o suposto autor – referir-se à “pátria” (Viseu?) como “mãe que me gerou”, tal como se lê no excerto acima, só existe na edição impressa. No texto manuscrito não há essa passagem específica, conforme se verá com a crítica textual do documento apresentada em anexo. Fica então a pergunta: Manuel Severim de Faria teria escrito aquela frase e imputado uma naturalidade visiense a João de Barros? Na falta de qualquer outro manuscrito que possa iluminar essa questão, o impasse permanece e a argumentação de Alexandre de Lucena e Vale é colocada em cheque. Mesmo que a frase aparecesse em qualquer outro manuscrito, a autorreferência poderia também ser aplicada a Frei Francisco Barreiros, natural de Viseu.

¹⁴² “Panegírico a mui alta e esclarecida princesa infanta dona Maria nossa Senhora”. In: FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal...* op. cit., fl. 322.

¹⁴³ VALE, Alexandre de Lucena e. *No quarto centenário...* op. cit., p. 30-31.

¹⁴⁴ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*, vol. 2, p. 333.

*

Manuel Severim de Faria escreveu a primeira biografia de João de Barros e publicou-a em 1624. Nela, o chantage não fez qualquer referência a panegíricos supostamente escritos pelo letrado quinhentista, embora tenha discorrido sobre as obras do autor naquela altura publicadas e também sobre seus textos manuscritos. Ao publicar suas *Notícias de Portugal* em 1655, Severim de Faria incluiu naquela obra um panegírico dedicado à infanta D. Maria e atribuiu-o a Barros. Do texto do panegírico, há um manuscrito sob guarda do ANTT. Ao compará-lo com a edição impressa, constatamos muitas diferenças entre um texto e outro, de modo que o texto editado é bem mais extenso que o manuscrito. Nada no documento identifica João de Barros como autor do texto. Pelo contrário, o panegírico encontra-se transcrito na sequência do *Livro da verdadeira nobreza*, de Francisco Barreiros, e as discussões nele presentes estão em consonância com as de Barreiros, o que faz questionar a autoria até então atribuída a João de Barros.

Capítulo 3

Análise textual dos panegíricos

Correntes de recepção da obra de João de Barros

Nos capítulos anteriores, analisamos a trajetória documental do *Panegírico de D. João III* e do *Panegírico da infanta D. Maria*, bem como os elementos em torno da edição de ambos os textos. Publicado em 1740, o *Panegírico de D. João III* foi incluído na reedição das *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria. O responsável pela atualização das *Notícias* e pelos aditamentos à obra foi o acadêmico José Barbosa, da Academia Real da História Portuguesa. A iniciativa de reeditar a obra foi do livreiro Manoel da Conceição. Seus laços com o impressor António Isidoro da Fonseca e com vários membros da Academia Real da História, em particular com José Barbosa, mostraram-se recorrentes em outros empreendimentos da mesma envergadura, sempre com interesses comerciais. O único manuscrito conhecido do *Panegírico de D. João III* encontra-se depositado na BNP. A partir de sua análise, constatamos que o documento foi elaborado no século XVIII – provavelmente por José Barbosa, a partir dos papéis que ele indica ter encontrado – e foi este texto que serviu de base ao impressor.

Por sua vez, o *Panegírico da infanta D. Maria* foi impresso em 1655 por Manuel Severim de Faria, antiquário seiscentista e autor de uma biografia do letrado do século XVI. Na *Vida de João de Barros*, contudo, Severim de Faria não fez qualquer menção a supostos panegíricos escritos por Barros, embora tenha discorrido sobre as demais obras do autor naquela altura publicadas e mesmo as manuscritas. Ao incluir o *Panegírico da infanta D. Maria* em suas *Notícias de Portugal*, Severim não fez maiores comentários acerca do texto, apenas indicou que o mesmo “passava esquecido” dos círculos literários – daí seu propósito de publicá-lo. Assim como o *Panegírico de D. João III*, o *Panegírico da infanta D. Maria* conta com um único manuscrito conhecido, depositado no ANTT. Diferentemente daquele panegírico dedicado a D. João III – cujo manuscrito na comparação com a edição impressa não apresenta tantas diferenças entre si – o manuscrito e a edição impressa do panegírico dedicado à infanta apresentam muitas variantes. No manuscrito do ANTT, não há nenhuma referência autoral a João de Barros; pelo contrário, o texto segue transcrito na sequência do *Tratado da verdadeira nobreza*, de Frei Francisco

Barreiros, um sobrinho de João de Barros. Pelo manuscrito em si, não se pode concluir pela autoria.

Esse esforço de acompanhar com cuidado a trajetória documental, bem como a tarefa de realizar o exame textual e visual dos manuscritos e impressos, é de fundamental importância para se produzir uma hermenêutica mais consistente, que considere o documento como um artefato. Ao recorrerem a documentos escritos, produzidos por instituições de poder ou indivíduos, os historiadores geralmente encaram esses documentos como testemunhos, janelas através das quais se pode apreender algum aspecto da realidade histórica. Em consequência, ao manter a atenção concentrada apenas no conteúdo referencial, acabam por desconsiderar uma série de outros elementos que contribuem para construir o significado de um dado texto. Os documentos, contudo, não podem ser encarados como meras janelas abertas ao passado, mas devem ser compreendidos à luz das condições materiais e culturais próprias de cada contexto histórico. Perguntas essenciais devem ser feitas – “o que”, “quando”, “onde”, “como”, “quem realizou”, “para que foi escrito” – a fim de se compreender a escritura enquanto tal, e não apenas como um repositório de conteúdo¹⁴⁵.

Os estudos produzidos sobre a obra de João de Barros são muitos. Nesses trabalhos, os estudiosos deram pouca atenção aos aspectos materiais e aos elementos textuais e visuais dos manuscritos e impressos, concentrando-se mais no conteúdo dos textos. Não estamos de modo algum a criticar a abordagem dos textos somente pelo seu conteúdo, mas chamamos a atenção para a importância de também se levar em conta outros aspectos. Além do mais, se considerarmos que quase todos os escritos de Barros foram publicados pelo autor ainda em vida, é possível que ele próprio tenha acompanhado de perto o processo de edição dos textos e evitado as possíveis corrupções causadas pela passagem do manuscrito ao impresso. Como exceções temos, além dos panegíricos, o quarto volume das *Décadas da Ásia*, cuja escrita foi iniciada por Barros e concluída por João Baptista Lavanha, o responsável por sua impressão, em 1615. Barros também escreveu o *Diálogo evangélico dos artigos de fé contra o Talmud dos judeus*, texto que permaneceu manuscrito até 1950, quando então foi publicado pelo historiador Israel. S. Révah. Outro texto publicado postumamente foi a *Grammatices rudimenta*, impresso apenas em 1972 por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

¹⁴⁵ LYONS, Martyn y MARQUILHAS, Rita. (comps). *Un mundo de escrituras: Aportes a la historia de la cultura escrita*. Buenos Aires: Ediciones Ampersand, 2018. “Introducción”.

As obras de João de Barros publicadas ainda em vida conheceram inúmeras edições posteriores. A primeira delas, a *Crônica do imperador Clarimundo*, talvez seja o caso mais notável de sucesso editorial, com seis edições ao longo do tempo. Impressa pela primeira vez em 1522, na oficina de Germão Galharde, a obra conheceu uma segunda edição ainda em 1555. A terceira foi realizada por António Alvarez e saiu em Lisboa, em 1601. A quarta foi conduzida por Francisco da Silva e também impressa em Lisboa, em 1742. Ainda no século XVIII, saiu uma quinta edição da obra (Lisboa, 1791, por José António da Silva). Há ainda uma edição de 1843 e a última e mais conhecida, de 1953, teve prefácio e notas do prof. Marques Braga. Esta última edição foi realizada pela Livraria Sá da Costa.

Já a edição *princeps* de *Ropicapnefma* é de 8 de maio de 1532 e foi impressa em Lisboa, também por Germão Galharde. Uma segunda edição saiu no Porto, em 1869, sob as diligências do Visconde de Azevedo. A terceira edição foi realizada por Israel S. Révah e impressa em Lisboa em 1983, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica. Essa terceira edição contou com uma leitura modernizada, além de notas e estudo de Révah.

As obras gramaticais de João de Barros foram impressas no intervalo de dois meses, entre dezembro de 1539 e janeiro de 1540. Primeiro foi publicada a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja* (dezembro de 1539) pelo editor Luiz Rodrigues. Em janeiro do ano seguinte, imprimiu-se a *Gramática da língua portuguesa*, o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da viciosa vergonha*. Desconhece-se as razões desse conjunto de textos ter sido publicado em separado – o próprio Barros manifestou desagrado pelo fato de o impressor assim ter procedido. A obra completa, incluindo a *Cartinha*, a gramática e os dois diálogos, foi compilada pelos monges do mosteiro da Real Cartucha de Évora e veio a lume somente em 1785. Uma terceira edição desse conjunto de obras encontra-se depositada na Biblioteca do Centro de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No entanto, não há data de impressão ou referência ao editor responsável. A quarta edição foi organizada por José Pedro Machado e publicada em Lisboa, em 1957. Por fim, há a edição de 1971 feita por Maria Leonor Carvalhão Buescu e publicada pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Quanto às *Década da Ásia*, o primeiro volume foi impresso por Germão Galharde em 1552. A segunda *Década* foi editada pelo mesmo impressor, em 1553. Esses dois volumes saíram traduzidos em italiano por Afonso Ulhoa, em 1562. Já a terceira *Década* foi impressa em 1563. Juntas, essas três décadas foram publicadas pelo Senado de Lisboa, em 1628. Inúmeras outras edições desses textos foram feitas nos séculos seguintes. Cabe

aqui citar as mais importantes, como a de 1777-1788, publicada pela Regia Officina Typographica de Lisboa. Esta edição contém as *Décadas* de João de Barros e as de Diogo do Couto. Em 1932, a Imprensa da Universidade de Coimbra entregou uma nova edição, com revisão e prefácio de António Baião. A Livraria Sá da Costa, por sua vez, realizou duas edições: a primeira em 1945-1946, a segunda em 1982-1983. Já a Imprensa Nacional-Casa da Moeda publicou a obra três vezes: em 1974, 1988 e 1992.

Como vimos no Capítulo 2, deve-se a Manuel Severim de Faria a primeira biografia de João de Barros, publicada na primeira metade do século XVII. Depois de traçado esse primeiro esboço biográfico, somente no século XX um estudo documental sobre a vida e a obra do letrado quinhentista seria realizado, desta vez por António Baião. Em seu estudo, o historiador português considera que, devido à vasta erudição e graças a informações orais obtidas, Severim de Faria conseguiu publicar um trabalho basilar para se conhecer a vida e a obra de Barros. No entanto, com os progressos na arquivologia e com o aumento das consultas documentais, foi possível publicar em 1917 a série intitulada “Documentos inéditos sobre João de Barros”, por meio da qual se buscou “autenticar certas informações de Severim de Faria, aditar e precisar outras e até retificar algumas”¹⁴⁶. Com esses dois importantes estudos – o de Severim de Faria e o de Baião – a biografia de João de Barros atingiu um patamar quase irretocável. Os estudiosos que posteriormente se voltaram para o letrado português apoiaram-se fundamentalmente nesses dois estudos. Assim, no século XX, saíram três outros estudos biográficos sobre João de Barros, realizados por António Alberto Banha de Andrade¹⁴⁷, Charles R. Boxer¹⁴⁸ e António Borges Coelho¹⁴⁹.

Embora não se pretenda fazer aqui um levantamento exaustivo da produção historiográfica já desenvolvida sobre a obra de João de Barros, importa assinalar alguns estudos fundamentais. Para melhor sistematização, dividiremos os trabalhos em algumas correntes de recepção, conforme as diferentes dimensões temáticas contempladas pela obra de Barros. Um desses eixos diz respeito à expansão ultramarina, e os estudos

¹⁴⁶ BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998), p. V-VI.

¹⁴⁷ ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

¹⁴⁸ BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

¹⁴⁹ COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria*. Sobre o percurso e obra de João de Barros. Lisboa: Caminho, 1992. _____. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

produzidos em torno desse tema levam em conta sobretudo as *Décadas da Ásia* – obra na qual João de Barros trata da expansão portuguesa no Oriente. Entre os trabalhos, é possível identificar algumas perspectivas de análise, como a que interpreta João de Barros como um representante oficial das políticas públicas da monarquia portuguesa e, portanto, alguém comprometido com a justificação do “império português” e do seu caráter missionário. Outros estudos voltam-se para o caráter etnográfico e para a diversidade cultural dos povos contatados. Há também os que demonstram o alinhamento de Barros ao ambiente letrado do humanismo renascentista, a partir da recorrência aos modelos recuperados da Antiguidade. E os que acentuam o caráter historiográfico da *Ásia* e a concepção de história defendida por Barros¹⁵⁰.

Uma segunda corrente de recepção diz respeito à língua portuguesa e ao ideal pedagógico. Nesse campo de estudos, os trabalhos produzidos se concentram na *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja*, na *Gramática da língua portuguesa*, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, no *Diálogo da viciosa vergonha* e no *Diálogo dos preceitos morais com prática deles em modo de jogo*. Os estudiosos apresentam a gramática como um dos trabalhos pioneiros de normatização e reflexão do vernáculo português. Já no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, defende-se que Barros teria saído em defesa do português, reivindicado o seu prestígio e utilizado a língua como instrumento de expansão do império e como veículo de propagação da fé. *Grosso*

¹⁵⁰ Ver, a esse respeito, ALBUQUERQUE, Luís de [et al.]. *O Confronto do olhar o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991. AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2003. BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros”. In: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. IV, 2003, pp. 29-61. CIDADE, Hernâni. “João de Barros, o historiador da expansão”. In: *Portugal histórico-cultural*. Lisboa: Arcádia, 1968. DIAS, J. S. da Silva, *A política cultural na época de D. João III*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1969. _____. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. _____. *Descobrimientos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989. LABORINHO, Ana Paula, SEIXO, Maria Alzira e MEIRA, Maria José (org.). *A vertigem do Oriente: modalidades discursivas no encontro de culturas*. Lisboa-Macau: Edições Cosmos/Instituto Português do Oriente, 1999. MATOS, Luis de. *L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. REBELO, Luís de Sousa. “Literatura, intelectuais e humanismo cívico”. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.) *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses / Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’98 / Difel, 1998. RÉVAH, I. S. “Antiquité et christianisme anciens et modernes dans l’oeuvre de João de Barros”. In: *Revue Philosophique de la France et de l’Étranger*. n° 92, Paris, 1967. SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996. SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária da História em João de Barros”. In: *Para a história da cultura em Portugal*. Volume 2. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

modo, os estudos sustentam uma articulação entre a defesa da língua, a expansão marítima e territorial, o projeto imperial da coroa portuguesa e a colonização das possessões orientais e ocidentais. Nesse sentido, a cartilha de Barros prestava-se ao duplo objetivo de educar e evangelizar, colocando-se a serviço do ensino das primeiras letras e da evangelização dos povos recém-contatados pelas empresas marítimas. Já em seus diálogos morais, Barros teria apresentado os princípios que deviam reger a formação de um jovem cristão, em sintonia com as preocupações educativas manifestadas por grandes humanistas europeus da época, entre esses Erasmo¹⁵¹.

Uma terceira corrente de recepção diz respeito à polêmica antijudaica. Nesta, dois textos são centrais: a *Ropicapnefma* e o *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Sobressaem aqui os estudos de Israel Salvator Révah: o historiador francês não apenas foi o responsável por uma nova edição de *Ropicapnefma*, como também publicou o manuscrito inédito do *Diálogo evangélico*. Assim, em seus estudos, apresenta a *Ropicapnefma* como o primeiro livro de apologética antijudaica. Nele, Barros teria justaposto propósitos diferentes entre si, ao satirizar os diversos estados sociais, refutar as principais heresias religiosas e criticar os vícios morais. Por outro lado, no *Diálogo evangélico* a postura de Barros teria sido a contrária, pois já não se buscava mais a perseguição e a morte como forma de converter os que caminhavam fora do catolicismo. Os objetivos deveriam ser alcançados por meios pacíficos. Essas posições, contudo, não são unânimes entre os historiadores. Entre eles, destacamos as análises de José Sebastião da Silva Dias, Charles Boxer e António Borges Coelho¹⁵².

¹⁵¹ ALMEIDA, Justino Mendes de. “Uma gramática latina de João de Barros”. In: *Euphrosine*, II, Lisboa, 1959. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros*. Lisboa: Verbo, 1969. _____. *João de Barros, Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa Linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações. Lisboa: Faculdade das Letras, 1971. _____. “Os ‘Grammatices Rudimenta’ de João de Barros”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Volume IV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. CASTELLO-BRANCO, Fernando. “Portugal quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler”. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 21, Lisboa, 1973. CIDADE, Hernani. “João de Barros – o que pensa da língua portuguesa – como a escreve”. In: *Boletim de Filologia*, XI, Lisboa, 1950. LOURO, Estanco. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, sd. PICHIO, Luciana Stegagno. *João de Barros: Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Modena: Società Tipografica Editrice Modense, 1959. PEREIRA, Manuel Botelho. *Diálogos morais e políticos*. Viseu: Junta da Província da Beira Alta, 1955. RAMALHO, Américo da Costa. “João de Barros e Erasmo: a propósito da Viciosa vergonha”. In: *Para a história do humanismo em Portugal*, vol. I, Coimbra: INIC, 1988.

¹⁵² RÉVAH, I. S. “Introdução”. In: *Ropica Pnefma*. 2 Vols. Leitura modernizada, notas e estudo de Israel Salvator Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983. _____. “João de Barros”. In: *Études portugaises*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975. _____. “O ‘Diálogo evangélico’ de João de Barros”. In: BARROS, João de. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Manuscrito inédito de João de Barros. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1950. DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra:

Em 1996, por ocasião do V centenário do nascimento de João de Barros, a revista *Oceanos* lançou uma edição voltada para o letrado quinhentista. Considerado o “portador de um projeto historiográfico imperial”, João de Barros foi escolhido como tema do ano pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e o dossiê em questão reuniu alguns estudiosos com o objetivo de traçar sínteses atualizadas de sua obra, entre eles Ana Isabel Buescu¹⁵³, Pedro Cardim¹⁵⁴, Maria Leonor Carvalhão Buescu¹⁵⁵, Américo da Costa Ramalho¹⁵⁶ e António Borges Coelho¹⁵⁷.

No Brasil, a obra de João de Barros também tem despertado o interesse de estudiosos interessados em compreender os seus múltiplos vieses. É o que se verifica ao levantar-se a produção elaborada sobre os seus escritos. Nas dissertações e teses desenvolvidas, o enfoque recaiu com maior ênfase sobre a *Crônica do imperador Clarimundo*, a *Ropicapnefma*, a *Gramática da língua portuguesa*, os *Diálogos morais* e as *Décadas da Ásia*¹⁵⁸.

Em relação aos panegíricos, uma menor atenção tem sido dada a esses textos se comparados com os demais escritos de João de Barros. Apesar disso, alguns estudos

Instituto de Estudos Filosóficos, 1969. BOXER, Charles R. *João de Barros...* op. cit. COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* op. cit., 1996.

¹⁵³ BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 10-24, jul/set, 1996.

¹⁵⁴ CARDIM, Pedro. “Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros”. In: *Oceanos...* op. cit., p. 28-47.

¹⁵⁵ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. “A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos”. In: *Oceanos...* op. cit., p. 51-64.

¹⁵⁶ RAMALHO, Américo da Costa. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos...* op. cit., p. 68-73.

¹⁵⁷ COELHO, António Borges. “João de Barros e a questão judaico-cristã-nova”. In: *Oceanos...* op. cit., p. 75-82.

¹⁵⁸ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: USP, 1995. A dissertação de Megiani foi publicada pela editora Hucitec em 2003. CONTI, Lígia Nassif. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Dissertação de Mestrado em História Social. Franca: UNESP, 2005. VICENTE, Carolina Pereira. *Dois diálogos no renascimento português: João de Barros e Gândavo*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. HAHN, Fábio André. *A pureza da fé. O antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2009. MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Circularidade no século XVII: emergência da similitude na Cartinha de João de Barros e no Chatecismo de D. Diogo Ortiz*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2010. PANEGASSI, Rubens Leonardo. *O pasto dos brutos: contexto de João de Barros, “horizonte histórico” e política nas Décadas da Ásia*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2013. A tese de Panegassi foi publicada em 2017 pela editora Fino Traço. REIS, Flávio Antônio Fernandes. *A Prymera parte da crônica do emperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem: retórica e ensinamento moral na crônica de João de Barros*. Tese de Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo: USP, 2013. SOUZA, Bruno Omar. *História, retórica e celebração imperial: João de Barros e a crônica ultramarina portuguesa do século XVI*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC, 2014. BEZZI, Marina Thomé. *Língua portuguesa e missionação no império português das Décadas de João de Barros (1552-1563)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

fundamentais foram desenvolvidos, como os que compreendem o *Panegírico de D. João III*, ora como um veículo de ideias de Erasmo, ora evidenciando ideias de Maquiavel. Vejamos, pois, as correntes de recepção em torno dos dois escritos.

Quanto a Erasmo, a repercussão de sua obra em Portugal foi estudada por historiadores como Luís de Matos, José Sebastião da Silva Dias e José Vitorino de Pina Martins. Esses estudiosos, em maior ou menor medida, apoiaram-se na obra referencial de Marcel Bataillon, historiador francês dedicado a estudar a relação entre Erasmo e a Península Ibérica¹⁵⁹. Para esses autores, entre os letrados quinhentistas portugueses os “ventos do erasmismo” teriam sido melhor acolhidos na obra de André de Resende, Damião de Góis e João de Barros. Em 1531, André de Resende publica o *Erasmi encomium*, obra que assinala as primícias do erasmismo português. Damião de Góis, a partir de 1534, torna-se hóspede de Erasmo, com quem convive durante cinco meses. Foi por meio de Góis que D. João III teria sondado a possibilidade de Erasmo aceitar um posto de professor na Universidade de Coimbra¹⁶⁰. Por sua vez, João de Barros teria partilhado dos ideais erasmianos, sobretudo face a sua amizade com Damião de Góis. O forte apego moral, seu conhecimento dos clássicos, a oposição aos teólogos escolásticos e a preferência pelos padres da Igreja – tudo isso revelaria traços típicos de Erasmo. O diálogo *Ropicapnefma*, publicado em 1532, é apontado como a principal marca dos ideais erasmianos entre os escritos de João de Barros. Juntam-se a essa corrente Israel Salvator Révah, José Sebastião da Silva Dias, Charles R. Boxer e António Borges Coelho¹⁶¹. De igual modo, o *Panegírico de D. João III* também é tido como portador de ideias erasmianas. Para Joseph Klucas, Barros teria se aproximado de Erasmo no retrato que traçou do príncipe cristão e nas virtudes atribuídas ao monarca português. Essas qualidades, por sua vez, derivam das mesmas fontes clássicas: Aristóteles, Platão, Cícero

¹⁵⁹ MATOS, Luis de. *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*. 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, 1969. MARTINS, José Vitorino de Pina. *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1973. BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Trad. Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996 [1937]. _____. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1952.

¹⁶⁰ HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. Ver sobretudo o capítulo 6, “Erasmo e Damião de Góis”.

¹⁶¹ RÉVAH, Israel Salvator. “João de Barros”. In: BARROS, João de. op. cit., p. XXIX. DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural...* op. cit., p. 273. COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria...* op. cit., p. 73. BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist...* op. cit., p. 47.

e Xenofonte. A cada virtude introduzida, Barros dá ao mesmo tempo exemplos negativos e positivos de conduta ética¹⁶².

Além das relações entre Erasmo e Portugal, nas últimas décadas estudiosos têm se voltado para os vínculos entre o reino lusitano e outro importante letrado do século XVI: Nicolau Maquiavel. Um dos principais estudiosos da difusão de Maquiavel em Portugal, Martim de Albuquerque, sustentou em livro publicado originalmente na década de 1970 a falta de uma recepção favorável ou positiva do escritor florentino em terras lusas. A primeira edição portuguesa d'*O príncipe*, por exemplo, seria feita somente no século XX¹⁶³. As referências a Maquiavel em Portugal são diminutas se comparadas a outros países e, quando acontecem, correspondem a uma visão negativa do escritor. Nesse estudo de 1974, Albuquerque defendeu a seguinte tese:

[...] o pensamento lusíada é antimachiavélico, o que, aliás, estava de acordo quer com as necessidades impostas pela expansão portuguesa [...], quer com o espírito do Povo que gerou um credo messiânico e sonhou com um império universal, o Quinto Império, realizador do reino de Deus na Terra, do reino da Justiça, do reino da Ordem (inconciliável, pois com o espírito casuístico de *Il Príncipe* e com a 'sua' *razão de Estado*); de um povo que, como o espanhol, criou o tipo ideal do *fidalgão* – antimachiavélico por concepção e definição¹⁶⁴.

A conclusão do autor em 1974 seria reiterada em pesquisas futuras. Em 2007, Albuquerque preparou uma nova edição para divulgar seus estudos. Enquanto a primeira parte corresponde ao texto do livro editado em 1974, a segunda, intitulada “Novos contributos sobre Maquiavel e a ética tradicional portuguesa”, traz novos dados sobre a relação entre Maquiavel e Portugal. Entre eles encontra-se um capítulo dedicado às filiações entre os escritos de Maquiavel e o *Panegírico de D. João III*. Ao seguir as pegadas de Maquiavel no panegírico de Barros, Martim de Albuquerque levou adiante uma sugestão dada por António Guimarães Pinto, numa nota à tradução que este fizera dos *Tratados da nobreza civil e cristã*, de Jerônimo Osório, em 1996. Naquela altura, Guimarães Pinto havia indicado o seguinte:

¹⁶² KLUCAS, Joseph A. “João de Barros: Erasmianism and the political image of king John III”. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 21, nº 1, 1984, p. 35.

¹⁶³ Sobre a edição brasileira em 1933, em contraposição à primeira edição portuguesa de 1935 (o “Maquiavel fascista”), BAGNO, Sandra. “O Brasil na hora de ler Maquiavel: notas sobre a primeira edição brasileira d'*O príncipe*, traduzido por Elias Davidovich”. In: *Tempo* (Niterói), v. 20, p. 1-21.

¹⁶⁴ ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de história das ideias políticas. Lisboa: Alêtheia, 2007, p. 10. O estudo original encontra-se em ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Ensaio de história das ideias políticas. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1974.

Com sumária ligeireza, apostilo – e sem aprofundar o tema, por não desviar-me do fio que ora persigo – que o *Panegírico de D. João III*, recitado por João de Barros presumivelmente em 1533, em amiudados passos faz acolhença de matéria expendida nos *Discorsi*, editados por vez primeira dois anos antes. Pelo menos, tendo um feliz acaso feito coincidir a minha leitura dos *Discorsi* com a dos citados *Panegíricos*, resultou-se quase evidente tal filiação, por mais episódica e não essencial que se queira graduá-la. Que os estudiosos do influxo do Florentino entre nós se abalancem ao cotejo de ambas as obras, e cuido que será possível retrotrair de alguns anos o primeiro vestígio de *maquiavelismo* (tomando este conceito de forma absoluta) em Portugal¹⁶⁵.

Coube a Martim de Albuquerque realizar o cotejamento e seguramente constatar que Barros leu e replicou não somente trechos dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1531), como também de outras três obras publicadas em 1532: *O príncipe*, *História florentina* e *Descrição do modo adotado pelo duque Valentino para matar Vitellozzo Vitegli, Oliverotto Pagolo e o duque de Gravina Orsini*. Albuquerque identificou ao menos dez passagens no *Panegírico de D. João III* interpoladas dos textos de Maquiavel.

A partir do exame intertextual realizado, Albuquerque concluiu que Barros fez uma espécie de “triagem” dos escritos de Maquiavel, ao utilizar os exemplos e contextualizá-los dentro de uma narrativa ética, moral e religiosa. Barros teria recortado várias passagens dos textos do florentino, numa clara técnica de interpolação:

Dele retirou, na verdade, exemplos ilustrativos notáveis e paradigmáticos, em geral da história de Itália, mas a respectiva *auctoritas* foi suprimida e vem, frequentemente, substituída por formas impessoais e, por isso, neutralizantes: “dizem que”; “se lê que”, “se lê de”; “quem não sabe”; “lembrem-se que”; “dele se escreve”. Uma autêntica despersonalização da fonte¹⁶⁶.

Uma leitura alternativa a essa de Martim de Albuquerque foi apresentada por Giuseppe Marcocci. Para o historiador italiano, ao contrário do sugerido por Albuquerque, Barros teria acolhido favoravelmente algumas ideias de Maquiavel. Ou seja, não se trata de uma radical incompatibilidade entre os conteúdos presentes nos escritos do florentino e a cultura do expansionismo português – visão tributária de uma historiografia que apresentava Portugal como uma nação europeia orgulhosa e intransigentemente católica, por isso mesmo à margem da circulação de textos como *O príncipe*. O próprio Marcocci se qualifica como um revisionista dessa tradição, ao sugerir

¹⁶⁵ Cf. PINTO, António Guimarães. “Introdução aos *Tratados da Nobreza*”. In: OSÓRIO, Jerónimo. *Tratados da nobreza civil e cristã*. Lisboa: INCM, 1996, nota 8, p. 66. Cf. a mesma passagem em ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal...* op. cit., p. 184-185.

¹⁶⁶ Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal...* op. cit., p. 199.

que a presença de Maquiavel na cultura do Renascimento português foi efetiva, embora dissimulada. E o *Panegírico de D. João III* seria o testemunho mais objetivo desse acolhimento favorável a Maquiavel. Do vocabulário político do escritor florentino, Barros teria aproveitado questões como a utilidade das fortalezas, as crises abertas no império romano em decorrência do uso de milícias mercenárias e a ideia de o príncipe ser amado ou temido. Mas, de todas as questões aproveitadas pelo letrado português, o interesse de Marcocci se concentra, sobretudo, no juízo de Barros acerca da religião dos antigos, principalmente ao reproduzir o esquema dos *Discursos*, no qual o fundamento da sociedade romana tornara-se o temor e a autoridade da religião. Diante de uma tão precoce leitura das obras de Maquiavel, Marcocci sugere, caso o *Panegírico de D. João III* seja realmente datado de 1533, que ele pode constituir “a primeira confirmação da recepção de Maquiavel em Portugal”¹⁶⁷.

Os estudos aqui apresentados constituem-se nos principais trabalhos produzidos sobre o *Panegírico de D. João III*. É importante destacar que todos os autores – a exceção é Giuseppe Marcocci – consultaram apenas a versão impressa do panegírico. Já em relação ao *Panegírico da infanta D. Maria*, destacamos como estudo pioneiro o trabalho de Carolina Michaelis de Vasconcelos¹⁶⁸. Em sua biografia sobre a infanta D. Maria, a autora não deixou de fora o panegírico atribuído a João de Barros. Dedicou algumas páginas a esclarecer o ano de composição do texto – fixado em 1555 – embora, como já esclarecido no capítulo anterior, tenha incorrido em erro ante as descobertas documentais de Alexandre de Lucena e Vale e António de Oliveira. Da mesma forma que estes historiadores, Vasconcelos apoiou-se fundamentalmente na edição impressa do texto – a conduzida por Manuel Severim de Faria –, não tendo consultado qualquer manuscrito.

Outros dois estudos produzidos sobre o *Panegírico da infanta D. Maria* foram realizados por Alexandre de Lucena e Vale e António de Oliveira. Como já foram tratados no capítulo anterior, não cabe aqui nova explanação. Destacamos apenas que, também nesses dois estudos, os autores voltaram-se apenas para as edições impressas, e a partir delas tiraram suas conclusões. Uma das passagens citadas por Lucena e Vale para corroborar a naturalidade visiense de João de Barros só existe na edição impressa. Assim

¹⁶⁷ MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 251-279, cit. à pág. 136. Ver também MARCOCCI, Giuseppe. “Construindo um império à sombra de Maquiavel”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 57-75.

¹⁶⁸ VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *A infanta d. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Pref. de Americo da Costa Ramalho. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1983 [1902].

como essa passagem, há inúmeras outras exclusivas do texto impresso, de modo que, para melhor verificação das variantes entre uma versão e outra, cumpria realizar a crítica textual do documento, trabalho apresentado em anexo.

Por fim, há o estudo de Maria do Rosário Cruz. Embora a autora utilize o *Panegírico da infanta D. Maria* como fonte lateral para discorrer sobre a princesa portuguesa, a historiadora apresenta, mesmo que de forma indireta, problematizações bastante pertinentes quanto à autoria do texto. É importante considerar que em momento algum Cruz se refere a João de Barros como autor do panegírico. Pelo contrário, ao utilizar o conteúdo diretamente do manuscrito do ANTT, a autora atribui o texto a Frei Francisco Barreiros, autor do *Tratado da verdadeira nobreza*, texto que antecede o panegírico dedicado à infanta D. Maria.

O *Panegírico da infanta D. Maria* foi impresso em Lisboa por Manuel Severim de Faria, em 1655. Uma segunda edição saiu em 1675 e foi impressa por Fr. Miguel Pacheco, junto à biografia que dedicou à infanta. Em 1740, com a reedição das *Notícias de Portugal*, o panegírico foi impresso pela terceira vez, junto ao *Panegírico de D. João III*, na altura publicado pela primeira vez. Em 1791, Joaquim Francisco Monteiro publicou os dois textos conjuntamente. A última edição foi realizada por Manuel Rodrigues Lapa e saiu em 1943, pela Coleção de Clássicos Sá da Costa.

Para a sua edição, Lapa utilizou os textos do *Panegírico de D. João III* editados em 1740 e em 1791 e também o manuscrito depositado na BNP. Os erros e variantes entre o texto manuscrito e as edições setecentistas foram indicados pelo editor nas notas de rodapé. Em relação ao *Panegírico da infanta D. Maria*, o historiador português recorreu apenas às edições impressas do texto. Nenhum manuscrito foi consultado e confrontado. É provável que Lapa desconhecesse o manuscrito do ANTT na altura em que publicou sua edição do texto. Assim, nas notas de rodapé, que acompanham o texto do *Panegírico da infanta D. Maria*, o editor limitou-se a esclarecer o significado de certas palavras e os personagens históricos citados¹⁶⁹.

Todos os estudos produzidos sobre os panegíricos de Barros e citados acima apoiaram-se nessa edição de Manuel Rodrigues Lapa. A exceção, novamente, é Giuseppe Marcocci – que confrontou a edição de 1943 com o manuscrito do *Panegírico de D. João III* –, além de Carolina Michaelis de Vasconcelos e Maria do Rosário Cruz. Enquanto o estudo de Vasconcelos foi publicado bem antes da edição empreendida por Lapa, em

¹⁶⁹ LAPA, Manuel Rodrigues. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da infanta D. Maria)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, p XXX-XXXI.

1902, o estudo de Cruz foi o único, entre os produzidos sobre o *Panegírico da infanta D. Maria*, a utilizar o manuscrito depositado no ANTT. Como o próprio Marcocci já observara em relação ao *Panegírico de D. João III*, “Do manuscrito seiscentista [...] existe uma moderna edição que tem, todavia, o defeito de ter normalizado o texto”¹⁷⁰. Além de ter atualizado a ortografia, a edição conduzida por Lapa é lacunar no sentido de não ter confrontado o texto impresso do *Panegírico da infanta D. Maria* com o único manuscrito conhecido do documento. Na comparação entre a versão impressa e o manuscrito, o texto editado por Manuel Severim de Faria apresenta-se muito mais extenso, com inúmeras passagens só encontradas nele. A partir da necessidade de se apurar o que é próprio do manuscrito e o que é exclusivo da edição de 1655, realizamos uma edição crítica do documento, trabalho apresentado em anexo.

Textura dos panegíricos

Uma diferença notável entre os dois panegíricos diz respeito, sem dúvidas, a sua extensão. Por ser maior, o *Panegírico de D. João III* apresenta muito mais discussões que o *Panegírico da infanta D. Maria*, bem mais sucinto e concentrado sobretudo na pessoa da infanta portuguesa. Além de louvar a figura régia, o *Panegírico de D. João III* desenvolve temas relacionados ao poder real, às virtudes do príncipe, à relação entre estado e religião, à paz e à guerra. Já o *Panegírico da infanta D. Maria* é uma ótima fonte para os estudiosos interessados na história do gênero, sobretudo pela importância conferida a personagens históricas femininas, que se destacaram nas armas, letras ou artes.

Através dos próprios textos, pode-se chegar à finalidade para a qual foram escritos: o primeiro para a restauração de um aqueduto, o segundo para a nomeação da infanta D. Maria como duquesa de Viseu. No *Panegírico de D. João III*, há uma referência bem clara à ação do monarca português na condução de uma obra pública de enorme importância para a época:

Que maior testemunho do que digo queremos que o que este dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda muito desejoso de lhe ser causa de maiores bens lhe traz novamente água de muito longe em muita abundância, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tão necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprindo os defeitos do lugar, para dar saúde e contentamento aos homens¹⁷¹?

¹⁷⁰ Cf. MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 136, nota 290.

¹⁷¹ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., citações às págs. 122 e 76.

O evento referenciado por essa passagem diz respeito às obras de restauração do Aqueduto da Água da Prata, projeto empreendido entre 1533 e 1537 e para o qual foram mobilizados importantes recursos técnicos, humanos e financeiros. Tudo leva a crer que o panegírico foi escrito para celebrar a ocasião em que o rei, juntamente com a corte itinerante, encontrava-se em Évora e acompanhava os trabalhos de restauração daquele aqueduto¹⁷². Por essa referência, também se pode fixar o ano em que o texto foi escrito; neste caso, entre 1533 e 1537. O manuscrito da BNP e a edição impressa indicam 1533. Em decorrência, os estudiosos concluem pelo ano de escrita do panegírico. Apesar disso, há uma passagem no próprio texto a corroborar esse dado: “Passa de doze anos que V. Alteza reina, nos quais sendo sempre tão excelente rei, nunca cansou, nem cansa de o ser cada dia melhor”. Considerando que D. João III começou a reinar em 1521, de fato, em 1533, estaria o rei completando doze anos de reinado. Diante dessas evidências, é possível fixar o ano de composição do *Panegírico de D. João III* em 1533.

Já o *Panegírico da infanta D. Maria* foi escrito para celebrar a ocasião em que a princesa portuguesa foi nomeada duquesa do senhorio de Viseu. Não apenas Severim de Faria apresenta essa informação no prólogo de suas *Notícias de Portugal*, como há várias passagens no texto evidenciando implicitamente este evento. Um trecho bem significativo a esse respeito é o seguinte:

q dias ha q este vosso povo derramado pellos desertos desabitados da razaõ espera por V. A. O grãdiss^a prudência delRey entregar ã tal tpõ hũ povo, a quẽ o avia de restituir a estado de maior quietacaõ, & repouso, grãdiss^a clemência de V. A. acçptar a governãca delle pelo salvar, certam^{te} q não sei o q mais louve, se a prudência de hũ, se a clemência do outro, igual he a divida, igual o louvor, igual a obrigacaõ: m^{to} devemos a elRey q nos deu a taõ alta príçesa, m^{to} devemos a V.A q nos aceitou por seus¹⁷³.

O autor do panegírico, ao dirigir-se a D. Maria em sua oração, apresenta-se como filho de Viseu e como vassalo da nova titular daquele senhorio. Agradece ao monarca português por entregar o povo daquela cidade a tão nobre princesa, e a D. Maria por

¹⁷² Sobre as obras de restauração do aqueduto, cf. BILOU, Francisco. *A refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Lisboa: Colibri, 2010. Outra referência às obras do aqueduto é dada por António Castilho em seu elogio ao mesmo D. João III: “Restitui o cano de água de prata de Évora, aqueduto antigo de Sertório, que o tempo em muitas partes tinha gastado, a cuja conservação aplicou renda pública, que bastava para suprir o reparo”. Cf. CASTILHO, António de. “Elogio ao Rei D. João de Portugal III”. In: FARIA, Manoel Severim de. *Notícias de Portugal, offerecidas a el rey n. s Dom João o IV por Manoel Severim de Faria*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655, p. 300.

¹⁷³ “Panegirico. A mui alta & excellente princesa a iff. dona Maria”. In: *Colecção S. Vicente*, livro 15, fol. 91.

aceitar. Embora nem o manuscrito do ANTT nem a edição de Severim de Faria referenciem o ano de composição, a considerar o evento acima o panegírico pode ser fixado entre 1544 e 1545, conforme demonstraram as provas documentais apresentadas por Alexandre de Lucena e Vale e António de Oliveira.

Em termos estruturais, os dois panegíricos apresentam algo semelhante ao estabelecido pelos tratados de retórica, como *exordium*, *narratio*, *confirmatio* e *peroratio*. Na abertura dos textos, o autor anuncia o assunto e o propósito do discurso, apresenta-se com humildade à assembleia e vale-se do apelo persuasivo para conseguir credibilidade junto ao público. Logo no início do *Panegírico de D. João III*, Barros anuncia o propósito de sua oração: “Um só trabalho sinto nesta obra: serem tantos os seus notáveis feitos e virtudes que, querendo eu dizer tudo, seria mais compor crônica que panegírico; e, leixando parte, não satisfaria a meu desejo”. No passo seguinte, afirma em atitude de humildade que suas palavras não podem chegar à altura do que o rei merece:

Por esta causa, segundo o exemplo dos antigos, direi neste algua parte das grandes e reais virtudes de V. Alteza, empresa por certo digna de mui grande e alto estilo; mas, se eu não puder chegar tam alto e as palavras ficarem aquém do desejo, espero que me valerá diante dele ser minha vontade tal, que quis antes pôr-se ao perigo que leixar de fazer o que podia¹⁷⁴.

No *Panegírico da infanta D. Maria*, o orador se apresenta como alguém de baixa condição ante a ilustre princesa a quem dirigia o seu louvor:

Mas querer encher papeis de seus louvores, he dar a etêder q em algũs se podiaõ elles comprehêder, ca certo considerãdo a grãdeza de seu estado, & a baixa calidade de minha p^a, o alto cume de suas virtudes, & a fraqueza de meu engenho, a gloria da sua fama, & a pouca noticia da minha, naõ he outra cousa querer louvar V. A senão cuidar q som^{te} cõ estender as maos aos q estaõ da outra banda de taõ alto rio, o posso pasar a meu salvo, como pellos penitêtes das ribeiras stygias dizia o poeta Virgilio¹⁷⁵.

Certo de que a assembleia pudesse não levar a sério o conteúdo laudatório de sua oração, no *Panegírico de D. João III* Barros aproveita para afastar qualquer suspeita de adulação, indicando ser o panegírico superior à própria história:

[...] mas, se o principal fundamento dos que compõem crônicas e escrevem as cousas passadas é falar verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de mór autoridade que outra maneira de história; porquanto o Panegírico faz sempre

¹⁷⁴ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., cit. a p. 2.

¹⁷⁵ “Panegírico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 86.

fé do que vê e o representa aos olhos; a história pela mór parte trata do que houve, e isto encomenda à memória¹⁷⁶.

Ao longo do *Panegírico de D. João III*, João de Barros enaltece as qualidades humanas, religiosas, políticas e guerreiras de D. João III e não deixa de destacar o seu importante apoio às artes e ciências:

A todos é notório quanto amor tem às letras, quanto favor, quanto amparo, quanta mercê recebem dele os letrados de toda a ciência; este amor é causa de sua corte florescer hoje tanto em letras como floresce; este mesmo o faz cuidar novas maneiras e novas invenções d'estudos gerais, por onde as ciências em seu reino não menos cresçam e vão adiante, que as outras virtudes. Verdadeiramente as letras dizem bem com as armas. Bem sei que muitos são doutra opinião, mas a causa disto (se me não engano) é por não confessarem seu defeito, louvando a virtude, de que carecem. Mal iria ao capitão, se não fosse prudente, e mal à república em que houvesse armas sem conselho e autoridade das letras¹⁷⁷.

No *Panegírico da infanta D. Maria*, o autor recupera a nobre genealogia da princesa portuguesa e destaca o zelo piedoso que acompanha a família:

mas deixaloei, p dizer q de tais dous trôcos como estes, não podia nacer senão V. A, em q claram^{te} se ve ser f_a de tal pay, por quẽ ds tais cousas obrou, & irmã de tal irmão, conservador & augmêtador dellas, & sobretudo criada na doutrina familiar, & exêplos da R^a n. sr^a vossa tia ã quẽ tâto florecem as virtudes q parece acharẽ nella descansado apousêto e cuja casa q podemos chamar escola de sãta doutrina V. A foi ensinada nos preçeitos de nossa sãta fe ã q ainda isto deveis a divina clemência, q alẽ de vos fazer f^a da R^a Christianiss^a bisneta delRey dõ f^{to} q por excellẽte christaõ mereçeo o nome de catholico f^a de outro Rey q dos infieis como pouco ha disse foi novo Apostolo, & irmão delRey nosso shõr maravilhoso reformador da religiaõ xpaã, isto como digo deveis a Ds q vos deu taõ santa criaçaõ, cõ q pudeseis cõservar esta inclinacaõ herdada de vossos progenitores, o que bẽ claro se mostra ã V. A pois q seu modo de vida fora de religiaõ pode ser aos religiosos espelho, & doutrina de bẽ viver¹⁷⁸.

D. Maria é apresentada como modelo de conduta ética e exemplo a ser seguido, “hũa fõte publica de q seus vassallos haõ de tirar agua de sã doutrina & bons costumes”¹⁷⁹, não apenas pelo seu zelo religioso, mas também pelo seu amor às letras e ao estudo da Sagrada Escritura. O orador dedica várias páginas do panegírico a louvar as mulheres que se destacaram na história e floresceram nas letras e armas, na administração de reinos e na fundação de cidades, na constância da fé, nas virtudes da castidade, piedade e

¹⁷⁶ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 1-2.

¹⁷⁷ Idem, p. 116-117.

¹⁷⁸ “Panegírico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 88.

¹⁷⁹ Idem, ibidem.

misericórdia, afirmando que em muitos casos elas não apenas se igualaram aos homens, mas também os excederam. E não deixa de sublinhar o papel desempenhado por D. Isabel, bisavó de D. Maria, na expulsão dos mouros da Espanha:

Asim q cõ estes & outros exêplos de molheres q nas armas floreceraõ, & administraraõ R^{nos}, não duvido Illustriss^a príçesa q trazêdo o tẽpo tais neçessidades, q importas se prudẽcia & conselho pa governar gẽte armada q se acharia nella taõ pfeito, como se achou na R^a dõna Isabel, vossa bisavó, cuio saber & esforco ajudou a lâcar os mouros de Espanha (q de 700 annos & mais a senhorearaõ p forca de armas) a qual foi vista nos exercitos & perigos da guerra¹⁸⁰.

Tanto o *Panegírico de D. João III* quanto o *Panegírico da infanta D. Maria* trazem referência à empresa dos portugueses no ultramar e ao novo mundo aberto pelos descobrimentos e pelas conquistas. Uma tendência, aliás, da literatura e da cultura portuguesas da primeira metade do século XVI, na exaltação mítica dos descobrimentos. O orgulho dos atos nacionais, associado a uma visão épica das navegações e das conquistas, predominou durante várias gerações e foi registrado por aqueles indivíduos ligados às esferas da cultura e do poder¹⁸¹. No *Panegírico de D. João III*, João de Barros apresenta D. João III como continuador de D. Manuel na política de conquista e navegação da Índia e na descoberta de novas terras e mares. Atribui ao monarca reinante a façanha de ter ultrapassado a memória de todas as histórias e fábulas e estendido as bandeiras aos cantos mais remotos do Oriente:

Qual príncipe, não digo eu de Portugal, mas da Europa, triunfou da Etiópia, da Arábia, dos persas e dos índios, descobriu tantos mares, tantas ilhas, deu tantas terras não conhecidas ao mundo? Qual príncipe converteu à Fé de Cristo tantas províncias, tanta multidão de almas, cuja bem-aventurança não pode deixar de ser comunicada com a causa dela? Qual príncipe com suas vitórias e triunfais armadas rodeou o Mar oceano, passou os termos e limites da navegação geral, alcançou tão grande fama na derradeira parte do Oriente, foi tão temido de reis poderosos e senhores tão apartados, finalmente fez conversáveis aos cristãos com as nações do nosso Ponente¹⁸²?

No *Panegírico da infanta D. Maria*, Barros se refere a D. Manuel, pai de D. Maria, como

aquelle em cuio coracaõ serveo sẽpre tal zello da fé, q cõ m^{lo} gasto de sua faz^{da}, mortes de seus naturais, trabalhos de sua vida, & cuidados de seu spirito, fez adorar o preçioso sangue de Christo onde o dos brutos animais se sacrificava, & isto taõ lonie de seus R^{nos} & snõrios, despregando bandeiras, tomãdo cidades, suieitando R^{nos} onde nũca o victorioso Alexãdre, & o grande Hercules,

¹⁸⁰ Idem, fol. 91.

¹⁸¹ Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 15-31.

¹⁸² “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 38-39.

de cuias facanhas se espantaraõ os antigos puderaõ chegar, achando novas estrellas navegãdo mares naõ conhecidos descobrindo a ignorãcia dos philosophos antigos q o mũdo tinha por mestres de verdades occultas¹⁸³.

O orador apresenta D. Manuel como aquele que libertou os africanos da bestialidade a que estavam submetidos, ao viverem como brutos animais, fora de toda a polícia e habitarem cavernas da terra, sem lei, justiça, direito humano ou divino. Com a pregação do rei, no entanto, deixaram as trevas e conheceram a luz. A nobre missão do monarca português, na visão de Barros, foi a de levar o cristianismo a todos aqueles que não conheciam a verdadeira religião: “E o Messias prometido na lei ja tinha seu nome escrito nos livros de Esaias q disse Emanoel se chamara, q em nossa lingua quer dizer ds he cõnosco, pella vïda que fez a este mũdo õde tomou carne humana, por nos remir do peccado, pois asim mesmo eu diria q este christianiss^o Rey Emanoel levou sua sancta fe à India, Ethiopia cõ q os infieis la podẽ dizer ds he conosco”¹⁸⁴.

Como forma de apresentar provas concretas do que afirma na *narratio*, Barros cita importantes feitos do monarca com o objetivo de confirmar a visão liberal e magnânima atribuída ao rei ao longo do *Panegírico de D. João III*: “E pera que todos vejam quam perfeitamente e com quanta constãncia ama a seu povo, ainda que a todos seja notório, direi duas principais cousas, que em seu reinado tem feitas, de que se possa compreender facilmente com quanto amor e com quanto zelo trabalhou sempre pola conservação e descanso geral de seus vassalos”¹⁸⁵. Uma delas, diz, foi ter se casado com a rainha D. Catarina, a outra foi ter trabalhado para que seus súditos vivessem abastados no tempo das grandes fomes e esterilidades do reino. Também sublinha o apoio concreto do monarca às letras: “Que direi dos moços, que V. Alteza à sua própria custa mandou e cada dia manda à Universidade de Paris aprender as artes liberais e santa teologia, por que a honra de seu reino não menos nas letras que nas outras virtudes seja por ele acrescentada^{186?}”

Ao concluir os dois panegíricos, Barros demonstra novamente sua baixa condição por elogiar figuras de tão alto merecimento: “Vejo quam grande empresa tomei, e quam trabalhoso me será querer dar perfeito louvor em panegírico a seus altos merecimentos”¹⁸⁷, escreve, em referência a D. João III. Voltando-se para a infanta D. Maria, diz: “Tornado

¹⁸³ “Panegirico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 87.

¹⁸⁴ Idem, ibidem.

¹⁸⁵ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 69-70.

¹⁸⁶ Idem, p. 75.

¹⁸⁷ Idem, p. 159-160.

ao proposito este seu povo & vasalos, posto q ã quãtidade seiaõ poucos, & não enchaõ a medida dos mericim^{tos} de V. A pois q grãdes Imperios & R^{nos}, demãda sua prudẽcia & alto naçim^{to}¹⁸⁸. Os dois panegíricos apresentam, assim, estrutura semelhante à estabelecida pelos tratados de retórica, contendo as componentes próprias desse tipo de discurso. É importante ressaltar novamente que o *Panegírico de D. João III* é bem mais extenso que o *Panegírico da infanta D. Maria*, e por ser dirigido a um monarca reinante, versa sobre um conjunto de questões intrínsecas ao poder real, como o conselho político e as virtudes do príncipe. Essas e outras questões serão melhor sistematizadas na próxima seção, ao se examinar, por exemplo, a presença de ideias atribuídas a Maquiavel e Erasmo nos panegíricos.

Um caso bem representativo é o *Panegírico de Trajano*, escrito por Plínio-o-Moço por volta do ano 100 d.C., uma obra bastante aclamada da antiguidade clássica. Nesse panegírico, o príncipe é retratado não como um senhor dos seus súditos, mas como concidadão e pai generoso, discreto, respeitador das leis, modelo de conduta para toda a comunidade, cultor das letras, das artes e das ciências. Segundo Nair de Nazaré Soares, a visão do príncipe ideal começa precisamente pelo *Panegírico de Trajano* e mantém-se mesmo dentro do modelo cristão¹⁸⁹. Esse texto, como se sabe, serviu de modelo ao *Panegírico de D. João III*, como o próprio Barros indica ao citá-lo em sua oração:

Plínio, em seu panegírico, que fez ao imperador Trajano, diz que então se poderã chamar reinos e respúblicas bem-aventuradas, quando se der galardão à virtude, e os bons forem estimados, e os maus não forem temidos; mas estes tam grandes bens, que nascem do príncipe, ou da república justa, melhor se mostram nos tempos de paz que da guerra; porque ainda que se a guerra trate como deva, com tudo, não sendo os tempos quietos, mal se podem de todo refrear os apetitos dos homens, e por isso não há tempo em que se assi possa usar toda a virtude, como no da paz. Esta, pera ser firme e qual cumpre ao verdadeiro estado das respúblicas, é necessário que tenha seu fundamento na justiça, sem a qual não há cousa seguram nem que possa durar muito¹⁹⁰.

Também no *Panegírico da infanta D. Maria* encontramos referências a Plínio-o-Moço:

¹⁸⁸ “Panegirico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 94.

¹⁸⁹ SOARES, Nair de Nazaré Castro. “O retrato do príncipe como estratégia política e modelo educativo no Renascimento”. In: JIMÉNEZ, A. Pérez; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra-Málaga: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004, p. 186.

¹⁹⁰ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 22-23. Outra referência ao *Panegírico de Trajano* é feita mais à frente, por João de Barros: “Louva Plínio, em seu Panegírico a Trajano, que antes de ser chamado pai da pátria pelos romãos, o era já nas obras; o qual foi tam zeloso de bem e afeiçoado a seus cidadãos e vassalos, que se afirmava em seu tempo que a alma do emperador Augusto vinha falar com ele”. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 62.

& certo q nos bens da fortuna, q os philosophos chamaõ exteriores comũ^{te} taõ estimados V. A. os tẽ taõ pfeitos q algũs de q os antigos se espãtaraõ, diante dos seus pdẽ toda sua admiracaõ: Ca plinio entre os mais milagres da bẽ avẽturãca humana conta de hũa R^a q foi f^a, mulher, & may de Rey, avẽdo por m^{to} estas qualidades jũtas ã hũa p^a, a qual bẽ creio q de seus avoẽgos naõ tivesse a nobreza, & Real limpeza de sãgue q V. A tẽ de todas as partes de taõ altos & taõ esclarecidos Reis de q a christianiss^a R^a de frãça vossa mãy vẽ descendẽdo e na qual, & ã outras m^{tas} R^{as} de vossa genealogia resplãdece melhor esta gloria da bẽ avẽturãca q plinio achou na outra de q faz mẽcaõ, q naõ som^{te} he f^a de hũ taõ glorioso prĩcipe como foi ElRey dõ felippe vosso avo, & mulher de outro taõ poderoso como ao presẽte he ElRey de frãca, mas pa melhor remate a fez ds mãy de V A¹⁹¹.

Ao longo do século XVI, foram escritas várias orações panegíricas em louvor a D. João III. Além dos panegíricos de Barros, ganham destaque as orações de António Luís (*Panegyrica oratio elegantissima plurima rerum et historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata, Antonio Ludouico Vlyssiponensi medico auctore*, um elogio de 1539 aos descobrimentos e à paz durante o reinado de D. João III, com destaque para os temas de filosofia moral e política); Inácio de Moraes (*Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioan-nem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scolis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede príncipe filio diuo Ioanne sereníssimo eiusdemque regis sorore diua Maria sereníssima prae-sentibus*, proferida por ocasião da visita do rei à Universidade de Coimbra, em 1550); André de Resende (*Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio anniuersario dedicationis eius die*, pronunciada em 1551 no Colégio das Artes); e Diogo de Teive (*Oratio in laudem Ioannis Tertii Inuictissimi Lusitaniae et Algarbiorum Regis publice pronunciata Conimbricae*, pronunciada em 1552 e publicada em 1558)¹⁹². Como se nota, dos panegíricos escritos no século XVI em louvor a D. João III, apenas os de Barros foram escritos em língua vernacular.

Aires do Couto realizou um estudo comparativo entre o *Panegírico de D. João III* e a *Oratio panegyrica*, de Inácio de Moraes, identificando em vários passos aspectos em comum entre as duas orações. Os destaques vão para a exaltação da ideia imperialista, o fervor patriótico manifestado pelos dois letrados, a ênfase posta na promoção do bem-estar público, na liberalidade do monarca, no entusiasmo régio pelas letras e no enquadramento de D. João III como seu maior patrono e mecenas, e também nas

¹⁹¹“Panegirico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 87.

¹⁹² COUTO, Aires do. “O *Panegírico de Trajano*: modelo do *Panegírico de D. João III* do humanista João de Barros”. In: *Didaskalia*, 2003, p. 690-691

qualidades atribuídas ao monarca português, a fazer dele um príncipe perfeito, principalmente como cultor da justiça¹⁹³.

No *Panegírico de D. João III* e no *Panegírico da infanta D. Maria*, encontramos várias referências a autores e textos da antiguidade clássica, da sagrada escritura e de alguns humanistas. Entre os autores gregos citados no *Panegírico de D. João III*, destacam-se Homero, Platão, Plutarco, Hecateu, Anaxágoras, Xenócrates, Aristóteles, Heródoto, Sócrates, Teofrasto, Teócrito, Carneades, Epicuro, Hesíodo, Pitágoras, Cleobulo, Heráclito, Xenofonte, Antístenes e Díon. Entre os latinos, estão Plínio-o-Moço, Tito Lívio, Claudiano, Rabírio, César, Cícero, Sêneca, Pacato, Mamertino e Ausônio. Pacato e Mamertino são autores do *Panegírico de Teodósio* e do *Panegírico de Juliano*. No *Panegírico da infanta D. Maria*, encontramos referências a Homero, Orfeo, Platão, Aristóteles e Xenofontes, entre os gregos, e Virgílio, Sêneca, Horácio, Cícero, Plínio-o-Moço, Santo Agostinho e Valério Máximo, entre os latinos. Essa familiaridade de Barros com a cultura antiga deve-se sobretudo à sua formação cultural, ocorrida sob o signo do classicismo e do humanismo literário. As inúmeras citações a autores da antiguidade clássica devem-se, também, à disseminação de edições de obras de autores gregos e latinos, de panegiristas do período imperial e cristão e de autores medievais, seja na língua original ou em tradução, ocorridas a partir do século XVI. Ao lado das edições individuais, generalizaram-se coletâneas com intenção pedagógica, com trechos atribuídos a autores antigos e modernos versando sobre temáticas afins¹⁹⁴. É provável que muitas das citações a autores antigos, tanto no *Panegírico de D. João III* como no *Panegírico da infanta D. Maria*, tenham sido feitas a partir de tais compilações de aforismos ou apotegmas¹⁹⁵.

Erasmus e Maquiavel nas fontes

A imagem do príncipe cristão difundida no século XVI foi inspirada na tradição greco-latina. Homero ao apresentar a natureza e a missão divina e humana do rei, Hesíodo ao exaltar as virtudes e a capacidade operativa do homem, ou Sólon, tido como o modelo de legislador, o ideal do rei culto e avisado, foram autores frequentemente citados nos

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ SOARES, Nair de Nazaré Castro. “O retrato do príncipe... op. cit., p. 187.

¹⁹⁵ Segundo Nair de Nazaré Soares, sobretudo nos casos em que os autores escreviam: “Lemos de tal autor...”, é possível que estivessem recorrendo a tais coletâneas. Nos panegíricos, especialmente no *Panegírico de D. João III*, abundam referências desse tipo. Cf. SOARES, Nair de Nazaré Castro. “O retrato do príncipe... op. cit., p. 187.

Espelhos de príncipes renascentistas, como premissas de argumentação ou como autoridade ao pensamento exposto. A ideologia política imperial romana, por sua vez, foi divulgada sobretudo no gênero panegírico. Nesse sentido, o *Panegírico de Trajano* ocupa um lugar de relevo: as qualidades humanas exaltadas reiteradamente ao longo da oração definem o príncipe perfeito, considerado uma dádiva dos céus. Essa visão ideal manteve-se dentro do modelo cristão, e entre os portugueses o *Panegírico de Trajano* interessou a D. Pedro, que pretendeu vê-lo traduzido ao português; a Barros, que o citou em seu panegírico; e a D. António Pinheiro, que o traduziu em 1541¹⁹⁶.

A produção literária portuguesa quinhentista pode informar sobre o ideal ético-político, nos tratados de educação de príncipes, nas obras jurídicas, na produção dramática e poética, nas novelas de cavalaria, crônicas, panegíricos, orações de aclamação, ou nos tratados de retórica. Os autores procuram apresentar o retrato ideal do príncipe, porém num estilo novo, aperfeiçoado pela leitura dos autores clássicos greco-romanos, ou dos autores cristãos e grandes nomes da patrística. Exemplos significativos são o *De republica gubernanda per regem*, de Diogo Lopes Rebelo, *Doutrina ao infante D. Luís*, de Lourenço de Cáceres, e *Breve doutrina e ensinança de príncipes*, de Frei António de Beja. Os temas desenvolvidos pelos autores renascentistas, embora tradicionais em maioria, são ressignificados à luz das experiências clássicas. Desenvolvem-se assim temas como o conceito de “estado”, a partir da conjugação da administração pública, da constituição e da estrutura de poder; a defesa do poder monárquico; a dicotomia estabelecida entre bom rei e tirano; a necessidade de afastar o rei de parasitas e adutores e o enaltecimento das virtudes do príncipe¹⁹⁷.

Esses temas, de algum modo, aparecem no *Panegírico de D. João III*, e com menor incidência no *Panegírico da infanta D. Maria*. Especialmente no *Panegírico de D. João III* – dirigido a um monarca reinante – busca-se apresentar a imagem ideal de príncipe, ao lado de discussões em torno da ideia de estado, a relação entre rei e súditos, estado e religião, as virtudes do príncipe e a paz e a guerra. Temas também presentes em escritos de Erasmo e Maquiavel, serão agora lidos conjuntamente, a fim de se conjugar ideias de autores coevos e aparentemente díspares. Se Barros buscou retratar D. João III como um príncipe cristão ideal, conforme o modelo estabelecido por Erasmo em seu tratado de 1516, *A educação de um príncipe cristão*, o letrado português também leu e

¹⁹⁶ SOARES, Nair de Nazaré Castro. “O retrato do príncipe... op. cit., p. 181-186.

¹⁹⁷ Idem, 192-198.

replicou ideias de Maquiavel, veiculadas em escritos como os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1531) e *O príncipe* (1532).

Esse diálogo com autores coevos revela-se uma peculiaridade dos panegíricos, razão pela qual será explanado a seguir – com a grande ressalva de se lidar aqui em grande parte com traduções e apontamentos de terceiros, o que certamente limita o alcance da análise.

Reis e súditos, estado e religião

Tanto n’*A educação de um príncipe cristão* quanto no *Panegírico de D. João III* Erasmo e Barros parecem concordar que o bom príncipe devia governar de modo a ser como um pai para o Estado. Ou seja, assim como um pai benevolente está disposto a dar sua própria vida em favor do filho, o bom governante deveria doar-se à causa do bem-estar de seu povo. Para Erasmo, o bom príncipe deve ter a mesma atitude para com os súditos que um bom patriarca tem para com sua família, afinal questiona, o que é um rei senão o pai de muitas pessoas? E Deus, enquanto príncipe dos príncipes, também ele é chamado de pai¹⁹⁸. Por sua vez, Barros, ao citar Xenofonte, escreve que

“[...] o príncipe justo e temperado há de cuidar que a sua república é sua casa, e a seus súditos há de ter em conta de filhos, donde cuidou eu que nascesse antigamente os reis serem chamados pais do povo, representando também nisto Deus, o que é chamado de padre nosso; e se este é o ofício dos príncipes, tratar os naturais como seus filhos, tanto com maior cuidado devem resistir à ira, quanto este apetite os afasta mais do verdadeiro juízo, que é necessário para a boa conservação de qualquer estado¹⁹⁹.”

O pressuposto de que o rei deve amar seus súditos apresenta-se como uma das características do humanismo cristão. Em decorrência, o bem de uma comunidade seria alcançado quando a convivência política entre seus membros se desse em harmonia e concórdia²⁰⁰. Nada mais prejudicial na república que o príncipe portar-se de modo a ser temido: daí resultaria a distinção entre rei e tirano, pois o tirano se impõe sobre os que governa pelo medo. Para Erasmo, o tirano luta para ser temido, já o rei para ser amado. Quem é temido por todos deve ele próprio temer a muitos, e aquele cuja morte é desejada pela maioria do povo não pode estar seguro²⁰¹. Em seu *Panegírico de D. João III*, Barros

¹⁹⁸ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano*. Estudio preliminar de Pedro Jiménez Guijaro. Trad. Pedro Jiménez Guijaro y Ana Martín. Madrid: Tecnos, 2007, p. 52-53.

¹⁹⁹ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 151-152.

²⁰⁰ Ver SKINNER, Quentin. *As fundações de pensamento político moderno*. Trad. Renato J. Ribeiro e Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1978], p. 148.

²⁰¹ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 43-44.

não se aprofunda no tema da tirania. Apenas acentua que “o rei que obedecer à justiça facilmente usará toda a virtude, e, pelo contrário, quem não seguir nem quiser dar crédito às leis que ordena, mais deve ser chamado tirano que príncipe”²⁰². Por esse exercício de aproximação, Barros parece estar em sintonia com a ideia de que o príncipe que violasse a lei deveria ser chamado de tirano por desobedecer uma lei civil justa que, em última instância, seria uma conclusão da divina lei moral, conforme o consenso da época²⁰³.

Se por um lado Barros não se aprofunda nesse debate, por outro ele exorta o monarca – assim como Erasmo – a amar seus súditos incondicionalmente; ao contrário de Maquiavel, para quem a relação entre reis e súditos não precisa estar pautada, necessariamente, no amor e na concórdia. N’*O príncipe*, o florentino questionaria se é preferível que o governante fosse amado ou temido. Como resposta, ele diz que seria necessário ser uma coisa e outra. No entanto, como a natureza humana é ingrata e caprichosa, é essencial que pelo menos seja temido, já que os homens são geralmente volúveis, simuladores e ambiciosos de ganho. Dessa forma, o príncipe devia fazer-se temer, pois se não conquistasse o amor das pessoas, ao menos poderia fugir de seu ódio. Maquiavel então afirma que o governante deve empenhar-se em não ser odiado. Conseguirá isso ao se abster de tomar as esposas dos seus súditos e principalmente os seus bens, pois os homens esqueceriam mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio²⁰⁴.

Em certa passagem do *Panegírico de D. João III*, podemos ler que Barros não descarta a hipótese de os súditos temerem seu rei, desde que desse inconveniente não surgisse nenhum escândalo:

Eu não digo que não temam os súditos seu príncipe, mas isto seja de maneira que de muita rigorosidade não possa nascer algum escândalo; e deste inconveniente por nenhuma via mais facilmente o bom rei se pode desviar que tirando as ocasiões dos males, e querendo antes ter maneira com que não errem seus vassallos quizer diligente em os castigos, depois que erram²⁰⁵.

²⁰² BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 153.

²⁰³ HANSEN, João Adolfo. “Educação de príncipes no espelho”. In: *Floema especial*. Ano II, nº 2a, 2006, p. 48.

²⁰⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, Capítulo XVII, p. 74-76.

²⁰⁵ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 10.

Se por um lado Barros estava de pleno acordo com a tradição humanista cristã ao defender uma relação harmoniosa entre governante e governados²⁰⁶, por outro ele parecia ver com bons olhos o fato de que, além de ser amado, era útil para o príncipe ser temido. Numa passagem em que cita os *Discursos*²⁰⁷, o letrado português destaca os dois grandes bens observados em D. João III: bondade e comedimento. Essas qualidades, segundo ele, faziam o monarca ser “bem-quistado de seus vassallos” e temido “como a seu rei e senhor natural”:

Mas posto que V. Alteza desta temperança, que usa, e amor que tem a seu povo, não queira na vida outro interesse que a execução da mesma virtude, que pela maior parte dá de si tanto contentamento que escusa toda a outra satisfação, com tudo daqui nasce ser já tão bem-quistado de seus vassallos, que cada um deles o ama como a pai e teme como a seu rei e senhor natural²⁰⁸.

Pela leitura de seu tratado, Erasmo sequer cogita a hipótese de o príncipe ser temido: este devia demonstrar amor para com os demais se desejasse, em troca, ser amado. Vincula então o governante a seus concidadãos da mesma forma que Deus atrai a si todos os homens, ao merecer deles o bem²⁰⁹. Para o holandês, somente um “mal espírito” – e a ele comparado, o tirano, definido como um ser destrutivo e odioso para todos – devia ser temido e desprezado. Enquanto fonte de bondade, Deus não deve ser causa de temor, menos ainda o rei, seu substituto na Terra²¹⁰. A esse respeito, Maquiavel escreveu por outras vias.

Nos *Discursos*, o florentino dedicou alguns capítulos a tratar da forma como os romanos se serviram da religião para executar reformas no Estado e promover seus empreendimentos, com vistas a organizar o governo da república. O grande exemplo de governante que o império romano teve foi, para Maquiavel, Numa Pompílio, que teria promulgado todas as leis que Rômulo não chegou a formular. Isso foi possível por Numa apoiar-se na autoridade dos deuses e voltar seu olhar para a religião como um poderoso agente de manutenção social. O povo romano, admirador das virtudes e da sabedoria de seu governante, passou a obedecer às instituições por ele formuladas e a religião se tornou

²⁰⁶ “Não podem os súditos amar ao príncipe, que os não ama”, escreve, citando em seguida os exemplos dos imperadores Augusto e Teodósio, que por amarem tanto o seu povo, dele não recebeu menos amor. Cf. Idem, p. 64.

²⁰⁷ Cf. o cotejamento desta passagem em ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal...* op. cit., p. 187.

²⁰⁸ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 61-62.

²⁰⁹ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 37.

²¹⁰ Idem, p. 311.

uma das principais causas de felicidade daquela cidade, por ter introduzido uma útil ordenação, o que tornou possível conduzir com êxito todos os seus empreendimentos²¹¹. Pode-se entender que, para Maquiavel, a observância do culto divino constitui a fonte de grandeza dos Estados, já a sua negligência leva à ruína dos povos. Em suma, é possível inferir que seu fundamento religioso seja o temor a Deus, cujas palavras deixam antever: “Onde não exista o temor a Deus o império sucumbirá, a menos que seja sustentado pela fé de um príncipe capaz de se apoiar na religião”²¹². Seria o caso de argumentar que o interesse de Maquiavel pelo fenômeno religioso não está no conteúdo da fé ou na verdade dos dogmas, mas na capacidade da religião em submeter a vontade particular à universalidade da lei²¹³. Em outras palavras, a religião é indispensável por se transformar, nas mãos dos dirigentes políticos, em uma poderosa ferramenta a serviço do Estado. Em suma, a religião só é boa se produz ordem²¹⁴.

Com base em tal leitura, João de Barros teria feito um juízo positivo acerca da religião dos antigos, segundo a interpretação de Giuseppe Marcocci²¹⁵. Para o historiador italiano, Barros sai em defesa do cristianismo como religião capaz de assegurar o poder tanto no governo civil quanto na ação militar e considera o temor a Deus como algo indispensável na manutenção do Estado: “muito necessário [...] é o temor de Deus e do outro mundo para a conservação de qualquer Estado, porque o bom príncipe por força há de acatar o temor de Deus, e o seu acatamento dura para sempre”²¹⁶.

Ao lado das três qualidades cultivadas pelos príncipes – sabedoria, bondade e poder²¹⁷ – Barros acrescenta um quarto princípio a ser observado e colocado em prática

²¹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. de Sérgio Bath. 3ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, Livro I, Capítulo 11, p. 58.

²¹² Idem, p. 58-59.

²¹³ BIGNOTTO, Newton. “As fronteiras da ética: Maquiavel”. In: NOVAES, Antônio. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 122.

²¹⁴ CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1946], p. 156.

²¹⁵ MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 259-266.

²¹⁶ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 47.

²¹⁷ Erasmo observa que “La teología cristiana atribuye a Dios tres cualidades principales: poder sumo, sabiduría suma, suma bondade”. E adverte ao príncipe: “Esta tríada deberías transmitirla con todo empeno. Pues el poder sin bondad se convierte en puro despotismo, sin sabiduría, en perjuicio, em vez de gobierno”. Cf. ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 36. Sobre essas três qualidades próprias ao governante, Bernard Guenée observa: “para impor a paz e a justiça, o príncipe não poderia se contentar com ‘dedicar-se muito a longas orações’; precisa também pôr em prática as três qualidades que são também as de Deus: a fortaleza, a sapiência e a bondade. Através de sua fortaleza, de sua força ou de seu poder, *potentia* ou *potestas*, o rei impõe a todos a justiça. Mas como o cúmulo do direito é também o cúmulo da injustiça, por sua bondade, sua caridade, sua clemência e sua misericórdia, o rei adapta a justiça às misérias e às fraquezas humanas. Mas a força e a bondade são, definitivamente, apenas auxiliares dessa virtude real por excelência que é a sabedoria: ‘É através de mim, dizia a Sabedoria nos *Provérbios*, que os reis governam e os príncipes ordenam o que é justo’, e toda a Idade Média continuou

pelo governante: “Como verdadeiramente diz Plutarco, o rei é imagem de Deus. O rei novo representa lei nova; por isso cumpre muito ao bom príncipe ter quatro coisas: saber, bondade, poder e temor de Deus, nas quais se bem olharmos, consiste o bem de todo um reino”²¹⁸. Neste ponto, conforme pode ser observado, Barros teria se aproximado das posições de Maquiavel. Numa passagem dedicada a tratar daqueles que são mais merecedores de elogio, ele afirma serem mais honrados os “que ordenaram as cousas pertencentes a Deus e à sua verdadeira religião”:

Sempre com muita razão foi dado o principal louvor aos que ordenaram as cousas pertencentes a Deus e à sua verdadeira religião; após estes foram louvados os que fundaram repúblicas e as puderam conservar com muita paz; e o terceiro lugar mereceram os reis e príncipes, que com exércitos e armas acrescentaram seu estado; no quarto foram postos os letrados; e daí, segundo seu grau, mereceram seu louvor²¹⁹.

A mesma passagem pode ser cotejada nos *Discursos*, de Maquiavel²²⁰, com a diferença de que Barros, no excerto acima, referiu-se ao cristianismo como a “verdadeira religião”. Também no *Panegírico da infanta D. Maria* pode-se observar a apropriação desse mesmo esquema discursivo, a exemplo do lido no *Panegírico de D. João III*:

Asim o príncipe q não amar a ds mal pode governar o povo q delle recebeo pa o regim¹⁰ do qual se requiere divina sabedoria, cuio princípio como diz o profeta he temor a ds: porq assim como o padre das familias q entregou ao servo sua faz^{da} conheceo o amor q lhe tinha na conta que lhe deu: asim no cuidado q o príncipe tẽ acerca de seu povo ve ds se o ama & asim lhe da o galardão²²¹.

repetindo essa máxima”. Cf. GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981, p. 116.

²¹⁸ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 49. Grifo meu. É interessante observar a semelhança desta passagem com a seguinte, extraída de Erasmo, conforme uma tradução: “El príncipe bueno, como sabiamente dijo Plutarco, en cierto modo es la viva imagen de Dios, que, simultáneamente, es óptimo y omnipotente. Para Él, la bondad responde a esto: querer servir a todos; el poder, servir a los que quiere”. Cf. ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 36. De acordo com Américo da Costa Ramalho, as referências feitas por Barros a Plutarco foram provavelmente colhidas da tradução latina realizada por Erasmo. Ou seja, Barros não leu o original grego de Plutarco, mas fez uso da tradução erasmiana. Cf. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996, p. 70.

²¹⁹ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 39.

²²⁰ “Dentre todos os mortais que já mereceram elogios, os mais dignos são os chefes ou fundadores de religiões. Depois vêm os fundadores de república ou de reinos. Em seguida os que, à frente de exércitos, estenderam os domínios da sua pátria. A estes devemos acrescentar os letrados; e como destes há várias espécies, cada um alcança a glória reserva à categoria a que pertence”. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década...* op. cit., 1994, Livro I, Capítulo 10, p. 53. Esta passagem passou despercebida a Martim de Albuquerque em seu exercício de cotejamento.

²²¹ “Panegirico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 88.

Se Barros sublinhou em seu *Panegírico de D. João III* a importância do uso civil da religião, também no *Panegírico da infanta D. Maria* é possível notar a defesa de tal posição: “dõde vimos estados de príçipes desfeitos por se apartarẽ de Ds, & outros alevãtados, por se chegarẽ a elle”²²². Ou ainda:

& não som^{te} entre os Iudeos, a quẽ se ds naquelle tpo quis cõmunicar cõ preceitos familiares do modo, cõ q o aviaõ de servir mas ainda entre os gẽtios como Egiptios, Asyrios, Medos, psas, gregos, & Romanos, & entre todos aquelles, q tiveraõ monarchia em todas suas historias quasi naõ lemos outra cousa senaõ em quãta estima era entre elles tida a relligiaõ, & aquelles q mais a guardaraõ, posto q fosse sẽ a fé q ao presẽte temos, foraõ por isso & por suas virtudes mais favorecidos no estado & fortunas do mũdo²²³.

Como assinalou Giuseppe Marcocci, se no *Panegírico de D. João III* reproduz-se o esquema dos *Discursos* no qual o fundamento da sociedade romana tornara-se o temor e a autoridade da religião – algo também reiterado no *Panegírico da infanta D. Maria* –, em ambos os panegíricos Barros parece ter reivindicado para o cristianismo a força de aperfeiçoar os méritos atribuídos por Maquiavel à religião dos gentios: “Sabida coisa é com quanto cuidado os romanos guardavam sua falsa religião; e de crer é que mais devotos foram da verdadeira, se dela tiveram conhecimento”²²⁴.

Seguindo a interpretação de Marcocci, Barros insiste na coesão que o cristianismo favorecia entre os súditos portugueses e em sua capacidade de assegurar a ordem civil no reino: “foi [...] no terreno da religião que Barros construiu a comparação entre Portugal imperial e Roma Antiga, que percorre todo o seu panegírico”²²⁵. O letrado português recupera o valor civil da religião dos antigos, em particular a dos romanos, para em seguida sair em defesa do cristianismo e demonstrar que o êxito político alcançado pelos portugueses não ficava aquém daquele obtido pelos romanos, sobretudo pelo fato do império português estar fundado na lei de Cristo, ao contrário do império dos gentios: “Pois se a religião dos gentios, reprovada e falsa, tinha o poder, pelo apartamento dos vícios e limpeza do espírito, de causar tanta perfeição a quem a seguia, quanto mais se

²²² Idem, *ibidem*.

²²³ Idem, fol. 89.

²²⁴ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., 1940, p. 46. Ver a mesma passagem em MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 261-262. Lê-se o seguinte no *Panegírico da infanta D. Maria*: “por onde podemos crer q a relligiaõ q entre estes se guardava ainda q era cõtra seu louvor pois louvavaõ a criatura, naõ conheçendo ao Criador fosse exêplo a nos de estima em q devemos ter a nossa, porq quãdo nos falleçesse a charidade & amor de ds tivesse exêplos de gente condenada cõ q nos castigasse, da m^{ta} negligẽcia, & pouca observãcia de religiaõ”. “Panegirico. A mui alta & excellente princesa...” op. cit., fol. 89.

²²⁵ MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 259.

deve isto de esperar da verdadeira fé de Cristo?”²²⁶. Assim como entre os antigos a observância pública da religião constituía a fonte de grandeza dos Estados, os panegíricos também trazem a defesa do princípio da fé católica como instrumento necessário à coesão e à concórdia entre os súditos portugueses. Embora Barros deixe claro que a conduta do monarca deva se fundamentar principalmente na religião e na ética cristã, não parece equivocado sugerir que a religião apareça, em ambos os panegíricos – e com maior ênfase no *Panegírico de D. João III* – encarada numa perspectiva de utilidade política.

As virtudes do governante

Outro ponto bastante recorrente no *Panegírico de D. João III* diz respeito às virtudes do governante. Com efeito, a tradição humanista de pensamento moral e político entendia a virtude como a qualidade que capacitava o príncipe a alcançar seus mais nobres fins. Logo, se desejasse manter seu estado e obter honra, glória e fama, o governante devia cultivar o elenco completo das virtudes cristãs²²⁷. Durante a Idade Média, pensadores como Santo Agostinho buscaram definir as virtudes convenientes a uma autoridade cristã. Em sua obra *A cidade de Deus*, Agostinho toma a paz, a ordem e a justiça como fundamentos da monarquia cristã e define as virtudes que fazem do príncipe cristão um bom príncipe²²⁸. Já no século VII, o arcebispo e enciclopedista Isidoro de Sevilha, ao retomar a etimologia latina dos termos *rex* (“rei”), *regere* (“dirigir”) e *recte* (“retamente”), passa a afirmar que o rei, quando chamado a reger, deve agir corretamente. Se agir com retidão, conserva o nome de rei; por outro lado, perde-o se pecar. Logo, ao rei não bastaria concentrar em si todos os poderes, mas todas as virtudes²²⁹.

Com a redescoberta de Aristóteles no século XIII, o pensamento político europeu se enriqueceria com os desenvolvimentos filosóficos de Santo Tomás de Aquino e seus contemporâneos. A partir daí, esforços seriam feitos no sentido de se reconciliar a concepção da autarquia cívica com o cristianismo agostiniano. Conforme Quentin Skinner, havia uma predileção republicana a orientar os pensadores escolásticos: ancorando-se na república romana, esses teóricos consideravam a obtenção da paz e da concórdia como os valores supremos da vida política. A discórdia civil era encarada como

²²⁶ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 39. Ver a mesma passagem em MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 261.

²²⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento...* op. cit., p. 152.

²²⁸ Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Trad. Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002 [1996], p. 358 e ss.

²²⁹ Cf. SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006 [1995], p. 69-71.

o principal perigo para a liberdade das cidades e, para se efetivar na prática uma unidade a conciliar o que fosse bom e proveitoso para as cidades e para os seus cidadãos, os conselheiros políticos enfatizariam o caráter virtuoso daqueles que controlam as instituições governamentais. Seguindo as suas palavras,

Essa ênfase na questão da virtude cívica estava fadada a tornar-se uma das características mais notáveis do pensamento político da Renascença tardia. Dois séculos e meio depois, Maquiavel dedicou os mais célebres capítulos do *Príncipe* – aqueles que discutem ‘como um príncipe deve comportar-se com os seus súditos’ – a um exame precisamente desses temas²³⁰.

Em Maquiavel, a questão posta ao governante é a de como conquistar, manter e ampliar o poder. O florentino considera que a vida virtuosa pode, sim, ser objeto de consideração. No entanto, ele entende a virtude como um artifício de utilidade para se atingir os fins do poder. Maquiavel teria se afastado, assim, dos princípios teológico-políticos da razão de Estado católica preocupada com os meios de realizar virtuosamente o bem comum, tal como seria sistematizada adiante por Giovanni Botero²³¹.

Grosso modo, a tradição católica pedia ao príncipe que praticasse as virtudes privadas que a Igreja exigia de qualquer cristão. Esse teria sido o caso de Santo Agostinho e, onze séculos depois, de Erasmo, para quem um príncipe seria cristão antes de ser príncipe, e logo devia praticar sempre a virtude²³². Ao conceber sua teoria de educação para o príncipe cristão, Erasmo destaca que o preceptor deve, em primeiro lugar, certificar-se de que seu aluno ame e honre a virtude como a mais bela das coisas²³³. Em contrapartida, o educando deve evitar a perversão e considerá-la pavorosa e desprezível. Para o holandês, a virtude consistiria no mais elevado tipo de nobreza conveniente ao governante; aquele que não governasse orientado por ela estaria mais próximo de ser considerado um tirano do que um verdadeiro príncipe²³⁴.

De acordo com Skinner, para Erasmo e seus simpatizantes a busca da virtude se tornou uma questão de significação religiosa e moral. Se o cristão é aquele que abraça com ardor as virtudes, em decorrência tanto um príncipe quanto um povo que colabore para constituir uma república autenticamente virtuosa estaria atuando no rumo da maior

²³⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento...* p. 69.

²³¹ BOTERO, João. *Da razão de estado*. Coordenação e introdução Luís Torgal. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992 [1589].

²³² Cf. GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos...* op. cit., p. 115.

²³³ Cf. ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 24.

²³⁴ Idem, p. 43.

de todas as realizações: a instituição de um modo de vida genuinamente cristão. Logo, se o príncipe atingisse a plena virtude, seria um autêntico cristão, e ao tornar-se cristão por inteiro, estaria capacitado para assentar os fundamentos de uma perfeita república. Com base nessa ênfase platônica da harmonia social suprema, os humanistas cristãos teriam insistido na posição fundamental das virtudes na vida política. Ou seja, para esses pensadores, só se eliminaria o faccionismo, venceria a corrupção e instituiria uma república bem ordenada se o povo fosse governado segundo a virtude: daí resultaria uma genuína ordem civil, na qual todos poderiam conviver serena e pacificamente²³⁵.

Da tipologia platônica das virtudes cardeais, a justiça era tida como a principal virtude conveniente a um governante, e Barros a descreve como a virtude mais necessária para a conservação do Estado e para a garantia da paz e tranquilidade dos reinos. Também a que ocupa o primeiro lugar, “porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir”²³⁶. Para o português, a justiça promove a paz, já um reino sem justiça é marcado por ódio e diferenças: “[...] mas claro é a todos quão aceita virtude a Deus e ao mundo, e quão proveitosa às repúblicas é a justiça, e pelo contrário, quantos e quão grandes males nascem da sem justiça”²³⁷. E completa: “[...] por isso não há tempo em que se assim possa usar toda a virtude, como no da paz. Esta, pera ser firme e qual cumpre ao verdadeiro estado das repúblicas, é necessário que tenha seu fundamento na justiça, sem a qual não há cousa segura nem que possa durar muito”²³⁸.

No *Panegírico de D. João III*, são discutidas as virtudes cardeais junto com as chamadas “virtudes principescas”. Além da justiça, Barros discorre sobre a prudência, a fortaleza e a temperança, bem como a magnanimidade e a liberalidade²³⁹. Em relação à fortaleza, Barros acentua: “forte é quem defende a boa razão e igualdade, as quais nunca

²³⁵ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento...* op. cit., p. 251-254.

²³⁶ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 4-5.

²³⁷ Idem, p. 22.

²³⁸ Idem, p. 23.

²³⁹ Os moralistas romanos desenvolveram uma extensa análise do conceito de *virtus*, posteriormente retomada pelos humanistas da Renascença. Assim, retrataram o homem de virtude como o possuidor de três séries de qualidades distintas e ao mesmo tempo associadas. Em primeiro lugar, Cícero, com base em Platão, considerou o homem virtuoso como dotado das quatro virtudes cardeais: justiça, prudência, coragem e temperança. A estas se juntaram outras, mais tarde consideradas como particularmente “principescas”. Conforme lemos em Skinner, a principal delas teria sido a “honradez”, definida por Cícero em *A obrigação moral* como a disposição de manter os próprios princípios e de agir de maneira honrosa com todos os homens. Para completar o catálogo, outras virtudes foram consideradas pelo orador latino. No entanto, foram melhor analisadas por Sêneca, que lhes dedicou tratados especiais. Uma delas, a magnanimidade, foi tema do tratado *Sobre a clemência*. Já a liberalidade foi discutida no texto *Sobre os benefícios*. Em suma, supunha-se que para alcançar os objetivos da honra e da glória o homem deveria se deixar conduzir o mais virtuosamente possível. Ver SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1981], p. 60.

podem estar sem justiça; forte é quem ama a virtude, não por interesse algum deste mundo, mas pela glória do outro, que espera”²⁴⁰. Segundo o letrado português, o homem deve amar a virtude não movido por interesses mundanos, mas por entender que aquele que vive orientado por ela é ordenado para o fim ulterior, que consiste em atingir o gozo de Deus. Não basta *parecer* virtuoso, mas *ser* virtuoso: “mal me poderá a mim ensinar quem não olha o que faz, e mal me poderá mostrar o caminho quem vai errado como eu”²⁴¹. Em suma, para Barros o príncipe que vive em observância às virtudes seria bem-aventurado e promoveria o bem de sua república:

Este é um dos prêmios da virtude: serem por ela não menos amados os absentes que os presentes; e pelo contrário, quando o príncipe é o que não deve, assim os estranhos como os seus lhe querem mal e lhe mostram por obra, quando podem e acham tempo para isso; e por força é que hajam medo a quem querem mal, e a quem não têm medo, que lhe desejem a morte”²⁴².

A posse da virtude por parte do príncipe faria com que seus vassalos lhe tomassem como modelo de conduta e referência a ser seguida²⁴³.

Para os teóricos e tratadistas políticos das monarquias católicas, a virtude permitia elevar a alma e a grandeza de espírito do homem, e a insistência na conduta virtuosa por parte do governante decorria diretamente do modelo consensual de governo legal por ele traçado. Erasmo, ao perguntar o que distingue um verdadeiro rei de um ator, afirma ser o espírito correto de um príncipe, de ser como um pai para o estado, pois foi com esse entendimento que o povo lhe jurou fidelidade²⁴⁴. Barros também não deixa de lembrar a D. João III de sua obrigação enquanto rei: “[...] assim como o fim do bom piloto é fazer próspera viagem, e do médico dar saúde, e do capitão alcançar vitória, assim do bom príncipe é conservar a vida e descanso de seus vassalos [...]”²⁴⁵.

Se para manter o poder a lição católica exigia ao príncipe *ser* virtuoso, Maquiavel vai afirmar que o governante deve apenas *parecer* virtuoso, distanciando-se, assim, do modelo da virtude aristotélico-cristã. No *Príncipe*, o florentino escreve que é natural aos

²⁴⁰ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 122.

²⁴¹ Idem, p. 103.

²⁴² Idem, p. 157.

²⁴³ “[...] por certo o príncipe cristão, que bem conserva esta parte, não somente a si, mas a todo o povo, que lhe obedece e toma seu exemplo, aproveita muito, e tanto mais com esta virtude que com as outras, quanto é esta mais espiritual e chegada a Deus; posto que, se bem queremos olhar, encadeadas e tecidas estão todas as virtudes entre si, que aonde há perfeita justiça, também há perfeita paz e amor do próximo; nem pode haver perfeita paz sem perfeita religião”. Cf. BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 61.

²⁴⁴ Cf. ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 29.

²⁴⁵ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 24.

soberanos, pela posição elevada que ocupam, contarem com certas qualidades que lhes valem elogios ou vitupérios. Mas ante a impossibilidade de um príncipe possuir todas as virtudes, dada a sua condição humana, “é necessário que tenha a prudência necessária para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam fazê-lo perder seus domínios, evitando os outros se for possível; se não o for, poderá praticá-los com menores escrúpulos”²⁴⁶. Neste ponto, Maquiavel teria se oposto à concepção cristã de poder, pois, para ele, os meios de se obter a honra, a glória e a fama não precisavam condizer, necessariamente, com o caminho virtuoso²⁴⁷.

Conforme observou Skinner, o cerne da mensagem de Maquiavel reside no que as virtudes convencionais podem desempenhar na obtenção de honra, glória e fama pelo príncipe. O florentino argumenta que, se é essencial aos príncipes aparentarem ser virtuosos na forma convencional, muitas vezes se torna impossível eles se portarem de modo convencionalmente virtuoso. Com isso, ele lançaria um ataque precisamente contra as virtudes que os espelhos de príncipes apresentavam como as mais apropriadas para os governantes cultivarem, e após estabelecer a lista das chamadas virtudes principescas, passa a derrubá-las uma a uma²⁴⁸: “Não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, mas é muito necessário que as aparente todas. Ousaria mesmo afirmar que possuí-las todas, e sempre as observar, chega a ser perigoso, mas a aparência de possuí-las todas é útil”²⁴⁹.

Ao descartar Deus da política, Maquiavel se vale de outros pressupostos que não se reduzem ao bem comum católico. Trata-se, segundo Skinner, de duas moralidades distintas: uma cristã, fundada na revelação e na consciência e compartilhada pelos autores cristãos, e outra antiga, fundada no respeito ao bem público e às leis da *pólis*, da qual compartilha o escritor italiano²⁵⁰.

Se a tradição dos espelhos de príncipes fundamentava o bom governo na virtude, Maquiavel inscreveria este conceito, até então definido como uma série de qualidades estáveis, na dinâmica das relações de força. Para o florentino, não havia uma regra universal que conformasse a *virtù*, pois seu domínio é marcado pela instabilidade, pela mutação; logo, ela estaria submetida ao movimento do tempo. Conforme observou

²⁴⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe...* op. cit., 1979, Capítulo XVI, p. 73.

²⁴⁷ HANSEN, João Adolfo. “Razão de Estado”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 142.

²⁴⁸ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento...* op. cit., 1996, p. 152-154.

²⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe...* op. cit., 1979, Capítulo XVIII, p. 77.

²⁵⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento...* op. cit., 1996, p. 155.

Michel Senellart, ao esvaziar a *virtù* de sua substância ética, Maquiavel dissolve-a numa multiplicidade de atitudes possíveis²⁵¹.

Embora não faça qualquer menção a Maquiavel no *Panegírico de D. João III*, Barros desaprova a arte da dissimulação e do encobrimento por aquele defendida: “Não há engano mais prejudicial que o daqueles, que, no tempo em que mais enganam, trabalham por que pareçam homens de bem. Por isso no príncipe não deve entrar dissimulação alguma nem arte, mas em tudo seja claro, constante e forte [...]”²⁵². Barros reafirma a importância das qualidades que deve ter uma liderança política e o bem que elas causam para uma república: “Contudo, lembre-se o bom príncipe que nunca muito custou pouco, e que a virtude, de sua natureza, é trabalhosa, da qual, como dizia Aristóteles, a raiz é amargosa e o fruto é doce”²⁵³. Acima de tudo, o príncipe deve prezar pela verdade: “Não faça o príncipe alguma coisa duvidando se é bem ou mal, por quanto a verdade, onde quer que está, ela se mostra e dá lume de si, e pelo contrário, o duvidar é sinal que se não faz o que era razão”²⁵⁴. A virtude, segundo Barros, é duradoura e não permite o engano nem a tirania, menos ainda a dissimulação, e quanto mais velha se faz, mais verdadeira e amiga se mostra do homem²⁵⁵. Em suma, para Barros, a virtude não é apenas passiva, mas ativa: ela promove a justiça, a paz e o triunfo da religião²⁵⁶.

A paz e a guerra

Ao considerar a justiça a virtude mais necessária para a conservação do estado e garantia da paz e da concórdia no interior do reino, Barros parece estar em conformidade com o que a doutrina cristã tradicional defendia: o estado natural das sociedades é a paz,

²⁵¹ “Sua crítica corrosiva do *príncipe perfeito*, todavia, não poderia se explicar em termos de simples realismo. Com efeito, ao utópico poder que os filósofos atribuem à virtude Maquiavel opõe uma contra-utopia: o verdadeiro prudente, capaz de anular a fortuna variando com ela, não existe. Tal arte exige uma capacidade de previsão excepcional e uma autodisciplina tão improvável num príncipe quanto a santidade ou a excelência moral. Assim, é ali onde Maquiavel subverte mais radicalmente a tradição ética dos *Specula*, com uma espantosa ousadia intelectual, que ele se mostra mais próximo do espírito do gênero, propondo ao príncipe, não uma simples coletânea de máximas hábeis, mas o modelo de um herói impossível. Figura limite que põe a nu as condições da ação num mundo entregue à pura imanência, mas que pertence ainda, a despeito de sua força implosiva, ao discurso circular dos Espelhos”. Cf. SENELLART, Michel. *As artes de governar...* op. cit., p. 244-245.

²⁵² BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 63.

²⁵³ Idem, p. 103.

²⁵⁴ Idem, p. 62-63.

²⁵⁵ Idem, p. 102-103.

²⁵⁶ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Estampa, 1997, p. 61.

e para isso devem estar subordinados e unificados no bem comum os diferentes interesses do estado.

Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino proclamaram a paz como a finalidade a ser buscada pelos príncipes cristãos²⁵⁷, e nesta linha teriam seguido Erasmo e Barros. Na *Educação de um príncipe cristão* e no *Panegírico de D. João III*, lemos que a obrigação do príncipe é a de manter a paz e evitar a guerra. Segundo Erasmo, o príncipe cristão, educado na doutrina de Cristo e nos preceitos da sabedoria, deve concentrar todos os seus pensamentos e ações no único propósito pelo qual lhe foi confiado o cargo: governar em proveito do bem comum, de forma que no dia do seu ajuste de contas ele satisfaça a Cristo e deixe uma memória honrada de si entre os mortais²⁵⁸. Por sua vez, Barros afirma que os reis não foram ordenados por Deus para serem assassinos de seu povo, mas para o defenderem e ampararem. Por isso, não devem eles estimar vidas das quais não têm poder sobre as almas depois da morte. Se o proveito da justiça é a boa paz, o contrário disso, a guerra, causa destruição e perda de gentes, cidades e reinos. Logo, o príncipe não deve ambicionar a guerra, pois sua missão é conservar a vida e o descanso de seus vassalos²⁵⁹.

Erasmo criticaria duramente os príncipes cristãos que lutavam entre si. Ao citar a *República*, de Platão, ele afirma que o filósofo chama de sedição, e não de guerra, quando um grego lutava contra outro grego²⁶⁰. Barros, de igual modo, não deixa de tocar na questão:

Não há no mundo triunfo nem vitória que se possa comparar com os bens da verdadeira paz; por tanto pelejem de uma parte os reis cristãos, e tenham guerra uns com os outros, vão contra a paz que N. Senhor tanto encomendou a seus discípulos, e em seu nome a toda Igreja Católica, vinguem suas paixões às custas do sangue de seus vassalos; façam em pedaços a vestidura de Cristo, em que não há costura nem divisão; [...]²⁶¹.

²⁵⁷ No capítulo intitulado “Paz, suprema aspiração dos seres”, de sua obra *A cidade de Deus*, para Agostinho a paz deve ser “o fim perseguido por aqueles mesmos que se afanam em demonstrar valor guerreiro, comandando e combatendo”. E prossegue: “Donde se segue ser a paz o verdadeiro fim da guerra. O homem, com a guerra, busca a paz, mas ninguém busca a guerra com a paz. Mesmo os que de propósito perturbam a paz não odeiam a paz, apenas anseiam mudá-la a seu talante”. Cf. SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Livro XIX, cap. 12. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/santo-agostinho-a-cidade-de-deus-413-a-426-dc.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

²⁵⁸ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe Cristiano...* op. cit., p. 413.

²⁵⁹ BARROS, João de. op. cit., “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* p. 24, 27.

²⁶⁰ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...*op. cit., p. 170.

²⁶¹ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 24.

O intuito de Erasmo parece claro a esse respeito: o príncipe devia lutar ao máximo com o objetivo de que os dispositivos da guerra nunca viessem a ser necessários. Contudo, se após ter tentado todas as possibilidades a guerra não pudesse ter sido evitada, o príncipe devia lutar com o mínimo possível de danos aos seus súditos e encerrá-la o mais rapidamente possível. Aquele que está à frente do governo deve pensar em seu reino como sendo semelhante a um grande corpo, do qual ele próprio é uma parte vital. Se vier a prejudicar o Estado com uma guerra, ele deve saber que está a prejudicar a si próprio²⁶². Barros também aconselha o príncipe a fugir da guerra o quanto for possível. Contudo, escreve, “depois que justamente for cometida, mais aproveita a uma república levá-la adiante com perigo, que desistir dela com vergonha”²⁶³. Aqui, Barros entra num terreno caro à época – a legitimidade da guerra. O conceito de “guerra justa” apresentava-se como uma estratégia que visava, ao mesmo tempo, a expansão territorial e a propagação da fé²⁶⁴. O problema da religião associada à violência bélica se diluía, portanto, na perspectiva da conquista espiritual. Daí ser possível a Barros aconselhar o monarca português a prosseguir: “como faz, sua muita santa tenção, faça guerra aos infiéis e mouros d’África; e, movido do santíssimo zelo, converta Etiópia e Arábia, Pérsia e Índia à verdadeira fé de Cristo”²⁶⁵. Embora defendesse, como Erasmo, uma política de paz²⁶⁶, Barros considerava “justa” a guerra empreendida contra os chamados “inimigos de Cristo”:

Eu não entendo aqui da [guerra] que se faz aos infiéis e inimigos de nossa Santa Fé: porque esta, sendo justa, é proveitosa e traz grande louvor ao rei cristão; mas toda a outra sorte dela, que agora se usa mais do necessário, não sendo em defesa da Pátria, se deve muito fugir e estranhar²⁶⁷.

Em relação ao papel desempenhado pela guerra na vida política, podemos entender que aí se encontra o limite do alcance do ideário pacifista de Erasmo sobre Barros, pois

²⁶² ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 101, 174.

²⁶³ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 125.

²⁶⁴ Sobre o assunto, cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império”. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991, p. 85. BUESCU, Ana Isabel. *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas e debates, 2008, p. 20.

²⁶⁵ BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 24. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas e Debates, 2008 [2005], p. 20.

²⁶⁶ “Não se deve julgar as cousas pelo apetite, senão pela razão. Quem isto assim fizer, verá quanto mais vale o descanso da boa paz que o sobejo exercício das armas; porque, posto que elas prometam vitórias, ou a guerra em si é de todo injusta e não pertence ao príncipe cristão, ou tem muitos inconvenientes, que dela podem nascer, que devem todos ser olhados primeiro que nada se cometa; por quanto os começos da guerra estão em nosso poder e os cabos não”. Cf. BARROS, João de. “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 26.

²⁶⁷ Idem, p. 26.

Erasmus questionaria se alguma guerra pode ser realmente chamada de justa²⁶⁸. E aproveita para dirigir uma crítica aos príncipes que carregavam o título de cristãos, mas eram incapazes de seguir a doutrina do próprio Cristo²⁶⁹. Segundo Erasmo, nos ensinamentos de Cristo não existe sequer uma passagem que aprove a guerra, já no Evangelho são encontradas repetidas páginas com objeções a ela, e mesmo assim os príncipes cristãos guerreavam furiosamente entre si²⁷⁰. Portanto, se Cristo é amante da paz, nem mesmo a guerra contra os turcos deve ser apressadamente empreendida²⁷¹.

Em relação à guerra, o patriotismo de Barros parece ter prevalecido sobre os ensinamentos de Cristo, que moldaram de forma mais dramática a visão cosmopolita de Erasmo, levando-o a ser relutante em perdoar até mesmo a guerra contra os “infiéis”²⁷². É importante observar que não apenas João de Barros se desviou do pacifismo evangélico erasmiano, mas também outros escritores quinhentistas considerados erasmistas ativos, como André de Resende, Diogo de Teive e Damião de Góis. Segundo José Sebastião da Silva Dias, esses letrados acolheram favoravelmente o ideal de cruzada e acabaram seguindo o imperativo da realidade histórica do reino, conciliando a expansão no ultramar e a missão espiritual universalista reivindicada pelos portugueses²⁷³.

A questão da autoria nos panegíricos de Barros

Nas páginas anteriores, analisamos a estrutura dos panegíricos e apresentamos os possíveis diálogos entre esses textos com os escritos de Erasmo e Maquiavel, ressaltando-se os limites de não se lidar aqui com os escritos do holandês e do florentino nos idiomas de suas primeiras impressões em latim e toscano, respectivamente, como teriam sido lidos por João de Barros. Cientes de que qualquer análise que se faça dos panegíricos deve ao mesmo tempo considerar as mediações por que passaram nos séculos XVII e XVIII, uma questão daí decorrente permanece e diz respeito à autoria.

Tratam-se de dois textos publicados muito depois de escritos, o que por si só já requer um olhar mais atento quanto ao período que separa a composição da impressão.

²⁶⁸ ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano...* op. cit., p. 170.

²⁶⁹ Idem, p. 170.

²⁷⁰ Idem, p. 176.

²⁷¹ Idem, *ibidem*.

²⁷² KLUCAS, Joseph A. “João de Barros: Erasmianism...” op. cit., p. 45.

²⁷³ DIAS, José Sebastião da Silva. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 50-53. Nas palavras de Silva Dias, para Barros “a ‘guerra que se faz aos infiéis e inimigos de nossa Santa Fé’ encontra-se no âmbito das normas éticas que regulam a convivência entre as nações onde a lei de Cristo era conhecida ou, pelo menos, havia sido anunciada”. (p. 77).

Na biografia que dedicou a João de Barros, Manuel Severim de Faria silenciou a respeito desses dois textos, embora tenha comentado sobre os demais escritos naquela altura publicados. Se o *Panegírico da infanta D. Maria* seria impresso pelo próprio Severim de Faria em 1655 – cujas palavras no prólogo nos fazem crer que até aquele momento ele ignorava a oração –, o *Panegírico de D. João III* seguiria uma trajetória ainda mais longa, até finalmente ser publicado em 1740. Diante dessas condicionantes, quais são as evidências que permitem vincular esses textos ao nome de João de Barros?

Em reflexões acerca da noção de autor e suas relações com a obra, o filósofo francês Michel Foucault buscou examinar a relação do texto com o autor e “a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente”. Um de seus primeiros movimentos é reconhecer que a noção de obra é em si problemática. Como definir uma obra? De quais elementos ela se compõe? Tudo o que o autor deixou de traços e vestígios após sua morte faz parte de sua obra? Após ponderar sobre essas questões, o filósofo considera ser precário deixar o autor de lado para estudar unicamente a obra, pois ela aponta, necessariamente, para um nome. Em seguida, reconhece que o nome do autor não é um nome próprio qualquer. Dizer que Shakespeare não nasceu na casa que hoje se diz ser dele não altera o funcionamento do nome do autor. Por outro lado, se fica provado que Shakespeare não escreveu os *Sonetos* tidos como dele, esse fato altera, necessariamente, o funcionamento do nome do autor:

[...] o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deva ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status²⁷⁴.

O nome de um autor não é, portanto, um simples elemento em um discurso. Ele cumpre o importante papel de assegurar uma função classificatória e de reagrupar um certo número de textos. Colocar vários textos sob um mesmo nome indica que se estabelece entre eles uma relação de homogeneidade ou filiação, de autenticação mútua²⁷⁵.

Nesse sentido, evocar o nome próprio “João de Barros” é ter em conta a ligação de seu nome aos textos que publicou em vida. Barros é geralmente identificado com aquilo que escreveu: é dele a segunda *Gramática da língua portuguesa* ou os extensos

²⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 2009 [1969], p. 45.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*.

volumes historiográficos das *Décadas da Ásia*. Os textos publicados em vida definem, portanto, o nome próprio do autor. Mas e os textos póstumos a ele atribuídos? Como definir ou filiar tais textos ao nome próprio “João de Barros”?

É preciso reconhecer, por um lado, a possibilidade de os atribuidores terem imputado a autoria dos panegíricos a João de Barros. Isto porque a razão mais comum para se acreditar que um determinado autor escreveu uma obra em particular é o fato de alguém, que presume ter conhecimento de um texto em primeira mão, afirmar isso. Esse posicionamento geralmente toma a forma de uma inscrição numa página de rosto, num *incipit*, *explicit* ou colofão – algo grávido de consequências. Sobretudo nos casos em que o trabalho chega com um pseudônimo ou nenhum nome, aí está a preocupação mais comum do atribuidor²⁷⁶.

Seria o caso de pensarmos em Manuel Severim de Faria e José Barbosa, como os responsáveis pela imputação do *Panegírico da infanta D. Maria* e do *Panegírico de D. João III* a João de Barros. Ante as escassas informações deixadas por eles de como os textos chegaram em suas mãos, podemos questionar quais teriam sido os critérios utilizados na atribuição da autoria. Teriam eles se baseado no estilo de escrita de João de Barros e, corretamente ou não, ter-lhe imputado a autoria? Embora Faria e Barbosa distem e muito do perfil de falsários, a ideia de imitar e reconhecer estilos já estava colocada ao menos desde o século XVI, quando Barros compôs suas orações.

É bastante conhecido o caso em que Damião de Góis levanta uma acusação contra Rui de Pina e o denuncia por ter supostamente se apropriado das crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, no âmbito do que hoje entenderíamos como plágio. Para chegar a essas conclusões, Góis realiza uma análise comparativa entre as crônicas portuguesas escritas no século XV e, por meio desse exercício, é capaz de distinguir os estilos de escrita dos autores em tela, no caso Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. Em relação a Fernão Lopes, Góis identifica algumas formas de escrita que lhe seriam próprias, como a ordem com que o cronista tinha em descrever, no início de suas crônicas, os costumes e aspectos mais particulares dos reis de que estava a tratar. A partir de uma leitura e análise comparativa das obras desses autores, Damião de Góis coloca em cheque a autoria de algumas crônicas até então atribuídas a Rui de Pina²⁷⁷.

²⁷⁶ LOVE, Harold. *Attributing authorship: an introduction*. Cambridge: University Press, 2002, p. 51-55.

²⁷⁷ GÓIS, Damião. *Chronica do felicissimo rei dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes*. Lisboa: Francisco Correa, 1566-1567, cf. o capítulo XXXVIII.

Não cabe aqui julgar se Rui de Pina serviu-se ou não de material alheio na composição de suas crônicas. Importa refletir sobre o significado dessas acusações para uma tendência cada vez maior de valorização da figura do autor e da percepção de que o escrito seria de sua responsabilidade. Ao acusar Rui de Pina de ter se apropriado de material alheio sem dar os devidos créditos aos responsáveis, Góis parece anunciar novos tempos, nos quais a afirmação e a individualização da figura do autor vão se tornando cada vez mais evidentes.

Apoiando-se em estudo de Ettore Finazzi-Agrò, Pedro Cardim observa que até o século XVI a autoria de um livro estava mais próxima de um mosaico, feito pelas inúmeras intervenções no decurso de transmissão de uma obra. O autor era aquele que acrescentava o seu discurso ao dos outros e aumentava os dados propostos pela tradição. Daí a noção de propriedade literária ser quase ausente, pois as próprias condições técnicas contribuíam para dificultar qualquer averiguação quanto à fidelidade das cópias efetuadas. Os textos não eram tidos como formas acabadas e fechadas, o que dava aos leitores a liberdade de alterar sua cópia. Era também frequente aos copistas, quando recebiam a encomenda para reproduzir certos livros, basearem-se em cópias já alteradas ou intervirem eles próprios nos textos, a fim de adaptá-los aos interesses de quem os encomendava²⁷⁸. Por tudo isso, o culto da originalidade literária não estava colocado para o escritor medieval. Conforme lembra António José Saraiva,

Um cronista medieval [...] era um compilador que ordenava cronologicamente ('punha em crónica') anais diversos, gestas prosificadas, *estóreas* monográficas ou já integradas, sem, na maior parte dos casos, explicitar qualquer critério de escolha e fusão. É ainda como compilador que Rui de Pina ordena e 'põe em crónica' as histórias dos reis de Portugal, limitando-se a modernizar-lhes o estilo. É como compilador que o próprio Fernão Lopes aproveita, entre outras, as crônicas do castelhano Pero Lopez de Ayala, embora as complete já com investigação de testemunhos orais e arquivísticos²⁷⁹.

O avanço da imprensa e o despertar da ideia de criação individual mudaria aos poucos essa situação. A partir do século XVI, o autor começa a se diferenciar em muitos aspectos do criador literário do período anterior, sendo um reflexo disso as queixas cada vez mais frequentes relacionadas a dificuldades de se fazer imprimir as obras, ou lamentos

²⁷⁸ CARDIM, Pedro. "Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros". In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 27, p. 28-47, jul/set, 1996, p. 32.

²⁷⁹ SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*. Porto: Editora do Porto, 1996, p. 121.

a propósito das alterações sofridas pelos textos no percurso das cópias manuais²⁸⁰. A afirmação cada vez maior do autor na cena literária do século XVI pode ser assim sentida na identificação feita por Damião de Góis dos estilos próprios de alguns cronistas que o antecederam, e também no seu desconforto em relação à suposta apropriação das crônicas de Fernão Lopes por Rui de Pina.

Referências ao “estilo” também seriam feitas por outros autores. João Baptista Lavanha, ao dar continuidade à redação da quarta *Década*, deixada inacabada por João de Barros em decorrência de sua morte, ao imprimi-la em 1615 afirma ter buscado imitar o estilo de Barros o quanto lhe foi possível:

Sabendo que deixara João de Barros imperfeita a Quarta Década da sua Ásia, querendo fazer mercê a Portugal, ao nome de João de Barros, e a mim, me mandou que a reformasse, e imprimisse, para que renovando-se a memória de um tão célebre historiador com esta sua obra póstuma, por meio dela revivesse a fama dos feitos, que os portugueses com grande valor obraram naquela parte da Ásia, que com o tempo se ia escurecendo.

[...]

Pelo que com mais trabalho, e maior estudo reformei esta quarta Década, que se de novo a compusera, porque (imitando quanto me foi possível o estilo de João de Barros) acrescentei, com aprovação de um ministro de Sua Majestade, a que se cometeu, capítulos inteiros, e grandes pedaços em outros (que tudo vai notado com comas) cortei, antepus e pospus alguns, e cláusulas inteiras, para melhor disposição do que neles se tratava, omiti o desnecessário, e repetido, e illustrei com notas às margens para maior notícia das coisas escritas por João de Barros, e das que autores dele diferem²⁸¹.

Ao contrário de José Barbosa – o editor do *Panegírico de D. João III* –, Lavanha foi mais cuidadoso em deixar claro para o leitor os tipos de intervenções realizados no texto da quarta *Década*, a ponto de admitir tê-la composto novamente. Também chama atenção em suas palavras a preocupação em identificar o que foi escrito por João de Barros, preservando assim sua identidade autoral, e as marcas de outros autores presentes no texto.

Como se sabe, esta quarta *Década* foi reformada por Lavanha a partir de alguns cadernos manuscritos deixados por João de Barros. Antes dele, outros tentaram levar adiante a empreitada, como o próprio filho do cronista, Jerónimo de Barros, e também Duarte Nunes de Leão. Poucos anos depois de publicada, um neto de João de Barros moveria um processo judicial contra Lavanha, requerendo o embargo dos exemplares

²⁸⁰ CARDIM, Pedro. “Livros, literatura e homens...” op. cit., p. 28-47.

²⁸¹ BARROS, João de. “Apologia de João de Barros em lugar de prologo”. In: *Da Asia de João de Barros*. Dos feitos, que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente. Decada Quarta. Parte Primeira. Lisboa: Regia Officina Typografica. 1777, s/p.

referentes à venda do quarto volume²⁸². Lavanha, no entanto, não se tornou o sucessor de Barros na continuação de suas *Décadas*, mas Diogo do Couto. Ainda em vida Couto publicou as décadas IV, V, VI e VII, nos anos de 1602, 1612, 1614 e 1616, respectivamente. Deixou em manuscrito quatro volumes, que tiveram um destino não muito feliz: os volumes VIII e IX foram roubados, o que obrigou o autor a refazê-los; o X foi publicado apenas em 1777; o XI se perdeu e o XII ficou incompleto.

No prólogo de sua VII *Década*, levada à impressão em 1616, Couto lamenta o roubo dos volumes VIII e IX e manifesta a esperança de um dia os encontrar:

“[...] que em breves tempos acabei a oitava, e novena Décadas, que já o ano passado pretendia mandar a V. Majestade. Mas esta destruidora de tudo cruel, e inumana inveja parece que se meteu em algum peito diabólico, e dá ordem com que me furem estes dois volumes, havendo que isto fez que como eu era velho, e por razão da natureza não podia viver muito, e imprimiram-na em nome de quem quer que fosse, e ficaram-se logrando do meu trabalho, e suor”. [...] e quando alguma hora aparecerem, logo se conhecerão assim pelo meu estilo, como pela matéria”²⁸³.

O interessante de ser notado é a referência feita por Couto ao próprio estilo de escrita, tido como garantia de identificação e diferenciação de seus escritos em relação aos alheios.

A partir do século XVI, os autores parecem estar cada vez mais sensíveis à questão da individualidade autoral e, conseqüentemente, à necessidade de referenciar as fontes consultadas na escrita de seus textos. Ana Paula M. Avelar chama atenção para o fato de os cronistas quinhentistas valerem-se dos trabalhos uns dos outros e de citarem suas fontes com uma frequência cada vez maior. Fernão Lopes de Castanheda, primeiro historiador a editar em língua portuguesa uma narrativa sobre a presença portuguesa no Oriente, teria recorrido a diferentes testemunhos orais e escritos para compor sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Dois dos testemunhos referenciados foram Rui de Pina e Francisco Álvares. Por sua vez, a obra de Castanheda seria utilizada como fonte por Luís de Camões, Jerónimo Osório e Damião de Góis. Góis teria recorrido aos trabalhos de Castanheda, além de João de Barros, Leonardo Nunes, Francisco Álvares e António Pinheiro. Sempre que via limitada a sua narrativa, Góis

²⁸² BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p. LXXX.

²⁸³ COUTO, Diogo do. *Da Asia de Diogo de Couto*. Dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente. Decada Oitava. Lisboa: Regia Officina Typografica. 1786, s/p.

conduzia o leitor para autores que já haviam se debruçado sobre a matéria relatada²⁸⁴. Em relação a João Baptista Lavanha e Diogo do Couto, Ana Paula Avelar observa que esses dois escritores teriam sido ainda mais criteriosos em cotejar informações com outras narrativas, dada a frequência, minúcia e cuidado com que o faziam, o que pode ser indicativo de uma nova forma de escrever a história. Couto, por exemplo, ao auxiliar-se de diferentes testemunhos orais e escritos, teve sempre o cuidado de indicar a proveniência de suas fontes²⁸⁵.

No entanto, mesmo com esse apuro cada vez maior, ainda era bastante comum o criador literário do período não citar suas fontes, como dá exemplo o próprio João de Barros em seu *Panegírico de D. João III*. As inúmeras passagens retiradas da obra de Maquiavel não renderam uma única referência ao escritor florentino, algo que Martim de Albuquerque classificou como “despersonalização” da fonte. Ora, é preciso levar em conta, ao se analisar as diversas interpolações presentes no *Panegírico de D. João III* e em tantas outras fontes do período, a persistência de uma noção ainda difusa de propriedade literária e a relação um tanto quanto fluida do autor com seu texto. A acusação de plágio, por exemplo, viria adquirir o peso moral que carrega atualmente somente a partir do século XVIII, com o surgimento da ideia moderna de propriedade literária.

Mas voltemos à questão da autoria nos panegíricos. Cumpre observar, como já o fizemos, a própria imputação autoral feita por Manuel Severim de Faria e José Barbosa. Ambos os editores não fizeram maiores comentários acerca de como ou quando adquiriram os textos e de que maneira eles apontavam para João de Barros. O segundo ponto a ser observado diz respeito aos próprios textos. Em se tratando, de fato, de João de Barros, o que pertence ao labor do escritor quinhentista e o que pode ter sido acrescentado posteriormente, no decurso de transmissão das cópias manuais? Quais as intervenções realizadas pelos próprios editores nesses textos?

Sabe-se que um texto manuscrito estava suscetível a inúmeras modificações ao longo do processo de sua transmissão. Isto acontecia porque, a cada cópia realizada, sua constituição mudava, voluntária ou involuntariamente. É possível identificar dois tipos de alterações ocorridos no processo de transmissão de um dado texto: as modificações exógenas, derivadas fundamentalmente da corrupção do material utilizado para o seu

²⁸⁴ AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Colibri, 2003, sobretudo o capítulo 1, p. 13-51.

²⁸⁵ Idem, p. 268-270.

registro, e as endógenas, derivadas do ato de reprodução do texto em si, que podem ser autorais e não-autorais. Enquanto as modificações autorais são realizadas pelo próprio autor intelectual da obra, como no processo de preparação da edição impressa, as não-autorais são aquelas sem a autorização nem o conhecimento do autor. Essas modificações não-autorais podem ser voluntárias, feitas por ato deliberado de quem reproduz o texto, ou involuntárias, ocorridas por lapso de quem reproduz o texto. Este tipo de modificação é conhecido tradicionalmente como erro de cópia²⁸⁶.

Uma forma de se restituir a forma genuína de um texto se dá com o trabalho de crítica textual. Esse trabalho é de fundamental importância para se avaliar com precisão o que é próprio do autor intelectual e o que pode ter sido acrescentado posteriormente, no decurso de transmissão de uma obra. Nos casos em que textos atravessavam séculos sem receber impressão, como os panegíricos, as cópias manuscritas dele decorrentes estavam sujeitas a inúmeras alterações, dada a condição “aberta” do manuscrito e ao próprio sistema de cópias manuais. Um bom exemplo é o *Panegírico da infanta D. Maria*. Embora o único manuscrito conhecido esteja no ANTT, outras cópias manuais do texto devem ter sido produzidas, basta lembrar da descrição feita pelo conde da Ericeira em relação à cópia do panegírico que integrou a biblioteca de Manuel Severim de Faria: pelo testemunho, não se trata do mesmo manuscrito hoje depositado na Torre do Tombo. O mesmo acontece com o *Panegírico de D. João III*. Nas poucas palavras que escreveu, José Barbosa afirma ter lidado com papéis desordenados chegados até ele, e a partir desse material organizou o texto com intervenções próprias e publicou a versão hoje conhecida – a única do panegírico. É difícil saber o que é próprio de João de Barros e o que foi acrescentado posteriormente, sobretudo porque o registro mais antigo do *Panegírico de D. João III* é esse manuscrito hoje depositado na BNP. E como vimos no Capítulo 1, é bem provável que esse manuscrito tenha sido elaborado pelo próprio Barbosa e servido de base ao texto editado, em 1740.

Se considerarmos que o texto manuscrito era aberto a correções, eliminações e adições em todos os estágios de sua composição²⁸⁷, no decorrer dos anos novas passagens podem ter sido adicionadas, inclusive os próprios excertos dos escritos de Maquiavel – pensamos aqui no *Panegírico de D. João III*, pois o intervalo entre a publicação dos *Discursos* e *d’O príncipe* e o da escrita do panegírico foi bastante pequeno. João de Barros

²⁸⁶ CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 6-10.

²⁸⁷ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 1-2.

teria utilizado as edições impressas daqueles textos ou se servido de versões manuscritas? Para Marcocci, o acesso de Barros aos textos de Maquiavel foi possível pela ligação existente entre as penínsulas ibérica e itálica através do Colégio São Clemente, sediado em Bolonha, onde encontravam-se estudantes e eruditos portugueses. Essa ligação entre as duas regiões teria favorecido uma discussão mais intensa sobre os escritos do florentino em Portugal, e João de Barros não teria ficado à margem dessa circulação de manuscritos²⁸⁸.

É difícil saber, também, se os conteúdos dos escritos de Maquiavel presentes no *Panegírico de D. João III* contribuíram ou não para que o texto permanecesse manuscrito²⁸⁹. Pode ser que João de Barros não tivesse qualquer intenção de publicá-lo. Mas é importante considerar que o letrado português parecia preocupado com o fato de ser autor de um conjunto de textos e responsável pelas ideias que assinava. No prólogo que deixou finalizado para a sua quarta *Década* – e incorporado por João Baptista

²⁸⁸ MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 266. O acolhimento favorável a Maquiavel e Erasmo nos escritos de Barros no início dos anos 1530 também pode ser interpretado dentro da linha argumentativa que concebe o reinado de João III a partir de duas fases, uma mais aberta e tolerável a diversas correntes do pensamento e outra mais fechada, cujo divisor de águas seria a instalação do tribunal da Inquisição em Portugal em 1536. Por esse modelo interpretativo, escritos como a *Ropicapnefma* (1532) estariam sujeitos a uma maior liberdade de argumentação da parte de Barros, à semelhança das críticas de Erasmo – e por isso ocorreram as censuras posteriores à obra por parte da Igreja (*Ropicapnefma* seria condenada pela Inquisição e incluída no *Index* dos livros proibidos em 1581). Já na viragem para a década de 1540 teriam prevalecido obras de caráter moral e comprometidas com a ortodoxia católica, isentando o autor de assumir posições comprometedoras. À *Ropicapnefma*, acrescentaríamos o *Panegírico de D. João III* e a leitura conciliadora realizada por Barros dos escritos de Maquiavel. A leitura e a replicação de algumas teses do escritor florentino teriam sido possíveis a Barros por conta do ambiente favorável a novas correntes do pensamento. Por outro lado, a partir da década de 1540 apareceriam as primeiras críticas dos letrados ibéricos aos escritos de Maquiavel, como as do espanhol Juan Ginés de Sepúlveda e as do português Jerónimo Osório. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. III. O século de Ouro (1495-1580). Lisboa: Verbo, 1980. HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. MENDES, António Rosa. “A vida cultural”. In: MATTOSO, José. (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim R. (coord.) *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Lisboa: Estampa, 1998. MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império...* op. cit., p. 266-273.

²⁸⁹ Vale ressaltar novamente que foi no reinado de D. João III que se deu o estabelecimento da Inquisição em Portugal. A partir de 1536, o cardeal D. Henrique é designado inquisidor geral e passa a existir uma censura inquisitorial. Ao ser nomeado inquisidor-mor em 1540, D. Henrique autoriza a verificação de todos os livros impressos e também proíbe qualquer livro de circular sem consulta prévia. Uma das primeiras vítimas foi Damião de Góis, que viu seu opúsculo *Fides, religio, moresque Aethiopum*, publicado em Paris e Lovaina, ser proibido em Portugal. Segundo Maria Teresa Esteves Payan Martins, o período da censura inquisitorial em Portugal pode ser dividido em duas grandes fases: a primeira, de 1576 (data que consagra a obrigatoriedade do regime de censura tríplice) a 1768, integrada pelo Ordinário, pelo Santo Ofício da Inquisição e pelo Desembargo do Paço; já a segunda fase vai de 1768 a 1821 e é integrada pela Real Mesa Censória, até 1787, pela Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros (de 1787 a 1794) e, daí até 1821, pelo regresso à censura tríplice. Cf. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

Lavanha ao volume por ele reformado –, Barros sai em defesa de si próprio ante as críticas que vinha recebendo por seus escritos, e afirma que toda obra tornada pública estava sujeita a críticas de três grupos: os ignorantes, doutos e maliciosos:

E pois que assim é, que todos querem bem dizer, e poucos bem fazer, e ainda sobre isso condenar vidas, e obras alheias, fazendo-se censores, e juizes das coisas, em que não tem jurisdição, que é da tensão, que cada um tem no que faz [...].

Deus, que julga as obras, e tensão de cada um, julgue as nossas, pois o juízo dos homens está mais pronto em julgar a outrem, que a si mesmo. Porém contra aqueles, que mal sentem deste nosso trabalho, isto podemos afirmar: que as obras, cujo fim é algum bem comum, passada a murmuração, ficam elas vivas, e a memória de seu autor, por mais dentadas que em vida lhe dem²⁹⁰.

Como se nota, Barros mostra estar consciente de sua condição de autor e do produto de sua atividade – seus escritos – como instrumentos capazes de perpetuar a sua memória. Os textos publicados em vida seriam um testemunho vivo de seu labor autoral, a sobreviver aos séculos²⁹¹. Ironicamente, mesmo os que permaneceram manuscritos acabaram por cumprir essa função, ao serem publicados postumamente, como os panegíricos. Os atribuidores Manuel Severim de Faria e José Barbosa, em seus respectivos tempos, ao publicarem pela primeira vez aqueles textos, destacariam a importância de se resgatar a memória do ilustre escritor quinhentista.

²⁹⁰ BARROS, João de. “Apologia de João de Barros em lugar de prólogo”. In: *Da Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Década Quarta*. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica. Ano MDCCLXXVII. Sem notação de página.

²⁹¹ No trecho a seguir, presente no prólogo de sua quarta *Década*, Barros reflete sobre a importância das letras, por fixar a linguagem e superar a fala em eficiência e duração: “[...] as letras, sendo uns caracteres mortos e não animados, contém em si um espírito de vida [...] elas são uns elementos que [...] fazem passar ao futuro com sua multiplicação de anos em anos por modo mais excelente do que faz a natureza. Pois vemos que esta natureza, para gerar alguma coisa, corrompe e altera os elementos de que é composta, e as letras, sendo elementos de que se compõem, e forma a significação das coisas, não corrompem as coisas, nem o entendimento [...], mas vão-se multiplicando na parte memorativa por uso de frequentação, tão espiritual em hábito de perpetuidade, que por meio delas, no fim do mundo, tão presentes serão àqueles que então forem nessas pessoas feitos e ditos, como hoje por esta custódia literal, é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dele. E porque o fruto destes atos humanos é muito diferente do fruto natural que se produz da semente das coisas, por este natural fenecer no mesmo homem para cujo uso foram criadas, e o fruto das obras deles é eterno pois procede de entendimento e vontade onde se fabricam e aceitam todas, que por serem partes espirituais as fazem eternas: fica aqui, a cada um de nós, uma natural e justa obrigação, que assim devemos ser diligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras, para com elas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na operação presente delas, para comum e temporal proveito de nossos naturais”. Cf. BARROS, João de. “Ao muito poderoso, e cristianíssimo príncipe El Rey Dom João nosso senhor, deste nome o terceiro de Portugal. Prologo de João de Barros em as primeiras quatro Décadas da sua Ásia, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente”. In: *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Nova edição oferecida a Sua Magestade Dona Maria I, Rainha Fidelíssima. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1777. Sem notação de página.

Ao contrário do *Panegírico de D. João III*, cujo manuscrito hoje disponível deve ter sido elaborado pelo editor José Barbosa, o *Panegírico da infanta D. Maria* conta com um registro que parece não ter tido ligação com o ambiente de Manuel Severim de Faria. Logo, se é difícil distinguir no primeiro as marcas do autor intelectual da obra e os acréscimos feitos posteriormente, inclusive pelo próprio Barbosa, no caso do segundo contamos com um manuscrito independente e com a hipótese de o editor Severim ter utilizado outro texto para a sua edição. Neste caso, é possível realizar o trabalho de crítica textual e apurar, dentro dos limites impostos pelos testemunhos disponíveis, as diferenças entre uma versão e outra.

Em anexo, apresentamos uma edição crítica do *Panegírico da infanta D. Maria*. Como texto-base, partimos do único manuscrito conhecido do texto, o depositado no ANTT, e o comparamos com a edição realizada por Manuel Severim de Faria, de 1655. Embora não tenhamos nenhum dado sobre o ano de composição do manuscrito, pressupomos que sua composição é anterior à edição de 1655. Da mesma forma, não sabemos se o manuscrito utilizado por Manuel Severim de Faria para a sua edição era mais antigo que este, do ANTT. O conhecimento de tais informações seria essencial, já que um testemunho mais antigo tem mais probabilidades de apresentar a variante genuína, pois teoricamente distancia-se menos do arquétipo que um testemunho mais recente²⁹².

Na definição apresentada por Cambraia, “uma edição crítica caracteriza-se pelo confronto de mais de um testemunho, geralmente apógrafos, no processo de estabelecimento do texto, com o objetivo de se restituir a última forma que seu autor lhe havia dado”²⁹³. Para tal exercício, o ideal seria sempre contar com várias cópias manuscritas, pois a consulta a mais de um testemunho possibilitaria ao crítico textual identificar e separar os elementos de um texto que não seriam genuínos. Como os copistas não erram sempre no mesmo ponto do texto que reproduzem, uma forma genuína poderia ser adulterada em um ou outro testemunho; mas geralmente manter-se-ia intacta em outros. Segundo Cambraia, é pouco plausível que copistas distintos, em lugares e épocas distintos, tenham errado justamente no mesmo ponto de um texto: é mais provável que um tenha errado e vários outros tenham mantido a forma genuína²⁹⁴. Portanto, por essa visão mais formalista, é pela comparação dos erros encontrados nos diversos testemunhos

²⁹² Idem, p. 151-152.

²⁹³ CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica...* op. cit., p. 104. Grifos do autor.

²⁹⁴ Idem, p. 104, 150.

que se consegue chegar à forma genuína ou à mais próxima possível da última vontade do autor. Esta seria uma contribuição da crítica textual.

A partir do cotejo da edição de 1655 do *Panegírico da infanta D. Maria* com o único manuscrito conhecido do texto, depositado no ANTT, pode-se concluir que o texto editado é bem mais extenso que o manuscrito. Salta aos olhos, por exemplo, as dezenas de passagens exclusivas da edição de 1655, sendo umas menores, já outras apresentando extensão considerável. Há também passagens só encontradas no manuscrito, e trechos que tratam do mesmo assunto, mas escritos de forma diferente no manuscrito e no impresso. Outro ponto importante a ser destacado é o deslocamento de parágrafos, o que faz a edição de 1655 e a cópia manuscrita apresentarem ordens diferentes à certa altura de seus textos.

Em relação às passagens exclusivas do texto impresso, poderíamos atribuí-las ao editor Manuel Severim de Faria. No entanto, na falta de outros manuscritos que possam ser cotejados com esta cópia do ANTT, a atribuição deixa de ser automática. Isto porque a cópia utilizada por Severim poderia trazer essas passagens. Por outro lado, não se descarta a possibilidade do editor tê-las escrito, o que estaria em conformidade com a prática de escrita da época, em que completar e acrescentar o original era um exercício frequente. Em razão das dificuldades de se saber, com um grau certeza, se tais passagens são próprias do autor intelectual ou se foram acrescentadas posteriormente, conclusões como as de Alexandre de Lucena e Vale devem ser revistas, pois o trecho em que o autor se apoiou para concluir pela naturalidade visiense de João de Barros só é encontrado no texto editado (ver, em anexo, as notas referentes às linhas 285-286 do trabalho de edição crítica).

Por fim, uma explicação plausível para as passagens escritas de maneira diferente tanto no manuscrito quanto no impresso é a de que o copista cometeu erros no ato de leitura do modelo. Entre os erros paleográficos mais comuns estavam os casos de substituição relacionados à má compreensão de letras, palavras ou abreviaturas. Quanto ao fato de os dois textos não apresentarem a mesma ordem, deve-se ter em conta que nos antigos recintos em que se realizavam as cópias era comum se desmembrar um códice para que suas partes pudessem ser reproduzidas simultaneamente por diferentes copistas. Pode ser que a cópia utilizada por Manuel Severim de Faria tivesse outra ordenação em razão disso, ou seja, ao se recompor o códice utilizado como modelo, ou o próprio códice copiado, teriam ocorrido equívocos na ordenação de suas partes. Mas essas são apenas suposições.

Não obstante, o trabalho de crítica textual realizado com o *Panegírico da infanta D. Maria* pode ser um instrumento útil para os futuros pesquisadores se voltarem para esse texto. Mesmo que não seja possível afirmar se as passagens exclusivas do texto impresso pertencem ou não ao autor intelectual, o trabalho realizado possibilitará um cuidado maior na análise de seu conteúdo, tendo em vista a complexidade do caso.

*

Mesmo com a consolidação da imprensa em países como Portugal, o manuscrito muitas vezes continuou sendo preferível ao impresso, por ter uma difusão mais restrita e controlada, por circular clandestinamente e com maior facilidade que as obras publicadas – necessariamente sujeitas à ação dos órgãos censores – e por ser aberto a correções, eliminações ou adições. Entretanto, João de Barros parece ter alcançado certo êxito como autor ao publicar muitos dos textos que escreveu, sendo exceção os dois panegíricos aqui analisados. Ante as poucas informações deixadas pelos editores do *Panegírico da infanta D. Maria* e do *Panegírico de D. João III* ao publicá-los, questionamos os critérios utilizados por Manuel Severim de Faria e José Barbosa na atribuição da autoria daqueles textos. Da mesma forma, problematizamos, nos textos, o que pertenceria ao autor intelectual e o que pode ter sido acrescentado posteriormente, inclusive pelos próprios editores, pois um deles, José Barbosa, admitiu ter feito intervenções em seu processo de edição. Embora o trabalho de crítica textual não se aplique ao *Panegírico de D. João III*, em razão do manuscrito e da edição de 1740 terem sido elaborados pelo mesmo agente, o mesmo não acontece com o *Panegírico da infanta D. Maria*, cujo manuscrito encontrado demonstra ser independente do raio de ação do editor Severim. A partir do confronto desses dois testemunhos, foi possível identificar inúmeras passagens no texto impresso não encontradas no manuscrito. Embora seja difícil afirmar se tais passagens pertencem ou não ao autor intelectual da obra – dada a falta de outras possíveis cópias que possam ser confrontadas com este manuscrito particular –, elas são indicativas da condição a que estavam sujeitas as cópias manuais no decurso de sua transmissão, a ponto de um texto, ao ser publicado séculos mais tarde, apresentar-se bem diferente daquilo que o autor havia concebido originalmente. Por fim, a análise dos textos revelou um diálogo de Barros com autores a ele coevos, como Erasmo de Roterdã e Nicolau Maquiavel – tidos à conta de heterodoxos e censurados logo após a presumível elaboração dos dois manuscritos, e tendo permanecido neste lugar no âmbito cultural e político português nos

séculos XVII e XVIII. Conclui-se, em suma, que qualquer análise a ser feita dos panegíricos deve necessariamente considerar as mediações por que esses passaram nos séculos XVII e XVIII.

Conclusão

O título da dissertação reflete duas preocupações que guiaram este trabalho: a trajetória documental dos manuscritos e impressos e as questões envolvendo a autoria dos textos-fontes desta pesquisa. Como vimos, os panegíricos foram elaborados no século XVI e publicados postumamente, no XVII e no XVIII. Voltamo-nos assim para os diferentes contextos e temporalidades envolvendo a produção e a circulação de manuscritos e impressos, e problematizamos a própria condição autoral, dado o envolvimento de uma série de agentes como copistas, livreiros, editores e impressores que atuaram diretamente sobre os objetos textuais.

Os documentos acessados nesta pesquisa se deram a partir de cópia digitalizada, como os manuscritos dos panegíricos e a edição de 1655 das *Notícias de Portugal*. As exceções foram as edições de 1740 e 1791 das *Notícias de Portugal*, cujo contato físico aconteceu com exemplares depositados no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Embora a análise material dos documentos tenha ficado comprometida em certa medida, ressaltamos a importância da disponibilização *online* dos acervos documentais, que colocou pesquisadores a um clique de um manancial de fontes. Certamente, o fenômeno da digitalização de acervos tem aumentado as possibilidades de investigação, por conta da facilidade em se acessar o documento a partir da tela de um computador e das dificuldades de ida ao arquivo, sobretudo se localizado em outro país. Perde-se por um lado, ganha-se por outro.

Da mesma forma que se questiona se os livros digitais – os *e-books* – levariam à morte do livro físico, alimentou-se a crença de ter havido uma ruptura total do manuscrito com o advento da imprensa, mito historiográfico típico dos anos 1970. As duas formas continuaram a conviver e o manuscrito manteve sua importância em um novo mundo de impressão. As fontes aqui estudadas são ilustrativas dessa convivência entre a cultura manuscrita e impressa: ambas permaneceram manuscritas e foram publicadas séculos depois. Certo, a visibilidade de um texto impresso era maior que a de um manuscrito. O próprio Manuel Severim de Faria reconheceu, ao publicar o *Elogio do rei D. João III*, de António de Castilho, a conveniência de “tirá-lo das trevas do esquecimento”, afirmando o mesmo para o *Panegírico da Senhora Infanta D. Maria*. Os textos publicados alcançariam um número maior de leitores e não deve ter sido diferente com os panegíricos de João de Barros.

A passagem do manuscrito ao impresso e a elaboração de diferentes edições devem ter influenciado, também, os hábitos de leitura e consumo daqueles textos. Roger Chartier e Peter Burke apontam como as transformações sofridas pelos livros impactaram essas duas esferas²⁹⁵. A depender de seu formato, por exemplo, o livro dava maior liberdade ao leitor, sobretudo se não precisasse de apoio para ser lido. O livro de bolso deve ter contribuído muito para essa maior liberdade, por ter facilitado o manuseio, sem contar o baixo custo. As edições dos textos aqui analisados são ótimos exemplos. Enquanto a edição de 1740 foi impressa num volume *in-folio* – seguindo assim a estrutura de 1655 das *Notícias de Portugal* – a edição de 1791 foi estruturada em três volumes *in-oitavo*, e um deles trazia apenas as orações que acompanhavam a obra originalmente escrita por Manuel Severim de Faria, entre elas os panegíricos que deram título ao volume. Os preços, como vimos, também variaram em decorrência da mudança do formato: o volumoso *in-folio* antes vendido por preços que iam de 1:200 a 1:600 réis foi convertido em três livros de bolso, cada um sendo vendido por 400 réis. O leitor, com isso, não apenas podia ler a obra a partir de um suporte de fácil manuseio, como passou a contar com a liberdade de comprar, se não todos, ao menos o volume que mais lhe interessasse. Esses exemplos contribuem para ilustrar a atuação conjunta de agentes intermediários que trabalhavam para o produto chegar às mãos do público-leitor, obedecendo à lógica do mercado editorial.

Se o papel do historiador é refletir à luz das questões do presente o próprio passado, podemos observar grandes transformações sendo operadas a partir da revolução imposta pelo livro digital. É possível sentir, por exemplo, os efeitos dos *e-books* nos hábitos de quem os utiliza. Eles podem ser comprados ou “baixados” e lidos em *tablets* próprios a este fim. A experiência buscada é a da maior proximidade com a leitura de um livro físico: o aparelho, além de não emitir luz, exhibe o *e-book* com a aparência próxima a uma folha. O leitor conta também com a possibilidade de fazer comentários, grifos e marcações, melhorando sua experiência com o texto. Mas, apesar de todos os recursos, o

²⁹⁵ Ver BURKE, Peter. “A revolução da prensa gráfica em seu contexto”. In: BRIGGS, A; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2ª ed. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 [2002]. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2009[1998].

livro digital não é manuseado pelo leitor da mesma forma, pois como lembra Chartier, o fluxo sequencial, a continuidade e as fronteiras mudaram, não sendo mais visíveis²⁹⁶.

Ao lado das transformações ocorridas com a história do livro e com os hábitos de leitura e consumo verificados não apenas nos dias de hoje, mas também nos séculos passados, com o advento da imprensa e as mudanças causadas pela passagem do manuscrito ao impresso há também transformações relacionadas ao papel do autor. *Grosso modo*, na Idade Média as obras eram definidas não por sua originalidade, mas como inspirações divinas, cabendo ao transcritor apenas registrar o que lhe era transmitido. A partir do século XVI começam a se registrar mudanças em torno da figura do autor. Com novas atribuições, surge o que Chartier chama de condição de autor, o indivíduo que vive e sobrevive de ser autor²⁹⁷. Como vimos, João de Barros teve êxito como autor ao publicar muitos textos que escreveu, preocupando-se com as ideias que assinava e sua memória, conservada para a posteridade através do produto de seus escritos. Após sua morte, seu espólio intelectual foi disputado por familiares – inclusive um neto moveria um processo judicial contra o continuador da quarta *Década*, João Baptista Lavanha, requerendo o embargo dos exemplares referentes à venda do quarto volume, deixado inacabado por João de Barros.

Além desse volume das *Décadas da Ásia*, e do *Diálogo evangélico dos artigos de fé contra o Talmud dos judeus*, os dois panegíricos aqui estudados também não foram publicados por João de Barros em vida. É possível que ele não tivesse qualquer intenção de publicá-los. Em Portugal, o primeiro texto do gênero viria a ser impresso somente em 1539. Mas, ante os fatos dos textos terem sido publicados muito depois de escritos, e de não terem sido citados na primeira biografia de João de Barros, questionamos a imputação autoral feita por Manuel Severim de Faria e José Barbosa e o que, nos textos, pertenceria ao labor de Barros, se autor. Os debates de autenticidade e autoria são importantes para se determinar quem escreveu o quê. Sem dúvidas, é difícil identificar marcas autorais numa obra literária específica, sobretudo ao se levar em conta as diferentes relações estabelecidas com o texto e os agentes envolvidos, desde a composição até o processo de transmissão e publicação. Nesses casos, parece não fazer sentido conceber o autor como uma entidade unitária.

As dificuldades aumentam quando se busca reconhecer as marcas autorais de um texto originado de uma performance oral, como é o caso dos panegíricos. Harold Love

²⁹⁶ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro...* op. cit. ver capítulo 3.

²⁹⁷ Idem, ver capítulo 1.

afirma não fazer muito sentido esse tipo de busca, pois esses textos não foram escritos para serem publicados, mas lidos, e no processo de publicação passaram por etapas de supervisão do editor do texto. Uma versão impressa de um evento oral nunca pode ser tratada como testemunho transparente do conteúdo ou do estilo autoral, pois o registro escrito pode ter sido feito por anotações de presentes no momento em que o discurso foi proferido. É o caso dos discursos parlamentares ingleses estudados pelo autor. Por vezes há duas versões diferentes do mesmo discurso, cada uma registrando o que parecia importante a um ouvinte em particular. O membro que proferiu o discurso também podia apresentar uma versão mais completa e polida, não necessariamente um registro exato do que foi dito. Frequentemente há uma única versão, compilada a partir de anotações ou da memória de alguém presente, sobrevivendo em cópias manuscritas contemporâneas, circuladas para obter ganhos ou como extensão do processo político. Nesses casos, segundo Love os atribuidores não devem se deixar enganar ao procurar impressões digitais do autor em textos apoiados na transcrição de um ouvinte, ou recompostos pelo editor para impressão. Nos casos em que versões formais e informais sobrevivem do mesmo desempenho oral, as segundas seriam mais características do orador. Já as versões formais, mesmo revisadas pelo orador, sofrem ajustes e assim estariam sujeitas a normas reinantes do discurso escrito²⁹⁸.

As fontes aqui estudadas devem ser compreendidas ao se considerar essa dinâmica oral-escrita. Inicialmente, ambas foram concebidas como discursos orais e pronunciadas ante assembleias. A oralidade consiste na boca que fala e nos ouvidos que ouvem, simultaneamente no tempo e no espaço. O próprio Barros assim o reconheceria, no seu *Panegírico de D. João III*: o “Panegírico faz sempre fé do que vê e o representa aos olhos”²⁹⁹, indicando a enunciação oral como intrínseca a esse gênero discursivo. Ao mesmo tempo, por ser efêmera, sua duração é fugaz, não sendo retida com facilidade. Já o discurso escrito transcende o espaço e a duração, podendo ser difundido na totalidade em todos os tempos e lugares, dispensando a presença de quem o fez. Barros também refletiu sobre a importância das letras, ao fixarem a linguagem e superar a fala em eficiência e duração: “as letras, sendo uns caracteres mortos e não animados, contém em

²⁹⁸ LOVE, Harold. *Attributing authorship: an introduction*. Cambridge: University Press, 2002, p. 164-165.

²⁹⁹ “Panegírico de D. João III”. In: *Panegíricos...* op. cit., p. 1.

si um espírito de vida [...] elas são uns elementos que [...] fazem passar ao futuro com sua multiplicação de anos em anos por modo mais excelente do que faz a natureza”³⁰⁰.

Os panegíricos, inicialmente concebidos como discursos orais, sobreviveram por seus registros escritos. Desde suas composição e leitura até a publicação, sofreram inúmeras intervenções, de modo que seus sentidos literários foram se construindo com o tempo, como resultado das relações entre os elementos textuais e a ação dos vários agentes, conforme as convenções culturais e linguísticas de cada época. Certamente, o sentido atribuído por João de Barros àqueles panegíricos pronunciados no século XVI era diferente das repercussões vividas posteriormente, ao serem publicados por Manuel Severim de Faria e José Barbosa. A diferença já começa na forma como foram transmitidos, inicialmente oral, depois escrita. Como lembra Chartier, uma obra tem inúmeras possibilidades de interpretação e as leituras feitas dependem, entre outras coisas, do suporte, da época e da comunidade em que circula.

Os dois panegíricos estudados nesta dissertação revelam a complexidade em torno das condições de produção e transmissão de um dado objeto cultural. O resultado final de um texto, sob a forma como chega até nós, não mostra as diferentes mãos que foram compondo o documento. Por isso a importância de se enfrentar o livro como o resultado de uma série de operações, para a qual concorrem autores, editores, impressores e livreiros. Esses agentes são responsáveis pelos resultados dos poderosos objetos culturais, que a civilização ocidental desenvolveu para conservar o pensamento de seus representantes.

³⁰⁰ BARROS, João de. “Ao muito poderoso, e cristianíssimo príncipe El Rey Dom João nosso senhor, deste nome o terceiro de Portugal. Prologo de João de Barros em as primeiras quatro Décadas da sua Ásia, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente.” In: *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Nova edição oferecida a Sua Magestade Dona Maria I, Rainha Fidelíssima. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1777. Sem notação de página.

Fontes e bibliografia

1. Fontes manuscritas:

1.1. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

BNP, “Ao mui alto e muito poderosõ Rey de Portugal D. João 3o. deste nome Panegirico de João de Barros”, cod. 3.060.

1.2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, “Panegirico. A mui alta & excellente princesa a iff. dona Maria”. In: *Colecção S. Vicente*, livro 15.

2. Fontes impressas:

2.1. Obras de João de Barros

BARROS, João de. “Panegírico a mui alta e esclarecida princesa infanta dona Maria nossa Senhora”. In: FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal...* Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1655.

_____. “Ao muito alto, e muito poderoso rey de Portugal D. João III. Deste nome. Panegyrico de João de Barros”. In: FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal/ escritas por Manoel Severim de Faria. 2ª Impressão/ acrescentadas pelo padre D. José Barbosa*. Lisboa Occidental: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

_____. *Panegyricos do grande João de Barros. Fielmente reimpressos conforme sua antiga Linguagem = ano de 1533*. Por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho, e Soiza, Lisboa, Na Oficina de António Gomes, 1791.

_____. *Da Asia de João de Barros*. Dos feitos, que os portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente. Decada Quarta. Parte Primeira. Lisboa: Regia Officina Typografica. 1777.

_____. *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da infanta D. Maria)*, ed. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

2.2. Outras fontes impressas

BEM, D. Thomaz Caetano de. *Memórias Historicas e Chronologicas da Sagrada Religiao dos Clerigos Regulares em Portugal e suas conquistas na India Oriental*. Tomo II, Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1794.

BOTERO, João. *Da razão de estado*. Coordenação e introdução Luís Torgal. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992 [1589].

CASTILHO, António de. “Elogio ao Rei D. João de Portugal III”. In: FARIA, Manoel Severim de. *Noticias de Portugal, offerecidas a el rey n. s Dom João o IV por Manoel Severim de Faria*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.

Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa, que neste ano de 1721, se compuseram e se imprimiram por ordem dos seus censores, dedicada a el rei nosso senhor, seu augustíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia. Lisboa Ocidental, na oficina de Pascoal da Sylva, Impresso de S. Majestade real. MDCCXXI.

COUTO, Diogo do. *Da Asia de Diogo de Couto*. Dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente. Decada Oitava. Lisboa: Regia Officina Typografica. 1786.

ERASMO DE ROTTERDÃ. *Educación del príncipe cristiano*. Estudio preliminar de Pedro Jiménez Guijaro. Trad. Pedro Jiménez Guijaro y Ana Martín. Madrid: Tecnos, 2007 [1516].

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos*. Em Evora: impressos por Manoel Carvalho, impressor da Universidade, 1624.

_____. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777-1788, [1624].

_____. *Noticias de Portugal: offerecidas a El Rey N.S. Dom João o IV. / por Manoel Severim de Faria : declaaose as grandes commodidades que tem para crescer em gente, industria, comercio, riquezas, & forças militares por már, 6 terra : as origens de todos os appellidos, & as armas das familias nobres do Reyno : as Moedas que corrèão nesta Provincia do tempo dos Romanos atè o presente : e se referem varios Elogios de Principes, & Varoens Illustres Portugueses*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1655.

_____. *Notícias de Portugal / escritas por Manoel Severim de Faria... - 2ª Impressão / acrescentadas pelo padre D. José Barbosa*. Lisboa Occidental: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos*. Introdução e notas de Maria Leonor S. Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999 [1624].

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri, 2003 [1655].

GÓIS, Damião. *Chronica do felicissimo rei dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes*. Lisboa: Francisco Correa, 1566-1567.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979 [1532].

_____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. de Sérgio Bath. 3ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994 [1531].

PACHECO, Miguel. *Vida de la serenissima infanta doña Maria hija del Rey D. Manoel, fundador de la insigne capilla mayor del Cõvento de N. Señora de la Luz, y de su hospital, y otras muchas casas dedicadas al culto divino*. Lisboa: en la Officina de Juan de la Costa : a costa de Miguel Manescal Libreiro [sic] de S. Alteza, 1675.

SOUSA, António Caetano de. *Historia genealogica da casa real portugueza : desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança : justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé : e offerecida a El Rey D. João V*, tomo I. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1737.

SYLVA, Manoel Telles da. *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 27 de abril de 1724*.

3. Livros, artigos, dissertações e teses

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE, Luís de [et al.]. *O Confronto do olhar o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Ensaio de história das ideias políticas. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1974.

_____. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de história das ideias políticas. Lisboa: Alêtheia, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

ALMEIDA, Justino Mendes de. “Uma gramática latina de João de Barros”. In: *Euphrosine*, II, Lisboa, 1959.

- ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- BOXER, Charles R. *João de Barros, Portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.
- AVELAR, Ana Paula Menino. *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- BAGNO, Sandra. “O Brasil na hora de ler Maquiavel: notas sobre a primeira edição brasileira d’*O príncipe*, traduzido por Elias Davidovich”. In: *Tempo* (Niterói), v. 20.
- BAIÃO, António (org.). “Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas ‘Décadas’”. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. XL, 1917.
- _____. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998).
- BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- _____. *Descobrimientos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012.
- _____. *Na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca: levantamento e análise das obras produzidas pelo primeiro tipógrafo da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Artigo publicado on-line no site da Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/en/node/1936>.
- BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Trad. Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1996 [1937].
- _____. *Études sur le Portugal au temps de l’humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.
- BELO, André. *As gazetas e os livros: a “Gazeta” e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

- BEZZI, Marina Thomé. *Língua portuguesa e missionação no império português das Décadas de João de Barros (1552-1563)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- BIEDERMANN, Zoltán. “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros”. In: *Anais de História de Além-Mar*, Vol. IV, 2003.
- BIGNOTTO, Newton. “As fronteiras da ética: Maquiavel”. In: NOVAES, Antônio. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BILOU, Francisco. *A refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Lisboa: Colibri, 2010.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640)*. Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico. 2v. Tesis (Doctoral). Universidade Complutense de Madrid, 1987.
- _____. *Del escribano a la biblioteca*. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII), Madrid: Síntesis, 1997.
- _____. *Imagen y propaganda*. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.
- _____. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Sociedad española de Historia del Libro y Sociedad de Estudios Medievales y Renascentistas, 1999.
- _____. *Portugal no tempo dos Filipes*. Política, cultura, representações (1580- 1668). Lisboa: Cosmos, 2000.
- _____. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro e Palabra e imagen en la corte. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. *Cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro*. Abada Editores, 2003.
- _____. *Palabra e imagen en la corte*. Cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro. Madrid: Abada Editores, 2003.
- BUESCU, Ana Isabel. “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 51-64, jul/set, 1996.
- _____. *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas e debates, 2008.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros*. Lisboa: Verbo, 1969.

- _____. *João de Barros, Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa Linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações. Lisboa: Faculdade das Letras, 1971.
- _____. “Os ‘Grammatices Rudimenta’ de João de Barros”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Volume IV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- _____. “A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 51-64, jul/set, 1996.
- BURKE, Peter. “A revolução da prensa gráfica em seu contexto”. In: BRIGGS, A; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2ª ed. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 [2002].
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARDIM, Pedro. “Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 28-47, jul/set, 1996.
- CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1946].
- CASTELLO-BRANCO, Fernando. “Portugal quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler”. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 21, Lisboa, 1973.
- CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. “O livro: uma mudança de perspectiva”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974 [1972].
- _____. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002 [1988].
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998 [1994].
- _____. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003 [1995].
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2009 [1998].

- _____ (org.). *Práticas da leitura*. 2ª ed. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CIDADE, Hernani. “João de Barros – o que pensa da língua portuguesa – como a escreve”. In: *Boletim de Filologia*, XI, Lisboa, 1950.
- _____. “João de Barros, o historiador da expansão”. In: *Portugal histórico-cultural*. Lisboa: Arcádia, 1968.
- _____. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, sd.
- COELHO, António Borges. “João de Barros e a questão judaico-cristã-nova”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27, p. 75-82, jul/set, 1996
- _____. *Tudo é mercadoria*. Sobre o percurso e obra de João de Barros. Lisboa: Caminho, 1992.
- _____. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Paco, 2018.
- CONTI, Lígia Nassif. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Dissertação de Mestrado em História Social. Franca: UNESP, 2005.
- COUTO, Aires do. “O *Panegírico de Trajano*: modelo do *Panegírico de D. João III* do humanista João de Barros”. In: *Didaskalia*, 2003.
- CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo. *As regências na menoridade de D. Sebastião*. Elementos para uma história estrutural. Vol. 1. Lisboa: INCM, 1993.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- _____ [et all]. *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1989].
- DIAS, J. S. da Silva, *A política cultural na época de D. João III*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1969.
- _____. *Influencia de los Descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 2009 [1969].
- GLOËL, Matthias. “Bernardo de Brito: a misunderstood portuguese chronicler”. In: *e-JPH*, Vol. 15, nº2, dez. 2017.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. “Hablen cartas y callen barbas”. Escritura y sociedad en el siglo de oro. *Historiar: Revista Cuadrimestral de Historia*. Alcalá de Henares, n. 4, 2000.
- _____.; SÁEZ, Carlos (dirs.). *Historia de la cultura escrita*. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedade informatizada. Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- _____. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal, 2006.
- _____. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. Trad. Claudio Giordano. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2014.
- _____. *Culturas del escrito en el mundo occidental: del renacimiento a la contemporaneidade*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015.
- GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Quarto Volume. Coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- _____. “Teatinos”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.
- GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.
- HAHN, Fábio André. *A pureza da fé. O antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2009.
- HANSEN, João Adolfo. “Razão de Estado”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. “Educando príncipes no espelho”. In: *Floema especial*. Ano II, nº 2a, 2006.

- HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: das variantes textuais e das atribuições autorais”. In: *Revista de Estudos Literários*, Vitória, a. 5, n. 5, 2009.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo-Salvador: Hucitec, 2004.
- KLUCAS, Joseph A. “João de Barros: Erasmianism and the political image of king John III”. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 21, nº 1, 1984.
- LABORINHO, Ana Paula, SEIXO, Maria Alzira e MEIRA, Maria José (org.). *A vertigem do Oriente: modalidades discursivas no encontro de culturas*. Lisboa-Macau: Edições Cosmos/Instituto Português do Oriente, 1999.
- LAPA, Manuel Rodrigues. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da infanta D. Maria)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Trad. Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002 [1996].
- LOURO, Estanco. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, sd.
- LOVE, Harold. *Attributing authorship: an introduction*. Cambridge: University Press, 2002.
- LYONS, Martyn y MARQUILHAS, Rita. (comps). *Un mundo de escrituras: Aportes a la historia de la cultura escrita*. Buenos Aires: Ediciones Ampersand, 2018.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Estampa, 1997.
- MARCOCCI, Giuseppe. “Construindo um império à sombra de Maquiavel”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Circularidade no século XVII: emergência da similitude na Cartinha de João de Barros e no Chatecismo de D. Diogo Ortiz*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MARTINS, António Coimbra. “Luzes”. In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- MARTINS, José Vitorino de Pina. *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1973.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

MATOS, Luis de. *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

MCKENZIE, Donald Francia. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1999].

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. “Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria”. In: *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

_____. *Cultura escrita e memória política no mundo ibérico. Séculos XV-XVII*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Livre-Docente. São Paulo, agosto de 2014.

MENDES, António Rosa. “A vida cultural”. In: MATTOSO, José. (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim R. (coord.) *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade. Lisboa: Estampa, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. “A infanta D. Maria e o Senhorio de Viseu: uma precisão cronológica”. In: *Revista Portuguesa de História*, nº 27, 1992.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Os artificios da perfeição: João de Barros por Manuel Severim de Faria”. In: *Revista de História*. (São Paulo) n. 171, v. 1, p. 175-212, jul-dez 2014.

_____. *O pasto dos brutos: contexto de João de Barros, horizonte histórico e política nas “Décadas da Ásia”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

- PEREIRA, Manuel Botelho. *Diálogos morais e políticos*. Viseu: Junta da Província da Beira Alta, 1955.
- PICHIO, Luciana Stegagno. *João de Barros: Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Modena: Società Tipografica Editrice Modense, 1959.
- PINTO, António Guimarães. “Introdução aos *Tratados da Nobreza*”. In: OSÓRIO, Jerónimo. *Tratados da nobreza civil e cristã*. Lisboa: INCM, 1996.
- RAMALHO, Américo da Costa. “João de Barros e Erasmo: a propósito da Viciosa vergonha”. In: *Para a história do humanismo em Portugal*, vol. I, Coimbra: INIC, 1988.
- _____. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos*. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996.
- RATTNER, Jair Norberto. *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- _____. “Literatura, intelectuais e humanismo cívico”. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.) *O tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’98/ Difel, 1998.
- REIS, Flávio Antônio Fernandes. *A Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem: retórica e ensinamento moral na crônica de João de Barros*. Tese de Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo: USP, 2013.
- RÉVAH, I. S. “O ‘Diálogo evangélico’ de João de Barros”. In: BARROS, João de. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Manuscrito inédito de João de Barros. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1950.
- _____. “Antiquité et christianisme anciens et modernes dans l’oeuvre de João de Barros”. In: *Revue Philosophique de la France et de l’Étranger*. nº 92, Paris, 1967.
- _____. “Introdução”. In: *Ropica Pnefma*. 2 Vols. Leitura modernizada, notas e estudo de Israel Salvator Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- _____. “João de Barros”. In: *Études portugaises*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996.
- SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária da História em João de Barros”. In: *Para a história da cultura em Portugal*. Volume 2. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.
- _____. *História da literatura portuguesa*. Porto: Editora do Porto, 1996.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006 [1995].
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*. Vols. II e III. Séculos XVII e XVIII. Lisboa: Verbo, 1974.
- _____. *História de Portugal*. Vol. III. O século de Ouro (1495-1580). Lisboa: Verbo, 1980.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1962.
- SILVA, Joaquim Palminha. *Manuel Severim de Faria: o mais douto português do seu tempo*. Ensaio biográfico. Évora: Gráfica Eborense, 2003.
- SKINNER, Quentin. *As fundações de pensamento político moderno*. Trad. Renato J. Ribeiro e Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1978].
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1981].
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. “O retrato do príncipe como estratégia política e modelo educativo no Renascimento”. In: JIMÉNEZ, A. Pérez; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra-Málaga: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.
- SOUZA, Bruno Omar. *História, retórica e celebração imperial: João de Barros e a crônica ultramarina portuguesa do século XVI*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC, 2014.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos. “Da cruzada ao Quinto Império”. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.
- VALE, Alexandre de Lucena e. *No quarto centenário de João de Barros*. Da verdadeira interpretação do “Panegírico da infanta” à naturalidade visiense do grande historiador. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1970.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *A infanta d. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Pref. de Americo da Costa Ramalho. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1983 [1902].

VICENTE, Carolina Pereira. *Dois diálogos no renascimento português: João de Barros e Gândavo*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

VIEIRA, Maria Leonor S. Albergaria. “Introdução”. In: FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

Anexo
Crítica textual do *Panegírico da infanta D. Maria*

PANEGÍRICO. A MVI alta & excellente princesa a Iff^{ta} dona MARIA.

Comũ sētenca dos philosophos he, visto por experiencia Illustriss^a prīçesa n. sr^a, o demasiado prazer causar nos coracoins dos homēs mui grādes alteracoins, & movim^{tos}, q
naõ podendo o spirito sustentar em si, o alvoroço q dentro concebe parece q abafaria, se
5 o naõ cõmunicasse, manifestādo a todos a novidade do q sinta, de q algũas vezes os homēs
esquecidos de si mesmos, saẽ fora dos limites q a gravidade de seus estados, & officios
pos ã suas p, como lemos del Rei David q vēcido do prazer q tinha de levar a arca do
testam^{to} pa sua casa, hia diante della dancando, & fazēdo taõ desordenados movim^{tos} cõ
o corpo q sua molher, Michol teve paixãõ parecendolhe q naõ guardava o decoro q se
10 devia a dignidade real. E naõ som^{te} vemos causar o prazer estas operacoins nos actos
corporais mas ainda nas fazēdas taõ estimadas dos homēs, q por ellas pdem as vidas, &
avēturaõ as almas, q hũs em alvisaras, outros ã festas q cada hũ faz como pode gastaõ m^{tas}
vezes hũ dia o q ganhaõ ã m^{tos}, algũs ã vez de rir choraõ cõ prazer, & de m^{tos} lemos q o
sobeio causou supita morte, naõ podēdo cõ a forca delle suster a vida: De todos estes
15 alvoroços q acima disse, m^{to} alta & exçellēte princesa maior foi o meu, q cõ o prazer q ao
diante presēte tenho, ou temos todos seus vassalos, ã El Rey nos dar a vos por snora,
fiquei como quẽ de grave enfermidade se alevãta cõ grãde detrim^{to} taõ ignorãte, ou taõ
ousado q me pareceo poder louvar V.A. q he o maior abalo q no coracaõ de hũ homẽ m^{to}
contēte (a meu juizo) se podia fazer, q gastar minha faz^{da} ã celebrar cousa taõ grãde
20 manifesto he q fora pouco, & m^{to} menos morrer, pois a morte de hũa p^a taõ baixa naõ
podia manifestar prazer taõ alto. Mas querer encher papeis de seus louvores, he dar a
ētēder q em algũs se podiaõ elles comprehēder, ca certo considerãdo a grãdeza de seu
estado, & a baixa qualidade de minha p^a, o alto cume de suas virtudes, & a fraqueza de
meu engenho, a gloria da sua fama, & a pouca noticia da minha, naõ he outra cousa querer

1: [PANEGIRICO A MUI ALTA, E ESCLARECIDA PRINCESA INFANTA Dona Maria nossa Senhora] em B. Observação: optamos pela transcrição do manuscrito e pelo cotejamento com a primeira edição do texto, datada de 1655. B se refere, portanto, à edição de 1655 do panegírico.

3: [& movim^{tos}] = falta em B.

4: [sustentar] = [suster] em B.

5: [do q sinta] = [do que em si sente] em B.

5-6: [de q algũas vezes os homēs esquecidos de si mesmos] = [de que vem algũas vezes, que os homēs esquecidos de si mesmos] em B.

6: [estados, &] = falta em B.

10: ... dignidade real [com aquelles faltos, que via fazer a seu marido, de hũa parte para outra]. E naõ som^{te}... trecho entre colchetes em B.

14: [supita morte] = [morte subida] em B.

15: [alvoroços] = [movimentos] em B.

16: [diante] = falta em B.

19: [a meu juizo] = falta em B.

23-24: [& a fraqueza de meu engenho, a gloria da sua fama] = falta em B.

25 louvar V. A senão cuidar q som^{te} cõ estender as maos aos q estaõ da outra banda de taõ
alto rio, o posso pasar a meu salvo, como pellos penitêtes das ribeiras stygias dizia o
poeta Virgilio, q estes enganos & falsas imaginacoins as vezes causa, ou o grãde deseio
de aver hũa cousa, ou o gosto de a ter alcãcada q faz estimar as outras pouco: Dõde vê q
as grãdes victorias q algũs capitains ouveraõ foraõ causa de sua destruicaõ esquecidos cõ
30 o vinçim^{to} presête do futuro provim^{to}, & forcas de seus imigos, asĩ eu trãsportado no
alvoroço deste prazer, & esquecido de taõ alta empresa como he a q tomei, naõ se deve
aver por m^{to} o ficar vêcido della, como aquelle q com falsas asas de cera se meteo no fogo
de suas penas, & querêdo tomar o ceo cõ a maõ caio no mar de sua ignorãcia, mas ja nisto
ei de satisfazer ao deseio, ca posto q de hũa parte fique vencido p hũ breve espaço
35 satisfarei a võtade te q a experiêcia me mostre o q ensina aos enfermos q quãto trabalhaõ
por apagar cõ agua o ardor da febre, tãto mais augmêtaõ as chamas do fogo q os queima,
& parecêdolhes q satisfazê a seus desejos cõ isto os acreçentaõ mais: E pello mesmo modo
querêdo eu mostrar a razaõ q todos seus vasalos tẽmos de ser o dia de hoje m^{to} contêtes,
quãto mais quiser subir ao cume de seus meriçim^{tos}, tãto me acharei mais afastado de os
40 poder êtêder, & cõ todos estes [ilegível] o q dizia Oratio a Marco Aggrippa, q louvãdo
mal a elle, & a Cesar seu sogro desfazia ã seus louvores cõ falta de seu engenho, porq a
pureza & claridade dos de VA, seraõ exçellête q se lhe naõ pode apagar a ferruiẽ de
minhas palavras, mas estaraõ limpos entre ellas como a luz do sol anda livre, & isêta dos
pestiferos & baixos vapores q cõ sua claridade desfaz, sê deste ajũtam^{to} ficar mascabada
45 sua pfeicaõ, ou como o ouro q lãçado nos corrutos humores da terra, fica taõ puro ã seus
quilates q nhũ pde de quãtos tinha. E tãbem a verdade naõ ha mister novos atavios pa

26: [alto] = [largo] em B; [posso] = [posto] em B.

27: ... poeta Virgilio [Tendebantque manus ripae ulterioris amore] q estes enganos... trecho entre colchetes em B.

34-35: ... fique vencido [meu engenho, ao menos da outra enganarei por hum breve espaço] a võtade... trecho entre colchetes em B.

35: [quãto] = [tanto] em B.

40: [& cõ todos estes] = falta em B.

40: ... poder êtêder [E desta mingoa hum louvor me fique em naõ dizer os de Vossa Alteza, que naõ serei avido por lisongeiro dos que virem que minhas palavras naõ chegaõ ao verdadeiro louvor de suas cousas. Nem recearei] o que dizia... trecho entre colchetes em B.

41: ... Agrippa [nestes versos. *Imbellis q Lyrae Musa potens vetat Laudes egregii Caesaris, & tuas Culpa detertere ingenii.* Dandolhe a entender] q louvãdo... trecho entre colchetes em B.

41: [mal] = [mais] em B.

42: [seraõ] = [he tam] em B.

43: ... estaraõ [tam] limpos... trecho entre colchetes em B.

acreçêtar ã sua fermosura, q sã mais outra algũ traio, esta ella no verdader^o primor de sua bõdade. E naõ sã causa dizia hũ sabio ao elRey Dario, q ella nacia a todas as cousas, a qual sã humano artificio, estẽdeu suas raizes nos frios coracoins da gẽtilidade: Asi q dado
50 q me falte as flores da elloquẽcia, poder se colher o fruto da verdade. Os brutos naõ se movẽ senaõ pa as cousas q diãte lhe saõ presẽtes sintindo pouco as passadas & futuras, & os homẽs como participẽ da razaõ entẽdẽdo os effeitos q doutros se seguẽ, & vẽdo os prĩcipios & causas comparaõ as semelhãcas das cousas coteiãdo as pasadas cõ as presẽtes cõ q facilm^{te} alcançaõ o curso de toda a vida pois vẽdo eu o q V. A te qui tẽ feito na sua
55 quasy vou ãtẽdẽdo, o q della pode ser ao diãte, E porq este discurso q tenho feito me vay descubrĩdo grãdes cousas, creçeme cada vez tãto a admiracaõ dellas q naõ pude deixar de as dizer envoltas em torvacaõ & alvoroco: porq naõ he de crer dãdolhe a divina providẽcia tãtos, & taõ exçelentes dotes q fosse pa lhe negar, o sũmo & maior de todos, & certo q nos bens da fortuna, q os philosophos chamaõ exteriores comũm^{te} taõ estimados V. A. os
60 tẽ taõ pfeitos q algũs de q os antigos se espãtaraõ, diante dos seus pdẽ toda sua admiracaõ: Ca plinio entre os mais milagres da bẽ avẽturãca humana conta de hũa R^a q foi f^a, mulher, & may de Rey, avẽdo por m^{to} estas calidades jũtas ã hũa p^a, a qual bẽ creo q de seus

46: ... quãtos tinha. [Alem disto algũa ousadia me dá ser o genero desta causa de sua natureza tal, `q poderei escusar, o que costumavaõ os antigos, aquelles que floreceraõ na arte da Eloquencia, que exercitavaõ o estillo em louvor de cousas, que naturalmente careciaõ delle. Ao modo do bom lavrador, que a terra, a quem os beneficios da natureza fizeraõ esquaça, faz elle com os da agricultura liberal, tirando com seu industrioso artificio da esterilidade, proveito, & fruto, donde o naõ avia. Nem tenho necessidade dos aguilhoẽs, que Pericles Atheniense deixava pregados nos coracoẽs dos ouvintes, com que forçosamente os levava ao desejado fim de suas palavras. Nem tanta efficacia nas minhas, quanta tinha Thimoteo na musica, que com as cordas de sua viola levantava a colera ao grande Alexandre, ou lha abaixava, produzindo em seu coraçãõ tam diversos movimentos, como saõ paz, & guerra. E assi posto escusar neste exordio o captar benevolencia, & as outras insinuaçoẽs do artificioso orador das cousas asperas, as orelhas dos ouvintes, como era o louvor dos Tirannos, & o da sebre, & da mosca, & da calva, que algũs antigos louvaraõ, & e em nossos dias, o da sandice. As quais cousas sendo em si mui estreitas, para nellas hum orador se poder esprayar cõ suas palavras, com ellas lhe fizeraõ aquelles doctos Baroẽs, tam largos campos, que sem nenhum impedimento se puderaõ com louvores por elles estender, porque] E tãbem a verdade naõ ha mister... trecho entre colchetes em B; trecho gifado = falta em B.

46-50: Trecho em A: [E tãbem a verdade naõ ha mister novos atavios pa acreçêtar ã sua fermosura, q sã mais outra algũ traio, esta ella no verdader^o primor de sua bõdade. E naõ sã causa dizia hũ sabio ao elRey Dario, q ella nacia a todas as cousas, a qual sã humano artificio, estẽdeu suas raizes nos frios coracoins da gẽtilidade: Asi q dado q me falte as flores da elloquẽcia, poder se colher o fruto da verdade]. Trecho em B: [porque a verdade naõ há mister pincel de Apelles, para acrescentar em sua fermosura, ca nua sem mais outro algum trajo, esta ella no verdadeiro primor de sua bondade. E como dizia hum sabedor a elRey Dario: todas as cousas vence a verdade. A qual sem os syllogismos de Fabio, & sem as palavras empoladas de Demosthenes, ou Tullio estende suas raizes nos frios coracoẽs da gentilidade. Assi que dado que me saltem as flores da Eloquencia, ellas duraõ tam pouco, que por derradeiro ficaõ pizadas, quando se colhe o fruto da verdade].

50: ... da verdade. [Diz Marco Tullio] que os brutos... trecho entre colchetes em B.

57: [dizer envoltas] = falta em B. No lugar desse trecho, há em B: [põr em tinta, & papel, pois com torvaçaõ, & alvoroco, o naõ posso fazer com a lingoal].

59: [taõ estimados] = falta em B.

61: [mais] = falta em B.

avoêgos não tivesse a nobreza, & Real limpeza de sãgue q V. A tẽ de todas as partes de
taõ altos & taõ esclarecidos Reis de q a christianiss^a R^a de frãça vossa mãy vẽ descendẽdo
65 e na qual, & ẽ outras m^{tas} R^{as} de vossa genealogia resplãdece melhor esta gloria da bẽ
avẽturãca q plinio achou na outra de q faz mēcaõ, q não som^{te} he f^a de hũ taõ glorioso
prĩcipe como foi ElRey dõ felippe vosso avo, & mulher de outro taõ poderoso como ao
presẽte he ElRey de frãca, mas pa melhor remate a fez ds mãy de V A: pois vindo a elRey
de gloriosa memoria vosso padre natural de quẽ tẽdes o sãgue dos poderosos & catholicos
70 Reis de portugal taõ ãtiguos, q olhãdo pa tras nos cansaria a memoria, não achando termo
onde descansase de cuios louvores, & victorias taõ cheo he o mũdo, acharemos q do
prĩncipio & fũdam^{to} destes R^{nos}, sẽpre tendes Reis vossos avos. E ainda nestes não tẽ
naçim^{to} seu limpo sãgue q pa chegarmos a esta fõte avemos de revolver a antiguidade &
nobreza dos Reis de Castella, & Aragaõ, de liaõ, & de Navarra, & os triunfos da guerreira
75 gẽte dos godos jũtam^{te} cõ os R^{nos} de Inglaterra, boemia, frãça, & do sacro Imperio da
alemanha, ẽ q todos tendes parte. E não pasarei p o q dizia, o Emperador Maximiliano
vosso bisavõ, q m^{tas} vezes se louvava de ter mais limpo sangue q todos os outros prĩncipes,
porq não o tẽdo de menos valia q elles tinha mais hũ quilate, q fora criado aos peitos da
Emperatriz dona lianor, vossa tresavo, pois quẽ foi ElRey vosso padre, aquelle em cuios
80 coracaõ serveo sẽpre tal zello da fé, q cõ m^{to} gasto de sua faz^{da}, mortes de seus naturais,
trabalhos de sua vida, & cuidados de seu spirito, fez adorar o preçioso sangue de Christo
onde o dos brutos animais se sacrificava, & isto taõ lonie de seus R^{nos} & snõrios,
despregando bandeiras, tomãdo cidades, suieitando R^{nos} onde nũca o victorioso Alexãdre,
& o grande Hercules, de cuias facanhas se espantaraõ os antigos puderaõ chegar, achando
85 novas estrellas navegãdo mares não conhecidos descobrindo a ignorãcia dos filosofos
antigos q o mũdo tinha por mestres de verdades ocultas: ca dipois q seus pilotos abriãõ
o mar atlantico, p tantas centenas de anõs cerrado, todos aquelles q na philosophia natural
tinhaõ gastado seu t^{po} elle lhe gastou seu louvor, pois dos geographos, q cuidavaõ ter o
mũdo asoalhado cõ suas pinturas, aos olhos dos q não andavaõ por elle, q posso dizer

67-68: ...taõ poderoso [& christianissimo] como ao presẽte... trecho entre colchetes em B.

68: ds ou Ds: abrev. de Deus.

69: [natural] = falta em B.

73: [limpo] = falta em B.

74: ...Reys de [Ungria], de Castela... trecho entre colchetes em B.

79: ... vosso padre, [Por ventura hum Phalaris, ou Dionysio Siracusano? Certo não, mas] aquelle em cuios...
trecho entre colchetes em B.

82-83: ... & snõrios, [quam perto elle estava da gloria, que por isso mereceo] despregando bandeiras...
trecho entre colchetes em B.

90 senaõ o q se ve, q rusticos pilotos, sê mais letras especulativas, q hũa só doutrina
praticada, no conves de hũ navio, endereitaõ as costas, deminuẽ ou acrecêtaõ os graos
êmêdaõ as alturas, & de tal manr^a reprovãõ as tavoas do grãde ptolomeu, como se
estudaraõ ã algũa Illustre Universidade, & elle naõ, ã Athenas õde gastou seus dias: Naõ
105 fallo nas victorias de Africa cuio temor fez fugir os mouros das fraldas, & da fertilidade
dos mares Guaditano, & Athlãtico, & os meteo por dẽtro das seccas areas do deserto da
Mauritania: Naõ q fez em guine & toda a costa de Ethiopia pois he notorio q os negros, q
viviao fora de toda a policia habitando as cavernas da terra, sê ley, sê just^a sem dir^{to}
humano, ou divino, vivẽdo ao modo de brutos animais, agora deixadas as trevas &
tornados a luz cõ a pregacaõ delRey vosso pay q pa elles foi novo Apostolo, alevantaraõ
100 tẽplos a Christo & a sacratiss^a virgẽ sua madre, & nelles pulpitos em q publicaõ & exalcaõ
seu nome, & altares ã q offerecem seu santiss^o corpo, & sangue precioso: cõ q parece
Illustriss^a prinçesa ser cõprida a profeçia do salmo, o qual diz q os entrãgeiros de Tyro, &
o povo dos Ethiopes conheçeriaõ a Ds. E pudesse dizer q seu nome lhe foi posto por
divino misterio como lemos de algũs santos baroins cuias futuras obras conhecidas por
105 Ds lhe deraõ nome cõforme ao q elles aviaõ de obrar, S. Joaõ baptista pellos profetas foi
chamado [ilegível], & p seu pay Zacharias Joane, nomes q convinhaõ a suas obras: E o
Messias prometido na lei ja tinha seu nome escrito nos livros de Esaias q disse Emanoel
se chamara, q em nossa lingua quer dizer ds he cõnosco, pella vïda que fez a este mũdo
õde tomou carne humana, por nos remir do peccado: pois asim mesmo eu diria q este
110 christianiss^o Rey Emanoel levou sua sancta fe à India, Ethiopia cõ q os infieis la podẽ
dizer ds he cõnosco. passo pollas victorias dos Rumes, pellos tributos q poderosos Reis
da India lhe pagaraõ, de q a coroa deste R^{no} naõ tẽ piquenos proveitos, q tudo isto
celebrado he p poetas, & oradores, q em Roma & outras partes publicaraõ taõ exçellẽtes
victorias, test^a he do q digo Camilo portio, q em hũa magnifica oracaõ, q fez ao papa leaõ
115 deçimo celebrou a tomada de Malaca T^{as} saõ policiano, felippe beroaldo, blosio, paladio,
pierio, baptista casalio, & outros q ã metro & prosa espalharaõ pelo mũdo: estes triumphos

91: [costas] = [derrotas] em B.

92: [grãde] = falta em B.

101: [santiss^o corpo] = [Corpo Sanctissimo] em B.

106: O trecho ilegível em A também não foi transcrito em B.

109: ... peccado: [de nosso primeiro pay Adaõ] pois... trecho entre colchetes em B.

110-111: Em A: [levou sua sancta fe à India, Ethiopia cõ q os infieis la podẽ dizer ds he conosco]. Em B: [levou à India, & Ethiopia sua Fè, com que os infieis com muita razaõ lá podem dizer: Deos he com nosco].

115: ... tomada de Malaca [cujo treslado veio a estes Reinos, por industria do Doutor Joaõ de Faria, que naquelle tempo servia de Embaixador em Roma] T^{as} saõ policiano... trecho entre colchetes em B.

delRey vosso padre: Em cuio t^{po} se fora o grande Homero q tanto caso fez de hũa taõ
piquena navegacão como he do Elespõto te Sicilia q pode cõprender pouco mais de 300
legoas ã q misturou todas fabulas & cõtecim^{tos} quão pouca cõta fizera dos errores de
120 Ulises, se virẽ senhoreadas p hũ so Rey as Indias a quẽ & alẽ gange & grãde parte da
Ethiopia da Arabia, & psia? q fizeraõ os poetas Orfeo, & Apollonio, quão pouco estimaraõ
a conquista do vellocino douro, & daquelle primr^o navio Argo, q tãta admiracão naquelle
t^{po} fez ao mũdo navegãdo o espaco q ha de Thesalia ate Cholcos, q ao mais podẽ ser 350
legoas, ã o qual mar por ser m^{to} povoado podiaõ tomar m^{tos} refrescos, & fazer m^{tas}
125 auguadas cõ q tinhaõ mais pasatẽpo neste caminho q trabalhos dignos de cansar nelles os
poetas seu ãgenho vindo 6000 legoas de mar taõ hermo & desabitado, navegadas &
senhoreadas p a gẽte portuguesa q em suas tormẽtas nhũa esperãca tem nos portos & nas
Ilhas de q as aguas estaõ desoccupadas, a q possaõ fugir da braveza de taõ altas ondas
como nelle se alevantaõ, cuias forças afastaraõ os mouros, & turcos & os lancaraõ te os
130 fins do estreito Arabico õde tẽ seus navios varados ã a pobre villa de Soez, sã ousarẽ de
levãtar suas vellas q a forza portuguesa tãtas vezes levãtou amainou: certam^{te} q olhado
bem isto se pode dizer q estas, & outras cousas q os antigos contavaõ como por exçessos
de natureza, quãto a nos pellas que foraõ acabadas p industria delRey vosso pay podẽ ser
avidas por historias de patranhas, naõ fallo nas colunas de Hercules postas na Ilha de
135 Calez entre o fogo de nossas casas q elle asẽtou como no fim de toda a terra, q neste t^{po}
saõ riscadas da memoria dos homẽs, & postas ã esquecim^{to}, cõ outras mais altas, q p vosso
sangue foraõ asẽtadas nas derradr^{as} partes orientais do mũdo mais proveitosas a elle por
serẽ as ã q xpo pos suas espadoas, do q foraõ as de Hercules, cõ q se perderaõ tãtas almas,
m^{to} avia açerca disto q fallar, mas abasta mostrar o caminho para q veiaõ o q tinha por

116: [baptista] = falta em B.

120: ... se virẽ [tantas mil legoas de mar, & costa] senhoreadas... trecho entre colchetes em B.

120: ... so Rey [nas quais se contem] as Indias... trecho entre colchetes em B.

121-129: [q fizeraõ os poetas Orfeo, & Apollonio, quão pouco estimaraõ a conquista do vellocino douro, & daquelle primr^o navio Argo, q tãta admiracão naquelle t^{po} fez ao mũdo navegãdo o espaco q ha de Thesalia ate Cholcos, q ao mais podẽ ser 350 legoas, ã o qual mar por ser m^{to} povoado podiaõ tomar m^{tos} refrescos, & fazer m^{tas} auguadas cõ q tinhaõ mais pasatẽpo neste caminho q trabalhos dignos de cansar nelles os poetas seu ãgenho vindo 6000 legoas de mar taõ hermo & desabitado, navegadas & senhoreadas p a gẽte portuguesa q em suas tormẽtas nhũa esperãca tem nos portos & nas Ilhas de q as aguas estaõ desoccupadas, a q possaõ fugir da braveza de taõ altas ondas como nelle se alevantaõ] = falta em B.

129-131: O trecho [cuias forças afastaraõ os mouros, & turcos & os lancaraõ te os fins do estreito Arabico õde tẽ seus navios varados ã a pobre villa de Soez, sã ousarẽ de levãtar suas vellas q a forza portuguesa tãtas vezes levãtou amainou:] aparece no intervalo das palavras ... psia? [...] q fizeraõ... em B, localizado na linha 121 em A.

135: [elle] = falta em B.

137: ...postas ã [todo silencio, &] esquecim^{to}... trecho entre colchetes em B.

138: xpo = abreviatura de Cristo.

140 pasar se disse quisera escrever, mas deixaloei, p dizer q de tais dous trôcos como estes, não podia nacer senaõ V. A, em q claram^{te} se ve ser f_a de tal pay, por quẽ ds tais cousas obrou, & irmã de tal irmaõ, conservador & augmẽtador dellas, & sobretudo criada na doutrina familiar, & exẽplos da R^a n. sr^a vossa tia ã quẽ tãto florecem as virtudes q parece acharẽ nella descansado apousẽto e cuia casa q podemos chamar escola de sãta doutrina

145 V. A foi ensinada nos preçeitos de nossa sãta fe ã q ainda isto deveis a divina clemẽcia, q alẽ de vos fazer f^a da R^a Christianiss^a bisneta delRey dõ f^{do} q por excellẽte christaõ mereço o nome de catholico f^a de outro Rey q dos infieis como pouco ha disse foi novo Apostolo, & irmaõ delRey nosso shõr maravilhoso reformador da religiaõ xpaã, isto como digo deveis a Ds q vos deu taõ santa criacaõ, cõ q pudeseis cõservar esta inclinacaõ

150 herdada de vossos progenitores, o que bẽ claro se mostra ã V. A pois q seu modo de vida fora de religiaõ pode ser aos religiosos espelho, & doutrina de bẽ viver. E certo eu não sei q mais virtuosos costumes, sanctas molheres posaõ ter, nas clausuras dos mostr^{os} & vida solitaria do hermo dos q V.A tẽ nos pacos reais onde vive ã Corte, & ajũtam^{to} de gẽte, pois q a continuacaõ de suas oracoins, a m^{ta} partiçipacaõ dos sacram^{tos}, de q tãtas vezes p

155 graca divina se faz participãte manifestaõ ter dẽtro ã seu coracaõ grandiss^o fervor da fẽ de Christo, cousa m^{to} de estimar nos principes q como seiaõ hũa fõte publica de q seus vassallos haõ de tirar agua de sã doutrina & bons costumes, E como a religiaõ seia aquella ã que consiste, toda nossa bẽ avẽturãca, a hũa virtude parece dar taõ grãde ser a p^a do principe como he o zello & amor de ds, em cuia maõ estaõ os estados da terra, o qual no

160 dar da ley não som^{te} deste preçeito q avia de ser fundam^{to} de todas nossas obras comecou mas ainda quis q o homẽ se entregasse todo a elle dizendo, amaras a ds de todo teu coracaõ de toda tua alma & de todas tuas forcas, como sapientiss^o edificador q pa levãtar o edificio de nossa alma ã seu amor, mãdou q todas as achegas de nossas potẽcias & sentidos trouxesemos pa sua fortaleza, porq derrubado este prinçipal baluarte pollas machinas cõ

165 q o demonio nos cõbate, q aproveitaria ter todas as virtudes faltandolhe o amor de Ds, cunho cõ q a nossa moeda ha de correr diante delle: o q vẽdo o bẽ avẽturado S. Jõm considerãdo a grãdeza desta virtude de charidade, quãto preçedia suas companheiras, não achou cõ quẽ a comparasse senaõ cõ Ds dizẽdo ds he charidade, porq assim como elle he

139: [fallar] = [dizer] em B.

153: [tẽ nos pacos reais] = [nos Paços Reais tem] em B.

154: ... dos sacram^{tos} [da confissaõ, & Eucharistia,] de q tãtas... trecho entre colchetes em B.

157: [agua de sã doutrina & bons costumes] = [agoa de bõs costumes, & saã doutrina] em B.

159-160: ...no dar da ley [& mandamentos que deu] não som^{te} ... trecho entre colchetes em B.

infinito, asim esta virtude tendo as outras seus termos sēpre ha de pmanecer cō nossa alma
170 sē fim na gloria dādo a cada hũ os quilates q com elle mereço, & sendo esta virtude a
todos neçessaria mais o he aos prīçipes q tē governāca de povo como nosso redēptor
significou pregūtādo tres vezes a saõ pedro se o amava como quē se queria affirmar no
que fingio querer saber pa a doutrina nossa, porq respōdēdo o diçipulo, snōr tu sabes bem
q te amo dādo a elle mesmo por t^a de seu amor entāo lhe encomēdou a governāca de seu
175 povo dizēdo pasta minhas ovelhas: Asim o prīçipe q naõ amar a ds mal pode governar o
povo q delle reçoibeo pa o regim^{lo} do qual se requiere divina sabedoria, cuio prinçipio como
diz o profeta he temor a ds: porq asim como o padre das familias q entregou ao servo sua
faz^{da} conheço o amor q lhe tinha na conta que lhe deu: asim no cuidado q o principe tē
acerca de seu povo ve ds se o ama & asim lhe da o galardāo, dōde vimos estados de
180 prīçipes desfeitos por se apartarē de Ds, & outros alevātados, por se chegarē a elle: Exēplo
pode ser elRey Saul, que pdeo seu estado & vida, E o caiado de David alevātado ã ceptro
real, lemos de Cōstātino ser alevātado por exalçar a fé. E juliano por apostata della
morrer morte desastrada, vimos derribada a soberba de Maximo por theodosio, & a elle
por obedecer aos preceitos da Igreja mādados p Ambrosio, darlhe ds o spirito profetico
185 de Joane Anachorita como oraculo p q se regesse, ã seus trabalhos & fortunas, & ate os

169: [sēpre] = falta em B.

169-170: ...nossa alma [que a fé, & esperança seus termos, & tempos tē, em `q se haõ de acabar, sò a charidade vive, & reina] sē fim na gloria [dos santos], dādo a cada hũ ... trechos entre colchetes em B

173: ...pa a doutrina nossa, [quã Deos como penetra o intrinseco de nossos coracoēs, bem sabia que o amava S. Pedro, mas preguntandolhe a derradeira vez: Pedro amasme mais que todos?] porq respōdēdo... trecho entre colchetes em B.

175-176: [o povo] = [as ovelhas] em B.

177: [entregou] = [encomendou] em B.

177: ...ao servo [a governança de] sua... trecho entre colchetes em B.

178: ...faz^{da} [& familia, pela boa conta que della lhe deu] conheço... trecho entre colchetes em B.

178: [na conta que lhe deu] = falta em B.

179: [acerca] = falta em B.

179: ...da o galardāo, [ou pena, conforme ao que merece] dōde vimos... trecho entre colchetes em B.

181: ...seu estado & vida, [& o çurraõ] E o caiado... trecho entre colchetes em B.

181-182: ...ã ceptro real, [o qual dizia: Mihiautem adharere Deo bonum est] lemos de Cōstātino... trecho entre colchetes em B.

182: [ser alevātado por exalçar a fé] = [ser exalçado por exalçar a Fè] em B.

182: [por apostata della] = [por della apostatar] em B.

183: ...morte desastrada, [& deshonrado] vimos derribada... trecho entre colchetes em B.

184: Em A: [por obedecer aos preceitos da Igreja mādados p Ambrosio]. Em B: [por obedecer aos mandados de Ambrosio seu pastor].

vêtos acudirẽ ao sô de suas trôbetas impuxãdo as batalhas dos imigos q o poeta claudiano, & Augostinho tâto celebraõ: E não som^{te} vimos o peso da mã do snôr sobre aquelles q ãmediatam^{te} foraõ contra sua hõrra negãdolhe a adoracaõ da latria q como a ds lhe ptêçe, como aquelles q incurvaraõ seus joelhos diante Baal, & outros de q faz mēcaõ a escriptura, mas ainda os q cõ pouca reverência tratarã o culto divino, ou q cõ discuido & negligência se ouveraõ acerca delle não escaparẽ de sua ira, como lemos de Ozas q individam^{te} tocou a arca do testam^{to}, & de outros m^{tos} asim prĩçipes como p^{as} particulares, Enfim o captiveiro de babilonia, o desterro universal de todo o judaismo, cõ a destrucaõ do tẽplo, & daquella cidade real snora das gẽtes q foi senaõ castigo do apartam^{to} de Ds q vindo p as ovelhas pdidas da casa de Israel o puserã na cruz, & não som^{te} entre os Iudeos, a quẽ se ds naquelle tpo quis cõmunicar cõ preceitos familiares do modo, cõ q o aviaõ de servir mas ainda entre os gẽtios como Egiptios, Asyrios, Medos, psas, gregos, & Romanos, & entre todos aquelles, q tiverã monarchia em todas suas historias quasi não lemos outra cousa senaõ em quãta estima era entre elles tida a relligiaõ, & aquelles q mais a guardaraõ, posto q fosse sã a fé q ao presẽte temos, foraõ por isso & por suas virtudes mais favorecidos no estado & fortunas do mũdo. Como Alexãdre q entrãdo em Ierusalẽ adorou o nome de ds q o sacerdote maior trazia na testa, & como diz Agostinho receperũt mercedẽ suã por ainda a sõbra da virtude não ficar sã galardaõ: por onde podemos crer q a relligiaõ q entre estes se guardava ainda q era cõtra seu louvor pois louvavaõ a criatura, não conheçendo ao Criador fosse exẽplo a nos de estima em q devemos ter a nossa, porq quãdo nos

186: ...imigos [& pelearẽ da sua banda, de] q o poeta... trecho entre colchetes em B.

186-187: Em A: [q o poeta claudiano, & Augostinho tâto celebraõ]. Em B: [que o Poeta Claudiano faz mençaõ nestes versos, & Augostinho tanto celebra. Omnium dilecte Deo cui fundit ab antro. Aeolus armatas hyemes cui militat aether, Et conjurati veniunt ad classica venti].

188: ...sua hõrra [& o desconheceraõ por Senhor universal] negãdolhe... trecho entre colchetes em B.

189-192: Em A: [como aquelles q incurvaraõ seus joelhos diante Baal, & outros de q faz mēcaõ a escriptura, mas ainda os q cõ pouca reverência tratarã o culto divino, ou q cõ discuido & negligência se ouveraõ acerca delle não escaparẽ de sua ira, como lemos de Ozas q individam^{te} tocou a arca do testam^{to}, & de outros m^{tos} asim prĩçipes como p^{as} particulares,]. Em B: [dandoa ao demonio, como o fizeraõ o que adoraraõ o bezerro no deserto em tempo do graõ Propheta Moyses, & os que encurvaraõ seus joelhos diante de Baal, no tempo do Santo Helias, & outros de que faz mençaõ a Escriitura, mas ainda aquelles, que com pouca reverencia tratarã o Culto Divino, ou com descuido, & negligencia se ouveraõ a cerca delle, não escaparem de sua ira, como lemos de Oza, que individualmente tocou a Arca do Testamento; de Nabab, & de Abiud, que offereceraõ fogo alheo; de Dataõ, & Abiraõ, que rebelaraõ contra Moyses; & do outro, que apanhou a lenha no dia do sabbado; de Ananias, & Saphira sua mulher, que defraudaraõ do preço do agro, mentindo ao Espirito Santo, & de outros muitos, assi Prĩncipes, como pessoas particulares, de que está chea a Escriitura Divina.].

194: ...de Ds [& da morte de seu filho] q vindo... trecho entre colchetes em B.

195: ...na cruz, [em galardaõ de suas obras] & não som^{te} ... trecho entre colchetes em B.

199: ...a relligiaõ, [de que Valerio Maximo escreve tantos exemplos] & aquelles q mais a guardaraõ, [& veneraraõ] posto q fosse... trechos entre colchetes em B.

200: ...virtudes [com que ajudaraõ a pátria] mais favorecidos... trecho entre colchetes em B.

falleçesse a charidade & amor de ds tivesse exêplos de gente condenada cõ q nos castigasse, da m^{ta} negligência, & pouca observãcia de religiaõ como elle dizia aos Iudeus, conheceu o boy seu dono & as bestas a casa de seu snõr, & Israel não me conheceu? pois graças ao eterno ds q tã boas raizes como he este fundam^{to} de seu amor, & observãcia da religiaõ criou ã V. A q não podẽ deixar de produzir senaõ ramos maravilhosos de sanctos exercicios, & virtuosos costumes como se ve q o tẽpo q lhe sobeia dos divinos officios, gasta no estudo das letras a q tãto se da não avẽdo resp^{to} a sua criacão, q por naçer de taõ alto lugar foi mais apartada dos trabalhos, & neçessidades cõ q a outra gẽte se cria, cõ q alcãcou inteiro conhicim^{to} da lingua latina, pa daqui chegar ao fim de sua tencaõ, que he o estudo da sagrada escriptura seguïdo a doctrina do bẽ avẽturado S. Ieronimo, q dizia a paula, & a outras sãtas mulheres, q nũca soltassẽ da mãõ os volumes sagrados: E quãto mais cobicosas sãõ as letras deste tpo tanto maior louvor he o de V. A. pois a causa final de as querer ãtẽder, não he falta de hõrra nẽ de outra cousa, senaõ hũ sancto deseio de saber, de q todos seus vasalos devemos dar m^{tas} gracias a divina bõdade q por sua misericordia nos chegou a tpo q tivessesmos por snora tal prinçessa, qual o divino plataõ desejava, q dizia bẽ avẽturada ser a Republica em q os prinçipes filosofassem, ou os philosophos governassẽ, no q se conhece claram^{te} quaõ alto engenho, & verdadm^{te} reais spiritos sãõ os de V.A q quer preçeder as outras molheres ã aquella parte ã q os homẽs preçedẽ os outros, não se cõtentãdo de lhe ter tãta avẽtaiem, nos bens q teve de seu alto nacim^{to}, q como isto se deve a natureza quis V. A q lhe devessẽ a sabedoria ganhada p sua industria q he a melhor cousa q nesta vida os humanos podẽ ter cõ a qual m^{tos} ganharaõ

219: ...ao eterno [& Omnipotente] ds... trecho entre colchetes em B.

211-212: ...officios, [& orações] gasta... trecho entre colchetes em B.

213-214: ...trabalhos, [corporais] & [das] neçessidades [& mingoas] cõ q a outra gẽte se cria, [decorando aquelles primeiros, & enfadonhos rudimentos da grammatica, que a força da palmatoria aos outros engenhos ensina,] cõ q alcãcou... trechos entre colchetes em B.

216: [sãtas mulheres] = [mulheres sanctas] em B.

216: ...mulheres, [que lessem muitas vezes a Divina Escritura] q nũca soltassẽ da mãõ os volumes sagrados: [Movida tam somente por hũa inclinaçãõ virtuosa, afastada dos particulares interesses com que muitos usaõ das letras ao modo de jornaleiros, como de qualquer rustico instrumento, com que semeaõ o paõ, & cavaõ a terra, estudando para comer, & não para saber, & como o fim seja este, tais sãõ os principios, com os quais se contentaõ em qualquer sciencia, que aprendaõ.] E quãto... trechos entre colchetes em B.

220: [por snora tal prinçessa] = [tal Princesa por Senhora] em B.

224: [ter] = [fazer] em B.

224-225: ...alto nacim^{to}, [cã nasceo Princesa, nasceo filha de Rey, & levantada em estado, & pureza de sangue sobre muitas] q como isto... trecho entre colchetes em B.

226: ...sua industria [& trabalho] q he a melhor... trecho entre colchetes em B.

estados, & outros por falta della os pderaõ como poderiamos ver por exêplo de q V.A. tẽ tanto conheçim^{to}. fazêda he a sabedoria isêta da iurdicaõ da fortuna, a qual como diz Seneca, não toma senaõ o q dá, o fogo gasta o ferro, o mar allaga cidades, terremotos as
230 derribã, Raios espãtaõ o mũdo, armas o senhoreaõ, so o saber do homẽ he livre destes perigos, porq nẽ o tpo q seneca chama sepultura de todas as cousas o gasta. E asim dizia bias priennẽse fugĩdo da patria q deixava tomada dos imigos não levãdo mais q sua p^a &

227: ...por exêplo [senaõ fosse contar historias] de q V.A... trecho entre colchetes em B.

227-228: [tẽ tanto conheçim^{to}] = [tanto conhecimento tem] em B.

228: ...tanto conheçim^{to}. [& somente bastarã dizer como muitos Caesares ganharaõ, o que Sardanopalos, Tarquinius, & Dionyzios perderaõ.] fazêda he a... trecho entre colchetes em B.

231: cousas o gasta. [ou a morte o senhorea, que com elle mediante a graça Divina fazemos o caminho para a gloria, que esperamos] E asim dizia... trecho entre colchetes em B.

hũ bordaõ, q tudo levava cõsigo: E se quisermos particularm^{te} considerar as cousas, qual
avera q se faça sê letras, divinas, ou humanas, q noticia teria hũa gête da outra afastada p
235 tão longos intervalos de mar sê a sciencia da astronomia, que faz com as fortalezas cõ
machinas pa sua defensa, senaõ a geometria, que causou as terras senaõ a philosophia, quẽ
governa os estados do mũdo, sê a moral, Enfim as artes mechanicas, musica practica, as
medicinas spiritual, & corporal dõde proçedẽ senaõ das fõtes de todas as sciências, as
quais senaõ poderiaõ cõmunicar cõ os presêtes & futuros sê letras certam^{te} q cuidãdo
240 nisto, & examinãdo bem pareçẽ indignos da potêcia intellectual imagẽ & semelhãça de
ds, os q desprezaõ o verdadr^o ornam^{to} & atavio da alma q he a sabedoria a qual como diz
Nazianzeno he prĩcesa & invêtorã de todas as cousas do nome da qual se quis ds intitular
chamãdose sapiêçia do padre, E quaõ necessaria ella seia nos prinçipes salamaõ o diz: p
mĩ reinaõ os Reis & os prĩçipes senhoreaõ: Contaõ os antigos q foi hũ tpo certo em q os

233-244: Em A: [E se quisermos particularm^{te} considerar as cousas, qual avera q se faça sê letras, divinas, ou humanas, q noticia teria hũa gête da outra afastada p tão longos intervalos de mar sê a sciencia da astronomia, que faz com as fortalezas cõ machinas pa sua defensa, senaõ a geometria, que causou as terras senaõ a philosophia, quẽ governa os estados do mũdo, sê a moral, Enfim as artes mechanicas, musica practica, as medicinas spiritual, & corporal dõde proçedẽ senaõ das fõtes de todas as sciências, as quais senaõ poderiaõ cõmunicar cõ os presêtes & futuros sê letras certam^{te} q cuidãdo nisto, & examinãdo bem pareçẽ indignos da potêcia intellectual imagẽ & semelhãça de ds, os q desprezaõ o verdadr^o ornam^{to} & atavio da alma q he a sabedoria a qual como diz Nazianzeno he prĩcesa & invêtorã de todas as cousas do nome da qual se quis ds intitular chamãdose sapiêçia do padre, E quaõ necessaria ella seia nos prinçipes salamaõ o diz: p mĩ reinaõ os Reis & os prĩçipes senhoreaõ:]. Em B: [E se quisermos particularmente considerar as cousas, qual averã, que sem letras divinas, ou humanas se possa fazer? Como navegariamos as terras ignotas, que commercio, que noticia hũa gente afastada por tantos intervallos de mar, & terra, teria das outras, sem a sciencia da Astronomia? Que communicacãõ, ou que prestaça das mercadorias averia sem navegaçaõ? Como se edificariaõ navios, casas, templos, & fortalezas com suas machinas, tam necessarias à vida, & policia dos homẽs sem architectura? Como se governariaõ as cidades, Reinos, & Respublicas, sem Philosophia moral? Como sem a natural fe exercitaria, o uso da agricultura tam necessaria a mantença dos homẽs. E decendo ao particular das artes mechanicas, como nos aproveitariamos dellas, senaõ fosse por meio das Mathematicas? Como tiveramos a musica pratica sem a especulativa? Com tanta diversidade de estromentos, tam necessarios, assi a religiaõ, & culto Divino, como para a guerra, & deleitaçaõ da vida? Que remedio para nossas infirmitades, com que os corpos humanos por tam diversas vias saõ offendidos, senaõ fora a medicina? Pois vindo ao espirital, que fora de nossas almas sem a divina Sciencia, que nos ensina o caminho, que avemos de seguir para a salvaçaõ dellas, remate de nossa bemaventurança; em fim, porque meio os homẽs communicariaõ estas sciencias com os presentes, & futuros, sem letras? Certamente que examinando bem isto, parecem indignos da potencia intellectual, que he imagem, & semelhãça de Deos com que fomos criados, os que desprezaraõ o verdadeiro ornamento, & atavio da alma, que he a sabedoria. A qual, como diz Nazianzeno, he Princesa, & inventora de todas as cousas, & em si as comprehende: do nome da qual se quis Deos intitular, chamandose Sapiencia do Padre; & quam necessaria ella seja nos Principes, Salamaõ diz: Por mim reinaõ os Reys, & os Principes senhoreaõ.].

245 homens viviaõ nos campos, & sustêtavaõ a vida como bestas feras fezêdo as cousas mais
 p obra de maõs q por arte nê razaõ careçêdo de religiaõ sê casam^{to} nê amor de f^{os} por os
 naõ terê certos, sê conhicim^{to} de leis, de tal modo q cõ esta inorâcia, & error andava a
 concupiscência cegua snora da razaõ usãdo das forças corporais como de gête armada pa
 satisfacaõ de seus apetites. No qual tpo se alevãtou hũ homê sabedor, & vêdo quãta
 250 efficaçia & proveito pa m^{tas} cousas jazia escõdido no animo dos homês se se pudesse
 trazer a luz & acreçêtar cõ doctrina andãdo hũs espalhados pellos campos, outros metidos
 ã covas sylvestres os aiũtou ã hũ lugar, & lhes ensinou o caminho q aviaõ de seguir acerca
 do q tocava ao prol comũ, de todos os quais posto q no prinçipio fossê maos de aiũtar,
 todavia pouco & pouco de feros, & silvestres os fez domesticos & racionais: donde naçeo
 255 a meu iuizo fingirẽ algũs philosophos ãtre os quais foi plataõ q as almas dos homês se
 trespasavaõ em corpos de diversas bestas semelhãtes a seus costumes, introduzido aquelle
 Herpamphilio q disse ter visto a alma de orpheo metida ã hũ Cisne, a de Ajax ã hũ liaõ, a
 de Agamenon em Aguia, & em hũ bugio, a de Thersites homerico, querêdo significar q
 nhũa differença tẽ dos brutos, os q vivẽ como brutos, & q a semelhãca dos costumes lhe
 260 faz igual a natureza. E dizerẽ as fabulas, q Acteon foi cõvertido ã cervo, naõ he outra
 cousa senaõ, q pelo m^{to} exerciçio & cõtinuacaõ da caça se fez agreste & semelhavel aos
 animais cõ q tratava, E assim como entre estes ha tãta differença, quãtas vemos, asim nos
 homês se achaõ ainda mais differêtes cõdicoinis de vidas & costumes, q na diversidade
 dos brutos, como vemos ã quãtos generos de maldades cabẽ no coracaõ humano, a q he

244-254: Aqui, acontece o primeiro deslocamento de texto. O trecho [Contaõ os antigos [...] domesticos & racionais:] está 3 parágrafos à frente em B. No lugar desse trecho, em B, há o trecho seguinte: [E para mais verificarmos isto faremos hũa parabola imitando aquelle, que para todos se fez unico exemplar, finjamos hum Rey tam zeloso da paz, & liança de todos os brutos animais, que mandasse ajuntar quantos ahi ha diferentes em genero, & specie, para que metidos em hum curral juntos, os entregasse a hum pastor, de que tivesse experiencia, & confiança, que os trouxesse a tal concordia, que o leaõ naõ comesse o lobo, nem o lobo ao carneiro, o galgo naõ filhasse a lebre, nem o açor a perdiz, de tal modo, que esquecidos de sua braveza natural uzassem de toda a brandura, & mansidaõ; & que Pastor averia por muito atrevido que fosse, que naõ dissesse o que Moyses dizia a Deos: Senhor manda quem as demandar, por o tal cargo requerer, naõ digo hum grande, & consumado saber humano, mas ainda a hum Divino inspirado por graça. Pois o Rey, que isto quis fazer foi Deos Eterno, que ordenou na terra o governo dos Reys, & Principes, ficandolhe na maõ o coracaõ delles, como quem sabia que tamanho officio, sem sua ajuda mui particular senaõ podia bem administrar. E os animais, que tanto lhe encomendou saõ os homês, que deixando o caminho da razaõ seguiraõ o dos brutos. Quã, segundo Paulo: *justis non est lex posita*].

256: ...seus costumes, [que tiveraõ o dos Tyrannos, & Principes em lobos, falcoês, & milhanos, & os dados aos vicios da gula, & perguiça ã asnos,] introduzido... trecho entre colchetes em B.

260: [cervo] = [corso] em B.

262: ...cõ q tratava, [& tornando ao proposito] E assim... trecho entre colchetes em B.

264: ...dos brutos, [Quã saõ homês, & mulheres, cazados, & solteiros, leigos, & sacerdotes, nobres, & baxos, pobres, & ricos, moços, & velhos, senhores, & vassallos, rusticos, & politicos, discretos, & ignorantes, covardes, & animosos, irossos, & manços. Alem destes maos, & bõs cobiçosos, roubadores, homicidas, onzeneiros, adulteros, sacrilegos, perjuros, hereges, & blasphemos,] como vemos... trecho entre colchetes em B.

265 inclinado de seu nacim^{to} cada hũ dos quais obra differêtes effectos: E como Hypocrates
mãda aos medicos q conhecaõ a idade nos ãfermos, o tpõ, a regiaõ, & enfermidade. Asi
o pñcipe no corpo mistico da republica ha de ter tal ordẽ, q a medicina aplicada a hũ
mẽbro naõ dane ao outro, q saõ as leis a q plataõ chama verdadr^o mãtim^{to} do povo como
270 cõ codea: pois q animal mais indogmito & fero pode ser q o homẽ iniusto? desobediẽte a
razãõ, quãtos males & dãnos, quãtas destrucioins de povos pdas de R^{nos} & de almas nacẽ
dos homẽs a q o exẽplo do castigo alheo naõ aproveita pa emẽda propria, quãtos cutellos
ẽsanguoẽtados, quãtas execuicins de iust^a criminal vẽ cada dia ante seus olhos, os q sã
275 temor destas penas cometẽ crimes dignos de mortes podẽdo nelles mais a malicia q o
temor; pois qual saber humano podera governar taõ diferêtes võtades & trazelas a hũa
mesma concordia das leis: por este homẽ sabedor podemos ãtẽder o pñcipe o qual posto
q tenha sua Republica unida cõ leis humanas, & direito divino sempre se achaõ em todo
tpõ, & em todo estado homẽs agrestes como pouco ha disse desobediẽtes a toda razaõ q
como aquelles primr^{os} andaõ fora de toda ley, naõ guardãdo a ordẽ matrimonial, sã
280 religiaõ, & temor de Ds, E nos mãjares como bestas obediẽtes a gulla & ao vẽtre vivẽdo
fora da comũ habitacaõ dos outros, matãdo & salteando, pellos despovoados, os quais o

265: [cada hũ dos quais obra differêtes effectos:] = [que quada cousa destas obra diferentes effeitos, & de hũa maneira se há de tratar o senhor, & de outra o vassallo, de hũa o leigo, de outra o sacerdote] em B.

267: [ordẽ] = [regimento] em B.

270-271: [desobediẽte a razãõ] = falta em B.

276: No intervalo a seguir, em B, está localizado o trecho antecipado em A: ...concordia das leis: [Pelo mesmo modo cõtaõ os antigos, `q foi hũ certo tẽpo, em que os homẽs viviaõ nos campos, & sustentavaõ a vida, como bestas feras, fazendo as cousas mais pro obra das maõs, que por arte, nem razaõ, carecendo da religiaõ, sem cazamento, nem amor de filhos, por os naõ terem certos, sem conhecimento de leis, de tal modo, que com esta ignorancia, & error andava a concupiscencia cega, senhora da razaõ, usando de forças corporais, como de gente armada para satisfaçaõ de seus appetites. No qual tempo se levantou hum homem sabedor, & vendo quanta efficacia, & proveito para muitas cousas jazia escondida no animo dos homẽs, se se pudesse trazer a luz, & acrescentar com doctrina; andando hũs espalhados pelos campos, jazendo outros metidos em covas sylvestres, os ajuntou em hum lugar, & lhe ensinou o caminho, que aviaõ de seguir, a cerca do que tocava ao prol commum de todos. Os quais posto que no principio fossem maos de ajuntar, toda via pouco, & pouco, de feros, & salvaticos que eraõ, os fez domesticos, & racionais. A estes proposito, cuido que diz a Escritura, que a Sapiencia edificou para si hũa casa, & cortou sete colunas, querendo dizer (naõ fallo agora nos sentidos espirituais) que naõ buscou quem lha edificasse, & escusou ajudas, & mestres, porque nella avia tudo, o que naõ tem a ignorancia, que com todas as achegas postas em casa naõ levantaria de sobrado.] por este homẽ sabedor... O trecho grifado não aparece em A.

277-278: [humanas]; [agrestes] = faltam em B.

príncipe por força & p arte ha de levar a doutrina domestica da razaõ, & fazer cõ q o lobo
ande ã hũ mesmo pasto cõ o cordeiro: Aqui poderia eu dizer prudētiss^a prīcesa q nella se
pode mostrar, este grãde homẽ sabedor, q meteo os outros no caminho da verdade, q dias
285 ha q este vosso povo derramado pellos desertos desabitados da razaõ espera por V. A. O
grãdiss^a prudēcia delRey entregar ã tal tpõ hũ povo, a quẽ o avia de restituir a estado de
maior quietacaõ, & repouso, grãdiss^a clemēcia de V. A acçptar a governãca delle pelo
salvar, certam^{te} q naõ sei o q mais louve, se a prudēcia de hũ, se a clemēcia do outro, igual
he a divida, igual o louvor, igual a obrigacaõ: m^{to} devemos a elRey q nos deu a taõ alta
290 prīcesa, m^{to} devemos a V.A q nos aceitou por seus. O singular & nũca ouvido genero de
liberalidade taõ diverso, & taõ igual, a de ElRey n. sõr em dar, & a de VA. em tomar, naõ
sei o q diga por este taõ bõ dia, como nos amanheçeo, & se disser algũa cousa, q posso
dizer senaõ o q diz o poeta Iam redit & virgo, reddeũt saturnia R^{na}, elle a seu proposito &
eu ao meu, quẽ sera taõ desconhecido q seja ingrato esta m.? quẽ taõ ignorãte q a naõ
295 conheca? quẽ taõ cego q a naõ veia? quẽ taõ mudo q a naõ publique? quẽ taõ sofrido q a
cale? quẽ taõ rustico q a naõ estime! & naõ entēda o tpõ ã q elRey nos buscou o Remedio
de nossas enfermidades, cõ q temos a saude certa, & a prosperidade segura, nẽ podia sair
tal conselho senaõ de prīcipe taõ dado as letras, & taõ favoreçedor dellas, nas quais como
naõ tinha piquena parte, assi buscou quẽ a tivesse mui grãde, q as cousas naõ podẽ ser bẽ
300 iulgadas, senaõ por aquelles q tẽ verdadr^o conhicim^{to} dellas. Vio bẽ sua alteza, q a iudicaõ
das letras se estēdia tãto pella universidade das cousas q nhũa se podia fazer sã ellas, & q
os prīcipes q de suas p^{as} deixaraõ gloriosa fama asi na sciencia militar como na
administracaõ de seus estados não careceraõ delles, & ia isto exçellēte prīcesa ser da
[ilegível] de Napoles, q ainda q floresceraõ nas armas entre ellas senaõ desprezavaõ dos
305 livros. Como de Alexãdre se lé q achãdo no despoio de dario hũa caixa m^{to} rica de

282: [doutrina domestica] = [domestica doctrina] em B.

285-286: ...espera por V. A. [Grandes caminhos se me abriaõ aqui de seu louvor, mas diraõ, que naõ guardo o decoro, que devo à pátria em publicar seus defeitos por ser may, que me gerou.] O grãdiss^a ... trecho entre colchetes em B.

286: ...delRey [nosso Senhor] entregar... trecho entre colchetes em B.

291: [tomar] = [aceitar] em B.

301-305: Em A: [& q os prīcipes q de suas p^{as} deixaraõ gloriosa fama asi na sciencia militar como na administracaõ de seus estados não careceraõ delles, & ia isto exçellēte prīcesa ser da [ilegível] de Napoles, q ainda q floresceraõ nas armas entre ellas senaõ desprezavaõ dos livros]. Em B: [que esses Caesares, esses Scipioẽs, & Anibaes, & todos os mais, que nas armas floreceraõ, entre ellas senaõ desprezavaõ dos livros].

maravilhoso artificio q servia dos cheiros delRey mādou q lha guardasẽ pa a Eliada de Homero, Era taõ sofrego de letras, q por Artes publicar hũs livros q compos de Metaphisica o reprẽdeo disso querẽdo reservar pa si o uso delles, som^{le} como diz Seneca ã estudar geometria errou porq avia de saber quaõ piquena era a terra da qual a menor

310 parte tinha occupada, cõ q ficava falso o nome de q se intitidou de grãde Alexãdre: Naõ lemos q a mathematica de Archimides defendeu p m^{tos} dias Caragoca aos Romanos: E q as artes liberaes de galo sulpicio foraõ causa da grãde victoria q Lucio paulo ouve contra os psas, porq espãtado o exercito do Eclypse da lua tinhaõ pdido a confianca da victoria, a qual elle lhe restituiu provãdo polla ordẽ dos ceos q o desfallicim^{to} deste planeta era

315 natural & naõ prodigioso. O Emperador Antonino naõ foi bom philosopho & bõ capitaõ? Carlos magno naõ trazia nos exercitos o grande Alcuino cuias obras saõ oje ornam^{to} da Igreja: A elRey dõ A^o de Castella naõ lhe deraõ suas taboas nome de sabio, E o de Napoles deste mesmo nome vosso tio f^o delRey dõ f^{do} de Aragaõ vosso 4^o avo taõ exçellẽte caval^{fo} & singular capitaõ de cuios louvores estaõ cheas as crhonicas, Napolitanas q mais posso

320 dizer ã louvor das letras senaõ q trazia por divisa hũ livro aberto, o qual lendo hũa sentẽca q o príncipe idiota era hũ bruto animal coroadado, lhe pareceu taõ bem, q nos negocios, na guerra, em suas prisoins, & adversidades nũca deixou de ler, & praticar de continuo ã letras, & em seus exercitos trazia sãpre hũ Mestre martinho cõ quẽ cõmunicava, & dizia q naõ avia milhores homẽs de C^o, q os mortos q careciaõ de odio, favor, ou temor resp^{tos}

306: ...cheiros [& perfumes] delRey mādou [(contra opiniaõ de algũs) que para outros uzos a deputavaõ] q lha guardasẽ... trechos entre colchetes em B.

307: [Artes] = abrev. de Aristóteles.

309: [menor] = [maior] em B.

312: ...galo sulpicio [como diz Valerio Maximo] foraõ... trecho entre colchetes em B.

312: ...Lucio paulo [Capitaõ Romano] ouve... trecho entre colchetes em B.

317: A^o = abrev. de Afonso.

320: ...livro aberto, [porque dizia Joaõ de Issera, homem de mui grande juizo, que se elle naõ fora Rey fora mui grande Philosopho.] o qual lendo... trecho entre colchetes em B.

322: [sentẽca] = [proemio] em B.

320-321: ...sentẽca [do que traduzio em lingoa Castelhana, os livros de Santo Agostinho *De Civitate Dei*, achou hũa sentença, que dizia] q o príncipe idiota... trecho entre colchetes em B.

321: ...coroadado, [As quais palavras] lhe pareceu... trecho entre colchetes em B.

322: ...de ler, [ouvir, argumentar] & praticar... trecho entre colchetes em B.

322: [de continuo] = falta em B.

322-323: ...ã letras, [& no Campo] & em seus exercitos... trecho entre colchetes em B.

323: [sãpre] = [consigo] em B.

323: ...cõ quẽ cõmunicava, [seu estudo. Traduzio as Epistolas de Seneca em Espanhol, teve grande conhecimento das historias, grande noticia dos Poetas, & Oradores, soube muitas conclusões de Philosophia natural, & tanto estudou na Sagrada Escritura, que se louvava ter lido o Testamento velho, & novo, quatorze vezes, com suas grozas, & comentarios; respondia, & praticava como Theologo consumado em materias theologais, arduas, & difficultosas, como saõ da presenca de Deos: *de libero arbitrio, de Trinitate, de Incarnatione Verbi Dei, de Sacramento Eucharistiae.*] & dizia... trecho entre colchetes em B.

324: C^o = abrev. de conselho.

325 a q os vivos polla maior parte saõ sugeitos: dizẽ delle q nos saccos dos lugares nhũ despoio lhe era nelle de tãto preco como os livros a q se dava mui p̄riçipalm^{te} aos comẽtarios de caesar & titu livio a q era afeicoado. E na conversacaõ domestica se servio de bertolameu fascio singular historiographo & orador de Georgio Trapizũcio, E L^{co} de Valla doctiss^{os} hũ na lingua grega outro na latina & de Iõm Aurispa siciliano q escreveo

330 m^{tas} epistolas & livros morais, & de Ant^o panormitano bolonhes q escreveo hũ livro dos ditos & sêtcas do mesmo Rey dõ A^o todos baroins doctos q no seu tẽpo floresçeraõ. quis fallar m^{to} de taõ singular Rey porq sua vida & custumes, parece que confirmaõ o nosso proverbio q diz as letras naõ despõtaraõ a lança: Esta verdade confirmaraõ os Iff^{tes} dõ p^o & dõ Enriq vossos tios cuias armas tanto hõrraraõ estes R^{nos} q ainda oje os livros q hũ

335 compos authorizaõ a livraria delRey nosso sõr, E o mũdo q o outro cõ sua Mathematica comecou a descobrir, & elRey vosso pay cõ m^{to} acreçẽtam^{to} conquistou, esta cheo de seus louvores: E nisto cuidou eu q o Iff^{te} dõ p^o quis significar quaõ neçessarias eraõ nos principes a filosofia, & as armas, pois q tullio de officis, & Vegecio, q destas duas cousas escreveraõ traduzio em lingua portuguesa. Tornãdo ao proposito bẽ claro mostra V.A nos livros q tẽ

340 por rico ornam^{to} de sua casa q proçede do sangue deste taõ glorioso Rey de Napoles dõ A^o q taõ boa memoria de si deixou ao mũdo & a seus descẽdẽtes, exẽplo cõ q aprẽdesẽ a ser philosophos na paz, & caval^{ros} na guerra, pois q os livros mais alimpaõ as armas do q as danaõ: E q V.A as naõ exercite por lhe naõ ser dado tẽ logo outras spirituais de tãta forca q sẽ ella as materias pderiaõ a sua ca o animo õde se acha, prudẽcia, fortaleza, iust^a,

345 & tẽperãca cõ a verdadr^a fé q cousa comecara q naõ acabe? ou como acabara a memoria das q comecar? obedeçe o ferro a industria as armas ao cõselho a gẽte ao capitaõ, E como diz Salustio m^{to} tpõ durou entre os homẽs esta persia ã q consistia mais a virtude militar, se nas forcas corporais, se nas do animo? E posto que hũas tenhaõ necessidade das outras todavia pello tpõ & experiẽcia se achou q na guerra o saber valia mais, E certo q m^{tas}

325-327: Em A: [dizẽ delle q nos saccos dos lugares nhũ despoio lhe era nelle de tãto preco como os livros a q se dava mui p̄riçipalm^{te} aos comẽtarios de caesar & titu livio a q era afeicoado]. Em B: [Dizem delle, que nos sacos dos lugares, nenhum despojo lhe era tam agradavel como o dos livros, os quais trazia sempre, como já disse, nos caminhos, & exercitos, principalmente os Commentarios de Caesar, & Tito Livio, a que era afeicoado].

333: ...despõtaraõ a lança: [E certo naõ sei que sains mais amolados possaõ ser, que armas guiadas por conselho de prudente Capitaõ? E que muitos tragaõ em pratica: Que fará aqui Plinio, graça que hum homem disse em hũa afronta a outro na villa de Alcacer Ceguer; saõ cousas favorecidas daquelles, que por naõ saberem letras, querem authorizar este defeito com ditos alheos, dignos de muita reprehençaõ, porque certo naõ ha ahi homẽs mais prejudiciais às cousas dos `q os `q carecem dellas, que como esta privaçãõ seja causa de seu abatimento, querem sustentar com graças, quando lhe fallecem boas razoẽs.] Esta verdade... trecho entre colchetes em B.

340-341: dõ A^o: falta em B.

345: ...fé [do que se deve crer] q cousa comecara... trecho entre colchetes em B.

350 vezes lendo os notaveis feitos das Amazonas q em armas fizeraõ me faziõ m^{ta} duvida, pareçendome q em molheres q a natureza não criou pa tal exercicio se não podia achar tãta pfeicaõ, da qual me tirou Valasca de q cõta o papa pio 2º q cõ exercitos de molheres sete anos senhoreou o R^{no} de boemia vēcẽdo m^{tas} batalhas campais, & fazẽdo feitos ã armas de mui esforcados Caval^{ros}. E Ioana de q conta Guagino q vulgarm^{te} chamamos a
355 poncella cuio esforco & prudẽcia militar restituio o R^{no} de frãca a elRey Carlo 7º: semiramis governou tãtas províncias. Dido q edificou hũa taõ nobre cidade, E thomiris q matou elRey Cyro, Assim q cõ estes & outros exẽplos de molheres q nas armas floreceraõ, & administraraõ R^{nos}, não duvido Illustriss^a prĩçesa q trazẽdo o tẽpo tais neçessidades, q importas se prudẽcia & conselho pa governar gẽte armada q se acharia nella taõ pfeito,
360 como se achou na R^a dõna Isabel, vossa bisavó, cuio saber & esforco ajudou a lâcar os mouros de Espanha (q de 700 annos & mais a senhorearaõ p forca de armas) a qual foi vista nos exercitos & perigos da guerra, mas como o tpõ não ordene tal cousa V.A o gasta ã outras de q não mereçe menos louvor do q estas tiveraõ q pouco ha nomeei, as quais posto q vęceraõ homẽs algũas dellas não vęceraõ a sy mesmas, senaõ q o seu tanto he
365 maior quãto a victoria dos imigos de casa, q he mais louvada q os de fora, porq segũdo diz Marco Tullio, como podera ser snõr de si mesmo aquelle q o não he de suas paixoins, refree primr^o os vicios, despreze as deleitacoins, reprima & detenha a ira, vęcça a avareza, & lançe de si as nodoas do animo, & entaõ começa de senhorear dipois q deixar de servir, & como dizia o grãde Agesilao q as forcas dos prĩcipes não estavaõ nas pedras, &

353: [sete anos senhoreou] = [senhoreou sette anos] em B.

355-356: ...Carlo 7º: [desde nome, posto que não acabasse conforme a seus merecimentos, as quais nos tiraraõ a duvida de outros mais alongados de nossa memoria, como] semiramis governou... trecho entre colchetes em B.

358-359: [q importas se prudẽcia] = [que fosse necessaria sua prudencia] em B.

360: [saber] = [favor] em B.

360-361: ...lâcar [fora] os mouros... trecho entre colchetes em B.

366: [de si mesmo] = falta em B.

369: [& como] = falta em B.

369: ...o grãde Agesilao [vendo que os Persas louvavaõ, & senhoreavaõ hum Rey da India, que tinha grandes thesouros: porque será elle mais riquo, pois não he mais temperado? Querendo dizer] q as forcas... trecho entre colchetes em B.

369-370: pedras, [preciosas] & Alefantes... trecho entre colchetes em B.

370 Alefantes da India: senaõ ã a tãperãca da vida q he a verdadr^a philosophia & verdadr^o fructo
das letras: E como cheguei a altura deste conhicim^{to} tudo o q descubri foraõ louvores de
V.A, donde vi suas obras jũtas tãto aos livros q parece naõ sair fora da margẽ do q nelles
lẽ, case o ieiũm tẽ meriçim^{tos} ante ds quẽ melhor guarda este preçeito & cõ mais louvor,
pois sendo criado na abastãca de todas as cousas q ptẽçẽ a seu estado sã o trabalho de as
375 adquirir, por servir a ds, & mereçer ante elle se poem em neçessidade dellas q notorio he
a todos cõ quãto trabalho se resiste a criaçãõ q mais facilm^{te} padeçẽ esta falta da mãtẽca
corporal os m^{re} da parte meridional q os do septãtrional, mais o rustico q o bẽ nacido pello
custume, mais o velho q o moco polla deminuicaõ do calor natural: Assim q querer V.A
sobeiandolhe as cousas experimẽtar o carecim^{to} dellas por resp^{to} de virtude, certo he mui
380 grãde louvor: pois naõ tendo neçessidade a quer sentir forcando sua võtade por cumprir a
de ds, quẽ sera cõ tais exẽplos mao xpaõ! & se o for q scusa tera cõ ds estãdo a conta cõ
elle q lhe ha de ser tomada estreita: podemos logo cõ m^{ta} razaõ dizer q a licaõ dos jeiũns
q V.A lé da R^a Ester, de Helias, & s. Iõm baptista, & a obra cõ q os guarda tudo jũto anda
ã caderno: E se viermos ao sacrificio da oracaõ taõ louvado na sagrada scriptura qual
385 religioso cõ mais cuidado diligẽcia, & cõtinuacaõ reza suas horas p obrigacaõ, q VA sã
algũna naõ lhe faltãdo dia ã q ouça os officios divinos confesãdose tãtas vezes no anõ, &
reçebendo o sanctiss^o sacram^{to} do altar, a cõmunicacaõ dos quais como sabe q daõ graca
asim trabalha polla mereçer cõ elles, certam^{te} q considerãdo m^{tas} vezes a humildade de hũ

370-371: ...fructo das letras: [inventadas para assentar os homẽs em hum honesto modo, & boa ordem de viver. Mas como seus donos se servem dellas para valer, & naõ para merecer, saõ como os vazos avinagrados do Poeta Horacio, que diz: *Nisi purum est vas omne quod infundis acrescit*. Ao qual proposito dizia o Philosopho Epitheto a hum homem de bom engenho, & mal inclinado, que dezejava, & trabalhava por saber. O homem, olha se he limpo o vaso em que tanta cousa lances. E certamente, assi como a ignorancia dos Governadores idiotas he prejudicial à Republica, assi a malicia dos letrados he causa de muitos males, principalmente a daquelles, que tem officio de ensinar bõs costumes, que se as obras naõ respondem às palavras, perdidas saõ quantas lhe caem dos pulpitos abaixo. Por a obra ser de tanta força, que mudo brada, & callando grita, com que comprehende estas duas cousas, fazer, & dizer; & a palavra sem obra he sò, & naõ tem virtude para dar raizes na terra, onde acertou cahir: contra estes, que esperdiçaõ a doutrina de Deos, fazendo o contrario do que dizem, & prẽgaõ, diz Paulo, que naõ escaparaõ da sua justiça, pois nas sentenças que daõ contra os outros, condenaõ a si mesmos.] E como cheguei a altura deste [conceito &] conhicim^{to} tudo... trechos entre colchetes em B.

371-372: [louvores de V.A, donde vi suas obras jũtas tãto aos livros] = [louvores de Vossa Alteza, porque em qualquer dos rumos, em que o tempo me pòs, em todos ouve vista de suas obras, tam juntas aos livros] em B.

376: [q mais facilm^{te} padeçẽ] = [que padecem mais facilmente] em B.

377: ...os do septãtrional, [por hũs viverem em terra fria, & outros em quente, que obra diversos effeitos] mais o rustico... trecho entre colchetes em B.

379: ...as cousas [de sua propria vontade] experimẽtar... trecho entre colchetes em B.

380: ...grãde louvor: [& merecimento] pois naõ tendo... trecho entre colchetes em B.

380-381: ...por cumprir a de ds, [desprezando tanta diversidade de iguarias, com tanto artificio compostas] quẽ sera cõ tais exẽplos... trecho entre colchetes em B.

386: ...tãtas vezes no anõ, & [tantas vezes] recebendo... trecho entre colchetes em B.

príncipe bõ xpaõ se me represêta a vêtaiem q nossa fée tẽ, as seitas & falsas Religioins q
390 foraõ, & saõ ao presête, porq de quãtos pñicipes & Emperadores nellas ouve, naõ se le
aver algũ, a q a obrigaçaõ de sua relligiaõ fizesse taõ humilde & taõ sugeito como saõ os
nossos, os quais vêdose de hũa parte rodeados de tantos criados & servidores, cõ tâto
resguardo, & acatam^{to} a suas p^{as} q os olhos naõ empregaõ ã outro obiecto senaõ ã os do
príncipe pa q acenãdo, os seus ja executẽ naõ som^{te} o q dizẽ, mas o q advinhaõ q querẽ.
395 E da outra posto de juelhos diante hũ pobre relligioso seu confesor, & de tal m^a posto q
naõ som^{te} lhe diz as culpas & peccados q cometeo, mas o pensam^{to} q teve ou tẽ de as
cometer pedindolhe sobretudo penitẽcia, & castigo delles taõ obidiẽtes, & aparelhado ao
comprir quãto saõ seus vasallos a lhe obedecer, som^{te} nisto saõ differẽtes, q elle o faz de
coraçã, & os seus m^{tas} vezes de má võtade fingindo a boa, por lhe ganharẽ a sua. Cousa
400 he certo de m^{ta} admiracaõ võtade de tantos obedeçida, obedeçer a hũ suo, sogeitarse a hũ
homẽ aquelle a q tantos saõ sugeitos reduzirse a hũ só lugar hũa Iurdicaõ taõ estẽdida p
R^{nos} & provincias, pois notorio he a todos como ja disse quãto V A frequẽta este acto de
humildade, deçẽdo tâtas vezes de seu estado aos pés de seu confesor, naõ esquecida dõde
vim, & mui lembrada p onde vay, passando sua vida cõ tâta tẽperãca, q se algũ exerciçio
405 fora destes aceita naõ he fundado senaõ em louvor de ds, ou dõde posaõ nacer occasioins
de o servir, porq deixada a caça, a q m^{tas} pñicesas ã outros R^{nos} tâto se daõ V.A comprẽde
os altos misterios do sol da iust^a cõ aquella aguia, de mais subida altenaria q penetrou os
Raios do verdadr^o lume õde nhũa prumaiem de aves chega, por andar sẽpre esta garca taõ
estrelada, q a naõ filhaõ senaõ os q tem sua conversacaõ nos ceos, & em lugar de cains, q
410 desasosegaõ as alimarias tirandoas de seus gasalhados, penetra cõ a sagaçidade &
ligeireza de seu spirito os cavados das pedras desẽcovãdo aquella fermosa põba de
Salamaõ q he a graça do spirito sancto & os sentidos da scriptura verdadr^o mãtim^{to} da
alma. E quãdo o tpõ lhe naõ da lugar a esta sãta, caça, porq hũ ha de semear & outro de
colher gasta estes intervalos no exercicio da Musica siguõdo o real profeta david q cõ sua
415 viola espãtava o spirito mao, q atormẽtava ElRey saul, levãdo no discurso de sua vida tal
ordẽ & proporçaõ, cõ q o demonio imigo della foie para onde naõ ha senaõ desordens, &
horrores ppetuos: E tâto fruto tẽ V A colhido das letras q achando nellas quaõ spiritual

404: [naõ] = falta em B.

405: [fundado senaõ] = [senaõ fundado] em B.

406: [tãto se daõ] = [saõ inclinadas] em B.

413: [sãta] = falta em B.

cousa he a musica tão alevãta os coracoins pa o ceo, nella se exerçita como fizeraõ mui graves filosofos q vêdo a ordẽ dos ceos, & dos elemẽtos, & a symetria destes dous
420 mũdos grãde & piqueno, & asim como todas as cousas eraõ compostas p hũa certa medida
disseraõ q suas continuas voltas cõ q rodeaõ o mũdo fazẽ hũa mui suave musica de q
nossos sentidos saõ incapazes por exceder sua potẽcia, atribuĩdo a cada hũ suas vozes
agudas & graves, & os platonicos disseraõ q nossa alma era cõmposta de proporcoins de
musica, por õde se deleitava tão cõ ella. E asim parece q sintindo os anjos a conveniẽcia
425 q nossa alma tẽ cõ a ordẽ da musica, cõ ella nos deraõ as novas do nacim^{to} do f^o de ds, de
q o mũdo estava taõ deseioso, cantãdo cõ suave melodia, nẽ sã causa o spirito sancto
ordenou q cantãdo se celebrassẽ os officios divinos pa nossa alma os poder melhor
comprehẽder, ordenãdo asim mesmo instrum^{tos} cuia melodia inflamasse nossos sentidos
ẽ amor de Ds, como saõ orgaõs, q ainda na ordẽ de suas frautas imitaõ a dos anjos q no
430 ceo impirio tẽ suas preçedẽcias, ordenadas por ds, a differẽça dos quais concerta em
aquella ordenada cõposicaõ de Esaias q sã cesar cantaõ diãte da divina mag^{de}. E por a
musica ser cousa quaõ divina como he nũca se le q a Igreja de ds estivesse sã ella, asim
no tpõ da lei da scriptura pasado, como no da graça presẽte, t^a he aquella trõbeta q no dar
da dita ley retũbava pollas fraldas do mõte synay, & as q derribaraõ os muros de jericò,
435 & asim os pandeiros de M^a irmã de Moises cõ os mais estrumẽtos q sãpre ouve asim no
tabernaculo como no tẽplo: E elRey David quãdo repartio os officios dos levitas lemos q
ordenou 4000 delles cuio officio he tãger orgaõs, chea esta a scriptura de m^{tos} exẽplos,
porq claram^{te} consta deleitarse ds cõ a Musica, a qual os homẽs levaraõ a guerra vêdo

417: [tãto] = [& quanto] em B.

419-420: [& dos elemẽtos, & a symetria destes dous mũdos grãde & piqueno, & asim como todas as cousas eraõ compostas p hũa certa medida] = falta em B.

429: [ẽ amor de Ds] = falta em B.

431-432: ...da divina mag^{de} [de Deos]. E por a musica... trecho entre colchetes em B.

433: t^a = abrev. de testemunha.

434-437: Em A: [& as q derribaraõ os muros de jericò, & asim os pandeiros de M^a irmã de Moises cõ os mais estrumẽtos q sãpre ouve asim no tabernaculo como no tẽplo: E elRey David quãdo repartio os officios dos levitas lemos q ordenou 4000 delles cuio officio he tãger orgaõs]. Em B: [testemunhas saõ os timpanos, & pandeiros de Maria, irmã de Moyses, com que tanto festejou o naufragio dos Egypcios, & vencimento dos Iudeos, & assi as trombetas de Hiericò, com a musica dos quais os seus muros, como adromecidos, se deixavaõ cair na terra. Pois vindo ao tabernaculo, & ao templo de Salamaõ, sempre nelles ouve estromentos de musica, com que os sacrificios se celebravaõ, que David tanto encomendava nos seus Psalmos, o qual levando a Arca do Testamento para Hierusalem, de que no principio fiz mençaõ, diz a Escripura, que elle, & o povo de Israel dançavaõ diante della, cantando, & tangendo, violas, psalteiros, trombetas, & outros estromentos. E o mesmo Rey David, quando repartio os officios dos Levitas lemos, que ordenou quatro mil delles, cujo officio fosse tanger orgaõs].

quãto podia em todas as cousas, ordenãdo trôbetas, & outros estrom^{tos} cõ q os homês &
440 oscavalos cobrassẽ esforco no rõpim^{to} das batalhas & no andar & proçeder dos
esquadroins guardasẽ a ordẽ q ella ã si tem. E os q no exercicio da caça se deleitaõ tãbem
entenderãõ q ate aos brutos animais chega a docura & conhiçim^{to} da musica, como diz
strabaõ dos Elefantes, & plinio dos cervos q hũs cõ cantigas & pãdeiros, & outros cõ
445 frautas pastoris se amãsaõ, cousa notoria he & mui sabida o q conta Herodoto & outros
autores dos golfinhos, q saõ taõ dados a esta deleitacaõ q o grande musico Arion foi livre
do naufragio do mar p hũ golfinho q o salvou conhecendo o ser aquelle cuia voz ouvira ã
o navio q seguia, & naõ se acha gẽte q naõ tenha sua musica, como entre nos os Ethiopes,
& os rusticos a quẽ naõ faltaõ suas gaitas, ãfim q em todas as criaturas consideradas usaõ
de suas musicas, como os vêtos tẽperados do veraõ, nos golfinhos, nos pasarinhos, q por
450 isso prẽdẽ: dõde naceo a meu juizo figirẽ os poetas q orptheo levava consigo, os homês &
brutos animais cõ as arvores, & rios dãdo a ãtẽder quaõ geral he a forca da musica q em
todas estas cousas tẽ jurdicaõ. E vïdo aos corpos humanos q cousa he a saude senaõ hũa
concordãcia dos 4 humores, da discordia dos quais q se segue senaõ enfermidades & mãs
disposicoins. E acerca dos dotes corporais a graça q mais he & fermosura do rosto q hũa
455 conveniẽte proporcaõ dos mẽbros & [desẽperados?] humores, q contẽ em si ordẽ, modo,
& figura, na ordẽ os intervalos das partes, no modo a quãtidade dellas, na figura as cores,

438-439: Em A: [a qual os homês levarãõ a guerra vẽdo quãto podia em todas as cousas]. Em B: [a qual por experiencia se vẽ tem muito grande força nos corações dos homês; por onde os que della tiverãõ conhecimento, vendo quanto podia em todas as cousas a levarãõ à guerra].

443: [& pãdeiros] = [& timpanos] em B.

447: ...& naõ se acha gẽte [por barbara que seja] q naõ tenha sua musica... trecho entre colchetes em B.

447-450: Em A: [como entre nos os Ethiopes, & os rusticos a quẽ naõ faltaõ suas gaitas, ãfim q em todas as criaturas consideradas usaõ de suas musicas, como os vêtos tẽperados do veraõ, nos golfinhos, nos pasarinhos, q por isso prẽdẽ:]. Em B: [mã, ou boa, segundo o que quada hum della alcança, como vemos em toda a terra de Ehiopia, cujos naturais entre nõs saõ testemunhas desta verdade, levando ordem, & cõpasso em seu tanger, ainda que seja barbaro, & os rusticos do campo, a que naõ faltaõ suas gaitas. Que posso dizer dos passarinhos, cuja melodia tanto deleita as orelhas dos homês, que os tẽ encarcerados, e prezos para este fim. Entre os quais se bem olhamos a differença das vozes, & armonia, que o reixinol faz com sua garganta, que Plinio por outra tanta diversidade de palavra explicou, acharemos, que todas as proporcoẽs da musica estaõ encerradas no papo de hum tam pequeno animal, como he este passarinho Nem as agoas parece, que carecem deste sentido nos rumores, & roncõs estropidos, que por entre os fexos, & pedras dos rios vãõ fazendo, que a nossos sentidos causaõ deleitacaõ, & saudade. E assi mesmo nos ventos temperados do Veraõ com os zunidos, que fazem, movendo as folhas das arvores, tambem se acha hũa certa semelhança de musica.].

454: ...disposicoins. [Nos tẽpos do anno naõ he claro, que quando as quatro qualidades primeiras guardaõ entre si boa, & ordenada temperança, que se faz hũa excellente musica tam necessaria à vida dos homês como saõ boas novidades de mantimentos. E quando saem fóra daquela regra, para que foraõ criados, naõ fazem ellas Sol, quãdo se dezejava chuva? & chuva, quando he necessario Sol, com que os ares corruptos causaõ pẽstes, & outras infirmitades, assi na gente, como nos animais necessãrios.] E acerca dos dotes... trecho entre colchetes em B.

455: [dos mẽbros & [desẽperados?] humores] = falta em B.

& os traços das quais cousas entre si bẽ ordenadas resulta hũa certa harmonia apartada da materia a q chamamos fermosura, a qual segũdo os filosofos denota a bõdade das virtudes interiores da alma. E não sẽ causa salamaõ tanto louvou em nossa sr^a a fermosura corporal,
460 porq olhadas bẽ as obras de ds asim as spirituais como as corporais todas saõ cheas de fermosura q respõdẽ ao autor & criador dellas; o q david quis significar quãdo disse q a fermosura estava diãte de Ds, & quãto estas obras se alevãtaõ da terra & se chegaõ nella tãto mais aparece este divino dõ nellas: A quẽ não fara mui grande admiracaõ a fermosura do sol de q nossa vista he incapaz, vẽdo como estende seus raios polla redõdeza do mũdo
465 fazẽdo taõ fermosa variaçaõ de ervas flores, & sõbras cõ q a terra esta taõ graciosa & oufana no veraõ: quẽ se não espãtara do respãdor dourado das estrellas? da claridade da lua & de toda a pintura do ceo. E deleitarse ds cõ a fermosura claram^{te} se ve no ornam^{to} asim do tabernaculo como do tẽplo q de tantas pinturas & riquezas de ouro & prata mãdou ãnobreçer, dõde vẽ q o homẽ por ser criado a imagẽ & semelhãca de ds naturalm^{te}
470 avorreçe as cousas feas E por esta razaõ se defendeo Ds no testam^{to} velho q ainda se guarda ã o novo q os homẽs maculados ã o rosto de algũa deformidade notavel, não pudesẽ usar do offiçio dos sacerdotes & não he pouco de estimar esclarecida pãcesa este dõ & graça natural q nosso sõr ouve por bem taõ particularm^{te} lhe conceder & de q tãto a quis dotar: posto q V. A della não faca cõta, porq como acima disse, os sinais de fora
475 polla maior parte arguẽ a bõdade do animo, de q Aristoteles, & galeno fizeraõ seus pronosticos, A mesma razaõ ensinou aos pintores, fazerẽ os spiritos maos taõ feos dãdo a

459: ...tanto louvou [na Sacratissima Virgem] em nossa sr^a... trecho entre colchetes em B.

461-462: ...quãdo disse q a [confissaõ &] fermosura... trecho entre colchetes em B.

470: ...as cousas feas [Esta natural inclinaçaõ se vẽ melhor nos minimos, em que inda o uzo da razaõ he fraco, a cerca dos cocos, & medos, com que os acalentaõ suas amas, que não saõ outra cousa, senã hum qualquer vulto sem ordem, & proporçaõ, o qual medo não tem dos que lhe mostraõ bem feitos, & proporcionados] E por esta razaõ... trecho entre colchetes em B.

470: [Ds] = falta em B.

471: [maculados] = [manchados] em B.

entêder por seu rosto suas obras dôde naceo o proverbio, guardevos ds do homê mal
 asinalado, tâbê parece q as leis a isto tiveraõ resp¹⁰ quãdo ordenaraõ maiores penas nas
 feridas do rosto q nas de qualquer outra parte do corpo carregãdo mais a maõ nas
 480 deformidades delle pois vindo aos effectos da fermosura, cõ ella livrou Judich sua terra,
 Abigail seu marido, Hester o povo dos judeus: porq Judich fermosa judia cõ nhuãs outras
 armas livrou sua patria do cruel cutello de Holophernes sernaõ cõ as q lhe deu a natureza,
 o q grãdes esquadroins de gêtes naõ puderaõ fazer a graça de hũa so molher acabou: a R^a
 Hester sendo de baixa linhaiem cõ sua fermosura naõ subio ao estado Real! nacêdo cõ
 485 ella a crueza delRey Artaxerxes, cõ q remio o povo de Israel. Abigail cõ a sua naõ livrou
 seu marido Nabal da ira delRey David. Bersabe pellos mesmos degraos naõ mereceu ser
 may de salamaõ figura de nosso redêptor: quẽ livrou Italia dos fortes exercitos, & grãdes
 crueldades de Anibal, senaõ a fermosura de hũa moça de Capua, por estas & outras m^{tas}
 razoins era taõ estimado dos antigos este dô q lhe deu occasiaõ pa fingirẽ q medusa
 490 tornava os homês em pedras, por taõ alto grao de fermosura, q transportava, & fazia
 alheos de si os q aviaõ & tinhaõ por mao agouro topar cõ cousas feas. Como o Emperador
 Adriano q disse ser chegada sua fim por encõtrar hũ mouro, & algũns filosofos
 platõnicos disseraõ q a fermosura era dô de Ds o q entre nos o proverbio comũm^{te} se diz,

476: ...pronosticos, [O mesmo respeito teve o Spirito Santo nas vistiduras dos Sacerdotes, cuja virtude, como avia de ser espelho para os outros, assi trouxessem habito conforme ao que delles se presumisse, como o rochete, `q significa a inocencia dos Bispos, a Mitra divisa em duas partes, a sciencia dos dous Testamentos, & e anel a cruz, a coroa, & assi as outras insignias (por me naõ deter nellas) todas tem suas significaçõs, denotadas por estes ornamentos exteriores.] A mesma razaõ... trecho entre colchetes em B.

477: [dôde naceo o proverbio] = [de que entre nòs nasceo hum proverbio, que diz] em B.

480-488: Em A: [pois vindo aos effectos da fermosura, cõ ella livrou Judich sua terra, Abigail seu marido, Hester o povo dos judeus: porq Judich fermosa judia cõ nhuãs outras armas livrou sua patria do cruel cutello de Holophernes sernaõ cõ as q lhe deu a natureza, o q grãdes esquadroins de gêtes naõ puderaõ fazer a graça de hũa so molher acabou: a R^a Hester sendo de baixa linhaiem cõ sua fermosura naõ subio ao estado Real! nacêdo cõ ella a crueza delRey Artaxerxes, cõ q remio o povo de Israel. Abigail cõ a sua naõ livrou seu marido Nabal da ira delRey David. Bersabe pellos mesmos degraos naõ mereceu ser may de salamaõ figura de nosso redêptor: quẽ livrou Italia dos fortes exercitos, & grãdes crueldades de Anibal, senaõ a fermosura de hũa moça de Capua]. Em B: [por ficar danada aquella parte com que os homês aprazem, ou desaprazem aos olhos dos outros. E descêdo aos particulares effeitos da fermosura acharemos tantos exêplos a cerca dos proveitos, `q della resultaraõ, `q naõ bastaõ palavras para os cõprender. Como os Iudeos a fermosa Iudic, a qual com nenhũas outras armas livrou sua patria do cruel cutello de Holofernes, senaõ cõ a `q lhe deu a natureza, & o que grandes esquadroẽs de gente fazer naõ puderaõ, a graça de hũa mulher acabou. A Rainha Ester sendo de baixa linhagem, com sua fermosura naõ subio ao estado Real? Vencendo com ella a crueza delRey Artaxerces, com que servio o Povo de Israel. Abigail naõ livrou com a sua seu marido Nabal da ira delRey David, merecendo depois o ajuntamento real, a que foi chamada por matrimonio? Betsabe pelos mesmos degraos naõ subio a esta cadeira? Merecendo ser may de Salamaõ, figura de nosso Redemptor IESV Christo? Quem livrou Italia dos fortes esquadroẽs, exercitos, & grandes crueldades de Anibal, senaõ a fermosura de hũa moça de Capua, desbaratando com seu poder aquelle, que as forças de todo o povo Romano vencer naõ puderaõ.].

488: [m^{tas}] = falta em B.

a quẽ Ds quer bem no rosto lhe deu: m^{tas} cousas pudera dizer acerca disto, mas como V.
 495 A della faz taõ pouco fundam^{to}, polla fazer maior das q tenho feito mēcaõ & doutras a q
 meu etēdim^{to} naõ chega naõ fallarei mais dellas: Mas porq a opiniaõ q todos geralm^{te} asim
 nestes R^{nos} como nos estranhos tẽ de V.A concebida, & a esperãca q daõ de si os sinais q
 nella resplãdecẽ de grãdes cousas lhe naõ impida o cõtētam^{to} dellas vẽdo q he molher, naõ
 deixarei de dizer quaõ habil, & sufficiẽte sēpre foi o engenho das molheres pa grãdes
 500 empresas começadas cõ grãde esforco, & ousadia, & acabadas cõ m^{ta} descripçaõ &
 prudẽcia porq como diz Hieronimo as virtudes haõ de ser pesadas ã o animo & naõ ã a
 condicaõ da natureza, clara cousa he comecando das letras q naõ som^{te} se igualaraõ cõ os
 homẽs nesta faculdade mas ainda lhe levaraõ m^{ta} avētaiẽ, como as dez sylabas q os
 doutores da Igreja tãto celebraõ, por m^{tos} anõs antes da ãcarnacaõ de ds deixararẽ
 505 profetizado este misterio, de cuios livros os Romanos fizeraõ tãto fundam^{to} q os tinhaõ
 ãcerrados como grãde tisouro pa os casos duvidosos & perigos de sua Repub. Neste
 numero podemos cõtar Casandra troiana cuias letras & saber se fora de seus naturais
 conhecido nũca se pderaõ, nẽ deraõ tãto q escrever a Homero, se viermos à magica, naõ
 nos faltaraõ, Circes, & Medeas, q fizeraõ mais milagres nesta sçiẽcia q Zoroastes q a
 510 invētou, se à medicina acharemos brella, & Therbiza irmaãs da R^a libuza Boemias, hũa
 mui douta, no conhicim^{to} das ervas, & outra na sçiẽcia da Astrologia, se à filosofia Theano
 molher de pytagoras, & Dama sua f^a expositores das obscuras sētēcas do pay, & marido,
 E Diotima disçipula de socrates, Mãtinea, & philesia disçipula de plataõ, gemina
 amphiclea, & temistes taõ louvada de lactancio, & as outras de plotino, & deixando as
 515 gentias, quẽ deu mais augmēto a Igreja de Christo cõ suas letras q a santa virgẽ catharina,
 vençendo a doutrina de tãtos philosophos, ã actos & conferẽcias publicas, sopeando cõ seu
 martirio as forcas do Demonio, merecendo taõ hõrrada sepultura fabricada p maõs
 angelicas, como he a q tẽ no mõte synai, õde ds deu a ley scripta a Moises. parece q por
 aquelle mõte ser de sciencia pmitio nosso sõr q nelle fosse enterrada esta santa Virgẽ q

492: [mouro] = [negro] em B.

492: ...por encõtrar hũa mouro, [E naõ calarei a graça de Phylpomenes, singular Capitaõ Grego, que por ter pouca no rosto lhe mandou hũa mulher fazer o fogo, parecendolhe, que em tam fraca pessoa, naõ podiaõ jazer tamanhos espiritos.] & algũs philosophos... trecho entre colchetes em B.

496: ...meu etēdim^{to} naõ chega [por serem de tal qualidade, que as naõ põde entender, senaõ quem as tem:] naõ fallarei mais... trecho entre colchetes em B.

501-502: [& prudẽcia] = falta em B.

502: Em A: [clara cousa he comecando das letras]. Em B: [E comecando das letras, clara cousa he].

506-507: ...de sua Repub. [o que naõ fizeraõ dos livros de Plataõ, Aristoteles, Xenophonte, & de outros authores, que sem chaves andaõ pelas maõs das gētes, como cousa, que muito naõ relevava sua perda] Neste numero podemos... trecho entre colchetes em B.

520 tanta parte teve em todas, especialm^{te} naquella q manou do dito lugar sagrado de sua
sepultura, tãbẽ podemos contar 4 f^{as} de felippe Evãgelista q nas letras divinas & graca de
profecia floreçeraõ cuio spirito ds não reprovou pois fallou polla bocca de tãtas mulheres
quãtas ouve q mereçeraõ este nome de profetas como M^a irmã de Moses, Delbora, Olda,
Ana prophetissa, santa Elisabeth, & outras: Na poesia & oratoria podemos contar Amesia,
525 Androgina, Hortêsia, Lucera, Valeria, Copiola, Sapho invẽtora destes metros, Corinna,
Cornificia Romana, Erimna, Telia chamada Epygramatista, Sẽpronia de q Salustio cõta
tãtas habilidades Calphurnia nomeada entre os Iuresconsultos, quẽ formou a eloquẽte
lingua dos gracos senaõ Cornelia sua may polla qual razaõ quintiliano instituiu nos seus
preçeitos q as amas dos mocos criados pa oradores fossẽ discretas & elloquẽtes, porq
530 dellas aprẽdemos a fallar, & socrates julgado pello oraculo de Apollo por amor sabedor
dos mortais, sendo ja velho, nos quais o saber he mais crecido não aprendeo algũas cousas
de Aspasia! E Apollo theologo de priscilla? Delbora mulher de labidod prudẽtiss^a como
lemos nos livros dos juizes não governou hũ tpõ o povo de Israel? a qual por lhe barach
desobedecer sendo eleita por capitã do exercito não alcançou victoria mortos & vencidos
535 os imigos? não lemos q a R^a Attalia governou entre os judeos o R^{no} por espacio de 7 anos:
E semiramis de quẽ ja fiz mẽcaõ dipois da morte do marido não governou o R^{no} 40?
edificãdo hũa taõ nobre cidade, & taõ soberba como foi babilonia de Mesopotania. As R^{as}
chamadas candaçes poderosas & prudẽtiss^{as} não governaraõ m^{tos} tpõs seus R^{nos} de q
Josepho conta tãtas maravilhas & se faz mẽcaõ nos actos dos Apostolos: A R^a sabba de
540 quẽ ja fallei p taõ longos caminhos não foi ouvir a sabedoria de salamaõ, a qual ha de
condenar os doze tribus de Israel no dia da ira do sõr. Theonites sapientiss^a femea nas
pregũtas q propos a ElRey David não deu grande sinal de seu saber! pois nas armas
notoria cousa he quãtos R^{nos} quãtas provĩcias & cidades conquistaraõ, & edificaraõ
mulheres como as Amazonas, Thomiris, Dido, Valasca de q ja fallei entre as quais
545 contaremos Camilla da geraçã dos Volscos, & Arthemisia q senhoreou os Rhodios,
tomãdolhes a Ilha, na qual edificou aquelle taõ celebrado sepulchro Mausoleo contado
por hũ dos sette millagres do mũdo? E poncella de frãca de q já fiz mẽcaõ em memoria
da qual no ducado de Orliains não esta oje ã dia alevãtada hũa statua ã põte do Rio
loyre? Das sabinas cousa vulgar he q não temẽdo as armas dos pies & maridos se meteraõ
550 entre os golpes de suas espadas, & os amãsaraõ fazẽdo ppetua paz & liãça ãtre hũs &

523: irmã de Moses, [de quẽ ja falei] Delbora, Olda... trecho entre colchetes em B.

524: [& oratória] = falta em B.

525: [metros] = [versos] em B.

outros. De q excellête capitaõ & singular philosopho se podê cõtar maiores cousas das q
contra Trebellio pollio da R^a Zenobia de cuiõ triumpho tãto se prezou o Emperador
Aureliano? o qual dizia q as victorias q odenato ouvera dos psas, nã se podiaõ atribuir
555 senã ao esforco & prudêcia da R^a dita sua molher, cõ temor da qual como conta o mesmo
autor, os Arabios, sarracenos, Armenios, nã ousaraõ a tomar armas, & dipois q seu
marido morreo governou o Imperio ã nome de seus f^{os}, p m^{tos} anõs, vestido armas,
governãdo exercitos, andãdo a pé longos caminhos por esforcar sua gête, & foi taõ docta
na lingua grega, q recapitulou a Historia Alexãdrina, & oriẽtal, & fez m^{tas} obras q
560 Nichomacho traduzio, & quãto a fama q homẽs ouve q a deixassẽ de si mor q Europa,
Asia, & libia de cuiõs nomes estas tres partes do mũdo tomaraõ os seus? q saber mais
vario & coracaõ mais esforcado se poderia achar ã homẽs q o de cleopatra R^a do Egypto?
q constãcia maior q a de panthea de q conta Xenofõte, a q a p^a & grãde monarchia delRey
Cyro nã puderaõ cõmover q quebrasse a fẽ matrimonial a seu marido Abradatas? qual
castidade se igualara cõ a de lucrecia q estimou mais a dor de lhe ser forcosam^{te} roubada,
565 q a morte, ou cõ a da R^a Dido defamada p Virgilio: Entre as quais se pode contar na
mesma virtude Argia molher de polynices Tebano Iullia de põpeio, portia de Catam,
Cornellia de Graco, o de q ja fallei ã outro genero de virtudes, Mesalina de sulpicio,
Hypsicratea molher delRey do põto, sulpicia de lentulo, E a R^a libusa q enquãto tpõ ella
só governou o R^{no} de boemia nã se viraõ as guerras & danos q dipois da sua morte se
570 siguiraõ, a just^a & bõ regim^{to} da qual foi causa de lhe fazerẽ escolher marido o qual posto
q fosse taõ sigular como aquelle primislaõ, q do arado ella chamou pa o R^{no}, todavia foi
vẽçido das mesmas molheres ã batalha a qual libusa como diz Eneas sylvio, era grãde
sabedora nas sciẽcias divinas, & humanas, q facanha mõr ã homẽs esforcados pode ser da
que fez claudia freira da ordẽ Vestal q saindo do mostr^o por socorrer a seu pay, q os
575 tribunos queraõ lancar do carro ã que hia triũphãdo o tomou nos braços, & o sustẽtou de
tal modo q como diz Valerio Maximo o pay cõ ajuda da f^a chegou ao Capitolio cõ seu
triumpho, & ella ao mostr^o cõ sua victoria: Que exẽplo de piedade mor do q conta o
mesmo autor de duas mocas, hũa q dava de mamar a sua may escõdidam^{te} no carcere onde
o carcereiro por lhe nã dar a morte q lhe mãdaraõ movido de piedade determinou de a

560: ...tomaraõ os seus? [& as sciencias fingiraõ os antigos, mulheres, & nã homẽs] q saber... trecho entre colchetes em B.

562: p^a = abrev. de primeira.

565: ...defamada p Virgilio: [Nã faltaraõ a estas animo para se matarẽ, & constancia, fẽ, & castidade, `q ã poucos homẽs se acha]. Entre as quais se... trecho entre colchetes em B.

571: [chamou] = [escolheo] em B.

580 matar a fome. E da outra q pello mesmo modo mãteve seu pay Cymõ cuia p̃tura naquelle
tẽpo era fermosa cousa de ver ã Roma hũ homẽ m¹⁰ velho pendurado do colo de hũa moça
sua f^a mamãdo em seus peitos o leite q gerou, do qual carcere se fez hũ tẽplo dedicado a
piedade por razã da q tiveraõ estas mocas cõ seus pais. E por experiẽcia se ve o q diz
Aristoteles nos livros dos animais terẽ as mulheres mais graos nesta virtude q os homẽs
585 o q salamaõ confirma, dizendo, onde naõ esta molher geme o enfermo: porq assim como
os homẽs em sua Iffãcia saõ alimẽtados cõ o leite taõ substãcial das molheres q os
enfermos restaura, & criados cõ dilligẽcia de suas mãs, & afagos de suas palavras
apropriadas aquella fraca idade das crianças, assim hũ enfermo na fraqueza & debilitaçã
dos mẽbros tornado aos primr^{os} dias de sua criaçã, parece q a cura da molher lhe da mais
590 descãso como quẽ se acha na patria & natureza onde naceo. Vindo às cousas da fé lemos
q por homẽs foi nosso redẽptor acusado, p homẽs vẽdido, p homẽs cruçificado, p homẽs
negado, & dos homẽs desãparado, so as mulheres te a cruz, te o sepulchro, o acõpanharaõ
tornãdo a elle di noite pdido o temor dos q o guardavaõ cõ cheiros oriẽtais pa lhe ungirẽ
seu corpo. E a magdalena q nesta parte mais mereçeo, cõ suas pseveradas lagrimas, naõ
595 foi a que pedio aos Apostolos Alvisaras da sua resurreicaõ por ser a primr^a a q apareçeo.
E ainda a molher de pillatos sendo gentia trabalhava cõ seu marido por lhe escusar a
morte: dipois da qual quẽ estẽdeo mais sua fẽ, assim cõ doctrina como martírio, q foi mais
eficaz ã augm¹⁰ q as molheres? padecendo por ella tãtos gẽneros de tormẽtos quãtos a
crueldade dos tiranos invẽtou pa lha fazer negar. T^{as} saõ os dẽtes de sancta Apollonia: as
600 tetas de s. Aguila, os olhos de santa luzia & as agudas navalhas q cortaraõ a carne da bẽ
avẽturada Virgẽ Catharina, quãtos mẽbros espedacados, quãtas cabecas cortadas, quãtos
corpos de molheres assados, celebra cada anõ a sancta Madre Igreja: qual esquadraõ de
homẽs taõ unido ã charidade taõ armado de fẽe se ajũtou debaixo de algũ capitaõ como
lemos de onze mil virgẽs q seguĩdo a cruz de santa Ursula todas morreraõ por aquelle q
605 nella por ellas padeçeo, cousa de espãto he & de mui grãde admiracaõ ãtre tãtas mil
molheres, naõ se achar hũa a q o temor dos tormẽtos alheos presẽtes a seus olhos fizesse
mudar de seu sancto proposito, como se vio ã taõ piqueno numero de 40 martires hũ delles
negar a fẽ, & em outro m¹⁰ menos, hũ vẽder seu mestre, outro o desconhecer, & finalm^{te}

578: [sua may] = [seu pay] em B.

579-580: [a matar] = [o matar] em B.

595: [Alvisaras da sua resurreicaõ] = [alvisaras da Ressureiçaõ de Christo?] em B.

597-598: [q foi mais eficaz ã augm¹⁰ q as molheres] = falta em B.

599: [Apollonia] = [Luzia] em B.

599-600: [as tetas de s. Aguila, os olhos de santa luzia] = falta em B.

610 todos o desêpararê, som^{te} as molheres como ja disse q pseveraraõ cõ elle te a morte &
tiveraõ sêpre tanta constança na fê, em q hũa vez creraõ, q nũa se le apostatar Helena
ou outra algũa R^a xpaã, como Iuliano Emperador & outros, nê naçer dellas algũa Eresia
como dos homês, de ãtre os quais tâtas se levãtaraõ, & se alevantaõ cada dia contra a
verdadr^a & catholica fe: A qual falleçendo ã todos na morte de christo segũdo afirmaõ os
615 theologos, ã nhũ homê ficou plãtada som^{te} em a sacratiss^a .virgẽ M^a nossa senhora remate
de todo louvor das molheres, pois q ds eterno, imenso, õnipotẽte de cuia grãdeza o mũdo
he incapaz, nhũ lugar lhe foi taõ açeito quando a elle veio como o santiss^o vẽtre desta
snõra. Alevãtẽ logo os sintidos todas as molheres conçebaõ ã si hũa humilde soberba, hũa
virtuosa presũcaõ, & gloria de sua natureza q ds fez digna, & mereçedor de tâta hõrra
quãta nũa homê puro teve neste mũdo nê tera no outro. Certam^{te} q he cousa de tal
620 maravilha qual ella foi, ver aquelle taõ deseiado do mũdo taõ denũciado dos prophetas,
taõ esperado das gentes, taõ venerado dos anios, taõ temido dos demonios, & snõr
universal da natureza angelica & humana, chamar a hũa molher may, & ella f^o ao verdadr^o
ds q a fez, & naõ sê causa a Igreja ã suas oracoins rogãdo pollas molheres diz Intercede
pro devoto femineo sexu, atribuindolhe este Epiteto de devacaõ & amor de ds. Como mui
625 proprio & natural a ds, & se agora quisese contar as finezas q ã diversos generos de
virtudes fizeraõ molheres, como as Lacedemonias, Milesias, & thebanas, faltarmehia o
tpõ, & naõ os feitos & obras q acabaraõ, cheos estaõ os livros de todos ellas porq ainda
pa subir ao sũmo põtificado, lhe naõ falleceraõ artes & saber como lemos de Joane papa
ingres de nacaõ q sendo molher governou a igreja de ds espaco de tres anõs, & a governara
630 mais tpõ senaõ fora descuberta: E pois claram^{te} se ve pellos exêplos q mais me represẽtou
a memoria do q os busquei, quãtas molheres floreçeraõ em todo o genero de letras, nas
armas administracaõ de R^{nos}, fundacaõ de cidades, & obras miraculosas na constãcia da
fé, padecim^{to} de martirios por ella, nas virtudes da castidade, piedade, & misericordia, &
asi ã todas as outras ã q naõ som^{te} se igualaraõ cõ os homês mas em muitas o exçederaõ,
635 & como nhũ puro homê pode ser comparado por mais graos de graça q tivesse cõ a melhor

612: [tãtas] = falta em B.

616-617: [como o santiss^o vẽtre desta snõra] = [como o ventre virginal desta Virgem Sacratissima] em B.

625: [& natural a ds] = [& natural seu dellas] em B.

627: [& obras] = falta em B.

627-630: [porq ainda pa subir ao sũmo põtificado, lhe naõ falleceraõ artes & saber como lemos de Joane papa ingres de nacaõ q sendo molher governou a igreja de ds espaco de tres anõs, & a governara mais tpõ senaõ fora descuberta] = falta em B.

dellas merecendo sua natureza louvor sobre todos os louvores angelicos & humanos, q
razaõ avera pa ser mais estimado o mãdo dos homens q o das molheres maiorm^{te} o de V.
A a quẽ tãtas & taõ boas partes a clemẽcia divina deu q em mui poucos homens por
consumados q fossẽ se poderiaõ achar: Agora se nos represẽta illustriss^a prinçesa a todos
640 seus vasalos o tpõ da R^a sabba ou Candicis, em V. A se renovara a memoria das
esforcadas, castiss^{as} & prudẽtiss^{as} R^{as} Artemisia, & Dido & de todas quãtas ãnobreçeraõ
seus nomes cõ suas obras nella so veremos jũtas as virtudes q nestas andavaõ apartadas:
A R^a santa cuios ossos tẽ Coimbra, & sua alma a gloria de ds morta sera viva ã V. A: E
pa isto ser asim q menos pode fazer como disse no pñcipio desta oracaõ f^a de tal pay, &
645 de tal may, irmã de tais irmaõs, neta de tais avõs, sobrinha de tais tios todos Reis, R^{as},
Emperadores, prinçipes, Iff^{tes} de q toda a Repub. christã he chea na juridicaõ secular, &
prouvese a ds q asim o fosse na Ecclesiastica, q naõ falleceria ã vossa linhãẽ mui alta
pñçesa quẽ estẽdesse a fẽ pollas partes septẽtrionais como fizeraõ pollas oriẽtais,
meridionais, & do occidẽte pois q della naceo, o sereniss^o pñçipe, & R^{mo} snõr Iff^{te} dõ
650 Enriq vosso irmaõ, cuia virtude sanctos costumes, & puriss^a limpeza de vida nos
represẽtaõ ã nossos dias o grãde gregorio, basilio, ou Augustinho, naõ averia ã nossos
tẽpos luteranos, obedeçeria ao sũmo põtifice, boemia, reduzirsehia grecia cõ todas suas
misturas, de jacobitas, Georgianos, Armenios, & Abexins, & quãtas diversidades de
heresias ha pollo mũdo cesariaõ: Tornãdo ao proposito este seu povo & vasalos, posto q
655 ã quantidade seiaõ poucos, & naõ enchaõ a medida dos mericim^{tos} de V. A pois q grãdes
Imperios & R^{nos}, demãda sua prudẽcia & alto naçim^{to} agora com serẽ seus sera maior seu
nome, & os servicos q os mais delles fizeraõ a elRey vosso pay de gloriosa memoria: E a
ElRey vosso irmaõ n. s. asim em sua casa na paz, como fora della na guerra, se por vẽtura
andavaõ apagados, daqui por diãte seraõ conhecidos, louvados, & agalardoados, Asim
660 por ElRey cõ seu favor, como cõ merces, & acrecẽtam^{tos} q elles & seus f^{os} esperaõ de
reçeber de V. A. cuia liberalidade, & humanidade, q aos estranhos he grãde maior se
espera q seia aos naturais, & vasalos, os quais pa serẽ sustẽtados em soseguo, governados
ã paz, mãtidos ã just^a ficaõ rogãdo à divina clemẽcia naõ por todos estes bens mas por a
vida de V. A q taõ certos os tem cõ ella, A qual nosso snõr conserve, acrecente, & prospere
665 p m^{tos} anõs Amẽ.

643: [A R^a santa cuios ossos tẽ Coimbra] = [A Rainha santa, cujo precioso Corpo tem Coimbra] em B.

656: [secular] = falta em B.

650: [cuia virtude sanctos costumes] = [Cujos costumes, santa virtude] em B.

662: [em soseguo] = falta em B.